

Rosa Virgínia Mattos e Silva

CAMINHOS DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA

ouvir o inaudível

Coleção Linguagem]

1. Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa, *Marcos Bagno*, 6ª ed.
2. Linguagem & comunicação social — visões da linguística moderna, *Manoel Luiz Gonçalves Corrêa*
3. Por uma linguística crítica, *Kanavillil Rajagopalan*, 3ª ed.
4. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula, *Stella Maris Bortoni-Ricardo*, 5ª ed.
5. Sistema, mudança e língua — um percurso pela história da linguística moderna, *Dante Lucchesi*
6. “O português são dois” — novas fronteiras, velhos problemas, *Rosa Virgínia Mattos e Silva*, 2ª ed.
7. Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro, *Rosa Virgínia Mattos e Silva*, 2ª ed.
8. A linguística que nos faz falhar — Investigação crítica
Kanavillil Rajagopalan, Fábio Lopes da Silva [orgs.] - sob demanda
9. Do signo ao discurso — Introdução à filosofia da linguagem, *Inês Lacerda Araújo*, 2ª ed.
10. Ensaio de filosofia da linguística, *José Borges Neto*
11. Nós chegemu na escola, e agora?, *Stella Maris Bortoni-Ricardo*, 2ª ed.
12. Doa-se lindos filhotes de poodle — Variação linguística, mídia e preconceito, *Mª Marta Pereira Scherre*, 2ª ed.
13. A geopolítica do inglês, *Yves Lacoste* [org.], *Kanavillil Rajagopalan*
14. Gêneros — teorias, métodos, debates, *J. L. Meurer, Adair Bonini, Désirée Motta-Roth* [orgs.], 2ª ed.
15. O tempo nos verbos do português — uma introdução a sua interpretação semântica
Maria Luiza Monteiro Sales Corôa
16. Considerações sobre a fala e a escrita — fonologia em nova chave, *Darcília Simões*
17. Princípios de linguística descritiva, *M. A. Perini*, 2ª ed.
18. Por uma linguística aplicada indisciplinar, *Luiz Paulo da Moita Lopes*, 2ª ed.
19. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística
U. Weinreich, W. Labov, M. I. Herzog
20. Origens do português brasileiro, *Anthony Julius Naro, Maria Marta Pereira-Scherre*
21. Introdução à gramaticalização — Princípios teóricos & aplicação
Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Maria Célia Lima-Hernandes, Vânia Cristina Casseb-Galvão [orgs.]
22. O acento em português — Abordagens fonológicas, *Gabriel Antunes de Araújo* [org.]
23. Sociolinguística quantitativa — Instrumental de análise, *Gregory R. Guy, Ana Maria Stahl Zilles*
24. Metáfora, *Tony Berber Sardinha*
25. Norma cultura brasileira — desatando alguns nós, *Carlos Alberto Faraco*
26. Padrões sociolinguísticos, *William Labov*
27. Gênese dos discursos, *Dominique Maingueneau*
28. Cenas da enunciação, *Dominique Maingueneau*
29. Estudos de gramática descritiva — as valências verbais, *Mário A. Perini*
30. Caminhos da linguística histórica — “Ouvir o inaudível”, *Rosa Virgínia Mattos e Silva*
31. Limites do discurso — ensaios sobre discurso e sujeito, *Sírio Possenti*



Editor: Marcos Marcionilo

CAPA E PROJETO GRÁFICO: Andréia Custódio

CONSELHO EDITORIAL: Ana Maria Stahl Zilles [Unisinos]

Carlos Alberto Faraco [UFPR]

Egon de Oliveira Rangel [PUCSP]

Gilvan Müller de Oliveira [UFSC, Ipol]

Henrique Monteagudo [Univ. de Santiago de Compostela]

Kanavilli Rajagopalan [Unicamp]

Marcos Bagno [UnB]

Maria Marta Pereira Scherre [UFRJ, UnB]

Rachel Gazolla de Andrade [PUC-SP]

Salma Tannus Muchail [PUC-SP]

Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

5583c

Silva, Rosa Virgínia Mattos e
Caminhos da linguística histórica. – "ouvir o inaudível" / Rosa Virgínia
Mattos e Silva. – São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
208 p. (Lingualgem); 30

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-88456-88-4

1. Linguística histórica. 2. Mudança linguística. 3. Filologia. 4. Sociolin-
guística. I. Título. II. Série

08-4415

CDD: 417.7

CDU: 81.28

Direitos reservados à

PARÁBOLA EDITORIAL

Rua Susuarana, 216 – Ipiranga

04281-070 São Paulo, SP

pubx: [11] 5061-9262 | 5061-1522 | fax: [11] 5061-8075

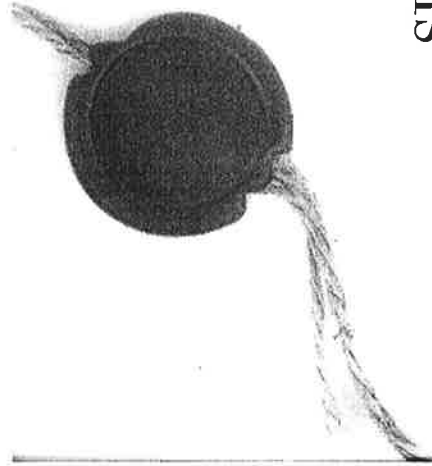
home page: www.parabolaeditorial.com.br

e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou
transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico,
incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de
dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-88456-88-4

© da edição brasileira: Parábola Editorial, São Paulo, outubro de 2008



SUMÁRIO

“OUVIR O INAUDÍVEL”	7
Introdução	7
A. De que trata a linguística histórica?	8
B. Será possível separar sincronia de diacronia?	10
C. Qual a diferença entre linguística histórica e linguística diacrônica?	12
D. É possível fazer linguística histórica ou diacrônica sem considerar a filologia?	13
E. Qual a relação entre linguística histórica e linguística teórica?	15

PARTE I

A MUDANÇA LINGUÍSTICA EM PERSPECTIVA INTRALINGUÍSTICA E INTRASSISTÊMICA	27
1. A teoria neogramática da mudança linguística	29
2. O estruturalismo diacrônico	35
3. O gerativismo diacrônico	43

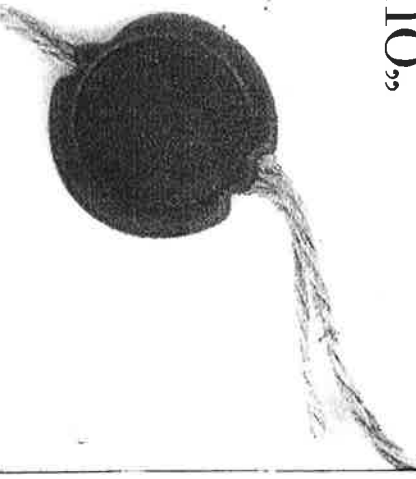
PARTE II

A MUDANÇA LINGUÍSTICA EM PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA OU EXTRALINGUÍSTICA	55
1 Precursores	56

Antoine Meillet	56
Michael Bakhtin	58
Otto Jespersen.....	60
Ramón Menéndez Pidal.....	62
Émile Benveniste	65
2 A mudança linguística no funcionalismo	71
Sobre o sociofuncionalismo	91
95	
3 A teoria da variação e mudança laboviana.....	
A sociolinguística paramétrica: o "casamento" da variação intrassistêmica e interassistêmica.....	133
As tradições discursivas numa perspectiva histórica-diacrônica.....	146
4 Algumas observações conclusivas.....	149

PARTE III

A REALIZAÇÃO DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA.....	157
Preliminar	157
1 Alguns precursores	158
J. H. Bredsdorff	158
O. Jespersen.....	159
R. Menéndez Pidal.....	160
E. Sapir	161
É. Benveniste.....	164
2 Os neogramáticos	167
3 O estruturalismo diacrônico	170
Eugenio Coseriu	172
4 Na sociolinguística.....	175
5 No gerativismo	180
R. Lass.....	184
Consideração final	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189



“OUVIR O INAUDÍVEL”

Os principais testemunhos para o passado linguístico mais remoto são os textos escritos: inscrições, manuscritos, livros impressos (R. Lass 1997: 44).

INTRODUÇÃO



“Ouvir o inaudível” [“hearing the inaudible” (Lass 1997: 45)] ou “a arte de fazer o melhor uso de maus dados” (Labov 1982: 20) são apropriadas metáforas, utilizadas por dois especialistas contemporâneos, para definir o tipo de dados de que dispõem os que trabalham no campo da linguística histórica. Metáforas que também podem, em parte, delimitar o que seja o trabalho nesse campo da linguística.

Nesta introdução, desenvolvo conceitos básicos, tanto referentes à linguística histórica, no seu sentido estrito, como a sua relação com a filologia e com a linguística teórica. Busco também responder às seguintes questões:

- De que trata a linguística histórica?
- Será possível separar sincronia de diacronia?
- Qual a diferença entre linguística histórica e linguística diacrônica?
- Será possível fazer linguística histórica e linguística diacrônica sem considerar a filologia?
- Qual a relação entre linguística histórica e linguística teórica?

A. DE QUE TRATA A LINGUÍSTICA HISTÓRICA?

Tradicionalmente, define-se a linguística histórica como o campo da linguística que trata de interpretar mudanças — fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais — ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território, não necessariamente contínuo. Contudo, a história de uma língua, como a história dos homens, como diz M. Foucault, “não é uma duração: é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros” (2000 [1972]: 293). Se assim é, a linearidade temporal das mudanças nas línguas deve ser revista, e a “multiplicidade de tempos que se emaranham” deve ser levada na devida conta por aquele que faz linguística histórica. Uma regra ou lei do tipo neogramático, em que X (no tempo A) > Y (no tempo B), não se sustenta porque, entre A e B, múltiplos fatores podem ter tido efeitos inesperados sobre a mudança de X > Y.

Tendo mencionado uma regra ou lei do tipo neogramático, direi apenas, para retornar à teoria neogramática na parte I deste livro, que ela foi a primeira teoria sobre a mudança linguística. Depois do admirável trabalho dos comparativistas da primeira metade do século XIX, na reconstrução genética das línguas, sobretudo as indoeuropéias, de que não tratarei neste livro (cf., p. ex., Weedwood, 2002: 103-106; Faraco 2005: 139-142, para citar apenas autores cujos livros estão em português), os neogramáticos foram, certamente, como diz C. A. Faraco, “um divisor de águas” (id.: 139).

Com base em Eugenio Coseriu, no clássico *Sincronia, diacronia e história*, que afirma que a “descrição e a história da língua situam-se, ambas, no nível histórico da linguagem e constituem juntas a linguística histórica” (1979: 236) e ainda fundamentada no também clássico *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* (2006/1968), cujos autores — U. Weinreich, estudioso do contato linguístico (cf. *Languages in Contact*), publicado pela Mouton em 1953 e reeditado em 1964, M. Herzog, dialetólogo, autor do atlas linguístico do iídiche na Europa, e W. Labov, então discípulo de U. Weinreich —, cheguei a uma formulação do que trata a linguística histórica, ou seja, não se trata apenas das mudanças das línguas ao longo do seu tempo de uso. É algo mais.

De meu ponto de vista, já exposto em artigo de 1988, que não foi contestado, considero que se podem admitir duas grandes vertentes na linguis-

tica histórica, que designei, e mantenho, de linguística histórica *lato sensu* e linguística histórica *stricto sensu*.

A linguística histórica *lato sensu* trabalha com dados datados e localizados, como ocorre em qualquer trabalho de linguística baseado em *corpora*, que, necessariamente são datados e localizados, tal como os estudos descritivos, sobretudo do estruturalismo americano, que teve seguidores no Brasil, inclusive eu mesma no livro de 1989, *Estruturas trecentistas*. Nesse livro, descrevi os dados de um longo texto do século XIV, *Os quatro livros dos Diálogos de São Gregório*; os estudos dialetológicos, tanto atlas linguísticos, como monografias sobre dialetos regionais; os estudos sociolinguísticos, como os da sociolinguística variacionista, que refina o método de quantificação por meio de programas informatizados, que permitem cruzar variáveis intra e extralinguísticas e estabelecem os pesos relativos dessas variáveis; os estudos etnolinguísticos, que, utilizando informantes adequados aos objetivos, constituem *corpora* para análise, em geral de natureza qualitativa. Poderia ainda incluir na linguística histórica *lato sensu* as teorias do texto, do discurso e da conversação, que se baseiam em *corpora* datados e localizados.

Considero a linguística histórica *stricto sensu* a que se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas. É essa a tradicional concepção da linguística histórica, que, no seu sentido estrito, pode ser trabalhada em duas orientações:

- a) a linguística histórica sócio-histórica e
- b) a linguística diacrônica associada.

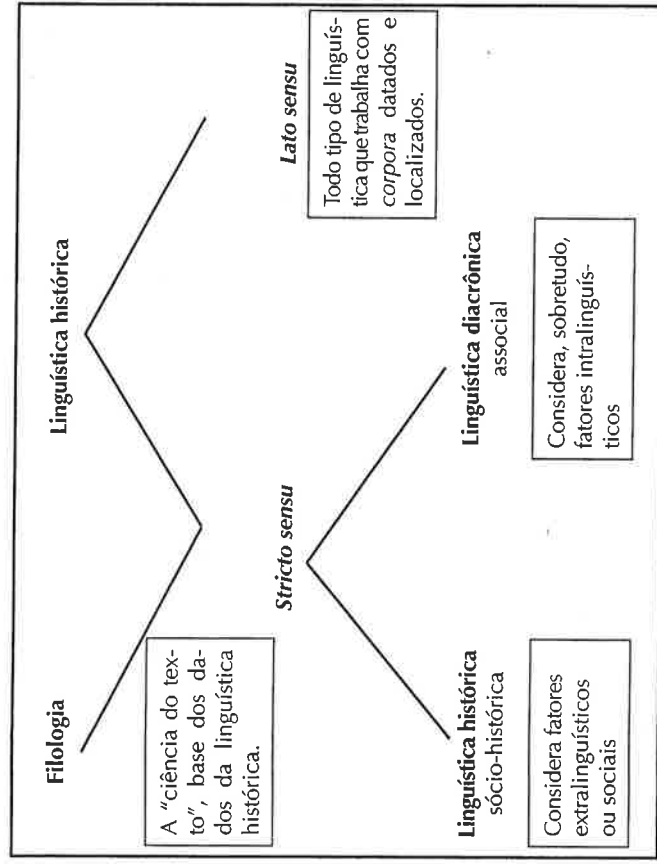
A do tipo *a* considera fatores extralinguísticos ou sociais, também fatores intralinguísticos, como a sócio-história proposta por S. Romaine (1985) e as sociolinguísticas, que tratam da mudança linguística, como é o caso da teoria laboviana da variação e mudança. Desse tipo de linguística histórica tratarei na parte II deste livro.

A do tipo *b* considera apenas fatores intralinguísticos, como é o caso dos estruturalismos diacrônicos, cujo exemplo maior é o de A. Martinet, no seu livro de 1955, *Économie des changements phonétiques*, e do gerativismo diacrônico, que tem como representante maior D. Lightfoot, que, desde 1979, com o seu livro *Principles of Diachronic Syntax*, vem reformulando

sua teoria da mudança sintática, de acordo com as modificações do modelo gerativista. Desse tipo de linguística histórica tratarei na parte I.

A linguística histórica no sentido estrito depende, diretamente, da filologia, uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os *corpora* indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração.

O que foi exposto até aqui, no que se refere à questão A, pode ser sintetizado no gráfico seguinte:



B. SERÁ POSSÍVEL SEPARAR SINCRONIA DE DIACRONIA?

Desde que F. de Saussure foi divulgado no célebre *Cours de linguistique générale* (1916), a dicotomia "sincronia" vs. "diacronia" tornou-se, para os estruturalistas que se iniciavam, um dos postulados básicos da linguística moderna.

Saussure defendia que a *langue* ou "sistema" seria um complexo sistema de valores puros, ou seja, que os termos que o compunham não se

definiam por si mesmos, mas por relações recíprocas. Esse sistema homogêneo constituiria um *état de langue* e seria o objeto de estudo precípua da linguística, da *linguistique de la langue*. A diacronia, por sua vez, trataria das mudanças por que uma língua passa no tempo e essas mudanças ocorreriam na *parole*. Saussure deu prioridade à *linguistique de la langue*, em detrimento da *linguistique de la parole*. Contudo, Saussure admitiu que a análise apenas sincrônica seria uma abstração teórica, idealizada como objeto de estudo, uma vez que estava consciente do movimento das línguas ao longo do tempo. No estruturalismo americano, sobretudo o de orientação bloomfieldiana, é que a descrição sincrônica, ou linguística descritiva, evitando argumentos histórico-diacrônicos, domina soberana.

Com a hegemonia dos estudos sincrônico-descritivos, os estudos histórico-diacrônicos passaram a plano secundário. Entretanto, não tardou que surgissem os "revisionistas" dos postulados saussurianos. No que concerne à dicotomia "sincronia" vs. "diacronia", destacarei primeiro Coseriu.

Coseriu, um dos grandes linguistas do século XX, no seu livro *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*, publicado em português em 1979, ao admitir que "a descrição e a história da língua... constituem juntas a linguística histórica" (1979: 236) e sendo coerente com a distinção que desenvolve entre funcionamento, sincrônico, e o constituir-se, diacrônico, e que sincronia e diacronia são duas faces do mesmo fenômeno, afirma:

A língua se faz...: é um fazer-se num quadro de permanência e de continuidade... Mas o fato de se manter parcialmente idêntica a si mesma e o fato de incorporar novas tradições é, precisamente, o que assegura sua funcionalidade como língua e seu caráter de "objeto histórico". Um objeto histórico só o é, se é, ao mesmo tempo, permanência e sucessão (*id.*: 237-238).

Com a sociolinguística laboviana ou variacionista, cai por terra a "homogeneidade" do objeto de estudo saussuriano, quando, já nos *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, de 1968, defendem os autores a "heterogeneidade" sincrônica. Essa "heterogeneidade ordenada" permitiu que a mudança linguística se integrasse a esse modelo teórico, que criou o artifício metodológico do "tempo aparente", dando margem à demonstração da mudança numa diacronia sincrônica, com base no estudo da variação de falantes de faixas etárias diferentes, conviventes numa mesma comunidade de fala, em um mesmo tempo e lugar. Pelas frestas da variação etária se evidenciava, na sincronia, a diacronia.

C. QUAL A DIFERENÇA ENTRE LINGUÍSTICA HISTÓRICA E LINGUÍSTICA DIACRÔNICA?

Costuma-se não distinguir linguística histórica de linguística diacrônica. Contudo, essa distinção deve ser feita.

Fiquei alerta para essa diferença, quando Ian Roberts ministrou um curso sobre gerativismo diacrônico e, por ter se interessado pelo que nosso grupo de pesquisa — Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) fazia, disse que fazíamos linguística histórica e não diacrônica, isto é, trabalhávamos com o objetivo de descobrir ou desvelar a constituição histórica da língua portuguesa ao longo de seu tempo histórico.

Os gerativistas buscam “explicar” (entre aspas explicar, porque prefiro “interpretar”) as mudanças — no caso, sintáticas — que ocorreram sem considerar fatores externos, ou sócio-históricos, interessados apenas nos fatores próprios à *grammar* do falante, ou seja, em seu processamento computacional.

Essa posição teórica é consequente com a teoria gerativa, que considera a linguística como uma “ciência natural” e não “histórica”.

No livro *Clause Structure and Language Change* (1995), A. Battye e I. Roberts são taxativos e bem definem, da teoria de princípios e parâmetros, a linguística histórica, contrapondo a tradição e a perspectiva que adotam:

A maioria do trabalho tradicional na linguística histórica e na filologia é trabalho sobre a “E-language”... a análise de uma língua como “E-language” é independente, em princípio, de qualquer propriedade que possa ser atribuída à mente/cérebro dos falantes nativos... à gramática concerne fundamentalmente a “I-language” (*id.*: 7).

Depois de relacionarem “questões tradicionais” aos estudos diacrônicos afirmam:

Qualquer resposta que possamos divisar para as questões dadas dependerá desta questão: quais são os mecanismos da mudança de parâmetros... Acreditamos que o estudo da sintaxe diacrônica, uma vez que nos dá um *insight* sobre os mecanismos da mudança de parâmetro, pode nos dizer alguma coisa sobre a marcação de parâmetros, isto é, sobre a aquisição da linguagem (*id.*: 6-8).

I. Roberts tinha razão ao afirmar que linguística histórica é o que fazemos no PROHPOR, e diacrônica, o que fazem os gerativistas como ele. Volta-

rei à teoria da mudança numa perspectiva intrassistêmica na parte I deste livro e também à teoria da mudança no gerativismo diacrônico.

D. É POSSÍVEL FAZER LINGUÍSTICA HISTÓRICA OU DIACRÔNICA SEM CONSIDERAR A FILOLOGIA?

Ao buscar responder à *Questão A*, apresentei em um gráfico a relação entre a linguística histórica, que no seu sentido estrito deve estar relacionada, mesmo dependente, do trabalho da filologia e, ali, sinteticamente, digo que a filologia é a “ciência do texto”, isso na verdade diz muito pouco.

Buscando uma definição para a filologia no âmbito dos estudos filológicos e linguísticos sobre a língua portuguesa, começo com o mestre Leite de Vasconcellos que, nas suas *Lições de filologia portuguesa*, define com amplitude a filologia:

A filologia abrange pois: história da língua (glotologia, glótica, linguística e seus ramos) com a estilística e a métrica; história literária. Faz-se aplicação prática da filologia quando se edita criticamente um texto (1950: 8).

E conclui Leite de Vasconcellos

Nas minhas preleções, entendo de ordinário por filologia portuguesa o estudo de nossa língua, em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua (*id.*: 9).

Filólogos brasileiros como Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes, Sousa da Silveira, entre outros, filólogos declaradamente discípulos de Leite de Vasconcellos, aceitam essa concepção abrangente para filologia.

Nesse “tempo” muito bem definido por Ivo Castro, também filólogo, em estudo em homenagem ao grande filólogo brasileiro Celso Cunha, editor dos *Cancioneiros* de Paay Gomez Charinho, Martin Codax e Joan Zorro, apropriadamente, diz que era o “tempo”:

em que linguistas também eram etnógrafos, historiadores, folcloristas, arqueólogos e não tinham problema de identidade disciplinar, pois se sabiam participantes de uma vasta empresa de aquisição de conhecimentos diversificados, mas harmonizáveis em torno de um interesse comum pela palavra documental ou artística e pelo seu comportamento na história. Conhecerem-se todos por filólogos era tradicional e apropriado (1995: 512).

Já Joaquim Mattoso Câmara Jr., o chamado “pai da linguística” (moderna) no Brasil, contrapõe a linguística à filologia, no seu *Dicionário*. No verbete “Linguística” diz:

Trata-se de uma ciência desinteressada, que observa e interpreta os fenômenos linguísticos: a. numa dada língua; b. numa família ou bloco de línguas; c. nas línguas em geral, para depreender os princípios fundamentais que regem a organização e o funcionamento da linguagem entre os homens. Há assim, portanto, a linguística especial (portuguesa, francesa etc.); a linguística comparativa (indoeuropéia, camítico-semítica etc.); a linguística geral. Não são termos equivalentes à gramática, em qualquer de suas acepções e à *filologia*, que *pressupõe uma língua culta e uma escrita* (1970 [1956]: 1956; grifos meus).

Mattoso Câmara Jr. restringe o campo de trabalho da filologia. Dele discordo quando diz que a filologia “pressupõe uma língua literária”. Basta referir os textos não-literários (oficiais ou particulares) que já foram editados, ou estão a ser, no Projeto para a História do Português Brasileiro, coordenado por Ataliba de Castilho, e a edição monumental de L. F. Lindley Cintra sobre os *Foros de Castelo Rodrigo*, de 1959.

A filologia, hoje, parece integrar-se melhor como uma das formas de abordar a documentação escrita, tanto literária como documental em sentido amplo, enriquecida pelas vias da crítica textual, tanto de textos antigos como modernos. Assim a filologia assume o seu lugar como a “ciência do texto”, herança benéfica semeada há quase vinte séculos pelos alexandrinos, num retorno que, no dizer do filólogo português I. Castro, não é uma restauração, mas renovado retorno, por causa dos dimensionamentos de seu objeto, por causa dos avanços da informática (cf. Castro, 1995: 531). E no que concerne aos estudos linguísticos, por causa do também renovado retorno relativamente aos estudos histórico-diacrônicos.

Qual será então o trabalho do filólogo? Ninguém melhor do que a filóloga italiana, no sentido mais amplo possível do termo, Luciana Stegano Picchio, para responder a essa interrogação. No seu livro *A lição do texto: filologia e literatura*, diz:

Filólogo é quem, utilizando todos os instrumentos dos quais pode dispor, estudando todos os documentos, se esforça por penetrar no epistema [espaços sincrônicos ideologicamente unitários] que decidiu estudar; procurar a voz dos textos e de um passado que já não considerava sufocado pelos estados sobrepostos (1979: 234).

Espero que se veja que não se pode fazer linguística histórica ou diacrônica sem a documentação remanescente do passado. Lembre-se que o gerati-

vista David Lightfoot no seu *Principles of Diachronic Syntax*, de 1979, entre outros problemas que levanta na introdução de seu livro, ressalta o papel do filólogo, editor de textos do passado, sem os quais se torna impossível aplicar qualquer teoria sobre a mudança linguística, inclusive a gerativa.

Como no Brasil, a filologia recuou para dar espaço à linguística moderna, aqui aportada na década de 1960, viu-se de repente, ao retornarem os estudos histórico-diacrônicos — pela via da sociolinguística, do gerativismo e, mais recentemente, pela via dos funcionalismos — que muitos linguistas foram em busca da relegada filologia.

No que se refere à metodologia, deve-se ressaltar que não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ter sido feita com *rigor filológico* e com o objetivo claro de servir a estudos linguísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou ao chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história linguística.

E. QUAL A RELAÇÃO ENTRE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA E LINGÜÍSTICA TEÓRICA?

Em obras clássicas sobre a linguística histórica, tais como a *Historical Linguistics*, de Theodora Bynon (1990 [1977]); a *Historical and Comparative Linguistics*, de Raimo Anttila (1989 [1972]); a *Socio-Historical Linguistics*, de Suzanne Romaine (1985 [1982]) e a de Raimo Lass, *Historical Linguistics and Language Change* (1997), não tratam esses autores da relação entre linguística histórica e linguística teórica.

Robert Martin, em *Para entender a linguística* (2003 [2002]), organiza o seu livro em seis capítulos: no primeiro, trata da linguística descritiva; no segundo, da linguística teórica; em seguida, da linguística geral; da filosofia da linguagem; da linguística histórica e da linguística aplicada.

Nessa obra, que tem como subtítulo *Epistemologia elementar de uma disciplina*, vou me deter no que diz o autor sobre a linguística teórica, capítulo 2, e sobre a linguística histórica, capítulo 5.

Define Martin linguística teórica, logo no primeiro parágrafo do capítulo, dizendo que a “finalidade da linguística não é somente descrever, mas

também explicar: dizer por que os fatos são como são. Que espécie de causalidade a linguística pode alegar?" (*id.*: 51).

É a essa pergunta que ele vai tentar responder. Martin descarta a "causalidade" histórica — "por mais esclarecedora que possa ser, se prende a uma causalidade fenomenal: um dado fenômeno provém de outro mais antigo" (*id.*: 52).

À p. 53, ele diz que tentará mostrar que a "explicação não pode escapar de uma teoria", que deve "dar conta do discurso" (*id.*: 57). E explica que "dar conta" significa "predizer". Conclui que a "função da teoria é, então, uma função preditiva, se exerce essencialmente em dois domínios: a combinação e a inferência" (*id.*: *ib.*).

Continuando, diz ele que a "combinação"

deve predizer as combinações que são aceitáveis e as que não são: um dos grandes méritos do linguista americano N. Chomsky foi ter colocado o problema nesses termos e tê-los vinculado às exigências do que se chama "formalização" (*id.*: *ib.*).

Conclui o item sobre a "combinação", afirmando que, "no fim das contas, são meras descrições sistematizadas, abertas sobre o possível, mas muito fracamente explicativas" (*id.*: 62)

Quanto à "inferência", diz que "ocupa um lugar importante na teoria semântica" (*id.*: 62), e mais adiante, a partir de exemplos, afirma o autor que é importante a relação inferencial, porque uma das funções da teoria será predizê-la corretamente (cf. p. 63). Destaca ainda:

uma exigência essencial: a da generalidade. Uma explicação supõe sempre que nos elevemos a um nível superior de abstração. As teorias preditivas podem se situar em níveis muito variáveis de generalidade (*id.*: 67).

Depois de desenvolver os "níveis de generalidade", conclui o capítulo 2, mostrando que, como a linguística apresenta "toda sorte de modelos" (*id.*: 73),

disso resulta uma formidável variedade teórica, da qual não podemos dar neste livro, nem sequer um panorama... o perigo, de todo modo, é que se multipliquem "as igrejinhas": as opções teóricas podem até ser tão exclusivas que os membros de uma escola olhem soberbamente os de outra. Mas as perspectivas estão mudando... Se é preciso rejeitar os ecletismos e as sínteses, a linguística teórica, por outro lado, tem tudo a ganhar se privilegiar, para além das diferenças, os princípios unificadores e a investigação de universais metodológicos (*id.*: 73-74).

No capítulo 5, Martin tratará da linguística histórica. Afirma, de início, que "todas as línguas evoluem" e só "permanecem estáticas as línguas mortas" (*id.*: 135). Considera que a

linguística, portanto, tem obrigatoriamente uma dimensão histórica. Decerto, é possível desinteressar-se da história. A linguística "estruturalista", americana ou europeia, considerou que o bom funcionamento das línguas não supunha em nada conhecimentos históricos (*id.*: 135).

Considera Martin que há uma "dupla dimensão" na linguística histórica: Toda língua é feita de camadas diversas: é necessário um mínimo de cultura histórica para discerni-las. Explicar uma língua é, ao menos, em parte, compreender sua história... eis, portanto, o que justifica a abordagem histórica, mesmo em pura sincronia contemporânea. Mas fica óbvio que a história da língua encontra em si mesma amplas razões para modificar sua prática (*id.*: 141-142).

Ao tratar da "explicação histórica", diz que essa "explicação se baseia em dois tipos de noções: os universais diacrônicos e as tendências tipológicas" (*id.*: 147). Não desenvolverei aqui esse tópico, que será focalizado na parte III deste livro.

Ao finalizar o capítulo 5, afirma Martin que "de fato a história se situa fora de toda previsibilidade" (*id.*: 160). E encerra:

Após um período de relativo apagamento, a linguística diacrônica recupera uma vitalidade toda nova: os dados não param de se acumular e os métodos explicativos de se fortalecer. Aqui, como em outros campos, o progresso exigiria um esforço de unificação. Se é ilusório — e talvez pernicioso — querer unificar os métodos, é urgente harmonizar da melhor maneira possível o acesso aos dados; cada vez mais documentos são eletronicamente consultáveis; só a unificação relativa de sua balizagem hipertextual permitiria uma exploração verdadeiramente eficaz (*id.*: 160).

Embora os capítulos 2 e 5 de Martin não tenham a intenção de relacionar linguística teórica e linguística histórica, informam, sem dúvida, sobre o objeto de estudo dessas duas linguísticas.

Conquanto obras clássicas sobre a linguística histórica não tratem da relação entre as duas linguísticas em causa, o livro de Carlos Alberto Faraco, *Linguística histórica* (2005), trata da relação entre "linguística descritiva/teórica X linguística histórica" (2005: 98) e diz:

Mais modernamente, em decorrência da forma como se vêm dando os estudos sincrônicos, os manuais costumam usar a denominação linguística teórica para os estu-

dos sincrônicos (pelo fato de esses estudos se ocuparem antes com a construção de modelos teóricos, dedutivos, dos sistemas linguísticos e não com descrições indutivas) em oposição à *linguística histórica* (id.: 99).

Ao tratar de "concepções de linguagem e orientações teóricas diferentes", diz Faraco:

A formulação e a discussão crítica dos conceitos de sincronia e diacronia revelam a questão epistemológica central da linguística histórica, ou seja, a concepção do objeto de estudo que cada uma das diferentes orientações tem. Dizemos que essa é a questão central porque é ela (a concepção de linguagem) que vai direcionar o modo como cada orientação teórica vai entender a mudança, o que, por sua vez, vai determinar seus diferentes métodos (id.: 102-3).

E, à p. 105, afirma:

Em razão da diversidade teórica que caracteriza a ciência em cada momento de sua história, e em razão dos respectivos conflitos entre as teorias e a teoria e o real, o processo acumulativo se dá menos por soma do que por amplas reelaborações teóricas, isto é, por retomadas de questões empíricas e procedimentos analíticos em novas chaves interpretativas.

Em "Selecionando teorias", diz Faraco:

Ao iniciar-se em linguística histórica... o estudante não tem apenas de dominar conceitos e métodos, mas principalmente ter clareza quanto a certas opções anteriores a conceitos e métodos que ele deverá fazer (id.: 105).

Pergunta-se Faraco: "o ecletismo seria uma saída?" E responde:

O ecletismo facilmente gera contradição interna, o que é um defeito capital de qualquer elaboração teórica. Ao mesmo tempo, o ecletismo nunca garante uma base metodológica consistente e, justamente por isso, acaba por não fornecer as bases para uma ação produtiva... Isso não quer dizer que não haja teorias compatíveis, entre si, nem que a opção por uma teoria signifique dogmatismo. A compatibilidade de teorias se dá, em geral, quando elas compartilham fundamentos filosóficos (id.: 110).

Continua Faraco:

Condensar o ecletismo não significa — é importante repetir — que as teorias não se entrecruzem... Assim, uma coisa é o ecletismo (um amontoado acrítico, ingênuo, de teorias) e outra é a síntese teórica que implica a negação de uma teoria (pela crítica a seus fundamentos) e a retomada das questões empíricas e de seus procedimentos analíticos em novo esquema teórico, em nova chave interpretativa. Se o ecletismo é condenável, a síntese é, evidentemente, desejável (id.: 111).

Concordo plenamente com as posições de Faraco. Exporei, contudo, meu ponto de vista, que não diverge do dele, mas está esteado na prática de quase quinze anos do PROHPOR.

No texto com que nos apresentamos, em 1992, ao CNPq, um de nossos problemas era exatamente este: que linha teórica seguir? Optamos não pelo "ecletismo teórico", mas por ser "heterodoxos"; não seguir uma linha teórica única. Já havia no grupo "estruturalistas", "variacionistas" e "gerativistas". Hoje há também "funcionalistas", "filólogos", "lexicólogos/lexicógrafos" e alguns que buscam reconstituir a sócio-história do português brasileiro.

A decisão do grupo foi: qualquer trabalho/pesquisa deveria ter uma "base descritiva" e, de acordo com a formação e objetivo de cada um e cada trabalho/pesquisa, a base teórica deveria ter coerência e consistência teórica, qualquer que fosse. Estudamos textos clássicos da linguística histórica ou diacrônica de A. Kroch, D. Lightfoot, S. Romaine; de funcionalistas (alemães, ingleses, americanos e brasileiros), tendo como objetivo a reconstituição do passado da língua portuguesa.

S. Romaine, no seu livro de 1985 — *Socio-Historical Linguistics* —, nos deu uma pista fundamental, sobretudo no que se refere a um aspecto metodológico (toda teoria tem o seu método): analogamente às classes sociais dos estudos de mudança linguística no "tempo aparente" da teoria laboviana, o "tipo" ou "gênero de texto" são variáveis externas ou extralinguísticas que devem ser consideradas. A partir daí, as pesquisas do PROHPOR, que tratam de mudança no "tempo real de longa duração", têm buscado levantar dados em textos de natureza distinta.

Para o período arcaico da língua portuguesa (séc. XIII a meados do séc. XVI), não são muitas as opções: textos notariais (particulares e oficiais); textos historiográficos; textos de literatura religiosa; textos ficcionais (como é o caso do Ciclo do Graal) e a rica documentação poética do Cancioneiro Medieval Português, tanto o profano como o sagrado.

No que se refere à história do português brasileiro, a mesma estratégia de seleção de textos vem sendo adotada: cartas oficiais e particulares; documentos oficiais (atas, testamentos/inventários), anúncios de jornais e editoriais (estes últimos, a partir do século XIX), sempre buscando se a "mão"

que escreveu o documento é a de um brasileiro, de um português ou de um africano ou afrodescendente. Neste último caso está a pesquisa de Klebson Oliveira, com base no Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos, uma irmandade de cor, criada na 2ª década do século XIX por africanos para alforriar escravos. Ele vem pesquisando a relação fala/escrita na documentação não-literária oitocentista. É interessante saber que a primeira lei para a ortografia em língua portuguesa é do começo do século XX.

Uma questão pendente e candente, não colocada no início desta introdução, é a relação *fala/escrita* na documentação do passado. Para alguns autores, a linguística histórica é a história da língua escrita, mas sem a fala não se escreve, pode-se entrever ou entreouvir a voz através dos textos: tarefa difícil e apenas aproximativa, "ouvir o inaudível".

S. Romaine, em seu *Socio-Historical Linguistics* (1985), trata do tema *língua falada vs. língua escrita*. Sintetizarei alguns pontos do seu texto:

Pode-se dizer que língua falada e língua escrita são instâncias de uma mesma língua incorporada por meios distintos... A função da escrita não é simplesmente gravar a língua falada: o ato de escrever tem uma existência independente (1985: 14-15).

À p. 17, ela afirma que a linguística tem marginalizado a língua escrita e afirma:

A posição que se deve tomar é esta: há métodos de análise linguística que são válidos, se a língua escrita é uma instância da língua, então as mesmas técnicas podem ser aplicadas a todas as instâncias. Em outras palavras, a teoria linguística não deveria, necessariamente, ser estendida para cobrir todos os casos relevantes; deveria aplicar-se àqueles casos da escrita como tem sido feito por toda parte (*id.*: 17).

Como sociolinguista que é, diz Romaine:

A língua escrita tem sido objeto de estudo, mas meu ponto de vista é que técnicas da sociolinguística (ou pelo menos técnicas consideradas especificamente sociolinguísticas) não têm sido empregadas e aqueles que se autodenominam de sociolinguistas ainda não se engajaram em tais estudos (*id.*: 20).

Considerando o período arcaico da língua portuguesa, discute-se é possível chegar, através da documentação escrita, ao português corrente. Há até quem defenda que sobre a documentação arcaica só se possam construir gramáticas de textos, nunca uma gramática de um estado de língua do passado.

Sendo a documentação escrita que permanece e sendo ela uma representação convencional da fala, teremos o reflexo da fala, que permite tirar conclusões, até certo ponto seguras, no nível morfônico, já que, não havendo uma normatização ortográfica, a análise da variação da escrita oferece indícios para alguma percepção da voz, ou seja, da língua no seu uso primário, em qualquer dos níveis em que se pode estruturá-la: fônico, mórfico, sintático, discursivo. Também a ausência de um controle normativo faz com que no texto medieval a variação seja constante, fato que também pode ser indicador de usos variáveis da fala.

O mesmo se pode dizer da documentação do período colonial brasileiro, em que os manuscritos, às vezes de leitura muito difícil, permitem entreouvir a voz pelas frestas da variação da escrita.

Para concluir esse tópico, escolhi R. Lass. Sobre a metáfora "ouvir o inaudível" diz Lass: "Muito do nosso trabalho tem a ver relativamente com línguas antigas, de que não dispomos de gravações nem temos acesso aos falantes" (1997: 45). A propósito do que a escrita representa, ele opina que "ingenuamente, a escrita representa a língua; mas em que nível e com que precisão?" (*id.*: 47). Conclui o capítulo 2 — "Written Records" (1997: 44-103) — com o item, dramaticamente intitulado: "Interpretar vs. desaparecer" (*id.*: 96) e diz que fecha o capítulo "tratando de um problema intratável" (*id.*: *ib.*), por que:

emendar, normalizar e outras formas de editar falsificam e traduzem sob o título de tornar acessível, ao tempo em que pretendem 'representar' objetos do passado.

Pior ainda, tais processos produzem pseudodados e prejudicam a leitura de monumentos históricos (*id.*: 102).

Se seguissemos o pessimismo de R. Lass, não haveria linguística histórica! Nem ele mesmo, que é autor de um volume alentado — 423 páginas —, *Historical Linguistics and Language Change*, publicado em 1997 por insistência de J. Ayling, sua amiga, para que publicasse o "*bloody book*", como se pode ler no prefácio (p. xx).

Se pelas teorias da linguística histórica e com o suporte de teorias linguísticas em geral, se pode chegar à caracterização esquemática de um momento da história passada de uma língua, são os dados empíricos, fornecidos pela documentação remanescente, que confirmarão ou não as teorias e que permitem rastrear e em parte reconstruir seu uso vivo. Assim, para chegar,

por exemplo, às possibilidades gramaticais do português arcaico, as teorias e os dados deverão estar interligados.

Ainda destaco o que dizem R. Lass e Labov sobre o caráter paradoxal da linguística histórica e da mudança linguística.

Diz o primeiro na pequena nota que introduz o livro: "A conclusão paradoxal é que nossos métodos historiográficos são frequentemente melhores do que os dados com que se tem de trabalhar" (1997: s/n).

Também Labov destaca o caráter paradoxal da linguística histórica, que define como "paradoxo histórico":

Sendo o passado diferente do presente, não há como saber quão diferente ele foi... O fenômeno que estamos estudando — a mudança linguística — é irracional, violento e imprevisível. Desenvolver princípios de mudança linguística pode parecer um empreendimento quixotesco, como muitos estudiosos já concluíram... A linguística histórica é marcada pela prevalência de contradições paradoxais que oferecem um rico leque de desafios para o especialista que deseje resolvê-los (1994: 21).

Para concluir esta introdução buscarei dimensionar ainda algumas questões que envolvem a linguística histórica:

Por que as línguas mudam? Como as línguas mudam? São essas as perguntas primárias e primeiras para as quais a linguística histórica busca resposta, desde que se constitui, com rigoroso método, a partir do século passado, mas certamente desde antes, como especulação em torno de problemas cruciais para a compreensão do fenômeno da linguagem humana, ou mesmo desde muito antes ainda: lembro o mito de Babel, nos confins de nossa história.

Na contemporaneidade, a apreensão do fenômeno se volta, com predominância, para captá-lo nas sincronias convenientes em determinado momento e lugar da história, no tempo aparente da diacronia sincrônica. E assim o âmbito da linguística histórica se alarga e se estreita, não se podendo hoje deixar de pensar tanto na linguística histórica no seu sentido estrito e antigo — a mudança das línguas ao longo do tempo —, como na linguística histórica, em um sentido lato e recente, que abarca as manifestações contemporâneas de fatos linguísticos não coetâneos.

Daí por que hoje a linguística histórica engloba os estudos de línguas integrados no movimento sincrônico das sociedades em que são usadas. Inclui, portanto, aspectos dominantes da sociolinguística da segunda metade

deste século, também da dialetologia, nascida já no século passado, como desdobramento subsequente e natural do historicismo neogramático dominante na segunda metade do século XIX.

Nessa conjugação da linguística histórica no seu sentido estrito, o da mudança no tempo real, com a que trabalha com dados das línguas na sua variação e mudança social e espacial sincrônicas, vê-se em causa o postulado laboviano conhecido como "princípio uniformitário", o de que o conhecimento das realidades *in praesentia* abre caminho para melhor compreensão de fenômenos passados e o conhecimento de realidades passadas documentadas clareia a compreensão de fenômenos da atualidade. Posição bem expressa nesta passagem do *Building on Empirical Foundations* de Labov:

A aliança que Weinreich-Labov-Herzog (1968) propunham entre dialetologia, sociolinguística e linguística histórica é orientada para um tipo de teoria que equilibra a balança entre explicação histórica e sincrônica, corrigindo o viés a-histórico da linguística geral do século XX. (1982: 21).

Mais recentemente, vê-se que o processo de constituição das línguas começa a entrar como argumento de teorias linguísticas que têm como objetivo fundamental não o responder ao porquê e ao como as línguas mudam, mas como elas se desencadeiam ontogenicamente no indivíduo e como re-presentar essa possível gramática "natural". É campo novo de busca em que parece se poderão encontrar vertentes antípodas das linguísticas deste século, em que as formulações dos sistemas e/ou gramáticas e as formulações históricas sobre o construir-se das línguas seriam incompatíveis.

Esse entendimento da posição do estudo da mudança linguística em uma teoria da gramática está explicitado em muitos trabalhos de D. Lighthfoot, formulado como na passagem seguinte de *The Language Lottery*:

Se olharmos para o ponto em que certas mudanças ocorrem, podemos obter informações sobre os limites de gramáticas possíveis, sobre o momento em que o ambiente linguístico muda de tal maneira que desencadeie um diferente tipo de gramática (1984: 149).

Com essas novas abordagens que marcam a ciência da linguagem dos fins deste século, tem-se um renascimento da linguística histórica, tipo de linguística que fez nascer a ciência da linguagem no século passado.

Deve-se notar, contudo, que esse renascer não implica numa revolução paradigmática na linguística histórica, muito menos na linguística em geral, mas apenas numa reentrada da linguística histórica no cenário das correntes linguísticas hegemônicas. Não sou eu, nos limites de minha circunstância, que afirmo isso. Concordo entretanto, com H. H. Hock que, em seus *Principles of Historical Linguistics*, depois de analisar os percursos da linguística histórica na atualidade, conclui:

Vale notar que, ao longo desse percurso, não se conduziu a reflexão sobre a linguística histórica e sua prática a uma completa "revolução", mas antes a modificações — pela incorporação de conceitos que provaram ser úteis e suficientemente importantes para serem adotados, e rejeitando (ou ignorando) outros (1986: VI).

Em 1977, no seu discurso como presidente da Linguistics Society of America — *Rethinking Linguistics Diachronically* (1979: 275) —, J. H. Greenberg assume o crescente interesse pela linguística histórica e o aumento do papel dos fatores diacrônicos na teoria sincrônica. Afirma que muitos caminhos são indicadores de que começam eles a entrar em vários níveis como participantes na estrutura explanatória da ciência da linguagem. Ressalta, entretanto, que essa nova face da linguística contemporânea não indica que se tenha posto abaixo a dicotomia saussuriana que opôs a abordagem sincrônica à diacrônica, mas que mudou a relação entre elas na compreensão do fenômeno linguístico, levando as análises sincrônicas a tornarem-se dinâmicas. Diga-se, aliás, que isso já vinha sendo proposto pelos estruturalistas do Círculo de Praga, nos idos de 1920, mas se diluiu no processo de desenvolvimento dos estruturalismos e posteriormente dos gerativismos que se encaminharam para tratar as línguas como fenômenos a-históricos.

Quando a LSA assume essa realidade, de fato estava "oficializando" fatos que começaram a surgir na década anterior. Vale destacar que, a partir do Simpósio do Texas, organizado por W. Lehmann e Y. Malkiel, em 1966, começaram a suceder-se, em vários pontos, encontros, seminários e congressos sobre a linguística histórica, suas perspectivas, seus avanços e já em 1973 ocorre o *First International Congress of Historical Linguistics*.

Sabemos todos que, na linguística hegemônica de então, foi de significação crucial para os destinos da linguística histórica o clássico da fonologia gerativa, *Sound Pattern of English* (1968), de Chomsky e Halle, em que argumentos diacrônicos são considerados para as interpretações da teoria

fonológica padrão. Rompe-se assim a muralha que antagonizava as abordagens sincrônica e diacrônica. Recorde-se que artigos anteriores de M. Halle são os predecessores de propostas que vinculam diacronia/sincronia no manual de fonologia antes referido.

Contemporaneamente ao que acontecia nas hostes da fonologia gerativa, começam a tomar vulto, a partir de 1966, as propostas de W. Weinreich, Labov e M. Herzog, publicadas em 1968 nos *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, fundadas nos trabalhos de campo precedentes de Labov em Martha's Vineyard e Nova York, nos estudos de contato linguístico de Weinreich e na experiência dialetológica de M. Herzog. Estava lançada no campo a teoria da variação e mudança da sociolinguística americana.

Assim, concomitantemente se esgarçava a oposição metodológica que antagonizava os férteis conceitos saussurianos e também se voltava a linguística para os dados das línguas enquanto fenômenos históricos, depois de rigoroso jejum que excluía o *corpus* de dados da metodologia e da análise linguísticas.

O texto clássico de 1970 (publicado no Brasil em 1976) de P. Kiparsky "Linguística histórica" — último capítulo dos *Novos horizontes em linguística*, organizado por J. Lyons, veiculará para um público mais amplo as relações entre argumentos diacrônicos e sincrônicos na análise fonológica sincrônica e processos diacrônicos. Nesses trabalhos, Kiparsky almeja, ao finalizá-lo, que o pêndulo entre teoria linguística e linguística histórica tenha chegado à posição de equilíbrio (*id.*: 304).

No que se refere à teoria fonológica, o desejo de Kiparsky se confirmou. Entretanto, parece ainda longe de equilibrar-se o pêndulo que balança entre as teorias linguísticas essencialmente a-históricas, que não aceitam argumentos históricos para aperfeiçoarem-se, e as chamadas empiricistas que, a partir dos dados, evidenciam realidades sócio-históricas das línguas. A batalha ocorre agora nessa frente.

Desses confrontos (apesar de mortos e feridos) têm crescido sucessivamente, e com sucesso, as teorias que buscam a compreensão do fenômeno da linguagem humana tanto na sua face biopsíquica quanto na sócio-histórica. O reconhecimento da complementaridade — parece-me que possível — desses caminhos que correm paralelos será a meta de uma teoria explicativa abrangente para a linguagem humana.

Surpreende que o sugerido por Kiparsky em 1970 tenha tomado rumos independentes e hoje lemos teóricos gerativistas que trabalham com mudança linguística que não reconhecem a sociolinguística e vice-versa. No referido texto, se afirma que tais orientações são complementares, pelo menos no que se refere à questão basilar da linguística histórica, que é a mudança linguística:

As pesquisas que focalizam o contexto social da fala e a aquisição da linguagem pela criança completam a abordagem dessa questão fundamental que é a das mudanças... As formas e pronúncias variantes, independentemente de sua conscientização pelo falante, podem conter conotações sociais capazes de influenciar o curso das mudanças (1976: 292).

Um indicador interessante de que tal divórcio perdura e não a complementação sugerida por Kiparsky está no capítulo "Linguística histórica" de R. Coates, publicado em 1987 nos *New Horizons in Linguistics 2*, também organizado por J. Lyons. Aí fica patente que não convergiam os gerativistas e os sociolinguistas na tentativa de um teoria compreensiva da mudança. A orientação desse texto demonstra que a opção foi feita: privilegiar-se, com quase exclusividade, as contribuições das escolas sociolinguísticas — a americana e a inglesa — para a questão da mudança e pouco se menciona como o problema é tratado nos gerativismos.

A complementaridade sugerida no texto análogo de 1970 não se materializou substancialmente no percurso da linguística histórica dessas últimas décadas, no sentido de se construir uma teoria da mudança que conjugasse modelos gerativos e sociolinguísticos, mas sem dúvida, para os que não militam em uma ou outra hoste, os caminhos abertos são promissores.

PARTE I

A MUDANÇA LINGUÍSTICA EM PERSPECTIVA INTRALINGUÍSTICA E INTRASSISTÊMICA

Nesta parte I, vou me fixar em três orientações da linguística histórica intralinguística ou intrassistêmica:

- 1) a teoria neogramática;
- 2) o estruturalismo diacrônico;
- 3) o gerativismo diacrônico.

Antes de entrar na teoria neogramática, devo apresentar um apanhado geral dos modos de ver a linguística histórica no que designei de intralinguística ou intrassistêmica. Não se deve separar a linguística histórica do contexto geral dos linguistas que se dedicaram à reflexão sobre o problema na segunda metade do século XIX para o século XX. Há alguns momentos que são significativos, mas que não indicam rupturas ou revoluções científicas. São momentos que se sucedem no tempo, que refletem os avanços da linguística em geral e que ganham, certamente, do momento anterior.

O primeiro seria o próprio século XIX, sendo necessário considerar que as intenções dos linguistas da primeira metade do referido século, *grosso*

modo, não coincidem com as intenções daqueles da segunda metade; o segundo momento será o do advento dos estruturalismos europeu e americano, entre 1916 e 1957, e o terceiro, o do gerativismo, originalmente americano.

Parte-se, com os neogramáticos, de uma busca de compreensão do fenômeno concretizado no indivíduo, enquanto falante articulador inconsciente de elementos fônicos encadeados sintagmaticamente e também dos processos psíquicos e fisiológicos envolvidos no ato de fala de cada um, responsável inconscientemente pela mudança nas línguas, mudança que se generaliza, posteriormente, no convívio social. Seria esse o momento um.

No momento dois, atenta-se para o indivíduo enquanto parte de uma comunidade detentora de um mesmo sistema linguístico abstrato, uniforme ou homogêneo, depreendido pelo linguista. Esse sistema, modelado por Ferdinand de Saussure, é constituído por elementos inter-relacionados paradigmaticamente e traz em si um fator intrínseco de mudança, por suas assimetrias, e vai se refletir na fala, ou seja, na sequência sintagmática. Será esse o momento do estruturalismo diacrônico.

O terceiro momento caracteriza-se por um refinamento formal, ou seja, pela forma de representação do processo de aquisição da linguagem pela criança, que, com sua socialização, introduzirá mudanças na sua gramática internalizada (*I-Grammar*), que se externaria nas realizações linguísticas, isto é, na competência ou gramática externa (*E-Grammar*) do falante nativo de qualquer língua natural. Esse terceiro momento é o do gerativismo, ainda liderado por N. Chomsky. Embora a preocupação central ou objeto de estudo desse modelo da linguística seja, sobretudo, a aquisição da linguagem, verá-se que gerativistas se preocuparam e se preocupam, escreveram e escrevem sobre a mudança da *I-Grammar* para a *E-Grammar*, porque intuíram que a mudança poderá dar pistas para a aquisição.

Podem-se assim considerar esses três momentos referidos como abstratos, centrados, sobretudo, no indivíduo e não na comunidade e que buscam uma "explicação" (do que tratarei na parte III deste livro), nos seus respectivos quadros teóricos, para a mudança das línguas no tempo. São esses três momentos, precipuamente, intralinguísticos e intrassistemáticos.

Considero esse curso do entendimento da mudança linguística bastante definido, e ele poderia ser sumarizado da seguinte forma: dos fatos concre-

tos e isolados, observados assistematicamente, para uma abstração através da teoria e do método de análise, utilizando fatos concretos por observação sistemática e técnica, formalmente refinada, para se chegar a uma abstração teórica maior que será a "explicação" do fenômeno em causa.

1 A TEORIA NEOGRAMÁTICA DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

Não há manual de linguística teórica como, por exemplo, o de J. Lyons, *Introduction to Theoretical Linguistics* (1969: 27-33), ou de linguística histórica, como, por exemplo, o de T. Bynon, *Historical Linguistics* (1990 [1977]: 23-45), R. Anttila, *Historical and Comparative Linguistics* (1989 [1972]: 57-108), ou de história da linguística, como, por exemplo, o de J. Mattoso Câmara Jr. (1990 [1975]: 73-90), que não trate dos neogramáticos e sua teoria da mudança linguística.

É, sem dúvida, nos começos do século XIX, com Bopp, que se inicia o longo percurso de refinamento dos métodos de análise linguística. Então a hipótese diretora dos trabalhos linguísticos centrava-se na preocupação genética: a preocupação do grau de parentesco histórico entre línguas distantes no espaço (e que, a partir dessa pesquisa de longo alcance, vieram a se chamar línguas indoeuropéias) e confrontadas em momentos de sua história (por exemplo: o sânscrito dos vedas com o grego, desde suas primeiras manifestações escritas, o latim, a partir do século III a.C., e as línguas germânicas bem mais recentemente documentadas pela escrita — séc. IV d. C.).

A preocupação desse grupo de analistas — os comparativistas oitocentistas: Bopp, Grimm, os Schlegel, alemães, Rask, dinamarquês — era a comparação entre itens lexicais determinados para estabelecer as diferenças de língua a língua comparadas e chegar à determinação do parentesco entre elas. Os resultados desse extraordinário trabalho compõem um grande *corpus* de documentação organizada e interpretada segundo os princípios teóricos diretores e abrem caminho para uma segunda etapa nessa história que é a dos neogramáticos.

Assume-se o ano de 1878 como a data inicial do movimento neogramático, com a publicação do primeiro número da revista *Morphologischen Untersuchungen* (Investigações morfológicas), cujo prefácio, de H. Ostoff e K. Brugmann, é considerado como "o manifesto neogramático". É nesse

prefácio que seus autores afirmam que, nos estudos históricos, trata-se não apenas de arrolar correspondências sistemáticas entre línguas, mas antes de criar uma teoria da mudança.

Segundo Mattoso Câmara Jr., foi Brugmann, no antes referido prefácio, que criou a designação *Junggrammatiker Richtung*; “movimento dos jovens gramáticos”, um apelido humorístico para os alunos da Universidade de Leipzig (cf. p. 74). Nos fins do século XIX, a abordagem neogramática tornou-se uma corrente dominante em linguística. O manual dos neogramáticos é o do linguista alemão H. Paul, *Prinzipien der Sprachgeschichte (Princípios da história das línguas)*, publicado em 1880. As edições em alemão se multiplicaram; a última, vivo o autor, é de 1920 (5ª edição); as traduções foram frequentes, e a edição portuguesa é de 1966, quase um século depois da edição original.

Não são originalmente de H. Paul os conceitos básicos da teoria: as *leis fonéticas* e a *analogia*. O primeiro foi explicitamente exposto por Verner: deve haver uma regra para a irregularidade, o problema é encontrá-la; Leskien e Scherrer reforçaram esse ponto de vista: uma forma X contém um elemento A em determinada língua (ou em um estado de uma língua), e em outra língua, àquela aparentada (ou em outro estado de uma mesma língua) uma forma X, originada de X, conterá um elemento A' correspondente ao elemento A e X.

Sobre a “lei” de K. Verner, diz J. Lyons:

Com um influente artigo em que foi capaz de demonstrar que correspondências tais como o gótico *d*= latim *t* (em, por exemplo: gót. *fadar* = lat. *pater*), embora excepcionalmente nos termos da “lei de Grimm”, seria perfeitamente regular se essa lei fosse modificada para dar conta do lugar do acento nas palavras correspondentes em sânscrito:

Sânscrito	bhrātar	pitár
Gótico	brōþar	fadar
Latim	frater	pater

Verner partiu do princípio de que o sânscrito preservava o lugar do acento das línguas indoeuropéias mais antigas, e que a “mudança fônica” germânica ocorrera antes de o acento ter mudado para a posição inicial em algum período pré-histórico germânico (1969: 29 - tradução minha).

Antes de Verner, Grimm estabeleceu sua “lei”: as consoantes do indoeuropeu original /p/ /t/ /k/ haviam mudado, no ramo germânico para /f/ /θ/ /h/, respectivamente. Observaram-se, contudo, várias exceções, para as quais não encontraram um tratamento uniforme.

O que Verner mostrou é que as consoantes de Grimm só eram válidas quando não ocorriam depois de sílabas fracas, no primitivo indoeuropeu. Nesse caso /p/ /t/ /k/ mudaram para /b/ /d/ /g/, respectivamente. Assim Verner mostrou que essas unidades tomadas em si (como estava na lei de Grimm) haviam passado por processos diferentes de mudanças (embora regulares), mas a depender de sua ocorrência em um ou em outro tipo de contexto linguístico. O contexto referido é o da sílaba acentuada ou não.

Segundo Faraco, o postulado das “leis fonéticas” deu “novo rigor metodológico aos estudos históricos... ficaram excluídas da ciência linguística interpretações casuais, fortuitas para as irregularidades” (2005: 90).

O primeiro teórico da *analogia* como única razão para impedir as “leis fonéticas” foi W. Scherer. Quanto, ainda, às “leis fonéticas”, estenderam os neogramáticos suas preocupações para além do nível fonético, buscando condicionamentos suprasegmentais (como o acento de intensidade), gramaticais e semânticos.

A analogia era vista como a única exceção possível nos resultados regulares da lei fonética. Nas palavras de Mattoso Câmara Jr.:

A mente humana, associando formas distintas por seus significados ou semelhança de sons, foi vista como capaz de interferir no desenvolvimento natural de sons, contrariando a esmagadora força de uma lei fonética (1990 [1975]: 76).

Um exemplo clássico de analogia — que já está no *Cours de linguistique générale* — é o latim *honor*. O *-r* final provinha do **-s* original — *honos* — **honōsis* —, chegando a uma fase em que o *-s* só ocorria no nominativo, em posição final e no nominativo singular, nas demais formas do nome era *r*, por analogia, o nominativo passa a *honor*, compatível com todo o paradigma desse nome: *honor* (nom.), *honor* (voc.), *honōris* (gen.), *honori* (dat.), *honorem* (acus.), *honore* (abl.). Também se deve levar em conta a pressão analógica do padrão morfológico das palavras terminadas em *r*, como *cultor*, *cultoris*; *amor*, *amoris*; *labor*, *laboris* [esses são exemplos de Faraco (2005: 92)].

No paradigma dos verbos irregulares do português, há muitos exemplos de analogia: em latim *morier* era um verbo deponente *morēre*, no presente do indicativo, 1ª pessoa, era *morior* (porque os verbos deponentes tinham a forma passiva *-r*, na 1ª pessoa, e a significação ativa). No português arcaico, desaparecidos os verbos deponentes, ocorre, pelo menos até o século

XIV, *moiro* (com a metátese da semivogal de *moriór*), depois regularizou-se, por pressão paradigmática, para *morro*. No português brasileiro, pelo menos, ouvimos e também lemos frequentes analogias: *sobretudo* no futuro do subjuntivo dos verbos irregulares ou de padrão especial. Por exemplo:

"Se eu *ver*" por "se eu *vir*" ...

"Se eu *vir* ~ *vim*" por "se eu *vier*" ...

"Se eu *fazer*" por "se eu *fizer*" ...

Assim, o futuro do subjuntivo passa a ser usado como se fosse um verbo regular:

"Se eu *amar*" ...

"Se eu *falar*" ...

"Se eu *partir*" ...

"Se eu *beber*" ...

Na obra de H. Paul, são discutidos pontos teóricos gerais que continuam hoje nas preocupações dos linguistas teóricos e não resolvidos, se é que se resolverão um dia, como, por exemplo:

1. O indivíduo como centro da mudança: embora não falando de idioleto (termo criado por Bloch, linguista estruturalista americano), é no indivíduo que se inicia a mudança e sua generalização social se faz no uso linguístico.

2. A mudança como gradual e infinitesimal, daí ser inconsciente por parte do emissor e do receptor, não prejudicando, por isso a intercomunicação.

Concentrando suas preocupações sobretudo na mudança fônica, H. Paul consolida as posições dos neogramáticos quanto à regularidade das leis fonéticas, considerando os sons isoladamente, sem constituírem um sistema, mas condicionando-os à cadeia falada, na sequência sintagmática.

Logo surgiram as reações aos neogramáticos. Certamente a figura mais proeminente foi H. Schuchardt, sobretudo latinista e romanista, austríaco da Universidade de Graz. Em 1885, ele publica em seu *Brevier* (Breviário) o estudo "Sobre as leis fonéticas. Contra os neogramáticos".

Na realidade, é Schuchardt que abre caminho para uma nova orientação que se vai desenvolver principalmente entre os romanistas — o estudo da variação linguística no espaço (dialetologia) e sua importância para a compreensão da mudança no tempo. Schuchardt, partindo da fala e não mais

da escrita, admite, contrariamente aos neogramáticos, que a mudança dos sons segue várias direções. Com isso, critica as abstrações generalizantes dos neogramáticos e admite que "cada palavra tem a sua história".

Além disso, é Schuchardt que vai introduzir nas preocupações dos linguistas a observação do fenômeno do contato entre línguas diversas, e o resultado disso seria o estudo das línguas *pidgins* e crioulas. Essa linha nitidamente sociolinguística será, inicialmente, desenvolvida por linguistas italianos, como G. Ascoli, e essa nova orientação levará à teoria dos substratos, que ocupará muitos romanistas na explicação ou interpretação das divergências linguísticas decorrentes das interferências de umas línguas sobre as outras.

A preocupação com os fatos empíricos concretos, despertada pela observação da realidade e não pela inferência induzida, a partir de documentação escrita e esparsa no tempo, levou a uma nova orientação que floresceu muito entre os romanistas.

Considero como exponencial, no que se refere à teoria dos substratos, a obra de W. von Wartburg, traduzida para o espanhol em 1952 — *La fragmentación lingüística de la Rumania*. Criticada hoje essa teoria, prefere-se antes falar de contato linguístico e suas interferências, pelo fato de se considerar que *substrato*, *superestrato* e *adstrato*, termos derivados da geologia, não se aplicam às línguas, necessariamente em permanente mudança, em que interagem fatores de natureza diversa e complexa.

No entanto, desprestigiada a teoria neogramática da mudança, uma teoria geral da mudança diacrônica, a partir dessa nova visão dos fatos reais, não foi desenvolvida. Desenvolveram-se teorias como a dialetológica, a areal, ou seja, teorias de variação espacial ou geográfica. Desse modo, são os estudos sincrônicos que começam a tomar força entre os linguistas, ao iniciar-se o século XX.

No que diz respeito à mudança diacrônica, os linguistas que nessa época nela se detiveram foram, entre outros, A. Meillet e P. Vendryès. Excluíram o conceito de leis fonéticas, preferiam antes falar de "correspondências fonéticas", sistemáticas ou não, ou em "*tendências*" em determinadas direções, para fugirem ao caráter categórico e genérico dos neogramáticos, ou se dedicaram a explicar certos casos históricos de mudança, como decorrentes do contato entre sistemas diferentes.

Um produto pedagógico da teoria neogramática são as gramáticas históricas, produzidas pelo menos no ocidente europeu e nas Américas desde fins do século XIX. No caso da língua portuguesa, a mais neogramática de nossas gramáticas históricas é a do professor da Universidade da Pennsylvania, E. Williams, que em 1938 publica, pela Oxford University Press, *From Latin to Portuguese: Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. A obra foi traduzida para o português em 1961 — *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*, por A. Houaiss, e publicada no Rio de Janeiro pelo Instituto Nacional do Livro.

E. Williams não teoriza, aplica ao português as regras de mudanças fônicas (X > Y), apresentando, quando considera necessário, as exceções à regra. Depois de uma "introdução", em que trata do latim vulgar, do português como descendente desse latim e da ortografia portuguesa, passa à fonologia (vogais nas suas diversas distribuições; consoantes e grupos consonantais, também em suas diversas distribuições). Finaliza essa parte com o que designa de "modificações esporádicas", ou seja, em ordem alfabética, mudanças por abreviações, analogia, anapixe, aférese, apócope, assimilação, dissimilação, confusão de prefixos e sílabas iniciais, contaminação, epêntese, haploglia, metátese, paragoge, a protético, sândi e, por fim, divisão errônea. Essa listagem mostra o caráter mecanicista da abordagem, o qual não entrecruza essas "modificações esporádicas". De fato, há mudanças fônicas por acréscimo, apagamento, movimento dos elementos fônicos e devidas à contiguidade desses elementos nas palavras.

Na segunda parte, "Morfologia", parte das tradicionais classes de palavras (substantivos, adjetivos, numerais, artigos, pronomes), dedicando mais páginas ao verbo (fenômenos gerais da flexão verbal, terminações temporais, verbos com modificação no radical e verbos inclassificáveis).

Mattoso Câmara Jr., no seu *História e estrutura da língua portuguesa* (Rio de Janeiro: Padrão, 1975), recusa a designação "verbos inclassificáveis", porque admite que "há regularidade" na "irregularidade", e designa esses verbos e os classifica como "verbos de radical variável" (cf. p. 150-163). É verdade que Mattoso Câmara Jr. não foi neogramático, mas estruturalista, contudo um estruturalista que não recusou a história, nem a da língua, nem a da linguística.

Se o fundamento principal dos neogramáticos foram as "leis fonéticas", dando margem à "analogia", o novo momento intrassistêmico ou intralin-

guístico da linguística histórica vai dar prioridade também às mudanças fônicas, vistas não isoladamente, mas como parte de um sistema ou estrutura.

2 O ESTRUTURALISMO DIACRÔNICO

Com o advento do estruturalismo, que pode ter 1916 (cem anos depois de Bopp) como seu marco inicial, estabelece-se um novo momento revolucionário na história da linguística. Tendo proposto F. de Saussure que a língua é um sistema em que tudo se equilibra e que preexiste ao indivíduo, já que considera a *langue* um fato social, lança as bases para uma metodologia de análise sincrônica que demonstrou ser extremamente frutífera. Saussure cria, contudo, o impasse para a mudança linguística, transferindo para a *parole* a mudança. Para ele é o sistema abstrato o objeto central de estudo da linguística, excluindo assim a mudança dessa ciência. Continuará Saussure a entender a mudança como a entenderam os neogramáticos, de quem recebeu sua formação.

Alguns estruturalistas europeus permaneceram fiéis a essa proposta ou princípio saussuriano, como, por exemplo, os de Genebra, que se dedicaram a estudos sincrônicos, e os glossemáticos dinamarqueses, que desenvolveram, às últimas consequências, o conceito de sistema abstrato, excluindo da prioridade de suas preocupações a mudança linguística. Outros, contudo, a partir da noção de sistema, procuraram entender a mudança como intrínseca ao sistema. São esses estruturalistas europeus que, a partir do próprio conceito de sistema, lançarão as bases de uma fonologia diacrônica.

Com isso se pode adiantar que a posição neogramática de abstrair e generalizar sobre a mudança fônica continua nos fonólogos diacrônicos, mas numa perspectiva nova e fundamental: para continuar a funcionar como instrumento de comunicação entre os homens, o sistema tinha, necessariamente, de mudar, senão deixaria de cumprir o que consideravam sua função primeira.

Saussure não construiu uma teoria fonológica nem o conceito de fonema, mas sim a chamada primeira escola funcionalista, ou seja, o Círculo Linguístico de Praga, que, segundo D. Lucchesi, em seu livro *Sistema, mudança e linguagem*,

surge em 1926, por iniciativa de Vilém Mathesius. As figuras mais destacadas deste numeroso grupo de linguistas — que reunia, além de linguistas tchecos e eslo-

vacos, linguistas de várias outras nacionalidades — foram os russos N. Trubetzkoy e R. Jakobson, sendo Jakobson o redator do documento, através do qual o Círculo fez sua primeira aparição pública, no Congresso Internacional de Linguística, realizado em Haia, em 1928 (2004: 87).

Informa Lucchesi que, “além da fonologia, a outra contribuição relevante do Círculo está na sua proposição de entender o método estrutural ao estudo histórico da língua” (*id.*: 88).

Quem primeiro expressou e desenvolveu essa proposta foi R. Jakobson em 1931, no livro *Prinzipien der historischen Phonologie* (Princípios de fonologia histórica), apenso ao tratado de Trubetzkoy, *Prinzipes de phonologie*, publicado em Paris pela Klincksieck no ano de 1949. Os princípios de Trubetzkoy tornaram-se o manual teórico básico da fonologia desenvolvida no Círculo de Praga. O trabalho de Jakobson foi traduzido e republicado em outros lugares. É, contudo, A. Martinet quem pode ser considerado a figura estelar da fonologia diacrônica.

A noção de “funcionalidade” é crucial para o desenvolvimento do modelo estruturalista do Círculo de Praga. Diz Lucchesi:

Antes de conceber o estudo linguístico como a dedução de um sistema, os linguistas de Praga o concebem como a descrição e análise da estrutura que garante o funcionamento da língua... Assim, para os linguistas de Praga, estrutura e função são duas noções indissociáveis, donde a denominação de sua concepção de língua como estrutural e funcional (*id.*: 89).

Jakobson, nos seus *Prinzipien*, depreende em linhas gerais os mecanismos que o sistema cria para continuar funcionando e em “equilíbrio”. Para ele a noção básica, de natureza teleológica, é a de que todo sistema fônico tende para uma “harmonia” entre os elementos. É essa tendência à harmonia que o mantém equilibrado. Para esse autor, os mecanismos fundamentais que propõe são o de “fonologização” (um elemento que não era fonema passa a ser), o fenômeno inverso de “desfonologização” e ainda a “refonologização” ou “transfonologização” (mudança de posição de um fonema no sistema).

Sobre esses processos de Jakobson, cito Lucchesi (*id.*: 146-147), que o transcreve:

A primeira categoria se divide por sua vez em dois tipos: a supressão de uma diferença fonológica (A : B) pode ser chamada de ‘desfonologização’ (ou ‘des-

valorização fonológica’) e a formação de uma diferença fonológica, uma fonologização (ou ‘valorização fonológica’) (Jakobson 1970 [1931]: 319). Ou seja, na desfonologização, “A e B se opõem fonologicamente, enquanto, entre A1 e B1, não existe nenhuma diferença fonológica” (*ibidem*); já na fonologização, entre A e B não há nenhuma diferença fonológica, enquanto que, entre A1 e B1, uma diferença existe (*id.*: 321).

Quanto à “refonologização”, diz mais adiante Lucchesi (*id.*: 147):

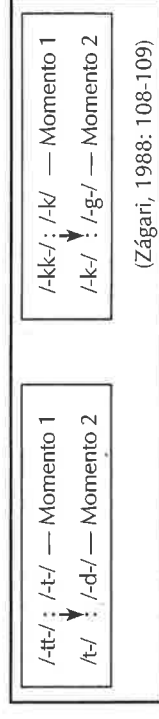
A refonologização se diferencia da fonologização e da desfonologização, porque não implica nenhuma alteração do número de fonemas de uma língua... numa refonologização, um par de fonemas correlativos se transforma em uma disjunção ou vice-versa; ou ainda, um par pertencente a uma correlação se transforma em um par de outra correlação (cf. Jakobson, 1970 [1931]: 324).

Exemplificando com fatos da história da língua portuguesa, seguirei o livro, de M. R. Zágari, *Fonologia diacrônica do português*, publicado em 1988, pela Editora da Universidade de Juiz de Fora.

Sobre a “fonologização”, apresento um de seus exemplos (1988: 114):

A passagem de /-b-/ > /-v-/ é uma fonologização porquanto formou-se um novo par mínimo oposto ... o fonema /v/ do português, inexistente no latim, formou-se, por isso mesmo através de várias origens e caminhos.

Sobre a “desfonologização”, a perda de uma oposição distintiva, exemplifica Zágari, considerando a perda das consoantes geminadas do latim, no seguinte esquema:



Quanto à “refonologização”, também chamada de “transfonologização”, esclarece e exemplifica Zágari (*id.*: 112):

Já na série das [- cont.] ocorreu uma “transfonologização”, porque os novos pares representam, apenas, uma transferência no tempo, tendo havido somente uma reorganização, uma mudança das oposições. O sistema não perdeu nem ganhou fonemas. O resultado foi uma oposição do tipo já conhecido do latim: /p/ : /b/ ; /t/ : /d/ ; /k/ : /g/.

uma vez que as geminadas correspondentes passaram a consoantes simples.

É A. Martinet que vai desenvolver uma teoria mais abrangente da fonologia diacrônica, primeiro publicada em um artigo de 1952, "Structure, Function and Sound Change". Contudo, seu corpo de doutrina mais desenvolvido é publicado como uma longa introdução geral ao *Économie des changements phonétiques: traité de phonologie diachronique*, de 1995.

Marinet parte do princípio de que o germe da mudança do sistema está nos seus "pontos fracos". Ele vai explorar esse conceito de "ponto fraco" relacionando-o com os conceitos de "função", "estrutura" e "economia". Partindo do princípio de que a função do fonema é distinguir signos, se faz necessário que os fonemas se mantenham distintos para que a comunicação se realize. Associado a isso, explora a noção de rendimento funcional dos fonemas: o maior ou menor "rendimento funcional" está em relação direta com a maior ou menor estabilidade do fonema no sistema. Concebendo a estrutura fonológica, de certo modo, como uma hierarquia de subsistemas e especificando-a do menos amplo para o mais amplo em pares de correlações, Martinet demonstra que quanto mais integrado, nesses feixes, correlações e pares opostos, mais estável é o fonema. Assim tenderá a não mudar. Retorna ainda a antiga noção de "menor esforço", reinterpretando-a e rebatizando-a como "economia". Martinet desenvolve sua concepção não apenas ao nível da cadeia sintagmática, mas, sobretudo, ao nível da cadeia paradigmática, ou seja, dos elementos que compõem o sistema ou estrutura. Demonstra que, quanto mais integrados e quanto mais econômicos — isto é, com um número mínimo de traços distintivos em jogo — os sistemas fônicos, mais equilibrados são e menos passíveis de mudança. Não deixa, entretanto, de considerar o aspecto fonético do problema: para ele a assimetria do aparelho fonador pode ser uma condição de mudança.

Para Martinet, os aspectos acima destacados são fatores internos fundamentais para a compreensão da mudança. Não desconsidera a importância de fatores externos que podem condicionar a mudança, mas não os inclui em sua teoria e os transfere, ao final de sua longa "Introdução", para o livro de U. Weinreich, *Languages in Contact*.

Volto aos conceitos de "economia" e de "rendimento funcional". Quanto à economia, diz Martinet que é necessário que se levante o quadro das unidades fônicas, localizando nele os pontos latentes de desequilíbrio (cf. p. 66). Quanto ao rendimento funcional das oposições, diz Martinet que dada oposição tem rendimento funcional se distinguir uma grande quantidade de

pares de palavras da língua; terá rendimento fraco se o número dos pares de palavras por ela diferenciados for pequeno. No primeiro caso, há maior resistência à mudança; no segundo, conseqüentemente, terá menos resistência.

Exemplifica Martinet o rendimento funcional com dados do francês: enquanto a oposição /ā/ : /ō/ (como em *blanc: blond*) é forte, a oposição /ē/ : /œ/ (como em *brin : brun*) é fraca. Segundo ele, no francês de Paris, tende-se a confundir esses dois elementos fônicos.

Marinet, com base no princípio da economia, organiza uma classificação das mudanças fônicas.

- a. as que não afetam as possibilidades distintivas;
- b. as que reduzem as possibilidades distintivas;
- c. as que aumentam o número de unidades distintivas.

Os exemplos de cada tipo de mudança estão em Faraco (2005: 160-1):

as alterações das relações entre as vogais no dialeto de Hauteville na Savoia. Segundo Martinet [que analisou o dialeto e escreveu um livro sobre ele], num primeiro momento, o dialeto tinha as vogais baixas /ε, a/, mas não /ɔ/; num segundo momento, ocorreram as seguintes modificações:

a > ɔ
ε > a
ē > ε
ẽ > ẽ

Um buraco [*case vide* "casa vazia", na terminologia de Martinet] no sistema (ausência de /ɔ/) puxou a vogal /a/ para preenchê-lo, mudando-a para /ɔ/, criando um novo buraco, preenchido, por sua vez, pela mudança de /ε/ em /a/ e assim sucessivamente. Ao final, as oposições não aumentaram, nem diminuiram; houve apenas uma alteração nas relações entre as unidades: passou-se da situação (1) para a (2):

1.

ẽ			
ε	ẽ	ε	ɔ
	a	a	a
2.

	ε	ẽ	ɔ
	a	a	a

o que resultou num sistema mais simétrico, mais equilibrado, já que /ẽ/ era, na quele dialeto, a única vogal não-baixa nasalizada.

O exemplo do tipo *b* é a conhecida mudança que ocorreu no período arcaico da língua portuguesa, ou seja, o desaparecimento das africadas sibi-

lantes naquele período, que pode ser representado como segue, uma vez que aquele sistema apresentava quatro fonemas:

Sonoridade	Ponto de articulação	
	predorsodentais	ápico-alveolares
surda	/ts/ > /s/	/s/
sonora	exs: <i>cem</i> e <i>paço</i>	exs: <i>sem</i> e <i>passo</i>
	/dzl/ > /z/	/z/
	ex: <i>cozer</i>	ex: <i>cozer</i>

Nesse sistema do português arcaico, *paço* /patsu/ se opunha a *passo* /pasu/. A primeira palavra do latim *palatii-* e a segunda do latim *passu-*; também no período arcaico se opunham *cozer* /codzer/ e *cozer* /cozer/. A primeira do latim *coquere* e a segunda de *consuere*.

Segundo Faraco, Martinet diria, certamente, nesse caso, que as oposições /ts/ : /s/ e /dzl/ : /z/ eram funcionalmente fracas, o que acabou por determinar seu desaparecimento (id: 162).

Do tipo c, Faraco apresenta

a criação da oposição /n/ e /ɲ/ em inglês... que distingue pares como *sin* x *sing*, *thin* x *thing*... Martinet diria que essa criação de nova oposição no sistema se tornou possível porque houve, anteriormente, a transferência de um traço distintivo (velar) de um elemento — /g/ — para outro — a consoante nasal — na cadeia combinatoria... sem a fixação da oposição /n/ e /ɲ/ uma palavra como *sing*, por exemplo, seria dita da mesma forma que *sin* (id: 162).

A obra de A. Martinet é singular no conjunto da linguística estrutural: dos estruturalismos europeu ou americano, nenhum apresenta uma teoria geral para a mudança linguística. Além do mais, é uma obra extraordinária pela sua arquitetura lógica e convincente dentro do âmbito a que se propõe.

Martinet demonstra suas proposições em uma série de ensaios apensos à obra — *Économie des changements phonétiques* — estudos sobre mudanças ocorridas em línguas indoeuropéias, de distância variável no tempo, além de um estudo sobre a língua basca. Pode ser combatido, e tem sido, por reduzir a realidade pelo bem da teoria. A mesma crítica feita por Schuchardt aos neogramáticos poderia ser feita a Martinet: abstração e generalização em desprovido da realidade. O fato é que a teoria de Martinet foi pouco testada para ser contraditada e o que fica de sua contribuição pode ser

considerado um dos grandes marcos teóricos na busca do entendimento da mudança linguística.

Segundo Faraco (ib.),

Pode-se dizer que a contribuição metodológica do estruturalismo para a linguística histórica foi a introdução da exigência de que qualquer mudança deve ser sempre analisada não isoladamente, atomisticamente, mas sistemicamente, isto é, situando-a em suas relações com outros elementos da língua, seja antes, durante ou depois da mudança.

Embora, epistemologicamente antagônicas, as duas visões teóricas — a neogramática e a fonologia diacrônica estrutural — coincidem no fato de não priorizarem nos seus objetivos as motivações sociais.

O estruturalismo americano caracteriza-se, sobretudo, pela preocupação em desenvolver um método de análise sincrônica, principalmente das línguas indígenas da América. Vale ressaltar que esse estudo sincrônico foi projetado diacronicamente. Preocupados com a descrição, não se ativeram à mudança. Bloomfield, ele próprio, considerou impossível determinar as causas ou as condições da mudança por não serem observáveis

A projeção diacrônica dos métodos sincrônicos resultou, sobretudo, em um método histórico de “reconstrução interna” de estados sincrônicos passados de línguas indígenas, ágrafas, e a partir da comparação de dialetos sincrônicos dessas línguas. Nesse método, a noção estruturalista de sistema está sempre presente e a variação espacial sincrônica das línguas remanescentes foi considerada como um ponto de partida possível para a reprodução de etapas históricas por que tinham passado essas línguas.

De certo modo, em termos objetivos, mas utilizando outros recursos metodológicos e teóricos, os estruturalistas americanos, que a esse aspecto da pesquisa se dedicaram, se situam em posição semelhante à dos comparativistas europeus da primeira metade do século XIX. O próprio Bloomfield fez, pelo menos, um trabalho desse tipo, utilizando como objeto de estudos as línguas algonquinas da América do Norte; note-se que L. Bloomfield foi discípulo do antropólogo F. Boas.

É E. Sapir, entre os estruturalistas americanos, quem esboça uma “teoria da deriva” (*drift*), teoria de mudança linguística, em que, de certo modo, se aproxima dos fonólogos diacrônicos, embora mais abrangente por não ver

a mudança fônica separada da morfológica ou sintática, como os neogramáticos e, mais ainda, os fonólogos funcionalistas/estruturalistas.

Para Sapiro, a mudança linguística não era errática nem casual, obedece a uma deriva, que pode ser determinável, a partir do próprio sistema ou estrutura. Não desenvolve, contudo, um método para demonstrar o seu ponto de vista; esboça um caminho para o entendimento do problema.

Segundo Mattoso Câmara Jr., apesar dos estudos de Sapiro sobre línguas indígenas americanas — também seguiu os ensinamentos de F. Boas —, a sua mais importante contribuição foi o desenvolvimento de uma teoria linguística que discutiu em seu livro, de 1921, *A linguagem: uma introdução ao estudo da fala*.

Ainda segundo Mattoso Câmara Jr. (1990 [1975]: 169),

Sapiro era um formalista, isto é, via a linguagem como uma forma auto-suficiente que fornece ao pensamento e cultura humanas seus canais expressivos, adaptando ambos a elas.

Destaca Mattoso Câmara Jr. (*id.*: 171) que a

influência que Sapiro exerceu na linguística americana foi enorme. Chamou a atenção para três grandes pontos discutíveis no estudo da linguagem: 1) o estudo descritivo, a fim de descobrir padrões intrínsecos de uma língua; 2) o estudo do impulso linguístico; 3) as inter-relações entre língua e pensamento, a fim de ver até que ponto a língua é levada a infringir a atividade mental de uma comunidade linguística e a dirigir a visão coletiva da vida e do universo dentro daquela comunidade.

Eu não poderia dizer que Mattoso Câmara Jr. fosse sapiriano; era, contudo, um grande admirador de Sapiro. Traduziu para o português o livro de Sapiro, *Language: an Introduction to the Study of Speech*, em 1938, mas que só veio a ser publicado em 1954, o que se pode ler à p. 21 da nova edição dos *Dispersos* (2004).

Contudo, a teoria de Sapiro será criticada, porque, tal como o estruturalismo diacrônico, é considerada de natureza teleológica, ou seja, que ao obedecer uma direção, terá a mudança um fim previsível.

Há ainda seguidores da “teoria da deriva”. Como exemplo, me refiro a A. Naro e M. Scherre que, examinando textos do período arcaico do português, defendem que, pelo menos na concordância verbal, o português brasileiro contemporâneo, na sua variação de número, apresenta os mesmos

fatores linguísticos do português arcaico, com pesos relativos próximos, apesar de a frequência neste ser menor. Contudo, essa questão está em debate. Veja-se, por exemplo, o artigo dos autores referidos, “O conceito de transição linguística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate” (2003: 285-302) e seu *Origens do português brasileiro* (Parábola Editorial, 2007).

3. O GERATIVISMO DIACRÔNICO

Com o advento das perspectivas gerativas em linguística, a partir de 1957, quando N. Chomsky publica *Syntactic Structures*, pode-se dizer que as possibilidades de desenvolvimento do estruturalismo aplicado a estudos históricos mudaram de curso. Mais uma vez, a concentração das preocupações dos linguistas se voltou para a sincronia, o que, aliás, não deixou de acontecer desde os primórdios em 1916. Depois dos neogramáticos, a história da língua e a mudança linguística têm sido um objeto de estudo de caráter secundário.

De saída, é preciso notar que, embora sejam teorias abstratas e formais tanto os estruturalismos como o gerativismo, há diferenças fundamentais entre os dois modelos. Em rápidos traços, os estruturalismos buscaram e buscam o sistema, considerado não na mente do indivíduo, mas como fato social, ou seja, compartilhado por todos os que o utilizam; têm um método indutivo, partem dos dados, sobretudo os estruturalismos americanos. O gerativismo busca a gramática internalizada na mente/cérebro dos falantes, gramática portanto individual; tem um método dedutivo, parte de princípios ou axiomas que são testados nos dados ou do próprio linguista ou nos dos falantes nativos de determinada língua.

Embora Chomsky tenha publicado seu primeiro livro em 1957, só em 1962, quando ele já abandonava seu primeiro modelo — o de *Syntactic Structures*, o segundo se corporifica no livro *Aspects of a Theory of Syntax*, o chamado modelo-padrão — é que M. Halle, em *Phonology in Generative Grammar*, lança alguns pontos de reflexão sobre a mudança. As propostas de Halle se concentram sobretudo no processo de transmissão da mudança de geração para geração.

Partindo do princípio de que a manutenção da inteligibilidade é fundamental, Halle é de opinião de que o número de regras diferentes de uma geração para outra está condicionado pela mudança. De acordo com a teoria em que está inserida, a mudança linguística para esses gerativistas é entendida como mudanças de regras na gramática. Note-se que, nessa altura de sua história, a teoria gerativa operava ainda com regras. Não estando estruturado esse modelo de análise segundo os níveis ou planos dos estruturalismos, assim os gerativistas não entenderão a mudança fônica como independente das mudanças nos outros componentes da gramática.

O ponto forte da linguística histórica, desde seu nascimento há mais de um século, tem sido a questão da regularidade das "leis fonéticas", referidas na atualidade como a "hipótese neogramática".

O avanço conseguido pelos neogramáticos no âmbito das línguas indoeuropéias legou aos estudiosos um conjunto de dados e de interpretações. Apesar de todas as reformulações teóricas subsequentes à escola neogramática, o "princípio da regularidade" ainda é considerado como um critério heurístico válido na pesquisa linguística. H. H. Hoch, no seu livro de 1986, *Principles of Historical Linguistics*, um século depois dos neogramáticos, considera desse modo o "princípio da regularidade".

Logo surgiram críticas aos neogramáticos, ou seja, a mudança fônica não é regular, não atinge, ao mesmo tempo, todos os itens do léxico para isso qualificados; não é mecânica, isto é, apenas foneticamente condicionada; se processa gradualmente, daí não poder ser observada, como achava Bloomfield. Além de Schuchardt e dos dialetólogos europeus, contrapõe-se aos neogramáticos a teoria da "difusão lexical", ou seja, as mudanças fônicas se difundem por "camadas do léxico".

Segundo M. A. Oliveira (1992: 32), linguista brasileiro que defende o modelo da difusão lexical,

esse modelo, em sua essência, propõe que as mudanças sonoras sejam vistas como sendo "lexicalmente gradativas" e "foneticamente abruptas". O modelo da DL se opõe, portanto, ao modelo neogramático (NG), que concebe as mudanças sonoras como sendo "lexicalmente abruptas" e "foneticamente graduais".

Conforme esse autor (*id.*: 37), as "palavras afetadas em primeiro lugar por uma mudança teriam certos traços, tais como [+ comum], [+estilo,informal] e [+ contexto fonético natural para a inovação]".

Voltarei à teoria da difusão lexical na parte II deste livro.

Retorno à teoria da mudança fônica no gerativismo. Nesse paradigma teórico, os princípios neogramáticos foram recuperados com mais ênfase que os da fonologia diacrônica estrutural. Possivelmente os aproximou o fato de tanto os neogramáticos como os gerativistas considerarem como razão para a mudança a descontinuidade no processo de aquisição da linguagem. Por outro lado, a contextualização da teoria gerativa no conjunto de uma teoria linguística geral, que engloba a aquisição e a construção da gramática na mente do indivíduo, os separa.

O princípio da regularidade e da impossibilidade de observar as mudanças dos neogramáticos se adequam à fonologia gerativa. É no manancial de dados do historicismo oitocentista e de estudos, muitos e novos, que a fonologia buscará comprovação empírica com o objetivo de generalizações para o que vai denominar de mudanças fônicas naturais. Consegue com isso um nível mais alto de caráter explanatório na teoria da mudança, que tem a intenção, inclusive, de propor regras preditivas e não apenas descritivas.

Segundo C. A. Faraco (2005: 165), no que concerne à diacronia, a linguística gerativa teve dois momentos distintos:

Num primeiro, na medida em que a gramática era vista como um sistema de regras, as mudanças foram entendidas como processos que alteravam as regras da gramática, eliminando algumas, introduzindo novas ou, ainda, reordenando sua aplicação.

Nesse tempo, apareceram trabalhos como os de R. D. King (1969), P. Kiparsky (1968) e S. Schane (1972).

Um exemplo apresentado por Faraco é o encurtamento das consoantes oclusivas finais em alemão, tratado nesses trabalhos como introdução de uma nova regra, assim formalizada:

[+oclusiva] > [-sonora] — #

ou seja, a oclusiva sonora passa a surda em final de palavra.

Pode-se acrescentar, como exemplo do mesmo tipo, a perda das consoantes finais do latim para o português, com exceção das consoantes nasais, sibilantes e as líquidas laterais e vibrantes:

[+oclusiva/+constritiva] > [Ø] — #

ex: lat. *amat* > port. *ama*

mas

[+constritiva] > [-constritiva] / — #

ex: lat. *amas* > port. *amas*.

Segundo Faraco (*id.*: 166), “poderíamos... dizer que, no fundo, o que vemos aí são as velhas leis fonéticas dos neogramáticos reaparecendo numa forma notacional diferente”.

T. Bynon, em seu livro *Historical Linguistics* (1990 [1977]), no capítulo 3, “The Transformational-Generative Model of Language Evolution” (p. 108-169), diz:

Pensamos, contudo, que... o quadro teórico transformacional se tornou o maior centro no repensar a linguística histórica e que os problemas levantados pelas análises alternativas a que se propõe não pode ser ignorado (*id.*: 108).

Concordo com Bynon que esse novo quadro teórico “não pode ser ignorado”; ademais, acho que deve ser considerado. Também concordo com Faraco que diz haver “um exagero em afirmações” como a de Bynon. De fato, o gerativismo diacrônico não é preocupação da grande maioria dos gerativistas.

O segundo momento na linguística gerativa se situa nos fins da década de 1970, quando nessa teoria é abandonado o modelo de regras, e ela vai operar com alguns poucos princípios gerais, não mais derivar sentenças da estrutura profunda para a superficial, mas se preocupa em representar gramáticas possíveis. Introduz, nessa altura do desenvolvimento do novo modelo, a idéia de que a gramática universal (GU) é um conjunto de parâmetros variáveis, ao lado dos princípios gerais universais. Com isso abre caminho para trabalhos tipológicos e de mudança linguística.

As mudanças no tempo de uma língua se correlacionam à fixação de parâmetros. A mudança na fixação de um parâmetro pode ocasionar um conjunto aparentemente não-relacionado de mudanças simultâneas.

Faraco (*id.*: 168-9) relaciona com o estruturalismo diacrônico o gerativista:

O pensamento gerativista em diacronia se identifica, portanto, plenamente com a tradição forte em linguística de considerar as mudanças como direcionadas por forças internas à língua. Retoma-se assim a perspectiva estruturalista... a diferença é a hipótese inatista (o biologismo).

Enquanto os estruturalistas não são inatistas, os gerativistas defendem que as mudanças estão submetidas aos princípios da gramática universal, inata nos indivíduos humanos.

Voltando ao primeiro momento do gerativismo diacrônico, parece-me um aspecto interessante dele a relação entre variações espaciais sincrônicas de uma mesma língua e a variação diacrônica. Uma hipótese muito discutida entre os especialistas é a de que a variação espacial se explica muitas vezes por adição de regras ou por sua reordenação de um dialeto para outro. A proposta de então e aceita por alguns é a de que a ordem das transformações que ligam as estruturas profundas à superficial pode repetir as etapas históricas da mudança. Uma visão geral desse primeiro momento do gerativismo está no livro de R. King, *Historical Linguistics and Generative Grammar*, de 1969.

Nesse primeiro momento do gerativismo diacrônico, o objeto de estudo eram, sobretudo, as mudanças fônicas. Além dos autores antes citados — Kiparsky, Schane, Postal — destaco, ainda, Foley (1972), que me parece bastante sugestivo. Para ele a mudança se processa pela repetição de regras antes aplicadas em estados anteriores da língua ou em línguas aparentadas. Foley escolhe exemplos retirados de um mesmo fenômeno em várias línguas indoeuropéias e, com suas metarregras, considera provada sua teoria.

Visão semelhante do problema, mas analisado na sintaxe, se encontra, por exemplo, em R. Lakoff (1972), no artigo “Another Look at Drift”. A autora, considerando certos aspectos sintáticos das línguas indoeuropéias ao longo de sua história, propõe que se considere uma “metacondição” (que poderia se assemelhar às metarregras de Foley) que propicia a mudança histórica dessas línguas em determinada direção ou deriva. Como já propusera E. Sapir, Lakoff situa, entretanto, o problema em nível alto de abstração. Admite assim a autora que, pelo menos no grupo de línguas indoeuropéias sobre que observa sua hipótese, há uma deriva interna que explicaria certas coincidências ao longo do tempo. Assim, tanto Foley como Lakoff colocam a mudança em um nível de abstração não só mais alto, como também mais generalizante do que os primeiros diacronistas gerativistas, que, a partir de M. Halle, se preocuparam com a mudança, em geral, fônica.

A mudança sintática não foi preocupação nem dos neogramáticos nem do estruturalismo diacrônico. Seus avanços, certamente, são não só distintos, mas menos produtivos nos seus resultados que o da mudança fônica. H. H. Hock, no seu livro *Principles of Historical Linguistics* (1986), afirma, e não se pode discordar, que a mudança sintática é a área da linguística histórica

menos intensificadamente pesquisada (p. 378). A partir dos fins da década de 1970, entretanto, parecem estar mudando os seus rumos.

No momento da teoria gerativo-transformacional, T. Bynon trata da mudança sintática em seu livro clássico *Historical Linguistics* (p. 145-167) publicado pela primeira vez em 1977.

M. A. Perini, no seu livro de 1976, *A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*, depois de apresentar a teoria na primeira parte, a partir da segunda, apresenta, problematizando, fatos sintáticos da língua portuguesa e os analisa segundo o modelo gerativo-transformacional.

No segundo momento da teoria, a partir de fins da década de 1970 e inícios da de 1980, começam a ser realizados trabalhos de sintaxe diacrônica. Sem esquecer as contribuições anteriores, os gerativistas começaram a considerar que a mudança sintática pode fornecer argumentos para a construção da teoria de gramáticas possíveis, além de revelar impossíveis de uma gramática; assim se apresentam rumos para a busca de explicações da mudança sintática no âmbito de uma teoria não apenas da mudança linguística, mas no âmbito da gramática.

D. Lightfoot, nas preliminares dos *Principles of Diachronic Syntax* (1979), destaca com clareza uma série de dificuldades para o estudo da sintaxe na história das línguas.

O fato de não se ter um legado análogo ao dos neogramáticos para as mudanças fônicas é uma delas; não se dispõe, por isso, de dados suficientemente interpretados para propor mudanças sintáticas naturais. Sendo de documentação naturalmente dispersa para muitos fatos sintáticos, evidencia-se assim outra dificuldade para as pesquisas em *corpora* históricos, o que é minorado, pela documentação frequente, no caso das mudanças fônicas, detectadas a partir de palavras na língua escrita. Nisso está implicado também o fato de nem todas as línguas historicamente atestadas pela escrita terem suficiente documentação para a análise da sintaxe. Ressalva, por isso, Lightfoot a importância que reveste o trabalho sobre línguas com testemunhos abundantes ao longo da história e com trabalhos com critérios filológicos adequados e rigorosos. Para esse autor, a dificuldade maior consiste no fato de não dispor ainda o sintaticista de teoria suficientemente adequada para sintaxes sincrônicas possíveis.

Nesse livro e em artigos subsequentes, como o de 1988, "Syntactic Change", publicado em *Linguistics Cambridge Survey*, volume 1, Lightfoot tece crítica minuciosa a propostas de análise de mudanças sintáticas em que não se vê valor explicativo, muito menos preditivo, mas apenas descritivo, como as teorias da mudança tipológicas — da deriva, da gerativa *standard*, da difusão sintática de base analógica — ou por serem de caráter teleológico ou finalista, como a primeira, ou porque, por seu caráter não restritivo, não são adequadas, como as duas últimas.

A pesquisa de Lightfoot se direciona para fazer previsões sobre mudanças históricas possíveis e, assim sendo, a investigação de mudanças terá consequências para as restrições impostas à teoria da gramática.

Para Lightfoot, o fundamento epistemológico dos gerativistas é o de que a gramática não é um objeto historicamente transmitido, mas é essencialmente descontínuo e tem de ser recriado pelo indivíduo. Nessa descontinuidade, instala-se a possibilidade de mudanças na gramática de gerações sucessivas. Seguindo nos primeiros trabalhos a *teoria padrão ampliada*, opera na sua interpretação da mudança com a opacidade da gramática que desencadeia reanálises que levarão a sua reestruturação para recuperar a transparência necessária.

Esse é o caminho das mudanças que têm como fator a "necessidade", mas não exclui as mudanças devidas ao acaso, decorrentes de fatores pragmáticos, de natureza estilística ou de contato do falante com outras línguas. As primeiras ocorrem no processo de construção da gramática durante a aquisição da linguagem e as outras podem ocorrer no processo de construção da gramática ao longo da maturidade linguística do indivíduo.

Vale lembrar que o conceito-chave de "opacidade" tem a ver com a complexidade derivacional que relaciona as estruturas de base às manifestações de superfície.

Nos seus trabalhos mais recentes, Lightfoot opera com o conceito de "mudança de parâmetro" para o que antes interpreta como reanálise (1988: 132). Acompanha assim as reformulações gerativistas na busca da "gramática universal" (GU) — conjunto de princípios e parâmetros genotípicos que são relevantes para o desenvolvimento das gramáticas na criança, sendo também a gramática, numa segunda aceção, a representação da capacidade linguística de uma pessoa na maturidade.

Admite Lightfoot que a mudança de parâmetro pode ser observada na história documentada de uma língua e ressalta que a transição de um parâmetro para outro, surpreendentemente, pode ser seguida na documentação histórica (1988: 310). Apresenta, como caso exemplar, a história dos verbos modais em inglês. O modelo paramétrico, segundo ele, tem levado, recentemente, à pesquisa interlinguística, fazendo emergir estudos de sintaxe paramétrica comparada, tanto sincrônica como diacrônica. Os caminhos da sintaxe diacrônica dos gerativistas da atualidade conduzem, portanto, a integrar a mudança no modelo da teoria da gramática.

Lightfoot, em seu livro de 1991 — *How to Set Parameters: Arguments from Language Change* —, busca responder, principalmente, à questão segundo a qual partes da experiência linguística das crianças constituem a base para a aquisição da linguagem. Defende que os “dados linguísticos primários” são os desencadeadores da aquisição e que são constituídos de “elementos robustos” e estruturalmente simples. Afirma ainda que a marcação de parâmetros não é sensível a materiais em sentenças encaixadas e que a morfologia desempenha um papel significativo nessa marcação de parâmetros.

Por ser defensor da teoria seletiva da aquisição da linguagem, Lightfoot, assume que a linguagem não é somente adquirida a partir da experiência da criança e que informações genéticas são válidas para o indivíduo no processo de aquisição da linguagem. Diz o autor (*id.*: 02) que se pode “dizer que o ambiente ‘seleciona’ valores particulares para os parâmetros da gramática universal”.

Representa esse modelo como segue:

- a) Trigger (genotype > phenotype)
- b) Primary linguistic data (universal grammar > grammar).

O problema lógico da aquisição da linguagem — a pobreza de estímulo — tem tido muito refinamento empírico para o modelo apresentado acima: a experiência da criança é finita, consiste de dados degenerados e não fornece os dados necessários à indução de muitos princípios e generalizações, que são manifestados na capacidade linguística madura do falante.

Segundo Lightfoot, o “princípio de dependência da estrutura” é uma propriedade significativa da linguagem humana e o conhecimento que as

crianças e adultos têm desse princípio faz parte do seu dote biológico da faculdade da linguagem. Salienta o autor a importância do estudo da “experiência desencadeadora”, porque ela pode permitir fazer afirmações sobre propriedades da GU e, também, fornece meios para elaborar e avaliar teorias sobre essa gramática universal.

Define Lightfoot “the trigger” como um subconjunto ocasional das impressões linguísticas realizadas em contextos apropriados e que só dados positivos são evidências válidas para as crianças. Os dados negativos — como informações sobre agramaticalidade — não fazem parte da experiência da criança. Ilustra esse ponto de vista com a experiência de MacNeill, o diálogo entre uma criança e sua mãe: depois de oito tentativas de correção por parte da mãe, a criança realizou apenas uma correção morfológica (cf. p. 10).

Lightfoot parte do princípio de que a criança é um aprendiz de grau Ø porque não necessita mais do que de uma sentença raiz e do início de uma encaixada — como complementizador ou o sujeito de uma sentença infinitiva — para apreender os processos gramaticais de sua língua (cf. p. 30).

Diz o autor, formulando uma hipótese forte sobre a marcação de parâmetros: as crianças marcam parâmetros em exposição somente a estruturas grau Ø e nada de especial será aprendido de estruturas complexas.

Sobre a mudança linguística em relação à aquisição, o argumento básico do autor é o que segue: se a marcação de parâmetro não é sensível a material encaixado, mudanças em estruturas encaixadas são um produto secundário daquelas ocorridas em domínios não-encaixados. Depois de apresentar vários exemplos da língua inglesa, apresenta um da língua portuguesa: analisa estruturas infinitivas do português brasileiro, como evidência de que as propriedades de INFL (‘flexão’) encaixado fazem parte da experiência desencadeadora da criança e mostra que mudanças na forma do INFL encaixado podem levar a uma mudança paramétrica, a qual ocasiona um certo número de mudanças superficiais.

A questão central nesse caso é a perda de AGR (‘concordância’) nas construções infinitivas do português brasileiro. Da p. 99 à 101 exemplifica:

- a) Ele pediu (para o João) para eles fazerem isso.
- b) Ele pediu (para o João) para eles fazer isso.

O exemplo *a* é próprio do português padrão, o *b* é próprio à variante inovadora, não-padrão, que não apresenta marca de concordância. Assim,

com a perda de AGR na variante não-padrão, surge um regente alternativo para o sujeito lexical, a preposição *para*. Para Lightfoot, uma sentença como a seguinte permite duas análises:

Vai ser difícil para mim fazer isso.

Na variante padrão, *para mim* é interpretado como um sintagma preposicional pertencente à sentença matriz; na variante não-padrão, *para* está em COMP ('complementizador') e *mim* é o sujeito do infinitivo não-flexionado, marcado com o caso oblíquo do pronome. Lightfoot conclui que essa é uma mudança morfológica com consequência sintática, ou seja, a perda das marcas morfológicas do infinitivo coincide com a perda do elemento abstrato AGR para o qual se moverá o infinitivo. Considera, então, plausível que houve mudança de um valor paramétrico na gramática do português brasileiro: presença / ausência de AGR com infinitivos.

Sobre a mudança, diz Lightfoot que algumas ocorrem gradualmente, sem afetar as propriedades estruturais na gramática dos indivíduos; serão mudanças na *performance*, em termos de probabilidades de escolhas entre expressões válidas. Há também, para ele, "mudanças paramétricas" e são sempre de natureza "catastrófica", ou seja, se manifestam por um conjunto de mudanças simultâneas e por reação em cadeia. Essas mudanças ocorrem em domínios não-encaixados e causam a obsolescência de certas formas.

Considera Lightfoot as línguas crioulas e diz que quanto ao *input* relevante para as crianças crioulas não há diferença qualitativa na aquisição dos primeiros estágios de um crioulo e na aquisição de qualquer língua (cf. p. 174).

Sobre esse livro de Lightfoot, diz a gerativista brasileira I. Ribeiro (1992: 135) que o autor

consegue demonstrar, com muita elegância e clareza, e com fundamentação empírica muito bem elaborada, que os valores dos parâmetros devem ser selecionados na base de evidências simples, prontamente válidas para as crianças e que problemas de mudança linguística e de aquisição da linguagem estão intimamente relacionados.

D. Lightfoot, no seu livro de 1999, *The Development of Language: Acquisition, Change and Evolution*, muito mais abrangente que o de 1991, depois de uma Introdução (p. 1-20), trata no capítulo seguinte do século XIX, que considera o "século da história" (p. 21-48); em seguida, trata da questão da "aquisição da gramática" (p. 49-76) e no capítulo subsequente do

"gradualismo" e das "catastrófes" (p. 77-105), ou seja, da sua compreensão da mudança linguística. Aqui vou me deter no capítulo 4 — "Gradualism and Catastrophes". Diz Lightfoot, de início:

Experiências diferentes podem fazer emergir gramáticas diferentes em indivíduos diferentes. Contudo, é plausível o ponto de partida inicial de que as gramáticas estão submetidas aos mesmos princípios, parâmetros e restrições de aprendizagem, que são comuns a todas as espécies (p. 77).

Assim, para ele, há várias gramáticas do inglês (o que se aplica a qualquer língua humana), que existem na mente dos falantes do inglês. E, à p. 78 afirma: "O conjunto de gramáticas gera muito do *corpus* documentado, que nós chamamos inglês, e muito mais do que ficou sem ser documentado".

Ao discorrer sobre "gramáticas sociais", afirma o autor (*id.*: 79):

As perspectivas de gramáticas biológicas e gramáticas sociais são muito diferentes entre si. A distinção entre gramática do indivíduo e do grupo é análoga à distinção do biólogo entre organismos individuais e espécie.

Afirma que a noção de gramática biológica nos capacita a nos aproximar por um novo ângulo a um antigo debate. O debate, para ele, diz respeito à questão da mudança linguística: se gradual, se catastrófica (cf. p. 82).

Segundo Lightfoot, o "gradualismo" tem sido hegemônico. Argumenta, contudo, que a mudança gradual depende das unidades sob análise e da lente que é usada (cf. p. 83). Um exemplo desse tipo de mudança ocorre em itens do léxico, que podem ser categorizados de maneira diferente e essa recategorização pode afetar certas palavras antes de outras, progredindo aos poucos (cf. p. 88).

Quanto às "mudanças catastróficas", baseia-se Lightfoot na "teoria da catástrofe", originalmente do matemático francês R. Thom (cf. p. 89). Segundo essa teoria, esse tipo de mudança na estabilidade força o sistema a se mover abruptamente a um novo ponto, estável e fixo. Uma pequena mudança em um valor do *input* leva à mudança para o ponto fixo do atrator (cf. p. 91). No que se refere à mudança linguística diz Lightfoot (*id.*: 91):

Diferentes experiências, diferentes conjuntos de dados linguísticos primários (PLD), algumas vezes atravessam o limiar que permite que mudanças ocorram no sistema e que novas propriedades gramaticais surjam.

Nesses casos, a mudança é catastrófica e a gramática muda abruptamente. Afirma, então, Lightfoot (*id.*: 105):

Mudanças dramáticas ocorrem, frequentemente, de modo simultâneo. É natural tentar interpretar uma cascata de mudanças em termos de uma nova marcação de parâmetro, que, algumas vezes, têm uma larga variedade de efeitos.

São essas mudanças diferentes das mudanças graduais porque delas resultam uma nova marcação de parâmetro, enquanto as abruptas afetam constantemente apenas o ambiente linguístico.

No capítulo 5 — “The Loss of Case and its Syntactic Effect” —, Lightfoot exemplifica, com a história da língua inglesa, a perda do caso e seus efeitos sintáticos.

Poderia dizer que, da morfologia nominal complexa do latim padrão, com cinco paradigmas nominais e seis casos sintáticos (nominativo, vocativo, dativo, genitivo, acusativo e ablativo), em que o morfema flexional expressava, além do caso, o número e o gênero dos elementos nominais, para a morfologia nominal do português, como das outras línguas românicas ocidentais (castelhano, catalão, provençal e francês), teria ocorrido uma mudança do tipo “catastrófico”. Perdidas as marcas flexionais de caso, dois efeitos fundamentais ocorreram na sintaxe das línguas românicas ocidentais:

- 1) o avanço das posições, que existiam no latim padrão redundantemente, acompanhando a marca de caso ablativo e alguns tipos de acusativos, para marcar o dativo, o genitivo, o acusativo de direção e as expressões de várias circunstâncias, próprias ao ablativo;
- 2) o enrijecimento da ordem das palavras na sentença, quando no latim padrão a flexão permitia uma ordem livre, tornando-se a ordem básica a de Sujeito / Verbo / Objeto, como nos seguintes exemplos:

Lat.: *Dedit Petrus Paulum librum illa nocte ~ Illa nocte Petrus Paulum librum dedit.*

Port.: *Pedro deu o livro a Paulo naquela noite.*



PARTE II

A MUDANÇA LINGUÍSTICA EM PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA OU EXTRALINGUÍSTICA

Entre 1916 e os fins dos anos 1950 ou inícios dos anos 1960, reinou na linguística ocidental “o campo do signo”, para depois entrar em cena o “canto do cisne”. Essas metáforas intitulam os dois volumes da *História do estruturalismo* de F. Dosse. As excelentes metáforas de Dosse, que em francês, com põem um *jeu de mots* — “*le champ du signe*” / “*le chant du cygne*” — podem expressar a ruptura entre os estruturalismos e, no que se refere à linguística, a ruptura com o “objeto homogêneo” saussuriano, o que permitiu a abertura da linguística para a múltipla linguística pós-1960.

Ao fim do capítulo 21 — “História e estrutura: a reconciliação” —, diz Dosse:

Resituada na conflitualidade (...) a estrutura não corresponde, neste caso, a uma arma contra a história, muito pelo contrário, ela é o objeto de uma reconciliação possível entre duas posturas a que se atribuíam, no começo, naturezas antagônicas (1993: 265).

Deixando de parte a informativa e sugestiva obra de François Dosse, pergunto eu: o que tem a ver a *História do estruturalismo* com nosso *Camini-*

nhos da linguística histórica? Trata-se do seguinte: do lado de cá do Atlântico, ocorre em 1966 um simpósio sobre linguística histórica na Universidade do Texas, em que U. Weinreich, Labov e M. Herzog apresentam o que veio a ser um trabalho seminal para a linguística histórica, os famosos *Fundamentals empiricos para uma teoria da mudança linguística*, publicados em 1968 por W. Lehmann e Y. Malkiel, na coletânea desse simpósio, *Directions for Historical Linguistics*, editada pela University of Texas Press, em Austin (p. 95-188). A edição brasileira é da Parábola Editorial, publicada em 2006, tradução de M. Bagno e revisão técnica de C. A. Faraco. Propõem seus autores:

o caráter heterogêneo dos sistemas linguísticos discutidos é o produto de combinações, alternâncias ou mosaicos de distintos, mas conjuntamente avaliáveis, sub-sistemas (1968: 165).

Com a argumentação apresentada, cai no ostracismo o “sistema homogêneo” saussuriano, que permitiu um grande salto teórico na linguística do século XX por um lado, mas excluiu dela aspectos fundamentais para o estudo das línguas e da linguagem humanas, como sabemos, sendo um deles a sua historicidade.

Nesta parte II, centrar-me-ei no que veio a ser chamada de teoria da variação e mudança laboviana (3), precedida do que designo de precursores de uma concepção social da língua (1) e da mudança linguística no funcionalismo (2). Tentarei, por fim, chegar a algumas conclusões, em que buscarei inter-relacionar os estudos de mudança linguística nas teorias variacionista, funcionalista e na teoria intrassistêmica, gerativista.

1 PRECURSORES

Neste ponto destacarei Antoine Meillet, Mikhail Bahktin, Otto Jespersen, Ramón Menéndez Pidal e Émile Benveniste.

Antoine Meillet

Meillet viveu entre 1866 e 1936. Foi discípulo de Saussure em Paris, mas, diferentemente do Mestre genebrino, marcou, em diferentes textos, o caráter social da língua. Percebeu, também, a influência da escola sociológica de Durkheim, influência que também é vislumbrada em Saussure.

Segundo Câmara Jr. (1975: 121),

Meillet estava realmente convencido de que a linguística devia ser um ramo da sociologia. Para ele, o aluno ideal de linguística devia ser um sociólogo com sólido conhecimento linguístico e bem treinado na técnica linguística.

Meillet foi um grande indoeuropeísta, como, aliás, não poderia deixar de ser, já que sua formação vem do século XIX. Especialista em latim e grego, escreveu, na segunda década do século XX, dois clássicos — *Esquisse d'une histoire de la langue latine* e *Esquisse d'une histoire de la langue grecque*; nesses dois livros, vinculou a história da língua à história da sociedade. É no primeiro que afirma: “A história política de Roma e a história da civilização romana explicam a história da língua latina” (1928: 5).

Como indoeuropeísta e latinista, escreveu em 1903 *Introdução às línguas indoeuropeias*; com P. Vendryès, o tratado *Gramática comparativa do grego e do latim* e, com A. Ernout, o *Dicionário etimológico da língua latina*, em que estão associadas a língua e a cultura.

Meillet, segundo Câmara Jr. (1975: 125), “era muito cético a respeito da aplicação [da reconstrução comparativa] a todas as línguas do mundo”. Segundo o mesmo autor, apresenta Meillet esse ponto de vista na introdução, de 1924, para a coletânea que fez com seu amigo M. Cohen para a grande obra *Les langues du monde*. Muito da visão da linguística de Meillet se encontra em notas e resenhas que fez para o *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, fundada em 1866.

Segundo Mattoso Câmara Jr., ele “possuía mente aberta às idéias dos outros estudiosos e sabia tirar partido delas dentro de suas próprias visões teóricas” (*id.*: 125). Assim sendo, fez uso das vantagens da geografia linguística, iniciada na França por J. Gilliéron, e não descarta o conceito de empréstimo linguístico, devido ao contato entre culturas diferentes.

A propósito das “leis fonéticas” — tão caras aos neogramáticos —, Meillet propôs a designação “correspondência fonética”. Em seu célebre artigo “Comment les mots changent de sens”, demonstra sua abordagem sociológica e aí enfatiza sua filiação a É. Durkheim; esse artigo foi publicado em 1906, na revista de Durkheim, *L'Année sociologique*. Considerava Meillet que a condição principal da mudança linguística é a realidade descontínua das línguas, uma vez que a história dos homens não é linear, nem homogê-

nea. Ponto de vista que se encontra no 2º volume da coletânea *Linguistique historique et linguistique générale*, que contém trabalhos realizados entre 1921 e 1936. Há uma segunda tiragem de 1951 e o referido ponto de vista se encontra à p. 74.

Enquanto Saussure distingue estrutura e história, Meillet as une. Segundo J.-L. Calvet, enquanto Saussure é essencialmente terminológico, Meillet é programático (cf. 2002[1993]: 17).

Assim a linguística moderna surge com o impasse criado por um curso estrutural e formal que se contrapõe a outro que enfatiza as funções sociais das línguas: são exemplos F. de Saussure e Meillet. Segundo J.-L. Calvet, “durante quase meio século, esses dois discursos se desenvolvem de modo paralelo, sem nunca se encontrar” (id.: 17).

Mikhail Bakhtin

Bakhtin, pensador russo, nasceu em 1895 e faleceu em 1975. Por razões de ordem política, várias de suas obras vieram a ser publicadas sob o nome de outros, amigos e/ou discípulos. Em 1929, publicou, na Rússia, *Marxismo e filosofia da linguagem*, sob o nome de V. Voloshinov. Segundo F. Dosse no seu *Canto do cisne*, J. Kristeva e T. Todorov, nos anos 1960, ambos de origem búlgara, introduzem Bakhtin e sua teoria dialógica nos seminários de R. Barthes em Paris (cf. 1993 [1991]: 361). Dosse intitula essa parte do referido livro de “A volta do recalcadô: o sujeito”.

Bakhtin/Voloshinov — não entrarei na discussão de se o segundo é outro pseudônimo do primeiro (cf. Calvet, 2002[1993: 21-22] — no livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, apresenta sua crítica às duas grandes concepções de língua e de linguagem que dominaram os estudos linguísticos: a primeira — “subjetivismo idealista” — considera a língua como “atividade mental”, ou seja, o psiquismo do indivíduo constitui a fonte da língua; segundo Bakhtin, é W. Humboldt um importante defensor dessa concepção; a segunda — “objetivismo abstrato” — considera a língua como um “sistema de regras” descritíveis.

A crítica de Bakhtin se dirige explicitamente a F. de Saussure. Contra essas concepções, propõe Bakhtin considerar a língua como “atividade social”, em que o importante não é o “produto/enunciado”, mas o “processo”.

so/enunciação”. A língua é, para ele, tal como para Saussure, um fato social. Contrariamente a Saussure, que faz da língua um objeto abstrato ideal, propõe Bakhtin que se considere o “fluxo da língua”, ou seja, o que caracteriza dada enunciação é a relação recíproca entre os falantes e todo o complexo ambiente social em que se desenvolve a conversa; daí ser “dialogia” o termo definidor da teoria bakhtiniana.

C. A. Faraco, em sua tese de doutoramento, defendida em 1982, na Universidade de Stanford — *The Imperative Sentences in Portuguese: a Semantic and Historical Discussion* —, com base na teoria bakhtiniana, demonstra que *voçê*, pronome de tratamento entre iguais, aparece documentado pela primeira vez na *Feira dos Anexins* de D. Francisco Manuel de Melo, no século XVII. Na diacronia que apresenta, fundada em documentação adequada, informa que a oposição *tu*: *vós*, própria do período arcaico da língua portuguesa na sua primeira fase, começa a se complexificar depois de 1385, com a revolução burguesa, liderada pelo que veio a ser D. João I de Avis. Nessa altura, aparece *Vossa Mercê*, tratamento próprio ao rei e que, posteriormente, no século XVI, começam a aparecer outras formas de tratar reis e nobreza — *Vossa Senhoria*, *Vossa Excelência*, por exemplo, tornando-se *Vossa Mercê* mais geral, vindo a gramaticalizar-se no *Voçê*. Voltarei à variação *tu X voçê*, no item 3 desta parte II, na fala brasileira contemporânea.

Em 1988, C. A. Faraco et alii publicam uma coletânea intitulada *Uma introdução a Bakhtin*. Depois da “Apresentação” (p. 7-8), vem o primeiro trabalho da coletânea de autoria de Faraco, “Bakhtin: a invasão silenciosa e a má leitura” (p. 19-36).

Destacarei desse trabalho de Faraco alguns segmentos que me pareceram significativos para este item. Referindo-se a *Marxismo e filosofia da linguagem*:

O mais impressionante [nesse livro] é a transcendência da sua crítica: na medida em que a linguística posterior não chega a ultrapassar, de fato, as concepções discutidas por Bakhtin, em 1929, sua crítica consegue transcender seu tempo, projetando-se com irretocável atualidade até os dias de hoje, e fornecendo-nos o método para uma leitura crítica dos fundamentos epistemológicos das teorias nossas contemporâneas (p. 21).

Defende Faraco no seu trabalho a unidade da aparente falta de unidade da obra enciclopédica de Bakhtin. Destaca que é recorrente no autor em foco

a crítica a análises que se fundam em categorias dicotômicas e que há um esforço para apreender os objetos em sua totalidade (cf. p. 27). Exemplifica na obra bakhtiniana essa busca da totalidade e à p. 29, afirma: “Bakhtin em nenhum momento perde a dimensão histórica, quando recupera criticamente as correntes de pensamento de cada área de seu estudo”, tanto nos estudos de literatura que realizou (Rabelais, Dostoievsky, Tolstoi), como no que se refere ao pensamento de Freud, mas também na “recuperação histórica de conceitos da linguística” e aí remete Faraco às p. 82 e 83 de *Marxismo e filosofia da linguagem*:

Bakhtin nos livra (...) da tortura de termos de optar entre a corrente A e a corrente B. Ele nos ensina (...) que devemos negá-las a ambas em busca da síntese dos contrários. Não se trata de trabalhar com oposições abstratas, nem com conflitos dicotômicos; trata-se de buscar a unidade dos contrários, não pelo ecletismo, pelo relativismo ou pelo niilismo, mas pela síntese dialética (p. 30).

Difícil síntese na linguística contemporânea, sobretudo no que se refere à linguística histórica, embora não tenha sido tentada, pelo menos, por enquanto!

Otto Jespersen

Jespersen, linguista dinamarquês, nasceu em 1860 e faleceu em 1943. É considerado um *self-made man* em filosofia e linguística. Foi estenógrafo da Câmara dos Deputados da Dinamarca e estudou direito. O fato de ter sido estenógrafo despertou em Jespersen o gosto pela fonética. Tornou-se fonetista e escreveu, em alemão, *Manual de fonética*, em 1904 e, no mesmo ano, *Fundamentos de fonética*.

Segundo Mattoso Câmara Jr., é a visão linguística que o caracteriza e “fá-lo um linguista geral no rigor da expressão” (2004[1972]: 194). Jespersen, diferentemente de seus contemporâneos, nunca foi um comparativista. Dedicou-se a problemas das línguas vivas, e o inglês foi o grande objeto de suas pesquisas. Sua obra principal, em três volumes, intitula-se *Growth and Structure of the English Grammar*, cuja 8ª edição é de 1933. Nessa grande obra, ele alia o caráter descritivo ao histórico. Em 1922, publica o seu grande livro de linguística geral, *Language: its Nature, Development and Origin*.

No seu livro publicado em 1925, *Mankind, Nation and Individual*, Jespersen destaca os múltiplos problemas sociológicos, próprios às línguas humanas. Para Mattheo Câmara Jr., a obra *Language*, de 1922, é o ápice da carreira de Jespersen e pode comparar-se à *Language* de E. Sapir, de 1921, e ao *Curso de linguística geral* de Saussure, uma vez que se concentra em determinados problemas fundamentais e apresenta uma contribuição pessoal decisiva para o progresso da ciência (*id.*: 195).

Nos seus estudos do inglês, associou a abordagem histórica à descritiva. Diferentemente de Saussure, não considera conveniente separar a sincronia da diacronia. Para ele, o linguista deveria conduzir seus trabalhos em ambos os campos ao mesmo tempo.

Quanto à mutação linguística, acentuou Jespersen o papel do indivíduo: a razão essencial da mutação está na economia de esforços musculares e mentais. A propósito da mudança fônica, rejeita Jespersen o princípio das leis fonéticas, pedra fundamental da teoria dos neogramáticos. Defende que essas mudanças não são isentas de desvios.

Diferentemente de Meillet, que aceitou a teoria dos substratos lançada por Ascoli, embora secundariamente, como fator de mudança, Jespersen rejeita essa teoria, considerando-a uma hipótese frágil. Ouso concordar com Jespersen. Ao tratar dos substratos na história da linguística do indoeuropeu, mostrando a fragilidade de tal hipótese, foi levado a examinar a natureza das línguas crioulas, renovando o trabalho de H. Schuchardt. Para Jespersen, segundo Câmara Jr., essas línguas derivam de “uma redução anormal da gramática no uso de uma língua europeia no intercâmbio de europeus com nativos” (1990[1975: 136]).

Jespersen deixa de lado a oposição entre língua coletiva e individual e em seu lugar, introduz outra dualidade: a distinção entre o real (discurso) e o potencial (língua).

Segundo Mattoso Câmara Jr., pode-se resumir a grande significação da obra de Jespersen nos itens seguintes:

- 1) a ênfase que deu às línguas vivas, à qual opunha a constante preocupação da linguística com estágios linguísticos anteriores; 2) seu modo evidente ou realista de encarar os fenômenos linguísticos, em lugar de teorias apriorísticas ou construídas apressadamente na base de poucos ou mal observados fatos; 3) sua maneira de associar indissoluvelmente língua e vida, não vida emotiva, como fizera Bally, mas a vida em sua totalidade, concentrando-se sobre a atuação humana (*id.*: 137).

Ramón Menéndez Pidal.

R. Menéndez Pidal nasceu em 1869 em La Coruña; era, portanto, originário da Galícia. Ainda vivia, quase centenário, em 1961, quando republicou em uma coletânea impressa pela Espasa-Calpe o estudo "Las leyes fonéticas, su esencia histórica" (p. 11-38), que é parte, como ele mesmo informa, do seu livro *Orígenes del español*. Esse estudo ocupa as páginas 529-540 da quarta edição, a de 1956, do referido livro. A mencionada coletânea traz o título seguinte: *Estudios de lingüística: las leyes fonéticas; Menendus; el Diccionario ideal y otros*.

Orígenes del español tem como subtítulo *Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo IX*. Constituída de 545 páginas, está organizada em quatro partes: parte I, os textos que utilizou para sua análise linguística — *Glosas Emilianenses, Glosas Silenses, Documentos de tierra de León, Documentos de tierra de la frontera oriental de León, Documentos de Castilla e Documentos de Aragón*. Esses documentos vão do século X a 1090 (séc. XI). Ocupam quarenta páginas dessa obra monumental; a parte II é constituída da *Gramática* dos referidos textos — *grafía* (p. 45-68); *fonética* (p. 70-326); *morfologia e sintaxe* (p. 326-381); *lexicologia* (p. 381-405); à parte III deu o título de *Regiones y épocas* — *España mozárabe* (p. 415-438); *Reino de Asturias y León* (p. 441-459); *Región navarro-aragonesa* (p. 472-488); *Algunos principios geográfico-cronológicos* (p. 489-501) e *Épocas de la formación del español* (p. 502-512); as *Conclusiones* estão na parte IV.

Nessas *Conclusiones*, entrevêm-se as teorizações de Menéndez Pidal: avalia os documentos pré-literários; o arcaísmo fonético e morfológico; o cultismo; a ultracorreção por latinismo; a ultracorreção por romanismo. Discute a falta de uma norma linguística e destaca que Castela estabilizou suas normas antes de outras regiões. Teoriza sobre as leis fonéticas e sua duração e a coexistência de processos fonéticos de datas originárias diversas. Toma posição sobre a questão do substrato e o considera um estado latente de determinado fenômeno linguístico. Por fim, discute a questão geral da mutabilidade e estabilidade nas línguas e, num viés dialetológico, apresenta características antigas em variantes modernas e ressalta o caráter antigo dos limites antigos da Península Ibérica.

Utilizei, nesse sumário, a quarta edição — "Muy corregida y adicionada" em relação à terceira, publicada em 1956, em Madrid, pela Espasa-Calpe. Essa edição revista foi concluída em 1950, ainda vivo Menéndez Pidal.

Pidal estudou na França com G. Paris, que tinha grande interesse pela poesia popular da Idade Média. Seguindo o mesmo caminho, Pidal começou a trabalhar com a poesia popular espanhola medieval. Diferentemente de G. Paris, que defendia ter nascido essa poesia como um crescimento espontâneo do impulso coletivo (cf. Câmara Jr., 1990[1972]: 144), Pidal era de opinião, e se dedicou a demonstrar, que a epopéia espanhola tinha uma formação histórica. Para ele, o poema, no caso o *Cantar de mio Cid*, tinha um passado histórico concreto bastante próximo de uma narrativa histórica em verso.

Em consequência desse interesse, realizou a monumental edição, histórica e linguística, do *Cid*, que foi publicada em 1908. Considera Pidal na Advertência a essa edição que os estudos das crônicas, textos historiográficos, eram necessários para a crítica do *Cantar* e que seu propósito foi escrever uma gramática completa, inventariando nela o especial e o não especial de sua linguagem e comparando-a com a de outros textos.

A edição de que disponho é a terceira, de 1954, também publicada pela Espasa-Calpe. A segunda é de 1943. A terceira edição tem dois volumes.

O primeiro está dividido em duas partes, respectivamente: 1. Crítica do texto, em que trata, da p. 1 à 134, do manuscrito; da filiação atual do manuscrito; dos recursos de emendas aplicáveis ao códice único, destacando eu o item em que Pidal relaciona as crônicas — *Primeira crônica geral, a Crônica de 1344, a Crônica Particular do Cid e a Crônica dos vintes reis* — ao *Cantar*. 2. Gramática, em que trata, da p. 139 à 226, da fonética, da morfologia (p. 231-298) e da sintaxe (p. 299-420).

O 2º volume traz o vocabulário do *Cantar*, que se estende da p. 424 à 904; está em ordem alfabética. Para cada verbete, apresenta a classificação gramatical, a etimologia e o sentido do vocábulo, com remissões a outros dicionaristas e a outros textos medievais com ocorrências no *Cantar* e acrescenta informações cronológicas.

A fundamentação empírica adquirida com a edição do *Cantar de mio Cid*, cuja primeira edição é de 1908, e a fundamentação não só empírica como teórica das *Orígenes del español*, cuja primeira edição é de 1926, permitiram a Menéndez Pidal escrever sua *Gramática histórica* do espanhol.

Voltando ao estudo "Las leyes fonéticas e su esencia histórica", pinçarei dele algumas passagens que me pareceram significativas. Em primeiro lugar, destaca que Pidal afirma: "A moderna dialetologia veio sugerir e propagar a idéia de que as leis fonéticas regulares só existem no papel (...) a história dos sons se resolve em história especial de cada palavra" (p. 11).

Exemplifica esse ponto de vista com o ditongo do latim *ai* > *e*. Demonstra que palavras como *carrera*, *vática* > *carrera*, *vega*, entre outras, têm histórias distintas e com o tempo resultaram numa solução comum (p. 12-13). Conclui essa reflexão com uma bela metáfora:

Todas são levadas pela mesma corrente, como multidão de folhas caídas em um rio; cada folha segue seu curso especial. Tropeça por acaso em obstáculos que as desviam, a atrasam ou a detêm, mas todas estão submetidas à mesma força, ora as arrasta, ora somente as empurra, e seria cegueira empenhar-se em observar o curso de cada uma sem dar-se conta da corrente que domina a todas (p. 13-14).

Assim Pidal associa a dialetologia à história da língua, como muito depois, vieram fazer Weinreich, Labov, Herzog.

Pidal trata também da difusão da mudança e se funda no fato de que muitas gerações consecutivas participam de uma mesma idéia inovadora e a vão realizando, persistentemente, apesar de pequenas variantes no modo de concebê-las; constituem uma tradição nova, em luta com outra tradição antiga... a duração de uma mudança fônica é extraordinariamente longa, multissecular (p. 16-18).

Exemplifica esse fato com o /f/ do latim que passa a zero (*forno* > *horno* > *orno*): começa a manifestar-se essa mudança, obscuramente, na região cantábrica, durante épocas primitivas e depois de séculos dirigiu a linguagem de inumeráveis gerações. No princípio seria um inculto iberismo; nos séculos XIV e XV, a eliminação do /f/ já está bastante difundida em ambas as Castelas, chega a ser tolerada na literatura. No século XVI, o /h/ se faz de uso exclusivo na literatura castelhana, até converter-se em uma lei geral para a língua literária, como há muito tempo era da língua rural do norte de Castela (p. 18-19).

A propósito do substrato, afirma Pidal: quando a língua primeira de um povo é substituída por outra, a substituta não atua de modo instantâneo sobre a primeira, mas por efeito de hábitos adquiridos e transmitidos por herança; e, mais adiante, diz que muitos fatos coletivos têm uma existência difusa, embora desconhecida ou latente (p. 26-27).

Diz Pidal que os documentos pré-literários permitem observar certa graduação cronológica em luta para tornar-se lei geral. No que se refere à mudança /ai/ > /e/, todas as palavras com o sufixo /-arju/ têm certa unidade na sua evolução porque o sufixo tem uma existência própria (p. 28).

Por fim, afirma Pidal que em Castela os vocábulos mais íntimos e peculiares da região, entre eles os nomes de lugar e as nomenclaturas especiais da vida local, consomem antes a definitiva perda do /f/, enquanto os vocábulos de emprego mais geral ou técnicos, como os jurídicos, perdem o /f/ mais tarde ou o conservam até hoje. Contrapondo Castela a León, diz que é compreensível, porque em Castela a inovação é de origem popular, nasce ali, contra a língua culta, enquanto em León a mudança é de origem culta, vem de fora e é contra a língua familiar (p. 31-32).

O início dessa passagem de Pidal faz lembrar a teoria da difusão lexical e, na sua parte final, faz lembrar a teoria laboviana com as mudanças que se iniciam no interior da comunidade e aquelas que vêm de fora da comunidade de origem.

Menendez Pidal entrou na Real Academia de la Lengua em 1901, fundou a *Revista de Filología Española*. Em 1961, dirigia uma monumental *História de España*. Sua obra é imensa e múltipla, não se restringe ao que foi aqui referido, por exemplo, publicou: *Flor nueva de romances viejos*; *Poesía árabe e Poesía europea*; *Poesía juglaresca y juglares*; *De primitiva lírica española y antigua épica*; *Los godos y la epopeya española e España eslabón entre la cristiandad y el islam*.

Não poderia deixar de mencionar aqui o grande discípulo português de R. Menendez Pidal. Refiro-me a Lindley Cintra, que, em casa de Pidal, trabalhou para sua, monumental também, edição crítica da *Crônica geral de Espanha* de 1944, em 4 volumes. O primeiro de 1951 e o último impresso pouco antes de sua prematura morte, no ano de 1991.

Émile Benveniste

Benveniste nasceu em 1902 e faleceu em 1976. É considerado um dos mais destacados linguistas franceses do século XX. Embora seja mais conhecido como o criador da teoria da enunciação, Benveniste foi também indoeuropeísta.

Talvez possa afirmar que sua maior obra foi o *Vocabulário das instituições indoeuropéias*, em 2 volumes na edição brasileira de 1995. Traz esse livro, como subtítulo do primeiro volume, *Economia, parentesco, sociedade*, e no segundo, *Poder, direito, religião*, que são os campos léxicos que estuda e expõe nos respectivos volumes.

No prefácio, diz Benveniste que o livro resulta de pesquisas "cujo objeto abrange parcela considerável do vocabulário indoeuropeu" (p. 7). Depois de esclarecer o que é a família indoeuropéia entre as línguas do mundo, afirma que a separação gradual dessas línguas no decorrer dos séculos resultou em histórias distintas, cada qual referente a uma língua particular. Diz ainda que a razão de reconhecer esses povos como indoeuropeus, excluindo outros, decorre da língua, "e apenas da língua. A noção de indoeuropeu vale, primeiramente, como noção linguística e, se podemos estendê-la a outros aspectos da cultura, será também a partir da língua" (p. 7-8).

À p. 9, esclarece Benveniste o que faz nessa obra: não tentou fazer um inventário das realidades indoeuropéias, definidas por correspondências lexicais. Utilizará, contudo, dados referentes à formação e à organização do vocabulário de *instituições* e não do vocabulário comum. Explica o termo *instituição*:

Deve ser aqui entendido em acepção ampla: não apenas as instituições clássicas do direito, do governo, da religião, mas também aquelas menos aparentes, que se desenham nas técnicas, nos modos de vida, nas relações sociais, nos processos de fala e de pensamento (p. 9).

Explica também seu método: escolhe como ponto de partida, em uma língua indoeuropéia, um termo de valor fecundo. Em torno desse dado, recombõe o contexto em que se especificou. Ao compará-lo com línguas aparentadas, o contexto mostra muitas vezes o preço de uma profunda transformação. Diz ainda que tentou

restaurar conjuntos que a evolução submeteu a deslocamentos, trazer à luz estruturas ocultas, reconduzir a seu princípio de unidade as divergências nos empregos técnicos e, ao mesmo tempo, mostrar como as línguas reorganizam seus sistemas de distinções e renovam seu aparato semântico (ib).

Delimita sua tarefa como a de linguista e não a de historiador e sociólogo. Exemplifica essa atitude com a palavra germânica *feudum*, relacionada

à criação de animais, não menciona a *feudalidade*, o que compete ao historiador ou ao sociólogo. Diz ainda que, por meio de comparação e de uma análise diacrônica, tenta fazer surgir uma significação onde, de início, havia uma designação. Considera assim que a dimensão temporal se converte em dimensão explicativa (cf. p. 11-12).

Almeja Benveniste que suas pesquisas possam ser aplicadas ao estudo das línguas e das culturas às quais, na ausência de documentos escritos — o que não é o caso da maioria das línguas indoeuropéias — falta a perspectiva histórica (cf. p. 12).

Informa Benveniste, ao finalizar o prefácio, que esse seu trabalho decorre de "várias séries de aulas dadas no Collège de France" (p. 12). Essas aulas foram compiladas por L. Gerschel, muitas foram remanejadas ou inteiramente reescritas. Informa ainda que o sociólogo P. Bourdieu fez sugestões úteis. Os textos preliminares, que resumem cada capítulo, foram redigidos por J. Lallot, que também preparou a redação final do manuscrito, montou o quadro das línguas, que, no 2º volume, precede as Referências bibliográficas (p. 285-287) e os três índices remissivos (p. 289-343). Também foi Lallot que preparou esses índices, segundo informa Benveniste ao finalizar seu prefácio.

O *Vocabulário das instituições indoeuropéias* está organizado em livros, seções e capítulos. Constanam do 1º volume: Livro 1: A Economia — Seção 1: Gado e riqueza (Capítulo 1: Macho e reprodutor; Capítulo 2: Uma oposição lexical a ser revista: "sus" e "porcus"; Capítulo 3: "Próbaton" e a economia homérica; Capítulo 4: O gado e o dinheiro: "pecu" e "pecūnia") — Seção 2: Dar e tomar (Capítulo 5: Dádiva e troca; Capítulo 6: Dar, tomar e receber; Capítulo 7: A hospitalidade; Capítulo 8: A fidelidade pessoal) — Seção 3: A compra (Capítulo 9: Duas maneiras de comprar; Capítulo 10: Compra e resgate; Capítulo 11: Um ofício sem nome: o comércio) — Seção 4: As obrigações econômicas (Capítulo 12: A conta e a estimativa; Capítulo 13: O aluguel; Capítulo 14: Preço e salário; Capítulo 15: Crédito e crença; Capítulo 16: Empréstimo, tomada de empréstimo e dívida; Capítulo 17: Gratuidade e reconhecimento). No Livro 2: O vocabulário do parentesco, apresenta uma Introdução (p. 203-206). Não subdivide o Livro 2 em seções, mas só em capítulos: Capítulo 1: A importância do conceito de paternidade; Capítulo 2: Estatuto da mãe e filiação matrilinear; Capítulo 3: O princípio da exogamia e suas aplicações; Capítulo 4: A expressão indoeuropéia do "casamento"; Capítulo 5: O parentesco

resultante do casamento; Capítulo 6: Formação e sufixação dos termos de parentesco; Capítulo 7: Palavras derivadas dos termos de parentesco. O Livro 3: Os estatutos sociais, também não apresenta seções, mas seis capítulos: 1: A tripartição das funções; 2: Os quatro círculos de pertença social; 3: O homem livre; 4: "Philos"; 5: O escravo e o estrangeiro; 6: Cidades e comunidades.

Como aqui não devo fazer a síntese de todo o volume primeiro, transcrevo o sumário de "O macho e o reprodutor", feito por Lallot:

Contrariamente às etimologias tradicionais, cumpre distinguir, no nível do indoeuropeu, duas noções: uma física, a de "macho", i. e. *ers-, a outra funcional, a de reprodutor, i. e. *wers-. Uma aproximação semântica entre as duas raízes se observa apenas em sânscrito, e deve ser considerada secundária (p. 19).

Destaco também da introdução ao livro 2, algumas passagens de Benveniste: "O vocabulário indoeuropeu de parentesco apresenta um certo número de anomalias que talvez possamos definir melhor à luz de outros sistemas" (p. 204).

Depois de exemplificar anomalias, pergunta Benveniste:

Por que o vocabulário indoeuropeu é tão pobre no que se refere ao parentesco da mulher? Invoca-se a predominância das funções masculinas na família. Sem dúvida, mas a preponderância do homem pôde se manter em outros domínios sem acarretar as mesmas consequências lexicológicas: a condição jurídica da mulher não se modificou muito na Europa até o século XVIII, o que não impede que nosso vocabulário seja rigorosamente recíproco (sogra/sogra etc.) (p. 205).

Terceiro fato destacado por Benveniste:

As frequentes variações na designação de certas relações de parentesco. Os termos para pai, mãe, irmão, irmã são claros e constantes, mas o filho é nomeado de formas muito diversas, e os nomes que recebe são frequentemente renovados. Da mesma maneira, os termos para tio, tia; sobrinho, sobrinha são ambíguos e apresentam uma grande diversidade segundo as línguas (latim *nepos* é ao mesmo tempo *sobrinho* e *neto*). Por fim, parece impossível restaurar uma designação indoeuropeia, mesmo parcial, de primo. Essas variações colocam sérios problemas em diversos planos (p. 206).

Como Benveniste diz no prefácio que seu objetivo é linguístico, os destaques serão resolvidos por historiadores e sociólogos.

O 2º volume é constituído dos seguintes livros: 1) A realeza e seus privilégios (Cap. 1 Rex; Cap. 2 Xšāy e a realeza iraniana; Cap. 3 A realeza helênica;

Cap. 4 A autoridade do rei; Cap. 5 A honra e as honras; Cap. 6 O poder mágico; Cap. 7 Krátos; Cap. 8 Realeza e pobreza e Cap. 9 O rei e seu povo). 2) O direito (Cap. 1 *Thémis*; Cap. 2 *Dikē*; Cap. 3 *Ius* e o juramento de Roma; Cap. 4 **Med* e a noção de medida; Cap. 5 *Fas*; Cap. 6 O censor e a *auttoritas*; Cap. 7 O *quaestor* e a **prex*; Cap. 8 O juramento na Grécia). 3) Religião (Cap. 1 O sagrado — Avéstio — "spanta": *yāōzđata*, latim — *sacer: sanctus* — grego — *hiéros*, grego *hósios*, *hosiē*, grego *hágios*; Cap. 2 A libação — *Sponso, libatio*; Cap. 3 O sacrifício; Cap. 4 O voto; Cap. 5 Prece e súplica; Cap. 6 O vocabulário latino dos signos e presságios e Cap. 7 Religião e superstição.

Apresento como ilustração, o sumário de Rex (capítulo I):

Documentado apenas em itálico, celta e indiano, ou seja, nos extremos ocidental e oriental do mundo indoeuropeu, *rex* pertence a um grupo antiqüíssimo de termos referentes à religião e ao direito.

A aproximação do lat. *rego* com o gr. *orégo* "estender em linha reta" (cujo o inicial se explica por razões fonológicas), o exame dos valores antigos de *reg-* em lat. (p. ex., em *regera fines* e *regione rectus, rex sacrorum*) levam a pensar que o *rex*, nisto mais sacerdote do que rei no sentido moderno, era aquele que tinha autoridade para traçar o local ocupado pelas cidades e determinar as regras do direito.

Não só por esse livro é Benveniste considerado um dos mais destacados linguistas do século XX. Vejam-se os dois volumes de artigos publicados sob o título de *Problemas de linguística geral*, ambos divididos em seis partes com os mesmos títulos: 1) Transformações da linguística; 2) A comunicação; 3) Estruturas e análises; 4) Funções sintáticas; 5) O homem na língua; 6) Léxico e cultura. Contém essas partes artigos diferentes de Benveniste. O 1º volume contém 28 artigos publicados entre 1939 e 1964. O segundo contém 20 artigos publicados entre 1965 e 1972, ano de sua morte.

A tradução em português do 1º volume é de 1976 e foi realizada por M. da G. Novak e L. Néri, com revisão de I. N. Salum. Publicação da Companhia Editora Nacional e da Edusp; o segundo, publicado em português pela Editora Pontes, tem um tradutor para cada uma das seis partes, com revisão técnica de E. Guimaraes.

Palmilhando esses 48 artigos, vê-se a extensão do saber linguístico de Benveniste: é historiógrafo da linguística do século XX; é teórico; é analista de

fatos da língua e contribui com dez artigos sobre léxico e cultura. Destaco no 1º volume o clássico artigo "A natureza do signo linguístico", em que recusa a arbitrariedade saussuriana (p. 53-59) e "A natureza dos pronomes" (p. 277-283), que introduz as "instâncias do discurso" no estruturalismo, que ainda dominava, já que o artigo é de 1976. No 2º volume, o também clássico, de 1970, "O aparelho formal da enunciação" (p. 81-90), em que, sinteticamente, expõe sua teoria da enunciação, definida por Benveniste como segue: "É o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (p. 82) e, mais adiante: "Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização" (p. 83).

Dosse, no 2º volume de sua *História do estruturalismo*, ou seja, em *O canto do cisne*, diz sobre Benveniste, no capítulo 4, "Benveniste: a exceção francesa", que foi introduzido no Collège de France por S. Lévi, especializada em Índia, que considerou seu talento excepcional. É Lévi quem o leva a Meillet. Segue então Benveniste no Collège de France em 1937. Ainda seguindo Dosse, é com ele que a linguística estrutural penetra na cúpula da legitimação científica francesa. E é a Benveniste que Lévi-Strauss recorre para sustentar seu projeto antropológico e convida Benveniste para co-dirigir a revista *L'homme* em 1960.

Em entrevista a Dosse, T. Todorov informa que poucos frequentavam os cursos de Benveniste e que só depois da publicação, em 1966, de *Problèmes de linguistique générale* aumentou a frequência. Ainda segundo Todorov, Benveniste era míope e tímido, ao entrar na sala não enxergava ninguém, ia direto para sua cadeira e falava com grande talento estético, improvisando a partir de notas. Apesar disso, granjeou tal notoriedade que atraiu para suas aulas linguistas como O. Ducrot, C. Hagège, M. Yaguello e J.-C. Coquet (cf. p. 61).

Será a teoria da enunciação que dará a Benveniste o lugar de destaque na linguística francesa, sobretudo, a partir de 1980, por devolver ao sujeito um lugar destacado na reflexão linguística (cf. p. 364), tal como a dialógica bakhtiniana. Benveniste tem em C. Hagège um discípulo, no que se refere ao comparativismo e na concepção interativa das línguas, concepção que designa de dialogal. Defende Hagège que o estudo das línguas se inscreve no social (cf. p. 494-495).

2 A MUDANÇA LINGUÍSTICA NO FUNCIONALISMO

Os primeiros funcionalistas foram os linguistas do Círculo Linguístico de Praga. No que se refere à mudança linguística, destaca-se R. Jakobson. Seus *Prinzipien* foram publicados em Copenhague em 1931 e depois em apêndice aos *Prinzipes de phonologie*, publicados pela Mouton nos *Selected Writings I* e em francês, com o título de *Prinzipes de phonologie historique* (cf. A. Keiler, *A Reader in Historical and Comparative Linguistics*, p. 121).

Jakobson, além dos referidos *Prinzipios*, publicou em 1960 o artigo "Linguística e poética", traduzido para o português por I. Blikstein e J. P. Paes e publicado, em 1970. Nesse artigo, reelabora a teoria das funções da linguagem de K. Bühler, com base na teoria da comunicação, que leva em conta os participantes da interação. Segundo Jakobson, a linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções. Considera seis fatores e seis funções:

- 1) a "função referencial" remete ao "contexto";
- 2) a "emotiva" ou "expressiva" se centra no remetente;
- 3) a "função conativa" remete ao destinatário;
- 4) a "função fática" ao "canal", ou seja, à forma de contato entre remetente e destinatário;
- 5) a "função metalinguística" remete ao "código" e, por fim,
- 6) a "função poética" que remete à "mensagem" (cf. p. 124-128).

Sobre a "função poética", diz Jakobson: "Qualquer tentativa de reduzir a esfera da função poética à poesia ou de confinar a poesia à função poética seria uma simplificação excessiva e enganadora" (cf. p. 128). Ele considera essa a função dominante, porque o estudo linguístico da função poética deve ultrapassar os limites da poesia, e, por outro lado, o escrutínio linguístico da poesia não se pode limitar à função poética (cf. p. 129).

Se nos seus *Prinzipios de fonologia histórica*, de 1931, Jakobson é um funcionalista-estruturalista, nesse artigo de 1960, vai além do estruturalismo, uma vez que leva em conta a interação dos que participam de um ato de fala, ou seja, considera a língua no seu uso, no seu contexto comunicativo e não apenas a estrutura.

O que une o funcionalismo de Jakobson aos funcionalismos contemporâneos (alemão, americano, inglês, francês, brasileiro) é, certamente, seu

objeto teórico, ou seja, a(s) língua(s) em uso no seu contexto social e socio-interacional, ou seja, no processo comunicativo entre os falantes.

Segundo Labov, na coletânea organizada por R. Dirven e F. Vilém, *The Overstimation of Functionalism*, publicada em 1987, é possível distinguir três posições funcionais, cada uma delas apresentando o contexto progressivamente mais abrangente.

A primeira será a de A. Martinet, que diz respeito à eficiência comunicativa das unidades estruturais. A segunda, conforme Labov, é a de P. Kiparsky, que propõe uma restrição funcional que governa as condições da mudança linguística, havendo uma tendência para que a informação mais relevante, quanto à semântica, seja retida na estrutura superficial. Desse ponto de vista, o conceito de função se refere a uma relação entre a forma e seu significado referencial; diferentemente de Martinet, para quem o conceito de função tem a ver com a oposição entre as unidades do sistema. O terceiro é o de M. A. K. Halliday que, em artigo de 1967, "Notes on Transitivity and Theme in English", se refere à motivação discursiva da estrutura sentencial, que se vincula à Escola de Praga no que se refere à oposição entre *dado* versus *novo* e *tema* versus *rema*. Labov também inclui os princípios comunicativos que propôs I. Givón em 1979, no livro *On Understanding Grammar*, quais sejam: o dinamismo do processo comunicativo, grau de planejamento nesse processo, conhecimento pragmático compartilhado, entre outros.

M. Dillinger, linguista americano que viveu no Brasil, entra no debate *funcionalismo* versus *formalismo*, que se encontra nas páginas da revista *D.E.L.T.A.*, iniciado em 1989 por S. Votre e A. Naro no artigo "Mecanismos funcionais do uso da língua". Com base em P. Garvin, Dillinger, no artigo, de 1991, "Forma e função na linguística", distingue, à p. 399, três conceitos do termo *função*:

- a) as relações entre uma forma e outra (função interna);
- b) as relações entre uma forma e seu significado (função semântica);
- c) a relação entre o sistema de formas e seu conceito (função externa).

Segundo Pezatti, "o sentido de *a* tem a ver com a posição teórica de Martinet, o de *b* com a de Kiparsky e o de *c* com as demais posições teóricas" (2004: 171) do funcionalismo contemporâneo.

Não pretendo nem historiar as escolas funcionalistas, nem, tampouco, entrar no debate formalismo x funcionalismo. Vou buscar o que no(s) funcionalismo(s) tem a ver com a mudança linguística. Sendo essas orientações linguísticas referentes ao uso, os seus objetivos não são, prioritariamente, histórico-diacrônicos. Contudo, entre os funcionalistas, estrangeiros e brasileiros, há um aspecto significativo no uso que se relaciona à mudança linguística: os *processos de gramaticalização*, que ocorrem nas línguas em uso.

Se os funcionalistas estrangeiros muito estudaram o processo de gramaticalização, aqui, tomei a decisão de considerar funcionalistas brasileiros. Começo com Ataliba de Castilho, que poderia considerar como o "pai do funcionalismo no Brasil". Voltando de um estágio na Alemanha com C. Lehmann, ele fez um *Relatório* sobre gramaticalização, publicado em 1997 no número 19 da revista *Estudos Linguísticos e Literários*, da Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, "A gramaticalização." Nesse artigo, diz o autor que há uma "vasta bibliografia sobre a gramaticalização" (p. 26).

Com base em Hopper & Traugott (1993: 867), diz ele que "o entendimento que se vem tendo desse fenômeno [é] evolução em que unidades linguísticas perdem em complexidade semântica, liberdade sintática e subordinação fonética" (*ib.*).

Considera-se, e parece consensual, que foi Meillet quem cunhou o termo *gramaticalização* e o aplicou aos estudos "L'évolution des formes grammaticales", de 1912, e "Les renouvellements de conjonctions", de 1915, publicados na coletânea *Linguistique historique et linguistique générale* em 1958.

Se considerarmos a definição apresentada anteriormente no processo de gramaticalização, há um *continuum* de formas menos gramaticais para formas mais gramaticais, ou seja, de unidades independentes para aquelas dependentes, como sejam os clíticos, os verbos auxiliares, as flexões.

Levando em conta a mudança linguística, Meillet, no referido artigo de 1912, considera três classes de palavras: principais, acessórias e gramaticais, e indica que entre elas há uma transição gradual.

Benveniste, no artigo "As transformações das categorias linguísticas", escrito originalmente em inglês, datado de 1966 e parte da coletânea *Problemas de linguística geral II*, ao tratar do verbo *habêre*, sem falar em gra-

maticalização, mas de auxiliação no domínio românico, destaca a formação do perfeito e do futuro, com base no auxiliar — *auxiliant*, para Benveniste — *habere*. Em termos de gramaticalização, pode-se dizer que *habere*, verbo pleno no latim, torna-se verbo auxiliar, uma vez que no latim não havia tempos compostos, nem futuro perifrástico, como nas línguas românicas, pelo menos as do ocidente (francês, castelhano, português, p. ex.).

I. Roberts, em conferência pronunciada no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia — *A Formal Account in the History of Romance Futures* — considera que a gramaticalização é a mudança de uma categoria lexical para uma categoria funcional. Passando a categoria funcional, o verbo pleno perde conteúdo semântico, não atribui papéis temáticos e, nesse processo, propõe a conhecida sequência verbo pleno > construção perifrástica > forma perifrástica > aglutinação. Mais adiante, veremos como isso se processa do latim para o português.

Se considerarmos a definição de gramaticalização antes apresentada, perda de liberdade semântica e fonética, que pode ser representada na sequência:

“Verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar > clítico > afixo”
(Castilho, 1997: 35),

ou

“N > N relacional > Prep secundária > Prep. primária > clítico > afixo”
(Castilho, 1997: 391),

veremos que estamos diante de um processo unidirecional. Castilho informa também sobre o *estágio zero*: “O estágio zero é o momento máximo de exaustão da estrutura e anuncia a retomada do contínuo que é a gramaticalização” (1997: 46).

Se a redução fonológica é um processo visível, como no português brasileiro *você* > *ocê* > *cê*, o mesmo não ocorre com a perda semântica, também chamada de desbotamento semântico, que ocorre ou por metáfora ou por metonímia. Segundo Castilho, “tem-se notado que há um ritmo unidirecional nos processos de metáfora, do mais concreto para o mais abstrato” (1997: 48), representável pela sequência:

Espaço > tempo > noção

Quanto à metonímia, será “a mudança de sentido desencadeada por itens associados sintaticamente: trata-se basicamente de um processo es-

trutural” (1997: 49). Entre outros exemplos, apresenta o seguinte: “Adv. de inclusão *magis* > conj. adversativa *mas*, em que este item passa a codificar a contração, derivada do uso de *mas* em contextos negativos” (*ib.*).

Outro processo semântico é a *analogia* — aplicada pelos neogramáticos à mudança fônica. Um exemplo no sistema morfológico verbal é o perfeito do verbo *estar*, que deveria ser *estuve* e, por analogia a *tive*, se torna *estive*.

O processo sintático de *reanálise* ocorre quando os falantes mudam a percepção da ordenação dos constituintes sintagmáticos. Exemplo muito citado de reanálise é o do perfeito nas línguas românicas:

- a) lat. *habeo litteras scriptas* > [*habeo scriptum*] *litteras*
- b) port. *tenho cartas escritas* > [*tenho escrito*] *cartas* (cf. Castilho 1997: 54).

Em *a*, *litteras* é o complemento de *habeo*, verbo pleno; em *b*, *litteras* é o complemento de *habeo scriptum*.

Ainda segundo A. de Castilho, pode ocorrer gramaticalização no grupo verbal, nominal, pronominal, adverbial, e nos nexos (preposições e conjunções) (*id.*: 33-41).

Uma questão em debate é o chamado *princípio da unidirecionalidade*. Castilho, C. Lehmann (1982b: 16), Hopper & Traugott (1963: 95) e Heine, Claudi, Hunnemyer (1991) defendem esse princípio, em que ao estágio A deve seguir-se o B. A razão é que há dificuldade em admitir a *desgramaticalização*, porque nesse processo as formas deveriam passar por um processo de ressemanização e de reforço. Um dos exemplos de desgramaticalização apresentados por Castilho é o do sufixo *-ismo* que se nominaliza, no português contemporâneo, numa forma livre nominal — “os *ismos* da ciência tal” (*id.*: 56).

O próprio A. de Castilho refuta o *princípio da unidirecionalidade* no estudo de 2004, “Diacronia das preposições no eixo transversal no português brasileiro”, e propõe uma “teoria multissistêmica da língua”. Em suas palavras:

O ponto central desta proposta, ainda em seus delineamentos muito gerais, é que o léxico é governado por um dispositivo sociocognitivo de caráter pré-verbal, através do qual o falante ativa, reativa e desativa as propriedades lexicais, dando origem às categorias discursivas, semânticas e gramaticais. Esse dispositivo é social

porque é baseado numa análise continuada das situações que ocorrem num ato de fala. É cognitiva porque lida com as categorias cognitivas e os traços semânticos já mencionados. Uma consequência dessa postulação é negar que as classes de palavras sejam derivadas umas das outras (2004: 34).

A propósito das preposições, que são o centro de seu estudo, diz o seguinte:

Comparando de um ângulo diacrônico a produtividade das preposições simples diante das preposições complexas, e a ocorrência de algumas mudanças do séc. XIX para o séc. XX, nos dois casos constatou-se que as preposições [+anterior] também aqui levam vantagem sobre as [+posterior], pois dispõem de uma representação gramatical mais rica: dos itens simples para os itens complexos entre as [+posterior] (*id.*: 42).

Promete o autor que, na continuação do trabalho, examinará o comportamento das preposições que integram os eixos horizontal e vertical (cf. p. 43).

Sônia Bastos Borba Costa na sua tese de doutorado, *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*, no item "Propriedades", discute a "questão da unidirecionalidade". Depois de revisitar autores que defendem esse princípio, a autora, relacionando *unidirecionalidade* e *gradualismo*, diz:

Uma forma que exiba características de certa categoria morfossintática pode começar a perder essas características, não simultaneamente, mas uma após outra. E a forma inovadora não destaca a forma mais antiga do dia para a noite. Ao contrário, começa com a variante mais rara, geralmente afeta a um registro, sua frequência aumenta e, finalmente, substitui a anterior. Como se pode adivinhar, o gradualismo é bastante relacionado à unidirecionalidade e, embora não prediga que sequências de mudanças ocorram, prevê que, se ocorrerem, ocorrerão em certas ordens e não em outras (2003: 67-68).

Assim recusa a autora a *unidirecionalidade* como tem sido formulada: A > B e não o contrário.

No trabalho "A gramaticalização numa perspectiva diacrônica: contribuições baianas", apresentado no Encontro Nacional da ANPOLL em 2002 e posteriormente publicado na revista *Estudos linguísticos e literários* (n. 29/30, de 2003), trato da unidirecionalidade. Entre outros questionamentos sobre o processo de gramaticalização, considero que a unidirecionalidade, que remonta a Meillet, sempre me pareceu uma herança neogramática, e a previsibilidade de categorias maiores para menores sempre me souu como

contraponto às leis fonéticas. Pergunto então se a teoria dos protótipos não será um forte argumento contra a unidirecionalidade (p. 145).

Na coletânea de Ramat & Hopper, *The Limits of Grammaticalization*, J. P. Hopper, defensor da unidirecionalidade, num trabalho que tem o sugestivo título "The Paradigm at the End of the Universe" (1998: 147-157), diz sobre a gramaticalização:

começa quando colocações e formas contextualmente unidas tornam-se habituais e daí se rotinizam, desvinculadas de seus contextos restritos... no outro extremo do universo, a gramaticalização move-se para a fonologia (p. 152-153).

Nesses limites, no universo de Hopper, muito pode acontecer, porque muitos fatores podem interferir em qualquer processo de mudança linguística (p. 146).

Vamos agora aos exemplos de processos de gramaticalização na língua portuguesa. Seguirei A. de Castilho, quando, no artigo de 1997, diz que esses processos ocorrem no grupo nominal, verbal, adverbial e nos nexos (preposições e conjunções).

No grupo nominal, utilizarei o artigo de Lorenzo Vitral e Jânia Ramos, "Gramaticalização de 'você': um processo de perda de informação semântica?", de 1999.

Como é consabido, *você* provém de *vossa mercê*, pronomine de tratamento documentado no português a partir do século XV. Houve, sem dúvida, perda fônica e mudança semântica. No século XVII, já ocorre a forma *você*, como pronomine de tratamento, entre iguais. No artigo em foco, com base em seu estudo variacionista de 1987, Jânia Ramos informa que entre jovens *cê* é usado com referência menos definida, enquanto os velhos, com referência definida (p. 57). Na sequência, ocorre o processo de cliticização de *cê*: fonologicamente reduzido e sem independência fonológica, uma vez que *cê* não aparece sozinho como resposta a uma pergunta:

- Quem vai sair?
- (V)ocê!
- *Cê (p. 58).

Segundo os autores, *cê* ocorre com referência definida: de que lado *cê* tá?

ou indefinida:

Cê pode visitar sempre esse local.

Destacam, em seguida, o momento de formação de expletivos, que são itens não referenciais, isto é, sem traço semântico em sua matriz lexical. Propõem então os autores a hierarquia semântica seguinte:

- a. item lexical > item gramatical
- b. item lexical > item funcional > expletivo
- c. item referencial > item não-referencial (p. 58).

Reelaboram o conceito de referência e distinguem a *referência virtual* da *referência real*: os nomes comuns são dotados de referência real própria; os pronomes pessoais são desprovidos de referência virtual, mas no enunciado aparecem com referência real (p. 59).

Propõem, então, a hierarquia seguinte:

referência virtual > referência real > sem referência [+ def. > -def.] (p. 60).

Quanto aos expletivos, dizem que no português não há itens expletivos específicos, mas encontram exemplos de *você*, que interpretam como expletivos, porque não aparece em posição temática, não pode ser explicado como resultante de movimento, não pode ser vocativo:

Todas a lojas que *você* tem aqui no bairro.

Em Kioto *você* tem aquela confusão nas ruas.

Em Buenos Aires *você* tem confeitarias (p. 61).

Comentam que *você* representa um problema para a correlação estrita entre perda de substância fônica e perda de informação semântica, uma vez que não é a forma mais reduzida, *cê*, a clítica (p. 61). Concluem os autores:

Teremos de aceitar que o expletivo constitui a fase final desse processo, o que nos permite concluir que a perda de conteúdo semântico descreve, na verdade, o percurso [item lexical > expletivo] e não o percurso [item lexical > item gramatical] (1999: 62).

No grupo verbal, utilizarei a comunicação ao XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, realizado em 1996. Sua autora é Lucília Chacoto, da Universidade do Algarve. Intitula-se a comunicação *Predicados nominiais com fazer no português medieval*. Sem falar em gramaticalização, nem em funcionalismo, a autora apresenta um trabalho de gramaticalização

ao tratar do verbo *fazer*, como verbo pleno, verbo operador causativo e verbo suporte. Utiliza como *corpus* a *Demanda do Santo Graal*, na edição de Joseph Maria Piel, de 1988.

Exemplos de *fazer* como verbo pleno:

E fez fazer mui rico moimento ao cavalleiro (p. 21 e 30-32)

ü cavalleiro do reino de Logres ... fez aqui esta torre que veedes (p. 116, ls. 23-25).

Fazer, como operador causativo, define a autora da seguinte forma:

Introduzem a noção de causatividade e provocam o aparecimento de um novo argumento que desempenhará a função sintáctica de sujeito do verbo operador (1996: 71).

Garriet o firiu asi que lhe fez üa gran chuga em meo peito (p. 370, ls. 16-17).

E aquella besta me fez tanto dapno donde me sempre doerei (p. 63, l. 8).

Fazer, como verbo suporte:

constrói-se com nomes psicológicos (exceção feita para os nomes pertencentes ao campo da meteorologia) (p. 72).

O donzel (...) ouve gram pesar de sa madre que o criara que fezera aquel(a) *aleivósia* (p. 255, ls. 24-25).

Começou a *fazer chuvas* e torvões e lâmpados (p. 305, l. 11).

Define a autora os verbos suportes:

Não têm distribuição característica, têm um fraco valor semântico, consistem basicamente num material morfémico, dado que são portadores das marcas de flexão que o nome predicativo não possui e podem ser reduzidos através de uma relativização, levando à formação de grupos nominais complexos (1996: 72).

Conclui a autora, destacando a dificuldade de, com clareza, determinar as propriedades de algumas construções com nomes predicativos, em um texto tão recuado no tempo, no que se refere a questões como a aceitabilidade, para uma interpretação semântica adequada.

Ainda sobre o grupo verbal, utilizarei o trabalho de Rosaura Maria Fagundes Poggio, publicado na coletânea *Do português arcaico ao português brasileiro*, "Considerações sobre a gramaticalização da forma verbal de futuro do latim ao português", impresso na coletânea de 2004, organizada por Sônia Bastos Borba Costa e Américo Venâncio Lopes Machado Filho.

Rosaura Poggio, da Universidade Federal da Bahia, utiliza como *corpus* um texto do século XIV, os *Diálogos de São Gregório*, e inquéritos do Projeto NURC de Salvador. No item 1, apresenta sinteticamente informações

sobre o processo de gramaticalização (p. 177-180). Finaliza essa parte teórica com os cinco princípios de J. P. Hopper (1991) — *estratificação*, formas diferentes são usadas para expressar um mesmo significado; *divergência*, quando ocorre a bifurcação de um item, porém a fonte original pode permanecer como elemento autônomo; *especialização*, princípio de restrição, no qual há um estreitamento de variedades de escolhas formais, quando ocorre gramaticalização; *persistência*, quando, mesmo depois de um item lexical tornar-se gramatical, pode ocorrer que alguns traços do significado original acompanhem a nova forma gramatical; e *descategorização*, ao se gramaticalizar, o item lexical perde suas marcas morfológicas e propriedades sintáticas e assume atributos categoriais secundários (cf. p. 180).

No item 2, Abordagem histórica das formas do futuro (p. 180-184), informa sobre o futuro do presente, primeiro no latim clássico, em que eram formas sintéticas, marcadas pelo morfema *-b-*, na primeira e segunda conjunções e pelos morfemas *-a-* / *-e-*, na terceira e quarta. Destaca que já no latim clássico, ao lado das formas sintéticas, havia as perifrásticas com o verbo *habēre*. Apresenta dois exemplos de Cícero, em que tais formas indicavam essa possibilidade (p. 180-181).

No latim vulgar tardio, predominava “o uso do presente pelo futuro” (p. 181). Apresenta exemplos da *Cena Trimalchionis*, parte do *Satyricon* de Petronônio, também nos escritores cristãos. Diz a autora que o futuro perifrástico é de largo emprego e que era formado do infinitivo com o presente do indicativo de *habeo*, *debeo* e *volo* (p. 181).

Quanto às línguas românicas, informa que um dos primeiros exemplos, que considera prototípico do futuro românico, está documentado em Fredegário. Vale transcrevê-lo:

Et ille (‘o rei dos persas’) respondebat: non dabo. Iustianus dicebat: Daras.

Segundo a autora, não houve unidade na formação do futuro nas línguas românicas: o dalmático manteve o futuro sintético latino; em dialetos do sul da Itália, o futuro se expressa pelo presente e a perífrase na maioria delas, variando, contudo, a escolha e a posição do auxiliar: o romeno seleciona *velle*; o sardo, *debeo* ou *habeo*. Com *habeo*: italiano, sardo, engadinês escrito, espanhol, provençal, catalão, português, aparecendo nessas línguas o auxiliar antes ou depois do verbo principal. No latim vulgar tardio, o paradigma foi:

1. *cantarábeo
2. *cantarábes
3. *cantarábet
4. *cantarábemos
5. *cantarábétis
6. *cantárabent/*cantárabunt

- *cantaráio
- *cantáras
- *cantárat
- *cantáremos
- *cantárétis
- *cantárant/*cantárant

O acento, por fim, foi fixado no auxiliar. R. Poggio seguiu o romanista alemão H. Lausberg (cf. p. 183).

Formou-se, analogamente, o futuro do pretérito — com o auxiliar anteposto ou posposto nas mesmas línguas do futuro do presente (p. 184).

Considerando os dados do presente, ou seja, do NURC/Salvador, distingue-se a preferência do futuro perifrástico, no presente, e do sintético, no futuro do pretérito. Uma nova forma perifrástica vem sendo, gradativamente, constituída com o verbo *ir* (p. 185). Assim, os falantes do português buscam um novo auxiliar, que já ocorria no latim tardio com *vado* + infinitivo. Observa ainda que, na língua coloquial, o futuro pode ser expresso apenas pelo contexto (p. 186).

No que se refere ao processo de gramaticalização, ocorreu, inicialmente, um processo de morfologização, fonologização e semantização. No latim, as formas foram usadas lado a lado; na passagem para o português, as formas se fundem, ocorrendo fonologização. A forma sintética do latim desapareceu.

No século XIV, é frequente o uso da forma perifrástica já fundada, como sintética:

E debes entender, Pedro, que algũus feitos contarei eu... (DSG, 1.1.39).

No mesmo texto é frequente *haver de* + infinitivo:

E assi acaeceu que a homidade do discipolo foi meestra daquele que era abade e meestre que avia de reger e ensinar os outros (DSG, 1.5.16).

Poucas ocorrências com *ir* + infinitivo foram encontradas nesse mesmo texto; nele ocorre *ir* como verbo pleno:

E foron logo ao moesteiro do honrado San Beento (DSG, 2.24.7),

mas pode ocorrer como auxiliar, embora ainda expresse movimento e o objetivo é “outro lugar”:

... quando veen que o seu trabalho he sen fruito van demandar outro lugar (DSG, 2.3.57).

Quanto ao *princípio da divergência* de Hopper, convivem *amarei* e *vou amar*; o mesmo ocorre com o verbo *ir*; quanto ao *princípio da especialização*, nota a autora "o estreitamento que ocorre com o verbo *ir* ao se especializar, em certos contextos, para formar o futuro perifrástico" (p. 189).

No grupo pronominal, utilizarei a comunicação apresentada por C. R. dos Santos Lopes, "A indeterminação no português arcaico e a pronominalização de nominais: mudança encaixada?" (2003). Nessa comunicação, embora o foco seja o emprego do nome *homem*, como substantivo e como pronome indefinido, identificando fatores que teriam determinado tal variação do século XIII ao XVI, entrelaça a autora esse processo de gramaticalização com o de *a gente*. Adota, também, a metodologia da sociolinguística quantitativa laboviana.

Correlacionando os dois processos, de nominais para pronomes, a autora verificou que, no século XVI, há um percentual de 74% de ausência do traço de número para o substantivo *gente*, que perde assim propriedades dos nominais: sobre o traço [-pl], diz que se faz presente até o século XIX e firma-se como categórico no século XX.

Quanto a *homem*, que desaparece como pronome no século XVI, constituiu a autora um *corpus* do século XIII ao XVI. Levantou 458 dados, sendo 316 como substantivo, 96 como pronome e 46 de interpretação duvidosa:

ca eu cuido que este *homẽ* foy rey senam de dormir (substantivo).
 porque nõ pode *homẽ* partir-se de sy meesimo (pronome indefinido, *homẽ* = 'alguém', 'se').
 que certo é que *homem* que está em perigo de todas cousas há receo (interpretação ambígua).

Segundo a autora, a pronominalização de *homo* do latim não se efetivou completamente em português, como o *on* em francês. Considera C. Lopes que o uso do pronome no português arcaico é o de que seu emprego como indicador de sujeito ocorre quando há perda de referencialidade. Os resultados de sua análise, no que se refere a *homem*, indicam a hierarquia: referencial > genérico > impessoal.

A autora também fez um mapeamento diacrônico de *a gente* na sua tese de doutorado, *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Verificou aí que é, a partir do século XVI, que *a gente* perde certas propriedades dos nomes e que, no século XVIII, já se

documenta o que chama a autora de fase embrionária de seu processo de gramaticalização. Assim defende a autora que a pronominalização de *a gente* é uma mudança encaixada linguística e socialmente. Relaciona, ainda, a gramaticalização de *a gente* com a de *você*, esta última documentada no século XVIII, com já foi referido antes. Destaca ainda o fato de que os novos pronomes levam o verbo para a terceira pessoa, o que favorece a redução do paradigma flexional do português brasileiro, senão do português em geral.

O linguista galego Xoán Carlos Lagares, em comunicação inédita, *La gramaticalización de homeni en gallego-portugués medieval*, com base no *corpus* das *Cantigas do Cancioneiro Profano* (cantigas de amigo, de amor e de escárnio e maldizer), na *General estoria versión gallega del siglo XV*, na *Crónica troiana*, do século XIV, nos documentos notariais do século XIII a XVI, editados por Clarinda Maia e no documentos notariais dos séculos XII ao XVI, editados por Ana Maria Martins, diz que no galego-português medieval ocorrem o substantivo *homem* e também *homem* como pronome indeterminado.

Diz Lagares que, do nome *homem* para o pronome, houve perda de subântica semântica, embora persista o significado léxico original na forma do nominal; experimenta esta última uma especialização, assim como um processo de descategorização. Admite que é a distância semântica entre nome e pronome que seria responsável pelo desaparecimento da forma pronominal.

Segundo Lagares, a presença das formas românicas correspondentes ao latim *homo*, em várias línguas descendentes do latim durante a Idade Média, poderia apoiar a hipótese da origem latina desse fenômeno, embora considere que haja poucas comprovações documentais.

Destaca o autor o uso preferido da forma gramaticalizada nas *Cantigas*, tanto em: a) complementos diretos; b) sintagmas preposicionais de predicados transitivos; c) predicados existenciais; d) predicados atributivos descritivos; f) predicados de atributos possessivos, como nos exemplos:

- a) ca non sey *homem* que se mais non queyxe;
- b) con a mayor coita que nunca vi aver a *ome*;
- c) nem foi *homem* que a visse enfeair;
- d) se lhi con ele fogides, terran / todos que sodes *om* avizimao;
- e) Ca, mia senhor, quem *om* en poder ten/e lhi faz mal pode-lhi fazer ben.

Nos documentos em prosa que utilizou, encontrou *homem* como sujeito nos *Diálogos de São Gregório* (séc. XIV), não encontrou a forma pronominal

na *Crônica Troyana* de Afonso X, do século XIV, nem nos documentos notariais, tanto nos editados por Clarinda Maia, como nos de Ana Maria Martins.

Conclui então Lagares que o uso gramaticalizado “responhã a cërta vontade de estilo” (p. 9) e que sua ausência nos documentos notariais pode “dever-se, simplesmente, às próprias características discursivas desses textos” (p. 9). Diz ainda que o caminho (Nom > Pron) pode ter sua origem em construções indefinidas, com “pronomes quantificadores como *nul*, *nulho* ou *nenhum*, ou outros enunciados negativos” (p. 9).

Quanto à permanência do pronome indefinido de sujeito em francês, pode ser explicada, talvez, “por influência do alemão, pelo fato de haver fixado nessa função uma forma com menos massa fonética, diferente do substantivo (como aconteceu com o catalão)” (cf. p. 9).

No grupo adverbial, utilizei, em primeiro lugar, o trabalho de M. E. Martelotta, “A mudança linguística” (p. 57-71), parte da coletânea *Linguística funcional: teoria e prática*, organizada por Furtado da Cunha et al., publicada em 2003.

Depois de apresentar aspectos teóricos do funcionalismo e do processo de gramaticalização, Martelotta trata de alguns advérbios e de sua gramaticalização. O primeiro deles é *mal* que se torna prefixo. A p. 60, apresenta o esquema diacrônico seguinte:

lat. <i>malus</i> , -a, -um	{	adj. port. <i>mau</i>
		subst. <i>malum</i> , -i > port. <i>mal</i>
		pref. lat. <i>male</i> > pref. port. <i>mal</i>
		adv. port. <i>mal</i> > conj. temp. port. <i>mal</i>

Apresenta exemplos de *male*, como prefixo, já em latim, que originam em português *maldicência* e *malevolência* e outros que são de formação no português: *malcontente*, *malfadado*, *malcriado* (p. 61). Em outro exemplo, se refere ao termo *logo*, do substantivo latino *locus*, -i ‘lugar’ e que hoje, no português, tanto pode ser advérbio, como conjunção, como nos exemplos do autor (p. 63):

Penso, logo existo (conjunção conclusiva);
Ele vai chegar logo (advérbio) (p. 64)

No português arcaico, ocorre como substantivo e como adverbial, como nos exemplos apresentados pelo autor:

Lançados som fora do mudo e descenderõ aos infernos e outros se leuâtãrõ ãe seu logo (*Orto do esposo*) (substantivo).

A primeira natureza da pomba he que *en logo de cantar gême* (*Livro das aves*) (adverbial).

Comenta Martelotta que “os usos do elemento adquiriram de maneira sucessiva e unidirecional os valores espacial, temporal e textual, entretanto devem ser analisados com cuidado” (p. 64). Referindo-se ao *Dicionário escolar latino-português* de E. Faria, edição de 1975, verifica que o verbo *locus*, -i já demonstra que, no latim, estão documentados os sentidos espacial, temporal e textual. Segundo o autor, esse fato “enfraquece a visão tradicional de que os elementos mudam de valor [numa determinada direção] com o tempo. Tal constatação, de que existe uma certa regularidade no conjunto de usos de um elemento em sincronias diferentes, não é incomum” (p. 64).

M. Rios de Oliveira apresenta na coletânea, *Funcionalismo e gramaticalização: teoria análise e ensino* (2004), o trabalho “Advérbios locativos na modalidade escrita do português em perspectiva histórica” (p. 131-152). E nele informa que, no português do Brasil, os advérbios pronominais locativos mais frequentes são *aí*, *ali*, *aqui* e *lá*. Em seguida, revela que, na sua análise, o foco são os processos de polissemia: referência espacial > referência temporal > conector oracional > operador discursivo (p. 132).

Utiliza como *corpus* textos religiosos da sincronia atual da língua portuguesa: *Tocar o Senhor* (TS), *Um coração que seja puro* (CSP) e *Amor é vida* (AV) e, como representante da fase arcaica, o *Orto do esposo* (OT), dos fins do século XIV ou começo do XV (p. 132).

No item Locativos em perspectiva histórica (p. 135-157), apresenta oito tabelas quantificadas, em que considera, na primeira, Tipos e frequência de ordenação de locativos nos textos atuais; segunda, Tipos e frequência de ordenação de locativos no texto arcaico; na terceira, Função Tipos dos locativos nos textos atuais (argumental, adjuntiva e juntiva); na quarta, Função Tipos dos locativos no texto arcaico (argumental e adjuntiva, não ocorre a juntiva); na quinta, Referência dos locativos nos textos atuais (física/concreta, física/virtual; abstrata/temporal e abstrata/textual); na sexta, Referência dos locativos no texto arcaico (física/concreta, física/virtual; abstrata/temporal, não ocorre a abstrata/textual); na sétima, Sequência tipológica e uso de locati-

vos nos textos atuais (injuntiva, expositiva, narrativa, e dissertativa argumentativa) e na oitava, Sequência tipológica e uso de locativos no texto arcaico (descritiva, injuntiva, expositiva, narrativa e dissertativa/argumentativa).

Destaca ao finalizar, “tal como na sincronia atual... o locativo *aí*, como articulador mais frequente de trechos expositivos”. Dos 90 registros, 53 inserem-se nesse tipo de sequência (p. 150). Apresenta o seguinte exemplo do *Orto do esposo*:

Porê diz Seneca que toda cousa que uê ao homem, desejando-a elle, alhea he, ca nõ ha *hi* prova que seia boa pera algũũ... (p. 151).

Ao concluir, M. Oliveira diz:

Nos textos atuais de temática religiosa, dos quatro itens locativos pronominais mais frequentes, *ali* encontra-se no eixo central da categoria, por conta de seu uso regular aproximado mais do que se considera advérbio padrão... no primeiro nível da periferia adverbial, estaria *aquí*. Nessa escala categorial, num terceiro nível... situar-se-ia *lá*, e no último nível, ocupando espaço intercategoriaal, devido à sua migração para a classe dos conectores, estaria *aí* (2004: 161).

Quanto ao texto arcaico analisado, informa que ele aponta menos diversidade funcional de locativos, por conta de não ter encontrado a função primitiva de *aí*. Quanto a *ali* e *aquí*, diz que, na fase arcaica, parecem caracterizar padrões de continuidade ou variação. Sobre o locativo *lá*, a falta de registros impede qualquer declaração (cf. p. 151-152). Admite a autora que há a necessidade de ampliar o *corpus*, para que seja possível a comparabilidade.

S. B. B. Costa, na coletânea organizada por ela e por A. V. L. Machado Filho, de 2004, trata do “Espaço e tempo em advérbios portugueses quinhentistas”. Depois de apresentar aspectos teóricos do funcionalismo e da gramaticalização que confrontou 160 formas advérbias de conteúdo semântico espacial e temporal com formas dos séculos XIV e XV e da atualidade. Informa que, além da riqueza de possibilidades de percepção e expressão desses conteúdos através de formas advérbias, há pertinência de inter-relações das noções de *espaço* e *tempo*, por caminho de deslizamento metafórico de base cognitiva.

Segundo a autora, a sequência mais comum desse deslizamento é:

espaço concreto (físico) > espaço abstrato (não-físico, inclusive textual) > tempo

Diz ainda que o estudo demonstrou que o *espaço abstrato* (referências a pontos do texto, à representação gráfica ou ao desenvolver de um raciocínio

nio ou relato) sucede a categoria *espaço* e precede a categoria *tempo*, sendo, portanto, noção intermediária para a extensão da categoria semântica *espaço* e outras noções abstratas.

Destaca que percursos semânticos se revelaram interessantes, como a metáfora, a metonímia e a analogia. As duas primeiras se manifestaram em interlínguas (grego > latim; latim > português) ou intralínguas (latim ou português). Quanto ao primeiro caso, destaca a base lexical *pedaço* e, para o segundo, a base lexical *logo*. Quanto à analogia, diz a autora que sua atuação captura elementos lexicais para o percurso da gramaticalização, produzindo o maior paradigmaticidade e favorece o espraio de novas estruturas, uma vez que sem ele não se configura a mudança linguística.

No grupo nexos (preposições e conjunções): para as preposições utilizei o artigo, publicado na revista *Estudos linguísticos e literários*, de 2003, sob o título “Aspectos de gramaticalização na história das preposições do latim ao português” (p. 149-162). Nesse artigo, R. M. F. Poggio trata das questões seguintes:

- 1) preposições do latim que desapareceram, mas cujos conceitos passaram a ser expressos por outras preposições ou por locuções prepositivas;
- 2) preposições que também desapareceram, são usadas como prefixos no português, mas seus conceitos são expressos por outras preposições ou por locuções prepositivas;
- 3) casos de duas preposições do latim que se uniram, dando origem a uma única forma.

No primeiro caso, segundo a autora estão: *apud*, *propter*, *coram* e *usque*. Quanto a *apud*, depois de apresentar o étimo em latim e exemplos dos *Gregorii Magni Libri IV*, diz a autora que no português corresponde a: *perto de*, *junto de*, *diante de*, entre outras. Quanto a *propter*, depois de apresentar o étimo da forma latina, informa que *propter* é empregado apenas na sua acepção mais abstrata ‘cousa’, sendo traduzido por *por* na versão trecentista em português dos *Diálogos de São Gregório*, como nos exemplos:

lat.: sed hoc tibi norum sit, quia post mortem meam tu huic accessiae episcopus non eris *propter* avaritiam tuam (l. 55, 16-18).

port.: mais eu te digo por certo que, depois mha morte, non seerás bispo desta igreja *po-la* avareza que mostrasti en feito daqueste aver (l. 19.15).

Quanto a *coram*, depois de apresentar o étimo, corresponde em português a *diante de* e em português arcaico a *ante*. *Usque*, diz a autora que no seu *corpus* em latim é usada isoladamente ou seguida da preposição *ad*. Sobre esse grupo de preposições que desapareceram, diz R. Poggio que, na sua mudança para o português, passaram por alguns processos de gramaticalização — alterações gramaticais, como recategorização, morfologização e estágio zero, também passaram por alterações semânticas.

No que se refere às preposições que passaram a prefixos, incluem-se nelas *a/ab*, *e/ex* e *extra*.

Quanto a *a/ab* e *e/ex*, depois de apresentar o étimo e exemplos em latim, informa que *ex/ab* são termos precisos para expressar o “ponto de partida” e que já em Cícero ocorre o impreciso *de*.

Quanto a *extra*, a seguir à apresentação do étimo e exemplos do *corpus* em latim, diz que *extra* já era prefixo no latim clássico e se documenta em vocábulos eruditos ou semieruditos — *extraordinário*, *extrapolação*, p. ex. No português atual, tem muita vitalidade. Essa preposição vem da recategorização do advérbio *extra*, que desapareceu como preposição no português e seu conceito é expresso por *ante* ou *de*, ou pela locução prepositiva *fora de*.

Intra também passou a ser usado como prefixo no latim tardio. Nos *Diálogos de São Gregório*, é usado com o valor de ‘no interior de’, correspondendo à preposição *em* no português arcaico. No que concerne à gramaticalização, ao desaparecer como preposição, chegou ao estágio zero, mas persiste como prefixo, desde o latim tardio até hoje.

Tornaram-se prefixos no português também *juxta* e *ultra*. *Juxta* tinha sentido espacial, como *diante de*, *perto de*, *cabo de*, *arredor de*. Como prefixo, no português, ocorre em vocábulos eruditos como *justafluvial*, *justalinear*, *justapor* etc. Quanto a *ultra*, no latim, como preposição, equivalia a ‘do outro lado’. Na versão trecentista dos *Diálogos de São Gregório*, corresponde à locução prepositiva *fora de*. No português de hoje, é elemento composicional, com o valor de ‘pra além de’, ‘em excesso’, como *ultraajante*, *ultrapassar*, *ultrarromântico* etc.

Finaliza a autora, destacando que no que se refere à significação dos prefixos, mantêm eles o sentido das preposições latinas que lhes serviram de base.

Para as conjunções, utilizei o estudo de T. M. Mello Barreto, “Esboço de estudo multissistêmico do item conjuncional ‘conforme’”, publicado na coletânea organizada por S. Costa e A. Machado Filho (2004).

A autora, baseada na proposta em elaboração de A. de Castilho de uma “teoria multissistêmica de gramaticalização”, analisa itens conjuncionais, considerando os séculos XVI e o XVIII. O *corpus* do século XVI é constituído da *Obra pedagógica de João de Barros*, 1540, de vinte e duas *Cartas de D. João III* (1523-1557) e 173 *Cartas da Corte de D. João III*, e para o século XVIII, utiliza 93 cartas e 14 documentos oficiais escritos por comerciantes portugueses (1791-1798), editados por A. Barbosa, e 126 cartas e uma devassa (1783-1796), editadas por P. Ferreira, K. Oliveira e U. Gonçalves, supervisionados por T. Lobo.

A seguir, a autora arrola os itens conjuncionais (coordenativos, subordinativos, correlações conjuncionais coordenativas e também as subordinativas) (cf. p. 15-16). À p. 17, segue o mesmo procedimento para os dados do século XVIII (p. 16-17). Na sequência, destaca as diferenças entre os dados do século XVIII e os do século XVI.

Ocorrem no século XVIII itens conjuncionais que não ocorreram no *corpus* do XVI, como segue: coordenativas aditivas (*sendo que*, *assim tão bem*); coordenativas adversativas (*entretanto*); subordinativa causal (*visto que*); subordinativas condicionais (*sem que e a não ser que*, *caso*); subordinativas modais (*de sorte que*, *tanto assim que*, *como que*, *sem que*); deixa de ser empregado *pero que* e surgem dois itens concessivos (*se bem que* e *sem embargo que*). Diz, por fim, a autora que *pero que* assume a forma *para que* e aparece a *fim de que* para expressar a relação de afinidade. Quanto às correlações aparecem *já...já e não só...mas também*, com variantes.

Quanto a *se bem que*, o confronto confirma o que se verificou no século XVIII, nas *Cartas do Maranhão* de A. Vieira, em que *se bem* representa conjunção, já a conjunção *se bem que* — associação da conjunção *se* ao advérbio *bem* e à conjunção *que* — expressa a relação de concessão no século XVIII. Da conjunção *que* à concessão, admite a autora que houve um processo metafórico, pela atenuação do conteúdo adversativo ou contrajuntivo para o concessivo.

Alguns dos itens no século XVIII não tinham ainda adquirido características inerentes a essa classe gramatical e apresentam instabilidade sintática ou semântica, como é o caso de *contudo*, em *quanto* e *por quanto*, constituídos de pronomes indefinidos precedidos de preposição. Ainda no século XVIII, *contudo* ocorre com o valor semântico de 'com tudo' ou 'com tudo isso'. Cf. o exemplo à p. 20:

elogo que eu não tenha chegado a fassão pr não dar mayor incomodo, que medou por saptisfeito comtudo quanto fizerem (CCP, XIV, 1.09-11).

Quanto aos itens surgidos apenas no século XVIII, diz que a *fim de que* resulta da associação da conjunção *que* à locução prepositiva *a fim de*; ocorre aí também um processo metafórico, pois o seu conteúdo semântico está relacionado ao de *fini*: 'objetivo', 'termo', 'remate'.

De *modo que*, *de forma que* e *de maneira que* são itens conjuncionais formados por um processo metafórico com substantivos pertencentes à mesma área semântica (cf. p. 21). Quanto a *visto que*, constituído pelo particípio passado e a conjunção *que*, começa a aparecer no século XVIII, assim como *dado que*, *posto que* e *suposto que*. No referido século, ocorre como conjunção concessiva *sem embargo que*, equivalendo a 'não obstante', 'apesar de que', como no exemplo à p. 22:

Meu compadre remeto 40 [SC] de Arros que leva o mestre da charua Nossa Senhora da Esperança e Princesa Real sem embargo que menão passarão recibo nem conhecimento (CCP, XLV, 1.03-5).

Destaca ainda que conjunções documentadas no século XVI, mas não no século XVII, voltam a aparecer no século XVIII, como *primeiro que* e *caso que*. A primeira conjunção é constituída do numeral ordinal, do lat. *primarius*, associado à conjunção *que*; quanto à segunda, provém do substantivo *caso*, do lat. *casu-*, substantivo, associado à conjunção *que*. Por fim, observa a autora que nem no século XVI, nem no século XVIII, ocorre o item conjuncional *conforme*, que nos textos analisados ocorre como preposição ou locução prepositiva, *conforme a*, vindo a ocorrer como conjunção no século XX.

Da p. 23 à 28, a autora se concentra na análise multissistêmica de *conforme*. Remete a A. de Castilho, cuja proposta considera de cunho cognitivo-funcionalista, em que a língua é um multissistema radial que tem ao centro o léxico e, em volta, a semântica, o discurso e a gramática (p. 24). E

define, segundo Castilho, os subsistemas do léxico, do discurso, da semântica e da gramática.

Para a lexicalização do item *conforme*, parte a autora do étimo: *cum + formare*, de onde deriva o adjetivo que lhe serviu de origem, *conformis*, e (p. 24). No latim, a preposição *cum* possuía as seguintes propriedades cognitivas de base: *lugar, tempo, qualidade*; no português contemporâneo amplia essas propriedades (p. 25).

Quanto à discursivização, *conforme*, na maior parte das vezes, introduz o tópico discursivo, tomando como escopo toda a sentença (se conjunção), itens lexicais ou sintagmas (se preposição), como no exemplo:

- Você irá à festa?
- Conforme... (p. 26).

Quanto ao aspecto semântico, o sentido de 'exatamente', 'que tem a mesma forma', é mantido no adjetivo *conforme*, tal como no adjetivo no latim. Do ponto de vista fonológico, sofreu pouca alteração a palavra: *conformare > conformar* (verbo) e *conformis*, e *> conforme*.

Do ponto de vista morfológico, houve apenas justaposição da preposição latina ao verbo *formare*, dando origem, a partir daí, à locução prepositiva, ao substantivo e adjetivo, ativando a propriedade *qualidade*; preposição, ativando as propriedades de *lugar, tempo e qualidade*; e conjunção, as propriedades de *tempo e qualidade* (p. 28).

Do ponto de vista sintático, atua no sintagma nominal, como adjunto adnominal; no sintagma verbal, como predicativo (adjetivo). Atua também como conector de itens lexicais, sintagmas e sentenças e como objeto direto (se substantivo), funcionando como argumento selecionado pelo predicado (p. 28).

Finaliza a autora, dizendo que seu trabalho é uma tentativa de aplicar a proposta de Castilho à análise de processos de mudanças compreendidos por itens conjuncionais do português.

Sobre o sociofuncionalismo

A. Naro e M^a Luiza Braga — em um artigo de 2000, publicado no n^o 9 da revista *Gragoatá*, "A interface sociolingüística/gramaticalização" (p. 125-

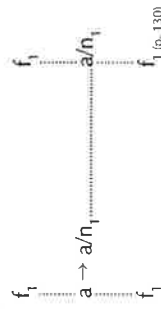
134) — dizem que o que a sociolinguística quantitativa laboviana propõe não é apenas o reconhecimento da variação, mas um novo modo de vê-la, que está na convicção de que a variação é inerente e regular e, assim, passível de uma análise linguística sistemática. A linguística, a partir da década de 1970, a pragmática e a análise do discurso se deparam com a variação. A partir daí, há uma renovação nos estudos linguísticos da mudança com a gramaticalização (p. 126-127).

A gramaticalização não se desencadeia por falhas no sistema linguístico, mas cria novas formas sem destruir as antigas, como foi visto nos estudos e exemplos apresentados. Utilizando os princípios da divergência e da estratificação propostos por J. P. Hopper em 1991, Naro & Braga consideram-nos interessantes quando reinterpretados à luz da teoria da variação.

O primeiro princípio diz que uma forma original dá uma nova forma, mais gramatical, que pode permanecer na sua forma original. O princípio da estratificação remete à existência de diversas camadas, ou seja, formas alternantes da realização das categorias existentes dentro de determinado domínio funcional, esquematizadas como segue:

- 1) *Divergência*: a forma n , em vias de gramaticalização, coexistindo com a forma a , estrutura que gerou n .
- 2) *Estratificação*: a forma f , que não participa diretamente na gramaticalização, mas que, como resultado deste processo, passa a coexistir com n (p. 129).

Naro & Braga refinam essa representação ao formularem uma dimensão horizontal que reflete a divergência, e uma vertical, a estratificação, da forma seguinte:



Nessa nova representação, os diversos n significam estágios coexistentes do *continuum* da gramaticalização; os diversos f , estruturas anteriores no domínio funcional.

Os autores consideram que a questão central é saber se existem diferenças substantivas nas duas abordagens — a variacionista e a gramaticalização. Admitem que se pode alegar que existe uma diferença fundamental: um estudo variacionista requer a equivalência no nível semântico/denota-

tivo entre as variantes, exigência que a gramaticalização dispensa, uma vez que trata da criação de novas formas de expressão.

No que se refere à estratificação, em que várias “camadas” podem ter significados ligeiramente diferentes, como em *cantará* e *vai cantar*, indagam os autores qual o interesse em investigá-las sob o ponto de vista variacionista. Quanto à divergência, segundo os autores, o próprio rótulo sugere, à primeira vista, que um estudo variacionista não seria indicado (p. 130-131).

No entanto, para compreender os primeiros estágios do longo processo da gramaticalização, admitem que a divergência começa pela reanálise estrutural da construção de origem. No caso de *ir*, assim representam os estágios:

Sujeito [*ir*]_{sv} [V complementos]_{sv}
através da reanálise cria-se uma nova estrutura
sujeito [*ir* V complementos]_{sv} (p. 131).

Consideram ainda os estágios intermediários ambíguos e perguntam como seria classificado *ir*, em início de gramaticalização como em: “Tony *vai apresentar* uma mesa redonda” (p. 131).

Apresentam ainda o exemplo da criação dos tempos compostos, do latim, em que não ocorriam, passam pelo português arcaico, até o século XV (segundo os autores) não havia concordância do participio passado com o objeto direto — “ele tem escritas as cartas” > “ele tem escrito as cartas”, já tempo composto, em que, nesse estágio, consideram que a abordagem variacionista é essencial para entender o processo de gramaticalização.

E concluem:

Sustentamos que a variação que ocorre do último princípio [estratificação] pode ser investigada à luz da aplicação da metodologia quantitativa; em se tratando, todavia, da variação que depende do primeiro princípio [divergência], a situação é mais delicada. É provável, porém, que nos estágios iniciais do processo de mudança as duas formas/estruturas tenham tido o mesmo sentido, condição para a aplicação da reanálise (2000: 133).

E. H. P. Monteiro de Souza em sua tese, que pode ser considerada sociofuncionalista, *A multifuncionalidade do ‘onde’ na fala de Salvador* (2003), utiliza a metodologia variacionista para a análise de seu *corpus*, aplicando, em parte, o pacote de programas VARBRUL, e interpreta os dados numa abordagem de natureza funcionalista. Utiliza também um *corpus* do português arcaico.

Para a língua falada, utilizou 66 inquéritos, sendo 18 do NURC/SSA/90 e 48 do PEPP (Programa de Estudos do Português Popular de Salvador), da

década de 1990. Investigou, nesse *corpus*, o *onde* em quatro faixas etárias, em três níveis de escolaridade e em gênero/sexo. O *corpus* do português arcaico foi constituído dos *Diálogos de São Gregório* e do *Flos Sanctorum*, ambos do século XIV.

Utilizarei aqui o estudo da autora — “A referenciação do ‘onde’ em textos do português arcaico em dados da língua falada contemporânea”, publicado na coletânea de 2004, organizada por S. Costa e A. Machado Filho, às p. 239-254. Nesse trabalho, a autora apresenta um aspecto interpretativo de natureza funcionalista, embora os dados da língua falada sigam fatores extralinguísticos da teoria da mudança laboviana, de natureza quantitativa.

No início, a autora pretendia fazer um estudo variacionista que levasse em conta a variação *onde* ~ *aonde* na fala de Salvador. No processo de análise de seus dados, verificou que a situação era funcional e semanticamente complexa e que, por isso, não caberia uma análise variacionista estrita, ou seja, *onde/aonde* não eram variantes de uma variável, o *onde* é que era “multifuncional”.

Nos dados da língua falada, Emília Helena Souza encontra o *onde* com valor de ‘espaço físico’, em sintagmas preposicionais e nominais, sozinhos ou conjugados com dêiticos.

... Ubarra *onde* há a ilha do Miradouro...

Não, não, a gente mora na baixa, lá na baixa, lá *onde* passa o rego... (p. 243).

O *onde* ‘espaço físico’ pode funcionar como elemento anafórico e catafórico. Também ocorre o *onde* com valores mais abstratos, relativos a ‘tempo’ e a ‘noção’, também ‘posse’, como nos exemplos:

... aí eu, *onde* é que você aprendeu isso?

... sempre fui um de quebrar a lei, *onde* existia uma lei eu queria quebrar... (p. 246).

O *onde* pode perder sua condição fórica, deixam de existir as relações de referência, torna-se mais abstrato, mantendo apenas a função de *nexo*, como no exemplo:

Completa, *onde* dizer: Não, mas se você fosse fazendeiro e precisasse pagar suas contas... (p. 246),

em que *onde* é uma expressão discursiva, equivalente a ‘como dizer’ (p. 247) ou ainda pode funcionar como *marcador conversacional*, como no exemplo:

... eu esperava ter um pai que cuidasse de mim, que me desse o carinho qual o pai estava dando aquele filho, *onde* desde quando eu estava encerrando o pátio daquela casa, aí por dentro eu chorava (p. 247).

Nos dados do português trecentista, *hu* ‘onde’ significa ‘ponto de partida’... e entrou ali *hu* jazia o enfermo (p. 248).

É aí um dêitico espacial relacionado a *ali*. Pode ocorrer como nexa relativo: ... em hũa casa *hu* Deus fez e faz (p. 248).

Neste caso é anafórico. Pode ainda o *hu* equivaler a ‘para onde’ e ter sentido nocional, como nos exemplos:

... e enviou-os con seus homens pera a cidade de Ravena *hu* el queria ir (p. 249).
E a verdade, levar-te-á aa vida perduravil *hu* viveras por sempre (p. 249).

Tanto *hu* como *onde* podem ocorrer em sentenças interrogativas:

— *Hu* é o seu filho?

... perguntei-o de coração *onde* era e el me respondeu que era da cidade de Tuderte (p. 249).

Pode também ocorrer sem referente, como hoje, funcionando como nexa discursivo:

... e por esta molher foy assi decebudo e erganado que mais nõ poderia seer. *Onde* haveo que el yndo per huũ logar deserto houve de passar huũ ryo... (p. 250).

Conclui a autora que nas duas síncronias utilizadas o *onde* é usado com o seu sentido mais básico de espaço físico, o canônico, e também nos seus sentidos mais abstratos (uma referência a tempo, noção, posse) ... funcionando como nexa, mais abstrato [em que] é apenas elemento do discurso (p. 251).

Diz ainda a autora que o *onde* e seus referentes ocorrem “em diversas estruturas e são plurais as suas funções, tornando-se assim um elemento multifuncional, tanto hoje como ontem” (p. 252). Daí se justificar o título de sua tese — *A multifuncionalidade do ‘onde’*, excelente exemplo da interface entre a sociolinguística laboviana e o funcionalismo contemporâneo.

3 A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LABOVIANA

Certamente o texto fundador do que veio a ser chamado de “teoria da variação e mudança” é a comunicação longa, apresentada em um simpósio sobre linguística histórica na Universidade do Texas em 1966 — *Empirical*

Foundations for a Theory of Language Change, cujos autores são U. Weinreich, Labov e M. Herzog, originalmente publicada em 1968 na coletânea organizada por W. Lehmann e Y. Malkiel e, no Brasil, em 2005, com o título *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*.

Antes da *Introdução*, há um curto texto sobre U. Weinreich. Inicia-se esse texto da seguinte forma:

U. Weinreich morreu em 30 de março de 1967... Nem sequer tinha completado 41 anos. Nas últimas semanas de vida, dedicou seu esforço principal à revisão final deste ensaio e trabalhou nele ativamente até dois dias antes de morrer.

Mais adiante, há a seguinte informação:

A revisão pessoal de Weinreich do esboço final chegou ao fim na seção 2.4. A formatação final do restante, de 2.4.1 em diante, é obra do segundo co-autor.

À p. 31 da edição brasileira, diz esse texto inicial:

Quaisquer que tenham sido as revisões introduzidas, a orientação básica do ensaio permanece inalterada. Assim, ele reflete amplamente a concepção de Weinreich. A perspectiva histórica, especialmente as seções sobre Paul e Saussure, é exclusivamente dele. A introdução também...

Os *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* estão estruturados como segue: 0 Introdução (p. 33-38); 1 O isolamento do idioleto (p. 39-60); 2 Problemas de mudança de estrutura (p. 61-86); 3 A língua como um sistema diferenciado (p. 87-126). Segue-se a Bibliografia (p. 127-130).

Na *Introdução*, que vimos ser de Weinreich, à p. 33, está a seguinte afirmativa:

Este ensaio se baseia na observação de que as teorias estruturais da língua, tão frutíferas na investigação sincrônica, sobrecarregaram a linguística histórica com um fardo de paradoxos que não foram completamente superados.

Prosegue Weinreich, declarando os objetivos da comunicação. O primeiro deles está formulado da seguinte maneira:

Gostaríamos aqui de rastrear as origens da antinomia estrutura-história na teoria dos neogramáticos... particularmente em H. Paul, que parece ter sido o primeiro a isolar a língua do indivíduo como o mais legítimo objeto do estudo linguístico (p. 33).

O segundo é como segue:

Apresentaremos o agravamento do paradoxo no período saussuriano, quando a homogeneidade da língua — considerada passível de ser encontrada no idioleto — foi formulada como um pré-requisito para a análise (p. 33).

Finalmente, diz Weinreich

sugeriremos que um modelo de língua que acomode os fatos do uso variável e seus determinantes sociais e estilísticos não só levam a descrições mais adequadas da competência linguística, mas também suscita naturalmente uma teoria da mudança linguística que ultrapassa os estereis paradoxos contra os quais a linguística histórica vem lutando há mais de meio século (p. 34).

Mais adiante, explica Weinreich o que entende por uma “teoria” da mudança linguística. Na sua “forma forte”, a teoria será preditiva, a partir da descrição de um estado de língua em determinado momento do tempo, o curso da mudança que sofreria uma língua em um intervalo específico. Duvida Weinreich se tal teoria seria possível. Na sua “forma fraca” ou “mais modesta”, a teoria da mudança linguística simplesmente afirmaria que qualquer língua sofre alteração e formularia restrições na transição de um estado para outro, sem predizer positivamente o que acontecerá, exceto que a língua mudará de alguma forma; tal teoria afirmaria, pelo menos, que alguma mudança não ocorrerá (cf. p. 34-35).

Critica Weinreich o “objeto homogêneo” do modelo gerativo e destaca que a semente desse conflito vem de Saussure e dos descritivistas, quando labutam com o fenômeno da mudança e afirmam que os fatos de heterogeneidade não se coadunam com as abordagens estruturais das línguas (cf. p. 35).

Para Weinreich, a solução é quebrar a identificação entre estruturalidade e homogeneidade e argumenta que o domínio de um falante nativo de estruturas heterogêneas não é nem multidualismo, nem “mero” desempenho, mas parte da competência linguística monolíngue. Afirma que um corolário de sua abordagem é que, em uma língua que serve a uma comunidade complexa (isto é, real), é a ausência da heterogeneidade que será disfuncional (cf. p. 36).

Anuncia os conhecidos problemas — fatores condicionantes, transição, encaixamento e avaliação (“o verdadeiro cerne da questão”) (p. 36-37), que serão desenvolvidos no item 3.4 da comunicação. No item I, retoma as teorias de H. Paul (p. 39-54), que sumariza da seguinte forma, que buscarei sintetizar:

Considera Weinreich que os pontos essenciais dessa teoria são: o objeto teórico é o idioleto e, nele, a fonologia; os dialetos são concebidos como grupos de (fonologicamente) idênticos idioletos; como consequência, a mudança no dialeto é, simplesmente, mudanças paralelas nos idioletos; um idioleto pode mudar por formas "emprestadas" de outros idioletos ou dialetos; tais empréstimos são seletivos, mas não é oferecida uma explanação para essas seleções particulares (cf. p. 54).

Sobre a "herança neogramática", diz Weinreich que tem a virtude do máximo rigor de formulação, um intensivo interesse nas recorrentes regularidades e que o livro de Paul reconhece o ponto de vista dialetológico na mudança linguística e que funciona como um texto básico para mais de uma geração de linguistas (cf. p. 54-55).

Trata também Weinreich de Saussure, do efeito revolucionário e da questão da individualidade da linguagem, ou seja, a relação entre os elementos da língua está localizada na consciência do falante. Destaca que Saussure, ao discutir a fala da *langue*, afasta-se do psicologismo neogramático, uma vez que considera a *langue* como social e a fala como individual. Ressalta que nada na teoria saussuriana acomoda a heterogeneidade das línguas. Destaca ainda que, para Saussure, toda mudança parte da fala. Conclui, dizendo que a dicotomia saussuriana foi aceita pelos fundamentalistas da Escola de Genebra, mas que, virtualmente, outros linguistas têm tentado superá-la (cf. p. 55-57).

Quanto ao descritivismo de raiz bloomfieldiana, diz Weinreich que há um nível variável de interesse na diversidade linguística na comunidade de fala e que, para esse grupo, os neogramáticos é a falta de interesse pelo caráter sistemático da heterogeneidade linguística de uma comunidade. Tendo escrito antes do desenvolvimento da fonêmica diacrônica, Bloomfield não responde à possibilidade de que o estado de uma língua pode funcionar como um determinante de mudanças no seu interior. Bloomfield considera que a explicação da mudança está no mecanismo de imitar os hábitos de fala dos companheiros e a direção da imitação é inteiramente determinada pelo "prestígio" do modelo (cf. p. 57-60).

Destaca Weinreich o estruturalista Bloch, que marca a linguística pelo destaque que dá à fala do indivíduo como objeto da descrição linguística e por ser o primeiro a introduzir o termo *idioleto* no trabalho "Set of Postulates for Phonemic Analysis". Tal como Paul e Saussure, Bloch reduz a língua à sua homogeneidade.

Sobre a prática dos gramáticos gerativistas, diz Weinreich que, marginalmente, tocam em problemas históricos, mas que há alguns pronunciamentos que remetem à concepção do sistema homogêneo. O requisito da homogeneidade é, entre eles, central, já que o objeto de análise é posse do indivíduo. Cita o Chomsky dos *Aspects of a Theory of Syntax*, de 1965, para aí destacar "o falante-ouvinte ideal" em uma comunidade de fala completamente homogênea (p. 60).

Conclui o item 1, dizendo:

Como mostraremos a seguir, encontramos razões convincentes para modificar essa posição nos fatos confirmados de que os desvios de um sistema homogêneo não são todos eles erros aleatórios de desempenho, mas são em alto grau codificados e parte de uma descrição realista da competência de um membro de uma comunidade de fala (p. 60).

No início do item 2, diz Weinreich que cada refinamento da teoria da estrutura da língua tem os seguintes efeitos potenciais:

- (a) uma reclassificação das mudanças observadas segundo novos princípios;
- (b) propostas de *fatores condicionantes* novo sobre a mudança;
- (c) propostas de novas *causas* da mudança (p. 61).

Considera que o efeito (a) é mais fácil de ser visualizado. Apresenta, como exemplo, o fato de que, quando a separação entre traços redundantes e distintivos são introduzidos na análise fonológica, todas as mudanças fônicas podem ser divididas, conforme envolvam ou não os traços distintivos; a propósito de (b), diz que, quanto mais refinada a teoria, mais possibilidade de generalizações sobre como elas são constituídas. Mesmo que em orientação completamente indutiva, torna-se possível fazer generalizações estatísticas específicas. Considera de maior importância o efeito (c), com base no fato de que, numa teoria da língua, firmemente estabelecida, uma mudança de estado necessariamente implica em outro. Na sua forma mais forte, o evento A pode ser considerado a causa da mudança de B, a causa *suficiente*; numa forma mais fraca, o evento A pode aparecer como a causa *necessária* de B (cf. p. 62).

Em seguida, sintetiza o que vai desenvolver no item 2: serão consideradas as implicações para a mudança linguística da teoria estrutural, que vê as línguas como um sistema de oposições de relações. Diz ainda Weinreich que os problemas fonológicos receberão especial proeminência, uma vez que essa é uma área em que funções contrastivas e não contrastivas de uma mes-

ma substância têm se distinguido com sucesso considerável e representam importante avanço sobre a teoria de Paul e seus sucessores. Tais pontos são tratados nos itens 2.1 a 2.3 (cf. p. 63).

Evitarei sintetizar o item 2.1, "Função contrastiva dos fonemas" (p. 63-73) uma vez que tratei disso anteriormente neste livro.

"Estrutura gramatical" é o título do item 2.2, ainda de Weinreich. Quanto a esse tema, destaca o autor duas linhas de trabalho teórico: a primeira se relaciona com os universais da gramática e a segunda, com o estudo de padrões conflitantes. No que se refere à primeira, destaca a busca de Humboldt, em que as línguas do mundo, na sua variedade morfológica, têm como objetivo as mesmas finalidades sintáticas. Exemplifica com as línguas indoeuropéias que, para compensarem a perda do sistema flexional de caso, desenvolveram uma ordem sintática mais estrita e sistema de preposições. No que se refere à segunda, destaca a rica lista de universais de Greenberg, que se referem à ordem das palavras. Exemplifica com o fato investigado que diz tenderem as categorias não-marcadas (nominativo) para as categorias morfológicamente marcadas (p. 74).

Admite que o trabalho de Greenberg o encorajou por ter aplicado métodos quantitativos e pelo fato de ele ter tido a habilidade de isolar tendências significativas na estrutura, embora limitado à estrutura de superfície. Conquanto critique Greenberg por isso, argumenta Weinreich que teorias que tentam dar conta de tudo não têm mostrado a mesma longevidade.

O item 2.3 intitula-se "Argumentos relativos a tendências de longo prazo". Diz o autor que um dado histórico particular muda seu *status* quando é visto no quadro de diferentes teorias da língua e que pode adquirir um significado novo como parte de uma tendência de longo termo. Exemplifica com o conceito de 'deriva', que dota a história da língua com um significado 'enredo' que desempenha um papel em que uma tendência, introduzida por um historiador, leva a recontar uma sequência de acontecimentos socio-políticos. Exemplifica, seguindo Sapir, no seu livro de 1921, com a flutuação entre *who* e *whom*, como objeto em posição inicial da frase. Segundo Sapir, havia um conflito entre duas tendências: movimento de interrogativas para a posição inicial *vs* uma ordem de palavras especializada para diversos sintagmas nominais de uma sentença. Essa flutuação, diz Weinreich, conver-

teu-se no último ato de um longo drama, dotado de enorme suspense. Conclui afirmando que, apesar do valor sistematizador das tendências de longo termo estudadas, tem-se o sentimento de que elas permanecerão marginais a uma teoria compreensiva da língua, a menos que possam ser formuladas, de maneira melhor, sistemas de tendências (cf. p. 77).

O item 2.4, o último sob a responsabilidade direta de Weinreich, intitula-se "Traços distintivos e mudança fonológica". Diz o autor que a compreensão estrutural dos fonemas teve como consequência a reclassificação de certas mudanças. Cita Jakobson (1931) e Martinet (1955). Diz Weinreich que a teoria dos traços distintivos tornou possível, pela primeira vez, não apenas caracterizar sistemas de som, em termos de presença/ausência de certos sons ou classes de sons, mas sugere a necessidade de implicações — se uma língua tem africadas, terá fricativas homorgânicas. Mais adiante apresenta sua crítica: a lista de implicações válidas é extremamente frágil, já que tenta usar alegados universais, como restrições à reconstrução, e permanece muito controversa (cf. p. 77-79).

Daqui por diante, o autor é Labov. Conclui ele o item 2, com o subitem 2.4.1, "A fonologia gerativa e a economia das gramáticas". Seguindo Halle (1959; 1962), a fonologia gerativa implica em uma reclassificação de mudanças de longo termo, documentadas. Particularmente, propõe-se a formulação de redundâncias fonéticas em termos de regras ordenadas, que tornam possível descrever diferenças entre sistemas fonológicos, considerando as mesmas regras diferentemente e de modo ordenado. Como diz Labov, houve um tempo em que as mudanças fônicas foram reclassificadas como: *adições de fonemas; apagamento de fonemas; substituição e transposição de fonemas no inventário dos dados disponíveis*. Considera Labov que é Halle quem apresenta explanações na fonologia gerativa. Seu trabalho serviu a um número de discussões recentes sobre a mudança histórica, mas que há limitações em seu trabalho:

- 1) o isolamento do indivíduo, ou seja, pais/crianças da comunidade;
- 2) o isolamento de desenvolvimentos do contexto social;
- 3) a aplicação de traços distintivos em exemplos concretos de mudanças no espaço fonológico (cf. p. 80-81).

Quanto a 1, diz Labov que a abordagem de Halle trata do problema da transição, já que há descontinuidades em gramáticas de gerações sucessivas;

quanto a 2, diz Labov que Halle divisa argumentos estruturais para relacionar vários indivíduos, sem considerar a comunidade; no que se refere a 3, diz Labov que a proposta de Halle é inadequada, porque não pode dar conta dos modos de transição (cf. p. 81-82).

Conclui Labov que a investigação da descontinuidade pode ter procedência, no quadro do modelo teórico escolhido. Argumenta, contudo, que, enquanto a mudança está em progresso, coexistem a forma arcaica e a inovadora no interior da gramática. Mais adiante, afirma que se espera significância social a atribuir à oposição das duas formas e que a mudança é mais regular no resultado do que no processo (cf. p. 84-86).

O item 3, "A língua como um sistema diferenciado", ocupa as p. 87-126. Apresenta-se nele o núcleo da teoria. A principal questão é assim formulada por Labov: "Se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como ela funciona enquanto a estrutura muda?" (p. 87).

O modelo propõe então evitar os "infrutíferos paradoxos" de teorias que propõem a estrutura homogênea — Paul, Saussure, Hockett. A solução é quebrar a identificação entre estruturalidade e homogeneidade (cf. p. 88).

A busca da geografia linguística foi usada pelos que faziam história da língua, mas raramente apresentou provas para o que desejava e que a rede de isoglossas, que procede da geografia dialetal, às vezes, representa o equivalente ao "problema da transição" (cf. p. 90).

Outro aspecto ressaltado e que se relaciona inevitavelmente com o problema da transição é o da transferência de uma forma ou regra linguística de uma pessoa para outra, ou, mais especificamente, de um sistema para outro. Refere-se à "mistura de línguas" de H. Paul e ao fato de Bloomfield levantar a possibilidade de um modelo mais complexo de transferência e de alternâncias estilísticas no comportamento linguístico (cf. p. 93-94).

Afirma que o estudo das línguas em contato confirma a noção de que a coexistência de longo termo, talvez promovida pela relativamente estável existência do léxico e da gramática, seja uma ilusão. Ao examinar mudanças linguísticas que ocorrem na fala de indivíduos bilíngues ou bidialetais, podem-se perceber apenas fatores estruturais, contudo, o isolamento da estrutura falha, significativamente, no que concerne ao problema da interferência bilíngue. Para tanto, se funda em Weinreich, no seu livro *Languages in Contact*, de 1953.

Quanto aos sistemas coexistentes, diz Labov que se encontram diversas situações entre dialetos regionais. Neles, alguns falantes controlam ambos os dialetos ativamente e um número maior tem o conhecimento passivo dos dialetos vizinhos, mas o domínio de apenas um. Também se encontram, em muitas comunidades de fala, formas distintas de uma mesma língua que coexiste nas mesmas proporções em todas as sub-regiões da comunidade.

Depois de destacar muitos autores que pesquisaram nesse campo (cf. p. 93-96), destaca Labov a concepção multiestratificada da língua, iniciada por Mathesius e Jakobson em Praga, seguida por Fries e Pike na América e, sistematicamente, aplicada por Gumperz. Essa concepção abriu novos horizontes para a teoria da mudança linguística, superando os conceitos de empréstimo dialetal e de mudança de estilo (cf. p. 101).

Destaca ainda Labov que a grande maioria das investigações sobre comunidades linguísticas heterogêneas são estudos do comportamento dos falantes, quando a avaliação desses comportamentos é que se torna um aspecto essencial para a pesquisa que busque uma explanação para a mudança (cf. p. 102-3).

Ao tratar da variabilidade no interior do sistema, afirma que os estudos de *mudança de código*, por exemplo, não dão conta da questão (cf. p. 104-8) e propõe, à p. 107:

Uma variável linguística tem de ser definida sob condições estritas para que seja parte da estrutura linguística; de outro modo, se estará simplesmente escancarando a porta para regras em que "frequentemente", "ocasionalmente" ou "às vezes" se aplicam. A evidência quantitativa para a covariação entre a variável em questão e algum outro elemento linguístico oferece uma condição necessária para admitir tal unidade estrutural. A covariação pode ser oposta à co-ocorrência estrita, ou a co-ocorrência pode ser concebida como o caso limite da covariação.

E exemplifica, da forma seguinte, a realização do /r/ na variabilidade da pronúncia do inglês de Nova York:

/r/	→	g[r]	k
			h
g[r]		=	f(estilo, classe, idade)

Nessa representação, /r/ é reescrito como uma variável de (r) em posição final e pré-consonantal, equivalente à frequência da constritiva [r], em função do estilo, classe social e idade do falante (p. 108).

Em seguida, Labov analisa o /r/, considerando os *problemas* já referidos nesta seção. Quanto ao *problema de transição*, qualquer estudo da transição de um sistema linguístico para outro requererá a determinação do valor de uma variável. Certamente será possível que uma mudança possa ocorrer em passos discretos. Contudo, mudanças estudadas rigorosamente mostram transição contínua na frequência e nos valores modais da forma; cita, por exemplo, a pesquisa de Gauchat em Charmey, em que:

$\varepsilon \rightarrow g$ [ɛ']

$g \rightarrow f$ (tempo),

ou seja, a ditongação de [ɛ] é função do tempo (cf. p. 108-9).

Quanto ao *problema do encaixamento*, segundo Labov, há linguistas que naturalmente suspeitam de que as mudanças não mostram a influência do ambiente estrutural; considera que é razoável admitir que o traço em questão está encaixado na matriz linguística que muda. Exemplifica com o sistema vocálico da cidade de Nova York, estudado por ele e publicado em 1966. A propósito desse sistema, diz que encontrou a variável (ah), representando o grau de posteriorização da vogal longa e de semivocalização em *father*, *car*, *guard* etc. Essa variável é função de outra variável (oh), que pode ser representada, de forma abreviada, como:

(ah) = f (oh) (cf. p. 110).

Apresenta a complexificação dessa regra abreviada à p. 111-14.

Destaca ainda no *problema de encaixamento* o que diz ser a “necessidade de um realismo social” (p. 114). Chama a atenção para o fato de que os fatores sociais já são considerados, em 1906, por Meillet, assinalando que a preocupação de Meillet foi sobretudo com o léxico e não com a fonologia e a gramática (p. 114). Contudo, um número de variáveis linguísticas que têm sido estudadas revela uma complexa *estrutura sociolinguística*, em que o valor da variável é determinado por vários fatores sociais e linguísticos. O caso da variável (r) da cidade de Nova York fornece um exemplo dos dados requeridos para a análise da mudança em progresso. Labov considerou nessa análise quatro grupos etários, na fala informal, cada um subdividido em níveis socioeconômicos — classe baixa, classe operária, classe média baixa e classe média superior. Conclui de sua análise a tendência de a maioria dos nova-iorquinos permanecer sem-r, como se pode ouvir nas ruas de Nova

York. A presença do [r] é considerada um fator de prestígio. As hipercorreções encontradas, Labov as considera como um mecanismo importante na transmissão em decréscimo de um padrão de prestígio; elas indicam que a mudança está em fase de conclusão. Ele representa a estratificação do (r) por idade e classes sociais em um gráfico e a estratificação em estilos de fala nos falantes adultos em outro (p. 116.118).

Labov aplica o *problema da avaliação das variáveis linguísticas* à avaliação social do (r) em Nova York e os resultados indicam um grau extraordinário de acordo nas reações subjetivas ao (r) como uma norma de prestígio da classe média, mas esse prestígio caracteriza apenas os mais jovens. Nos indivíduos acima de 40 anos, há variação considerável nas reações subjetivas, contudo todos os indivíduos com menos de 40 anos são consequentes em sua avaliação subjetiva inconsciente (p. 119). Na p. 120, apresenta o gráfico que representa o que antes descreve. Conclui informando que tais percepções sociais fornecem um rico corpo de dados sobre os estágios finais da mudança, embora não revelem aspectos mais sistemáticos da evolução linguística. Afirma também que a correção social é esporádica; quando a variável linguística adquire significância social, os falantes substituem a norma de prestígio pela vernáculo como forma de controle de audiomonitoreamento. Para ele, a disfunção entre produção e percepção, realizada por testes de auto-avaliação, fornece mais um caminho para a análise (cf. p. 120).

No subitem 3.4, “Princípios empíricos para a teoria da mudança linguística”, Labov sumariza certos princípios concernentes aos fundamentos empíricos para a teoria da mudança. Os problemas a serem resolvidos são assim formulados: o *problema dos fatores condicionantes* determina o conjunto de mudanças possíveis e de condições possíveis para a mudança; o *problema da transição* diz que todas as mudanças têm mostrado, quando submetidas a cuidadoso escrutínio empírico, distribuição contínua através das idades sucessivas (o tempo aparente) da população; o *problema do encaixamento* pode ser considerado sob duas perspectivas: a) *encaixamento na estrutura linguística* indica, segundo este modelo, que a mudança se define pela estrita co-ocorrência de variantes que são, funcionalmente, diferenciadas e acessíveis à comunidade e b) o *encaixamento na estrutura social* indica que a estrutura em mudança está encaixada no contexto social maior da comunidade de fala, destacando-se o fato de que nos estágios primeiros e nos

últimos pode ser que haja pouca correlação com fatores sociais; o *problema da avaliação* envolve os correlatos subjetivos das várias camadas e variáveis em uma estrutura heterogênea, que mostram que o nível de consciência social é uma propriedade maior da mudança e pode determiná-la diretamente. O *problema da implementação* envolve o conjunto de processos da mudança, estímulos e restrições, tanto no que se refere à sociedade quanto à estrutura linguística. A dificuldade da implementação torna-se evidente, devido ao número de fatores que influenciam a mudança: é de se admitir que qualquer explicação a ser avançada no futuro deva ser feita depois dos fatos analisados. Labov sugere que a mudança começa quando uma das muitas características da variação da fala se espalha por subgrupos específicos, alcançando toda a comunidade de fala. Essa generalização não é instantânea e mudanças na estrutura social da comunidade normalmente intervêm antes de o processo completar-se (cf. p. 124-25).

Encerra-se essa longa e seminal comunicação com o item 3.5, "Alguns princípios gerais para o estudo da mudança linguística". No início, diz Labov que o objetivo foi colocar em cena certas propostas concernentes aos fundamentos empíricos de uma teoria da mudança e que os autores se preocuparam em relacionar a teoria às evidências empíricas. Os princípios gerais são os seguintes:

- 1) a mudança não ocorre ao acaso, procede da inerente variação da fala e é uma generalização de uma alternância particular em um dado subgrupo, assumindo uma direção, com diferenciação ordenada;
- 2) é ilusão associar estrutura e homogeneidade, porque a estrutura inclui a diferenciação ordenada e o comando nativo inclui as estruturas heterogêneas;
- 3) nem toda variabilidade e heterogeneidade envolvem mudança, mas toda mudança envolve variabilidade e heterogeneidade;
- 4) a generalização da mudança através da estrutura não é uniforme nem instantânea, envolve covariação de mudanças associadas em períodos de tempo substanciais e se refletem na difusão no espaço geográfico;
- 5) as gramáticas em que as mudanças ocorrem são gramáticas da co-munidade e não do indivíduo, porque o idioleto não apresenta gramática consistente;

- 6) a mudança se transmite na comunidade como um todo, não está confinada a passos discretos no interior da família;
- 7) fatores linguísticos e sociais estão intimamente correlacionados no desenvolvimento da mudança, enquanto explicações que se confinam a um ou outro aspecto falharão ao tentar dar conta do rico conjunto de regularidades que podem ser observadas nos estudos empíricos do comportamento linguístico (cf. p. 125-26).

Para finalizar, volto ao texto inicial em que está explícito que a comunicação emergiu quando, depois de vários anos de pesquisa e discussão sobre problemas referentes à mudança linguística, sentiram os autores a oportunidade de tentar uma formulação conjunta de certas idéias para as quais convergia seu pensamento. Nos primeiros meses de 1967, formularam o quadro geral, que é um produto do pensamento conjunto dos três autores: Weinreich, Labov e Herzog.

A princípio, Labov defendia a regularidade final da mudança — note-se que, nos exemplos dos *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, o autor apresenta sempre mudanças fonológicas — e admite e demonstra que há mudanças do tipo neogramático, aquelas em que os fonólogos gerativistas interpretam como as que se encontram no nível mais alto do processo derivacional, enquanto outros se difundem pelo léxico, as que se encontram nos níveis mais superficiais do processo derivacional. A controvérsia entre o princípio da regularidade e o da difusão lexical acolhe adeptos de um ou outro lado, além daqueles que aceitam a posição revista de Labov, exposta em um dos seus estudos já clássicos, de 1981, "Resolving the Neogrammarian Controversy".

Labov indica, à p. 303 desse artigo, quando, com maior precisão, um caso de difusão lexical deve ser esperado ou um caso de regularidade do tipo neogramático. Segundo o autor, no processo de mudança vocálica, há maior chance de ocorrer a difusão pelo léxico, quando ocorrem alongamentos ou abreviamentos vocálicos.

No que se refere ao sistema das consoantes, a difusão será mais previsível quando se trata de mudança no ponto de articulação das consoantes. Desse modo, Labov chega a uma certa conciliação entre a teoria neogramática e a difusionista. Para esta última, quem despertou foi o texto dos linguistas Wang e Cheng, em

1977, ao tratar dos tons do chinês medieval, no dialeto de Chao-Zhon. A idéia desses autores é a de que houve um caso de ruptura lexical nos reflexos do tom III, independentemente de condicionamentos fonéticos, os tons (2b e 3b) persistem no dialeto, o que, para eles, caracterizaria uma ruptura lexical.

M. A. de Oliveira adota o modelo da difusão lexical na análise que faz do acento das vogais médias pretônicas em Belo Horizonte. A partir de entrevistas com 12 informantes, ele encontra 1.800 dados, dos quais 1.158 se referem ao acento de [e] para [i], e 642 ao acento de [o] para [u]. Os 12 informantes estão divididos em 4 grupos sociais: favela, operariado, classe média baixa e classe média alta (1992: 33).

Casos como, segundo o autor, [mídida] vs. [medida], [tumaçi] vs. [tomada], [simestri] vs [semeci], [pimada] vs. [pomah] etc. E mais *porção* vs *purção*, *preçiso* vs. *priciso*, *senhor* vs *sinhor*, *folhinha* vs *fulhinha* e outros, diz o autor que são a melhor prova de que o contexto fonético não elucida o problema (*ib.*). E afirma a seguir: "O contexto fonético é a única variável que não poderia ser apontada como explicação, uma situação deveras incômoda numa abordagem neogramática" (p. 34).

A seguir, levanta os três pontos seguintes:

- 1) Qualquer segmento pode ser alterado, i. e., em princípio, todo segmento é insitável.
- 2) O contexto que permite, ou não, a alteração de um segmento é o item léxico. Na verdade, o que muda é a palavra, e não o segmento (ou parte dela). Assim sendo, a vulnerabilidade maior ou menor de um segmento qualquer decorre da vulnerabilidade maior ou menor do item do léxico que o contém.
- 3) Uma vez alterado o segmento (que funciona como um indicador de alteração do item do léxico), ele pode se colocar numa relação harmônica ou desarmônica com os seguintes segmentos vizinhos e/ou com os suprassegmentos. Se a alteração conduzir a uma relação harmônica, as chances de que esta alteração vingue serão bem maiores (*id.*: 34-35).

M. A. de Oliveira considera que uma *relação harmônica* "é aquela que se constitui de aspectos (fonológicos) congruentes" (p. 35). Exemplifica com o fato de, na maioria dos dialetos brasileiros, a ocorrência de [i] e [u] em posição final átona caracterizar uma relação harmônica, na qual encontramos vogais [-tensas]. O que não ocorre com [ε] e [o] na mesma posição, pois são vogais [+tensas]. Diz ainda que um processo fonológico, como o da assimilação, é harmônico, enquanto o da dissimilação é desarmônico (*ib.*).

Sugere o autor que as palavras afetadas em primeiro lugar por uma mudança teriam certos traços: [+comum], [+estilo informal] e [+contexto fonético natural para a inovação] (cf. p. 37).

Examina três casos do seu *corpus*: 1) *jogar*; 2) *comigo* e 3) *português*. Do primeiro diz: "As três ocorrências de [u] são devidas a um mesmo informante, o de nº 11; o inverso ocorre com os informantes de 1 a 6, com o [o] categórico"; sugere, então, "mesmo ocorrendo o risco de heresia", que o comportamento do indivíduo é mais homogêneo do que o comportamento do grupo. Do segundo, diz que os dados não são tão claros quanto no primeiro caso, porque estão pulverizados entre muitos informantes e que fica difícil dizer qualquer coisa além de: "(a) há variação para o informante nº 1, e (b), não há variação para o informante nº 4"; do terceiro caso, diz que ele introduz um aspecto diferente, o da especialização semântica das formas com [o] e das formas com [u]: com [o] significam "português" ou "língua portuguesa", enquanto com [u], "natural de Portugal"; não há portanto variação. São semelhantes aos de: *porção* vs. *purção*, *folhinha* vs. *fulhinha*, *fogão* vs. *fugão*, *veado* vs. *viado* (cf. p. 39-40).

Das suas quatro conclusões, destaco a terceira:

Ainda precisamos de muito trabalho no que se refere ao papel do léxico na mudança sonora. As razões que levam um item do léxico a ser mais, ou menos, vulnerável a uma inovação ainda são obscuras (p. 40).

No mesmo número da *Revista Linguagem*, outros trabalhos são sobre difusão lexical, como por exemplo: o de M. Auler, que trata de aspectos fonéticos/fonológicos que envolvem a pronúncia do s pós-vocálico no português brasileiro. Esse trabalho focaliza a aspiração do s pós-vocálico no Rio de Janeiro (p. 43-51); o de M. C. Mollica e P. B. de Mattos trata do processo de assimilação do /d/, no contexto /-ndo/, como em *falandu*, *mundu*, *andu*, e propõe a complementaridade dos modelos variacionista e difusionista (p. 53-64), e o de C. A. Gonçalves sobre aférese e prótese numa linha difusionista. Propõe o autor, em primeiro lugar, analisar as características mais relevantes dos fenômenos em foco e, em segundo lugar, apresenta a análise de parâmetros lexicais testados, partindo da hipótese da "proporcionalidade inversa" dos fenômenos, como um foco de equivalências espelhadas, que se espalham simetricamente através do léxico e conclui que a aférese e prótese

do /a/ ocorrem em verbos (*apanhar/sujeitar*), em adjetivos (*acabado/viciado*), substantivos (*abacaxi/celofane*), advérbios (*agora/ainda*) e preposições (*até/apesar(de)*). Conclui o autor que aférese e prótese são duas faces do mesmo processo, constituindo-se em verso e reverso através do espelho fonológico (p. 65-77).

Quando apresentei a síntese do texto fundador da *teoria da variação e mudança*, pôde-se verificar que Labov sempre utiliza mudanças fônicas. Ao tratar da *controvérsia neogramática*, o problema apresentado é também de natureza fonética/fonológica e sua difusão pelo léxico.

Em longa comunicação, apresentada na coletânea *Perspectives on Historical Linguistics*, organizada por W. Lehmann e Y. Malkiel, Labov divulga seu artigo-resenha, *Building on Empirical Foundations* (p. 17-92). Ao analisar os avanços da sociolinguística, no que se refere à variação sintática no tempo aparente, diz Labov:

A mudança sintática ou é mais difícil de ser detectada ou é mais lenta ou menos comum do que as mudanças nos padrões fônicos e mórficos... Alguma informação histórica, não importa o quanto limitada seja, é necessária para definir decisivamente a possibilidade de ser ou não estável no tempo a gradação etária observada (1982: 31).

Essa informação de Labov, com base no que vêm colhendo e analisando os pesquisadores sociolinguistas, indica a necessidade de relacionar a variação etária sincrônica à mudança no tempo real para decidir entre variação estável ou mudança sintática no tempo real, nas necessidades teóricas e metodológicas dos labovianos. Já existem, sobre esse tipo de mudança, alguns trabalhos de sociolinguistas americanos e também da escola inglesa — lembro o de S. Romaine (1982). O mesmo ocorre entre sociolinguistas brasileiros.

Voltando à mudança sintática, H. H. Hock, no seu livro de 1986, *Principles of Historical Linguistics*, afirma que a mudança sintática tem sido menos intensamente pesquisada na linguística histórica, em geral (1986: 378).

Por que no modelo laboviano a sintaxe é uma questão-problema? A resposta está no fato de a mudança na sintaxe colocar o problema de possíveis diferenças de significado, associadas com as variantes. Enquanto a variação fônica consiste em duas formas de dizer a mesma coisa.

Por isso a sociolinguista B. Lavandera, no artigo "Where Does the Variable Stop?", de 1978, publicado às p. 171-183 da revista *Language in Society*, 7, considera inadequada a extensão do conceito de variável socio-

linguística para além do nível fonológico. A raiz do problema se centrará em torno da questão do significado.

Labov responde a Lavandera no mesmo ano, no nº 44 dos *Working Papers in Sociolinguistics*, publicado em Austin, Texas. Segundo ele, no estudo da variação sintática, deve-se tomar como ponto de partida variantes cuja sinonímia lógica não pode ser questionada. É uma tarefa difícil de determinar: diferenças de significado que não ultrapassem o nível lógico ou referencial.

A. Kroch, em "Syntactic Change" publicado no *Handbook of Syntax*, organizado por M. Baltin e C. Collins, diz:

Dada a forte possibilidade de dados textuais não apresentarem evidências para o processo da mudança linguística no vernáculo, há a necessidade real do estudo de inovações sintáticas em línguas em uso, com base nos métodos da sociolinguística. Tais estudos não existem no presente porque a mudança sintática é relativamente rara e difícil de ser apreendida no seu voo (2001: 35).

Concorda assim com B. Lavandera. No item "Mudança e estabilidade", estabelece Kroch a relação entre a mudança sintática e a mudança na morfologia; utiliza o conhecido fato da mudança da ordem sintática do latim para as línguas românicas:

Quando se compara o latim a suas línguas-filhas na família românica, encontra-se uma ordem, que, em vários aspectos, se torna mais rígida, concomitantemente, com a perda da morfologia de caso (2001: 4).

Considera ainda Kroch que "tendências em mudança sintática de longo termo levam em conta a harmonia através de categorias" e diz:

tem sido repetido que há uma tendência, na evolução de longo termo, para mover-se na direção de um outro tipo porque a sintaxe favorece a direcionalidade da harmonia entre categorias (2001: 10).

Contudo, diz o autor que algumas línguas permanecem estáveis, consistentemente, como o japonês (VO) e o irlandês (OV) (cf. p. 10).

Ao tratar da *difusão sintática*, diz que os estudos mostram, universalmente, que a mudança é gradual e destaca o estudo de Ellegard sobre o alicumamento do verbo auxiliar *do* em inglês. Esse estudo demonstra a curva em S da mudança. Diz ainda que, antes dos estudos gerativistas, esse tipo de gradualidade era considerado verdadeiro (cf. p. 26-27). Diz Kroch:

11?

Eles (os gerativistas) têm mostrado, em vários estudos de caso, que a taxa da mudança em diferentes contextos reflete uma única mudança de parâmetro. Isso mostra como o efeito da taxa constante é o que se espera se um único parâmetro está envolvido em uma mudança e, havendo a mistura de dois conjuntos de parâmetros, lentamente, estão eles mudando ao longo do tempo numa comunidade (2001: 28-29).

Mais adiante diz Kroch:

O efeito da taxa constante une a mudança paramétrica à competição entre gramáticas, mas introduz um elemento quantitativo no quadro, que, inevitavelmente, acrescenta um elemento não-gramatical no estudo diacrônico (2001: 30).

Segundo Kroch, as gramáticas em competição serão resultado de mistura de populações, em que alguns falantes têm o parâmetro antigo e alguns o novo (*ib.*). Mais adiante, afirma o autor que essa maneira de pensar é comum na sociolinguística, mas que, frequentemente, os gerativistas objetam contra ela.

Conclui Kroch:

Embora nenhum dos problemas postos por W-L-H tenha sido resolvido de forma definitiva, em consequência do trabalho em sintaxe diacrônica dos gerativistas, esse trabalho tem sido bem sucedido, ao criar um campo vivo, com problemas bem colocados na sua agenda e uma dialética frutífera entre posições teóricas e achados empíricos (2001: 37).

Examinei o livro de Labov, *Principles of Linguistic Change*, três décadas depois dos *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, para verificar se, no livro de 1994, Labov diz algo sobre a mudança sintática. Apresento o conteúdo dos três volumes.

1) 'Fatores internos': o estudo em tempo aparente e tempo real; princípios que governam as mudanças em cadeia; fusões, cisões e quase-fusões; a regularidade da mudança fônica; efeitos funcionais na mudança linguística. 2) 'Fatores sociais': o problema da implementação; a localização social dos inovadores da mudança; a mudança e o padrão curvilinear; o papel do sexo na mudança linguística; o efeito da etnicidade e raça sobre a mudança; o modelo da gravidade da difusão; a motivação social da mudança. 3) 'Fatores cognitivos': o efeito da mudança através e nos dialetos; aquisição e transmissão de regras variáveis; princípios de mudança sintática e gramaticalização; as formas das regras variáveis e seu lugar na gramática (1994: 1).

É no 3º volume que Labov trata da mudança sintática.

À p. 13 do 1º volume, define Labov a linguística histórica:

Pode ser pensada como a arte de fazer o melhor uso de maus dados. A arte é altamente desenvolvida, mas há limitações dos dados que não podem ser com-pensados. Exceto-para-~~tempo~~-recentes, gravações fonéticas são acessíveis para a medição instrumental... Nosso conhecimento do que é distintivo e do que não era está severamente limitado, uma vez que não podemos usar os falantes nativos para diferenciar variantes não-distintivas de variantes distintivas.

Destaca a seguir o principal paradoxo da linguística histórica:

A tarefa da linguística histórica é explicar as diferenças entre o passado e o presente; mas, devido ao fato de o passado ser diferente do presente, não há maneira de saber quão diferente ele foi (1994: 21).

Sobre o princípio do uniformitarismo:

O uniformitarismo foi situado como oposto ao catastrofismo, visão dominante na geologia e na biologia... Hoje, pareceria que a linguística aceita o uniformitarismo e suas consequências, como a geologia, a biologia e outras ciências históricas o fizeram... Se o uniformitarismo for aplicado como se fosse uma solução e não um ponto de partida para a pesquisa, pode ele ocultar a grande quantidade de erros que resultam das reais diferenças entre o passado e o presente (cf. p. 21-25).

Observando-se o sumário do 1º volume, vê-se que, depois da parte A, Introdução e metodologia (p. 7-112), as partes B, Mudança em cadeia (p. 113-292); a C, Fusões e cisões (p. 293-418), a parte D, A controvérsia sobre a regularidade (p. 419-544) tratam de aspectos da mudança fônica. Verifiquemos a parte E, O caráter funcional da mudança (p. 545-605).

No capítulo 19, da parte E, A superestimação do funcionalismo, Labov menciona a variação sintática:

Encontramos ampla evidência do fato de que a variação morfológica e sintática é controlada por uma tendência a preservar estruturas em sentenças sucessivas. Outras variantes são o resultado da avaliação social sobre meios alternativos de dizer a mesma coisa, porventura subprodutos de contato geográfico... Isso não quer dizer que argumentos funcionais sejam ilusões. Pelo contrário, veremos que a necessidade de preservar a informação é relativamente fraca e pode ser sobreposta por uma variedade de outros fatores. Por outro lado, consideramos que, mesmo com certas perdas, as línguas se ajustam em função de sua capacidade de transmitir sentido. Se os falantes não levassem o sentido em consideração na escolha das variantes, como esse ajuste ocorreria? (1994:550).

Depois de discutir as relações entre variação fônica e morfológica (cf. p. 551-576), Labov introduz um item, "Argumentos da sintaxe". O foco é a passi-

va sem agente e com agente no inglês e conclui: "Considerações informacionais devem estar presentes, mas fatores mecânicos são mais fortes" (1994: 578).

Ainda sobre o caráter funcional da mudança, diz Labov:

Um bom número de teorias da linguagem apresentadas recentemente explicam a estrutura como resultado das intenções do falante para comunicar significado ao ouvinte. Há uma parte do comportamento linguístico que está sujeita ao controle da consciência, por escolha deliberada, por comportamento refletido e com determinada finalidade. Mas, tão longe quanto posso ver, não é a maior parte da faculdade da linguagem e tem, relativamente, pouca influência no desenvolvimento de longo termo da estrutura linguística (1994: 598).

E afirma, em seguida:

A perspectiva evolutiva e histórica apresentada aqui busca uma compreensão do comportamento humano no seu contexto social, pelo menos, como a compreensão corrente do comportamento social de outras espécies. Nós somos o produto da história em evolução, não apenas a nossa, mas do reino animal como um todo (1994: 598-599).

No capítulo 21, "Os princípios revisitados", apresenta suas conclusões:

- nas mudanças em cadeia, as vogais periféricas se tornam mais abertas e as não periféricas, menos abertas;
- as fusões são irreversíveis por meios linguísticos e se expandem às expensas das distinções;
- a mudança fônica é uma mudança na realização de um fonema, sem olhar a identidade lexical;
- o relativo progresso da mudança fônica é determinado por fatores fonéticos, sem olhar a preservação do significado;
- quando a taxa de apagamento de um traço significativo de uma língua aumenta, a frequência de traços que o seu significado redundantemente carrega também aumentará (1994: 600-604).

Termina o 1º volume com a pergunta: "Como reconciliar o fato de a língua estar continuamente mudando com sua função básica, que é a comunicativa?" (p. 605). Diz que, no 2º volume, responderá a essa questão e tentará traçar quais as forças responsáveis pela contínua renovação da língua.

- Neste 1º volume, Labov se centra basicamente na mudança fônica, com um breve relato sobre a variação na passiva do inglês. Há, contudo, algo de novo, no que se refere ao método, em relação ao texto de 1968:

O caráter dos dados gerados pelos novos métodos a serem usados requer inovações no método analítico e no tratamento matemático dos dados. Evidência para as mudanças que estamos estudando pode ser encontrada na variação através de décadas no tempo real é na variação através dos níveis de idade no tempo aparente (1994: 26; grifos meus).

Quanto ao tempo real, no capítulo 4, "O estudo da mudança em progresso: observações no tempo real", à p. 76, Labov distingue: 'estudos de tendências' dos 'estudos de painel'. Define os primeiros:

Enumeramos uma população geral da mesma maneira, recolhemos os dados da amostra da mesma maneira e os analisamos da mesma maneira — mas x em x número de anos depois (1994: 76).

No caso dos segundos:

Um estudo de painel tenta localizar os mesmos indivíduos que foram objeto do primeiro estudo e monitora se houve qualquer mudança em seu comportamento, submetendo-os ao mesmo questionário, entrevista ou experimento (ib.).

A sociolinguística laboviana aportou no Brasil na década de 1970, com três americanos que aqui chegaram. A. Naro, A. Kroch e G. Guy. O último fez sua tese de doutoramento com dados do Ceará e, nela, levanta a hipótese da crioulização prévia do português brasileiro, questão ainda em debate; A. Naro era inicialmente gerativista — tanto na sua tese de doutoramento de 1968, *History of Portuguese Passives and Impersonals*, como em estudos dispersos, publicados em 1973, *Estudos diacrônicos*.

A Naro também cabe o papel precursor na introdução da sociolinguística quantitativa no Brasil e, por essa via, dos estudos da mudança em processo. A fertilidade dessa linha de pesquisa na Universidade Federal do Rio de Janeiro é já, internacionalmente, reconhecida. Uma das primeiras teses nessa orientação é a de L. Bisol sobre a variação das pretônicas, não só entre falantes de Porto Alegre, mas de outras áreas do estado, especialmente, a dos emigrantes: italianos, alemães, por exemplo. Voltando para sua universidade, a Federal do Rio Grande do Sul, tornou-se decana da fonologia gerativa no Brasil. Outro destaque deve ser dado a G. M. Oliveira e Silva, que realizou seu doutoramento sobre a variação do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa e dos possessivos.

A fertilidade do modelo laboviano não se restringiu ao Rio de Janeiro, mas difundiu-se por outros centros, como a UNICAMP, a UFMG, a UFSC, a

UFE, a UFPB e também, mais recentemente, a UFBA, pela via de D. Lucchesi, que fez seu doutoramento sob orientação de A. Naro. Nele estuda Lucchesi a variação de gênero em Helvécia, comunidade negra do sudeste baiano, em confronto com Mato Grosso, comunidade de origem portuguesa, na Chapada Diamantina, da Bahia. Também pela via de J. A. Mota, que defendeu seu doutorado na UFRJ, sobre o tema da variação do /s/ pós-vocálico, em coda silábica.

Quanto aos estudos variacionistas brasileiros, eles giram em torno ou da variação fônica, ou da variação morfossintática, ou do sistema pronominal, tanto os chamados “pronomes de tratamento”, os clíticos e sua mobilidade e a concordância, tanto verbo-nominal, como no sintagma nominal, também sobre o uso de relativas padrão/não-padrão. Note-se que esses temas excluem a dificuldade levantada por Lavandera, antes referida, porque nesses temas o significado lógico e referencial será o mesmo, como prevê a teoria escolhida, uma vez que as variantes devem ter o mesmo valor de verdade.

Quanto à variação fônica, merece destaque a coletânea, de 2004, organizada por D. da Hora, intitulada *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*.

Destaque especial merece F. Tarallo, que, tendo se doutorado na Pensilvânia, defendeu, em 1983, a tese *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Na sua tese, F. Tarallo mostra a experiência de três variantes da oração relativa no português brasileiro:

- a) a relativa padrão: “Este é o amigo de que te falei ontem”;
- b) a relativa com pronomes lembrete: “Este é o amigo de que te falei dele ontem”;
- c) a relativa cortadora: “Este é o amigo que te falei ontem”.

Como manda o modelo, Tarallo usou um *corpus* falado e, levantando os dados, mostra que: a variante *a* está praticamente desaparecendo, havendo, no momento, a competição entre *b* e *c*; considera o autor que há uma estratificação social de *b* e *c*, sendo *b* mais usada pelos falantes da designada classe baixa; observa que há uma estratificação estilística; na fala não-espontânea, os falantes evitam o pronomes lembrete, o que assinala a sua estigmatização social, enquanto na língua escrita e nos jornais *b* e *c* não ocorrem, só *a*; nos programas mais formais de televisão, *b* e *c* ocorrem em escala reduzida, enquanto nos informais, *a*, *b* e *c* são de maior frequência, sendo a relativa

cortadora a mais favorecida. Segundo Tarallo, há uma correlação entre o contexto estrutural e a frequência de cada uma das variantes, por exemplo: se o elemento relativizado está na posição de objeto indireto ou oblíquo, a cortadora é mais comum; quando na posição de genitivo, a lembrete é favorecida (“Este é o menino que roubaram o livro dele”). Tarallo ainda faz um estudo no tempo real de longa duração (1725, 1775, 1825, 1880) e chega à conclusão de que a extensão da cortadora intensifica-se a partir do século XIX e está correlacionada com um processo mais amplo na sintaxe brasileira, ou seja, modificações no sistema anafórico do português brasileiro. Voltarei mais adiante a esse tema quando tratar da sociolinguística paramétrica, postulada por M. Kato e F. Tarallo. Mostra também Tarallo na sua tese que, também, no início do século XIX, o pronomes lembrete estava presente no português brasileiro.

F. Tarallo, como A. Naro na UFRJ, criou escola na UNICAMP. Um indicador disso está no livro organizado por ele, *Fotografias sociolinguísticas*, de 1989, em que reúne sínteses de dissertações de seus orientandos.

Como para a sociolinguística laboviana se parte sempre de um *corpus* de dados, muitos *corpora* foram organizados no Brasil. O primeiro deles, que precede a entrada da sociolinguística laboviana aqui, é o do conhecido *Projeto Norma Urbana Culta*, que se inicia em nosso país em 1969. Abrangendo cinco capitais do Brasil — São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre —, na pretensão de reunir 400h de gravação em 600 informantes (o que nenhuma das capitais referidas chegou a alcançar), decidiram as equipes locais e seus coordenadores fazer um *corpus*, que designaram de “compartilhado”, entre as cinco cidades, considerando o mesmo número de horas, de informantes pelas três faixas etárias e por sexo, hoje designado gênero. A partir desse *corpus* de 28 horas de gravação, muitos trabalhos têm sido realizados. A primeira tese, a partir do *corpus* NURC, é a de Dinah Callou sobre a realização do /r/ no Rio de Janeiro.

Com a nova metodologia laboviana, há o que se chama de NURC/70 e NURC/90, para estudos no tempo real, como definido por Labov no seu livro de 1994.

No Rio de Janeiro, utilizou-se, no início, o *corpus* do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), como, por exemplo, no que se chamou *Competências básicas do português do Brasil*, relatório sob a responsabilidade

de A. Naro e M. Lemle — que, por um tempo, fez sociolinguística, embora seja gerativista. Ainda no Rio de Janeiro, o grupo de pesquisa liderado por A. Naro constituiu o que designaram de *Censo sociolinguístico do Rio de Janeiro*, logo seguido por outros *corpora* que hoje se designam como *Programa de estudo do uso linguístico* (PEUL). Ainda no Rio de Janeiro, foi constituído o *corpus Discurso e gramática*, coordenado por S. Votre e outros pesquisadores.

Em outros locais do Brasil, os sociolinguistas vêm constituindo *corpora*, como é o caso do *corpus VARSUL* (Variação no Sul do Brasil), que inclui os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Talvez mais recente seja o VALPB, na Paraíba, sob a coordenação de D. da Hora. Outros *corpora* existirão por este extenso país. Vale destacar, ainda, que, em Salvador, sob a orientação de M. Silva, E. H. Souza, N. Lopes e C. Souza, constitui-se o *corpus PEPP* (Programa de Estudos do Português Popular), complementar ao NURC-Salvador, já que este último tem como informantes indivíduos de nível universitário, considerados usuários da chamada *norma culta*, designação complexa e difícil de delimitar.

Nessa orientação teórico-metodológica e a partir dos anos 1970, muitas teses e dissertações, em geral inéditas, artigos e comunicações vêm se realizando no Brasil: início pela tese publicada de E. G. Pagotto (2004) e, na sequência, considerarei quatro coletâneas recentes:

- 1) *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*, organizada por Maria Cecília Mollica e Maria Luiza Braga, publicada em 2003;
- 2) *Mudança linguística em tempo real*, organizada por Maria da Conceição Paiva e Maria Eugênia Lamoglia Duarte, publicada também em 2003;
- 3) de 2004 é a já referida coletânea organizada por D. da Hora;
- 4) a coletânea de trabalhos de M^a M. P. Scherre, intitulada, sugestivamente, *Doa-se lindos filhotes de poolle: variação linguística, mídia e preconceito*, publicada em 2005.

A tese de Emílio Pagotto apresenta o significativo título *Variação e identidade* e recebeu o Prêmio ANPOLL 2002; foi publicada em 2004. Pagotto usa não só a teoria da variação, como a teoria do discurso na orientação ideológica de M. Pêcheux e E. Orlandi. Seu objeto de estudo é a variação do [t] e [d] nas realizações não-africadas, portanto, oclusivas e africadas, considerando essas últimas como a variante inovadora. Diz o autor:

- oclusiva dental alveolar: [t] ou [d], como em [ˈtimidu], [ˈpeti], [ˈidiu];
- uma oclusiva dental alveolar com efeito de aspiração: [ˈtʰmidu], [ˈpetʰi], [ˈidiʰu];
- uma africada alveolar — [tʰ], [dʰ]: [ˈtʰmidu], [ˈpetʰi], [ˈidiʰu];
- uma africada palato-alveolar — [tʃ], [dʒ]: [ˈtʃmidu], [ˈpetʃi], [ˈidʒiu] (p. 205-206).

Para a análise dessas variantes — africadação, aspiração e palatalização — utiliza a teoria fonológica da geometria de traços, com base em Clements (1989) e Clements & Hume (1998), que consideram Pagotto “um avanço notável nesse sistema: a postulação de um mesmo conjunto de traços para representar vogais e consoantes” (p. 210). No capítulo 4, “Mergulhando na fala”, Pagotto aplica a metodologia variacionista, utilizando fatores internos e externos e o *corpus VARSUL*, no que se refere à cidade de Florianópolis (p. 243). No capítulo 5, “Balanço”, Pagotto apresenta suas conclusões. Pinçarei alguns dos resultados obtidos por ele.

No item 5.2.2, Variação e fonologia, conclui:

O fato de a variante africada alveolar ser bem mais frequente do que a africada palatalizada nos falantes mais conservadores foi, para nós, indicio de que o início do processo de variação decorria de uma assimilação que não envolve o ponto de articulação... a não sonora /t/ [é] mais sujeita à africadação... no entanto, as consoantes sonoras avançam no processo de palatalização em relação às sonoras (p. 289).

Quanto ao “sujeito da variação e o funcionamento social” (p. 391), destaca o nível de escolaridade, falantes urbanos e rurais, a idade e o gênero (as mulheres parecem incrementar o processo de palatalização) (cf. p. 391-392).

Considera Pagotto que as variantes não-africadas [t d] “no eixo que opõe nativo a estrangeiro (manezinho)” parecem surgir como o traço de identidade mais forte, “aquêle que é resgatado na cultura local de pescadores e agricultores... as variantes africadas, no eixo que opõe nativo e estrangeiro, significariam o outro que toma, que ocupa espaço, que tira o espaço das não-africadas” (p. 392).

No item 5.2.3.1, Identidade e urbanidade, diz que no uso de *manezinho* e *nativo* “há um ato de atribuição do qualificativo, um ato de nomeação em que alguém diz de outro ser ou não *manezinho* (p. 393).

Conclui dizendo que um processo de mudança em Florianópolis

terá que contar com a resolução de toda instabilidade instaurada no processo identitário... das três formas em combate... as duas variantes africadas [tʃ] e [dʒ] crescem proporcionalmente em quase todos os grupos inovadores (p. 401),

ou seja, os *manezinhos*.

Essa tese premiada é de fato original, porque não se limita à análise tradicional laboviana, mas dá o devido valor à questão da identidade dos falantes de Florianópolis.

Na *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*, as organizadoras — M. C. Mollica e M. L. Braga — dizem que o primeiro capítulo situa a *teoria da variação e mudança* (conceitos, termos técnicos, definições e distinções), no segundo, apresentam a dimensão quantitativa da sociolinguística. Os capítulos 3 a 7 tratam das variáveis externas ao sistema e os capítulos 8 a 12, das variáveis internas. Os capítulos 13, 14 e 15 têm caráter prático e tecem considerações sobre o caráter teórico-metodológico. O último capítulo enfoca as relações entre variação e mudança, problematizando as questões envolvidas. Os 15 autores são do grupo de sociolinguistas da UFRJ e da UFF.

Selecionei os capítulos 11 e 12, por tratarem de temas que fogem às variáveis, digamos, canônicas da sociolinguística laboviana.

Intitula-se o 11, “A interferência de variáveis semânticas”, cujas autoras são H. Grynner e N. P. Omena (p. 89-100) e o 12, “Variáveis discursivas sobre a perspectiva da variação”, cuja autora é M. L. Braga (p. 101-116).

Dizem as autoras do capítulo 11 que

o significado linguístico não se esgota no conteúdo lexical, mas deriva, em grande parte, dos contextos linguísticos ou situacionais em que a forma ocorre. Assim a confirmação estatística da relevância de fatores semânticos (e pragmático-discursivos) fornece pistas confiáveis, ou mesmo cruciais, para a identificação das variantes (p. 88).

Consideram ainda que a postulação das variáveis semânticas constituem uma tarefa complexa, sobretudo, porque podem ser expressas ou por um fonema, ou por uma estrutura sintática ou por um item lexical (cf. p. 89).

Agrupam em três blocos os traços semânticos mais estudados:

- 1) animacidade [± humano] / [± animado].
- 2) indeterminação: [± genérico] / [± específico] / [± determinado] / [± definido] / [± referente] / [± número de integrantes].
- 3) atitude epistêmica ou “grau de certeza”: [provável/possível] (p. 91).

Meu recorte aqui se restringe ao grupo 3, ou seja, “atitude epistêmica” (“grau de certeza”), porque me parece o mais distanciado da teoria canônica da variação, uma vez que abrange não só o “conteúdo da oração” (cf. p. 99), mas também o discurso.

O caso estudado pelas autoras é o das orações condicionais, que envolvem não só o “valor de verdade”, mas a pressuposição e a acessibilidade ao que-está armazenado na memória.

Segundo as autoras, a tradição gramatical distingue três tipos de condicional: real, potencial e irreal. Seguindo trabalhos de H. Grynner, que estudou as condicionais potenciais, o uso das variantes subjuntivo e indicativo foi correlacionado à atitude epistêmica ou grau de certeza. Esse tipo de condicional potencial pode apresentar dois graus de certeza, a depender da maior ou menor probabilidade atribuída ao fato enunciado: *i* - [provável], em que a condicional é parafraseável por *sempre que* ou *ii* - [possível], parafraseável por *por acaso*, como nos exemplos seguintes:

- se [= sempre que] tem (pres. ind.) uma pessoa doente, eu vou lá e ministro jorei...
- se [por acaso] a gente passar (subj.) de ano eles dão (pres. ind.) um videogame para gente, ... e se [por acaso] a gente não passar (subj.) de ano vamos apanhá ... (p. 99).

Quanto aos resultados estatísticos, dizem as autoras:

As condicionais [favoráveis], generalizadas de realização mais frequente, tendem a ocorrer com o indicativo (.65 para o indicativo e .58 para o indicativo em justapostas vs. .35 para o subjuntivo). As condicionais [possíveis] de realização eventual tendem a correlacionar-se com o subjuntivo (.68 para o subjuntivo vs. .35 para indicativo em conectivas e .42 para indicativo em justapostas (p. 99-100).

Concluem admitindo que, como variáveis linguísticas internas, os traços semânticos constituem um campo aberto à investigação. Consideram perspectivas desafiadoras: a análise em contextos que indiquem ambiente aberto e fechado; referente único, duplo ou múltiplo; inferência direta ou indireta; avaliação pejorativa, afetiva ou neutra.

A propósito do capítulo “Variáveis discursivas sob a perspectiva da teoria da variação”, diz M. L. Braga que a inclusão de aspectos discursivos, como variáveis independentes, levanta problemas cruciais para a metodologia variacionista e considera que trabalhos desse tipo são preliminares em busca de um caminho a explorar (cf. p. 101).

Considera também que se faz necessário definir a acepção de *discurso* e os grupos de fatores de caráter discursivo. Quanto à acepção de *discurso*, diz que no seu trabalho ele é intercambiável com texto, “referindo-se os dois termos ao produto do ato comunicativo” (p. 102).

As variáveis textuais que vai considerar são aquelas que foram mais sistematicamente examinadas: "Status informacional de itens lexicais e de orações; aspectos da coesão textual... relação semântica de contraste em sua esfera morfossintática, oracional e discursiva" (p. 102).

Recortei para aqui sintetizar a variável *articulação de seqüências discursivas: contraste*, certamente por ter menos conhecimento desse tópico do que dos dois anteriores: o "status informacional" tem sido muito trabalhado entre os funcionalistas e a "coesão textual", que conheço através dos trabalhos pioneiros de Ingedore Koch sobre a "teoria do texto". Contudo, no capítulo em pauta, fica demonstrado que podem ser tratados no quadro teórico-metodológico da teoria da variação.

Voltando à *articulação de seqüências discursivas e contraste*, M. L. Braga considera, à partida, que é outra face da "coesão" e se refere às relações semânticas que podem ser inferidas quando duas ou mais seqüências textuais estão contíguas. Quanto à noção de "contraste", a variável de pausa, entre sujeito e predicado, pode ser explicada, entre outras, pela variável "contraste". Como no exemplo:

E: Mas você não acha que lutar traz as suas...

F: Não, eu — não acho não. Pra mim, eu não posso falar pelas outras pessoas.

Isso nos remete ao trabalho de Paredes Silva que, ao investigar a realização do sujeito, também recorreu ao "parâmetro contraste" que, em conjunto com "reforço", integra a variável "ênfase". Um exemplo de "contraste" apresentado é o seguinte:

Ou vamos os dois, ou eu não vou (p. 111).

Os resultados estatísticos de Paredes Silva demonstram que a realização do sujeito com o traço [+enfático] apenas ocasionalmente será realizado por uma anáfora zero, oposto ao que ocorre com sujeitos [-enfático].

Para a expressão do "contraste", destaca a autora as construções clivadas em que se distinguem os "contrastes explícitos" dos "implícitos", como nos exemplos:

contraste explícito:

F: Ah, eu não cozinho não. A minha tia é que cozinha.

contraste implícito:

F: A gente fala quem tá bonita, pega batom, fica se passando, quando chega na sala Dona Marcolina dá um fora na gente e só quem leva a culpa sou eu (p.112).

Os *contrastes implícitos* tendem a predominar.

Outra noção de "contraste" ocorre nos períodos hipotéticos em português. Com base em trabalho de H. Grynier, mostra-se que, com futuro do subjuntivo na prótase, tende a ocorrer em enunciados que contestam a posição do locutor e, raramente, em enunciados que confirmam seu ponto de vista. Segundo Grynier, relações proporcionais outras — tempo, concessão, seqüência etc. — começam a ser investigadas sob uma perspectiva variacionista, com seu tratamento estatístico.

Embora esses dois capítulos não tenham a ver com a mudança nem no tempo aparente, nem no tempo real, nem no tempo de longo termo ou de longa duração, têm eles a ver com novas frentes de pesquisa da teoria da variação e mudança laboviana.

Só no último capítulo, "Mudança linguística: observações no tempo real", cujas autoras são M. da C. Paiva e M. E. L. Duarte, será tratado esse aspecto da teoria em foco.

Consideram as autoras o *tempo aparente*, com base no estudo de Neelze Omena sobre a variação *nós/a gente*. Nesse trabalho, a autora verifica que a "variante inovadora *a gente* apresenta uma distribuição linear, predominando na faixa mais jovem da população" (p. 179). Segundo a autora, "pode-se predizer uma expansão gradativa da forma *a gente*" (p. 180).

Da mudança no *tempo real*, tratarei a seguir, quando abordar a coletânea 2, organizada por M. E. L. Duarte e C. Paiva.

Quanto ao *tempo real de longa duração*, as autoras deste capítulo 16 iniciam com o caso da variação: a presença do artigo antes de pronomes possessivos (o *meu filho/meu filho*) de G. M. Oliveira e Silva, de 1996. Diz G. M. Oliveira e Silva:

O português brasileiro contemporâneo mantém índices de presença do artigo antes de possessivo correspondentes à média deste emprego no português europeu dos séculos XV e XVI, isto é, do período da colonização (por volta de 40%) (p. 182).

Outro exemplo que apresentam é o da variação na concordância *verbo-sujeito*. Seguindo Naro e Scherre (2000), analisando o português contemporâ-

neo, mostram a importância do *princípio da saliência fônica* (grau de diferença entre a forma singular/plural) para a presença ou ausência da marca flexional do verbo, como em frases — *As meninas falam demais/As meninas fala demais*, independentemente do grau de escolaridade dos falantes (cf. p. 182).

Os mesmos autores analisam essa variação em textos medievais e verificam o seguinte:

No português medieval, embora a frequência geral da falta de concordância seja menos expressiva do que no português moderno, a distribuição dos pesos relativos para a variável saliência fônica mostra que a ausência de marca de plural ocorre principalmente nas formas verbais menos salientes (p. 183).

Os pesos relativos para os dados do português medieval, em função da saliência fônica são: .33 [-saliente] e .75 [+saliente]. Assim, o estudo mostra que “as restrições atuantes sobre a variação na concordância verbal no português brasileiro contemporâneo já se encontravam presentes no português desde suas origens” (p. 183).

Concluem esse tópico remetendo a Labov que, no artigo de 1975, “On the Use of the Present to Explain the Past”, defende o *princípio da uniformidade*, ou do *uniformitarismo*, isto é, as forças que impulsionam as mudanças linguísticas em germe no presente são as mesmas que impulsionaram mudanças operadas no passado (cf. p. 183).

Ressaltam as autoras a dificuldade de trabalhar com textos do passado e dizem que, se um fenômeno variável se mostra sensível aos diferentes gêneros literários nos dias de hoje, é natural que se espere que o mesmo tenha ocorrido no passado (cf. p. 184).

Voltarei às mudanças no *tempo real de longa duração* depois de sintetizar as coletâneas de sociolinguistas brasileiros.

Na coletânea *Mudança linguística em tempo real*, as autoras M. E. L. Duarte e M. da C. Paiva, na introdução intitulada “A mudança linguística em curso”, definem o que se entende por mudança linguística no *tempo real* e no *tempo aparente*, segundo a teoria laboviana. Sobre as mudanças no *tempo aparente*, dizem que ela “está baseada no pressuposto de que diferenças linguísticas entre gerações podem espelhar desenvolvimentos diacrônicos, quando outros fatores se mantêm constantes” (p. 14). E, mais adiante,

esclarecem que as diferenças linguísticas geracionais devem ser associadas a diferenças sociais entre os indivíduos de uma comunidade de fala.

Consideram que esse construto teórico encontra dificuldades empíricas e destacam que, do ponto de vista da implementação estrutural da mudança, duas hipóteses convivem:

Uma delas pressupõe que a variante inovadora se instala imediatamente em todos os seus possíveis contextos e progride a uma taxa constante; outra prediz que a forma inovadora vai gradativamente assumindo os seus possíveis contextos até a sua consecução (p. 13).

Na primeira hipótese, seguem A. Kroch; na outra, seguem Labov, no texto antes referido, “On the Use of the Present to Explain the Past”.

Quanto à mudança em *tempo real*, seguem Labov, 1994: o estudo do tipo *tendência* compara amostras aleatórias da mesma comunidade de fala, estratificadas com base nos mesmos parâmetros sociais, em dois momentos do tempo e os *estudos de painel*, através da fala dos mesmos falantes, em diferentes momentos do tempo, permitem captar mudança ou estabilidade no comportamento do indivíduo e podem fornecer os elementos necessários para distinguir entre mudança geracional e mudança na comunidade.

Seguindo Labov, dizem que a combinação dos dois tipos de estudo autoriza, teoricamente, duas situações possíveis:

Uma primeira possibilidade, que decorre naturalmente da hipótese clássica que pressupõe variação das estruturas no indivíduo, seria a mudança na comunidade e estabilidade no indivíduo através do tempo... existem, contudo, duas outras possibilidades lógicas: tanto o indivíduo como a comunidade podem se manter estáveis, não se processando qualquer tipo de mudança, ou podem ambas estar mudando paulatinamente, imbricando-se, nesse caso, o modelo clássico com o modelo de variação estável (p. 18).

As autoras reúnem na coletânea estudos do tipo *painel* e ou *tendências*, focalizando a fala do Rio de Janeiro. Dizem mais: do ponto de vista da variação no indivíduo, os trabalhos da coletânea procuram detectar os subsistemas linguísticos suscetíveis de mudanças na fala adulta; do ponto de vista da comunidade, buscam elementos que possibilitem distinguir entre mudanças graduais em toda a comunidade e processos variáveis que implicam em gradação etária (cf. p. 19).

Os trabalhos se baseiam nas mesmas amostras de fala, para os dois tipos de estudos, com o objetivo de contribuir para um perfil mais amplo do português brasileiro.

Quanto às amostras analisadas nos inícios dos anos 1980, pesquisadoras da UFRJ constituíram a amostra da fala carioca, conhecida como Amostra Censo (ou *Corpus Censo*), ou Amostra 80. É constituída de 64 falantes de diversos bairros da área metropolitana do Rio de Janeiro, compreendendo indivíduos de quatro faixas etárias (de 7 anos a acima de 50 anos), de três níveis de escolaridade (ensino fundamental I e II e ensino médio) (cf. p. 20).

Para o estudo de painel, o Grupo *Programa de Estudos sobre o Uso da Língua* (PEUL), nos anos de 1999 e 2000, contactou novas gerações, visando observar estabilidade ou mudança no comportamento linguístico dos indivíduos. Recontactaram 16 dos 64 informantes da amostra original (cf. p. 22).

Para o estudo de tendência, constituíram nova amostra de fala da comunidade carioca, com os mesmos parâmetros da Amostra Censo (Amostra 00), constituída por 32 falantes de acordo com as variáveis sexo, idade e escolaridade (cf. p. 23). As novas gravações obedeceram aos procedimentos utilizados na Amostra Censo, visando à comparabilidade das amostras de fala e a reduzir a interferência de outras variáveis possíveis, como sejam: assunto/tema abordado ou mudança de entrevistador (cf. p. 25).

Os trabalhos da coletânea focalizam fenômenos variáveis distintos: fonológicos, morfossintáticos, sintáticos e discursivos e se implementam em torno de uma questão comum — a implementação e o encaixamento da mudança no indivíduo e na comunidade. Outro ponto comum é o tratamento quantitativo a que foram submetidos os dados (cf. p. 25-26).

Aqui apenas apresentarei os títulos e os autores dos trabalhos reunidos na coletânea: "O percurso da monotongação [ey]: observações no tempo real", de M. da C. Paiva; "Estabilidade e mudança linguística em tempo real: a concórdância de número", de A. J. Naro e M. M. P. Scherre; "A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança?", de N. P. Omena; "Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro", de C. A. Gomes; "Motivações funcionais no uso do sujeito pronominal: uma análise em tempo real", de V. L. Paredes Silva; "A evolução do sujeito pronominal em dois tempos", de M. E. L. Duarte; "Relativas em tempo real no português brasileiro contemporâneo", de

M. C. de M. Mollica; "Os mostrativos na variedade carioca falada", de C. Roncaratti; "E aí passaram 19 anos", de M. L. Braga, e "Equilíbrio e desequilíbrio na evolução das estruturas condicionais", de H. Gryner.

Ao concluírem sua apresentação, dizem as autoras:

Ainda que, para a maioria dos fenômenos, o intervalo de tempo considerado possa ser bastante curto para fornecer evidências mais seguras, ele permitiu reforçar algumas indicações que já despontavam em estudos do tempo aparente... outro aspecto saliente e comum aos diversos trabalhos aqui reunidos é a sistematicidade e o paralelismo no efeito dos fatores estruturais, mostrando que esses são independentemente motivados e tendem a preservar sua força de restrição... alguns argumentos a mais [fornecem os trabalhos] para o pressuposto de que a maioria das mudanças nas línguas naturais não são isolados ou independentes (p. 28-29).

Na coletânea organizada por D. da Hora, *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*, na apresentação, diz o organizador os antecedentes que o levaram à implementação do *Projeto Variação e Mudança no Estado da Paraíba* (VALPB). Na introdução (p. 9-11), recorda os inúmeros projetos que têm sido desenvolvidos, como o PEUL, o VARSUL. Diz ainda que esses projetos têm em comum com o VALPB a estratificação dos informantes e a metodologia na coleta de dados. O Projeto VALPB foi iniciado em 1993. O objetivo principal foi traçar o perfil da comunidade de João Pessoa. Quanto à metodologia, os informantes tinham de ser naturais de João Pessoa, sem nunca terem se afastado dessa cidade por mais que dois anos consecutivos. Selecionaram 60 informantes: 30 do sexo masculino e 30 do feminino, de três faixas etárias (15-25 anos; 26-49 anos e mais de 50 anos) e, quanto aos anos de escolarização, de nenhuma escolarização (12 informantes); 1-4 anos (12 informantes); 5-8 anos (12 informantes); 9-11 anos (12 informantes) e de mais de 11 anos, também 12 informantes. A análise dos dados se iniciou em 1995.

D. da Hora apresenta o percurso da linguística histórica, desde o século XIX, com os neogramáticos; passa pela *teoria estruturalista* da mudança; refere-se à *teoria gerativista*, para chegar à *teoria variacionista*, que desenvolve, detalhadamente (p. 17-28).

Os trabalhos reunidos tratam apenas da mudança em tempo aparente e são, na ordem em que ocorrem na coletânea: "O processo de monotongação em João Pessoa", de F. de Souza Silva; "Uso variável do ditongo em con-

texto sibilante”, de M^a de Fátima Aquino; “Apagamento da oclusiva dental /d/: perspectivas variacionistas e fonológicas”, de I. F. de Melo Martins; “Comportamento sociolinguístico da preposição ‘para’ na Paraíba”, de R. M. de Lucena; “Restrições sociais que norteiam a produção da variável do fonema /v/ em João Pessoa”, de S. M^a Oliveira Marques; “A harmonização vocálica e a variação das médias pretônicas”, de R. C. M. Pereira; “Perfil do possessivo da terceira pessoa na fala pessoense”, de A. V. de Andrade Neto; “Estratégias de relativas não-padrão na fala pessoense”, de A. de L. Barros; “Fenômeno variável: ‘nós’ e ‘a gente’”, de E. A. Fernandes; “A influência da simplificação da conjugação verbal na construção do imperativo”, de G. C. Alves; “A ordem sujeito verbo/verbo sujeito na fala pessoense”, de J. L. R. Pedrosa; “A regência do verbo ‘ir’ de movimento na perspectiva variacionista”, de M. A. G. Vallo; “A variação ‘ter’/‘haver’ na fala pessoense”, de R. N. A. da Silva; “A variável saliência fônica e sua atuação no processo variável da concordância verbal na fala pessoense”, de S. E. dos A. Almeida; “A influência da saliência fônica na concordância nominal”, de H. M. de Carvalho, e “A importância das variáveis sociais na formação do perfil linguístico do falante pessoense”, de A. C. S. Beserra.

Nessa coletânea, D. da Hora demonstra o quanto foi pesquisada a fala de João Pessoa e quanto cresceu a produção do Projeto VALPB, iniciado em 1993. Há que louvar a eficiência desse grupo de pesquisa que, em uma década, pesquisou vários aspectos da fala pessoense, segundo o modelo variacionista.

M. M. P. Scherre, em *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*, divide seu livro em capítulos. Intitula o primeiro de “Sobre a leitura de dados linguísticos” (p. 15-35); o segundo, “Variação linguística, mídia e preconceito” (p. 37-78); o terceiro, “Preconceito linguístico: doa-se lindos filhotes de poodle” (p. 79-113) e o quarto, “A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro” (p. 115-143).

Especialista em vários aspectos da variação da concordância — veja-se nas referências que apresenta, pelo menos onze trabalhos sobre concordância e com A. Naro, mais três —, M. Scherre concentra-se na questão polêmica do preconceito linguístico e do conceito de “erro”, na perspectiva da sociolinguística laboviana. O livro está entremeadado de anexos, com re-

produções de páginas de jornal, que tratam sempre do “patrulhamento” do “uso correto” (cf. p. 72-78).

• Das *Palavras finais* (p. 145-148), destaque:

Explicito em muitas partes deste livro que características linguísticas da fala de pessoas de classes sociais menos prestigiadas são normalmente estigmatizadas e desvalorizadas. Em verdade, esta questão ultrapassa fronteiras de classe social. Atinge também a dimensão rural-urbana, do interior-capital (2005: 145).

O “certo” e o “errado” surgem com o nascimento do que veio a ser chamado “gramática normativa”, que tem suas origens no I século d.C., com os filólogos gramáticos de Alexandria que, ao descobrirem que o “grego” alexandrino não era o “grego” da Grécia clássica, decidiram construir uma “gramática” para “purificar” esse grego dialetizado e reconstruir o grego dos textos clássicos dos séculos VI-V a.C., pelo menos.

Mas voltando às mudanças no tempo real de longa duração ou de longo termo:

A. M. Martins, no texto “Mudança sintática e história da língua portuguesa” (p. 251-297), publicado nas *Actas do Encontro História da Língua e História da Gramática*, publicadas pela Universidade do Minho em 2002, trata da colocação dos clíticos, dos séculos XIII a XVI:

Os clíticos podem ocorrer quer em posição pós-verbal e pré-verbal em orações principais afirmativas não introduzidas por constituintes desencadeadores de pró-clise (i.e., quantificadores, sintagmas *wh-*, sintagmas focalizados e certos advérbios). Esta variação entre ênclise e pró-clise pode observar-se sempre que o verbo não está em posição inicial da frase (2002:263).

Como nos exemplos:

- E a donzella *lhe* disse entom: que achara um mouro doente (*Primeiro Livro de Linhagens*)
- E a donzela foi-se e deo agoa à rainha (*ib.*)
- E o asno *lhe* deu dous couces (*Livro do Esopo*)
- E a aguia feze-se assy (*ib.*) (p. 263).

Em orações subordinadas, finitas, e em orações principais introduzidas por constituintes desencadeadores de pró-clise, os clíticos são sempre pronominais no português dos séculos XIII a XVI. Também nestas configurações, no entanto, a posição do clítico (relativamente ao verbo) se apresenta variável: adjacência ao verbo e interpolação. Como por exemplo:

- E quando nos ou nossos sucessores nos quisermos alçar per essa parede (Doc. de 1280)
- e de quando os o dito juiz-sarou. (Doc-de-1287) (p. 264).

A autora apresenta o quadro "Variação entre ênclise e próclise em orações principais afirmativas entre os séculos XIII e XVI (dados de documentos notariais)":

	1250-99	1300-49	1350-99	1400-49	1450-99	1500-49
Próclise	7,1% 4/56	24,0% 15/61	41,9% 18/43	78,9% 30/38	92,7% 38/41	98,8% 80/81
Ênclise	92,9% 52/56	75,4% 46/61	58,1% 25/43	21,1% 8/38	7,3% 3/41	1,2% 1/81

Martins (2002: 270).

Nos extremos do quadro acima, vemos que a próclise era 7,1% no século XIII e 98,8%, no XVI; se olharmos a ênclise: 92,9% no século XIII e 1,2%. Isso permite afirmar que, no século XVI, a próclise era dominante, tendo havido uma mudança na posição dos clínicos, nas orações referidas, ao longo do período arcaico do português.

A. V. L. Machado Filho publica, na revista *Estudos Linguísticos e Literários*, nº 27-28 de 2001, o artigo "Os anafóricos arcaicos '(h)i' e 'en(de)' em um manuscrito trecentista". Diz o autor que esses anafóricos se revelaram bastante recorrentes no manuscrito que analisa, um *Flos Sanctorum* do século XIV, hoje na Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

O autor considera esse um trabalho preliminar, já que analisa apenas um documento do período arcaico. Segundo P. Teyssier no artigo de 1981, "Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV^e, XV^e et XIV^e siècles", esses anafóricos já não estão presentes na obra de G. Vicente dos inícios do século XVI e, na *Crônica de D. João I*, de F. Lopes, da 1^a metade do XV, já são "arcaísmos", (p. 16).

Citando B. Margarit, o castelhano teria perdido esses elementos com função anafórica durante o século XV, enquanto o catalão chega, neste mesmo período, à plenitude de seu uso (*ib.*).

- A. V. L. Machado Filho encontrou no *Flos* 79 ocorrências de *en(de)*, todas com valor anafórico indubitável, como nos exemplos:
- Quem por esta porta entra por filhar ordẽ nõca *enide* saae.
 - Estes laurauã e gãanhavã ecolhiã seu pam / eenuyauã *enide* amuy mayor parte aeste abbade (2001:17).

E 240 ocorrências de *(h)i*, com o mesmo comportamento:

- Poys guardate de táaes pecados / e sey antre uigiado. Ca hu mora limpidoẽ e castidade. nõ deveu *hi* maldade aentrar.
- eleouumha ahũu logar muy uiçoso / e muyto Auondado detodolos bóos odores do mũdo / e nõ hũa cousa fea nõ en atha nõ uérides *hi* (2001: 17).

Destaca que, em sete ocorrências, *(h)i* não parece se referir a qualquer antecedente explícito no enunciado, funcionando como advérbio de lugar, como nos exemplos:

- Epoi[s] esto disse deo aalma aDeus ! e os sacerdotes e os monges que *hi* eram todos uiron que os Angos arreceberõ.
 - epois iouue huus dias assi doente / cõtou oprazo quelhi fora adeũdo dessa morte / e achou que auia de morrer aquel dia. Edisseo aos que *hi* estauã (2001: 18).
- Em outras das sete ocorrências, com a mesma função locativa, tem características catafóricas:
- e brãadey enpos ele de cima do mõte. edixilhi grandes uozes. di áaquei meu procurador que de hũu moyo depã áaquei cego que*hi* mora cabo del.
 - Vida de sã Macario do Egipto monge. Hũu frade nos contaou que auia *hi* dous Macarios no hermo. (2001: 18)

Para o autor, o que parece fundamental é o fato de que *ai*, embora hoje componha o sistema ternário de dêicticos locativos, pode, em situações específicas, ser anafórico. No português arcaico, tanto *(h)i* como *en(de)* podem ter uma referência [+locativa], mas também referência [+nominal].

Segundo o autor, a primeira estratégia de análise para sua descrição foi considerá-los variantes do mesmo processo de representação da anáfora pronominal; aplica, então, o pacote de programas VARBRUL e seleciona, na sua análise, as variáveis:

- a) a composição regencial do antecedente (se um SN, um SPrep ou SN + SPrep = oração);
- b) a posição da partícula em relação ao verbo (anteposta, posposta ou intercalada);
- c) a natureza semântica do verbo ([+dinâmico] ou [-dinâmico]);
- d) o constituinte antecedente à partícula (advérbio, conjunção, pronomine, verbo);
- e) a natureza semântica do antecedente ([+nocial] ou [+locativo]) (2001: 19-20).

Apresenta 6 tabelas correspondentes a cada variável (cf. p. 22-23). Destaco a tabela 6, em que apresenta pesos relativos e se refere à natureza semântica do antecedente:

Fator	ende	hi
[+nocial]	.88	.12
[+locativo]	.30	.70

Conforme essa tabela, o traço notional parece favorecer enormemente a seleção de *en(de)*, enquanto o *(h)i* seria mais sensível ao traço locativo (cf. p. 23).

Conclui dizendo que o artigo é um “estudo-piloto” e que os resultados são preliminares; destaca a necessidade de ampliar os *corpora*, para possibilitar uma perspectiva diacrônica. Destaca ainda que o pronome *esto*, sua variante *aquesto* ou, na forma metafonizada *isto*, ou ainda na forma do sintagma preposicional *desto*, parecem exibir um funcionamento similar aos anafóricos analisados. Mais adiante, diz que uma questão a se avaliar é se teria sido o pronome *desto* um dos elementos que, progressivamente, substituiu as funções de *en(de)* ou mesmo de *(h)i* (cf. p. 23-24).

O próprio A. V. L. Machado Filho retoma o tema, na coletânea organizada por S. B. B. Costa e ele mesmo, publicada em 2004. Intitula seu trabalho de “‘Ende’ e ‘hi’ no período arcaico do português” (p. 82-113). Como propõe no artigo de 2001, amplia o *corpus* e apresenta uma análise formal, segundo a *teoria de princípios e parâmetros*.

O *corpus* selecionado é constituído do *Testamento de Afonso II* (1214); do *Foro Real de Afonso X* (final do século XIII); representantes do século XV são a *Crônica de Santa Maria de Iria* (1467-1468); a *Vida de Tarsis*, da coleção mística de frei Hilário de Lourinhã; *Vida de Santo Aleixo* (1416); para o XVI, a edição paleográfica do *Livro de Joseph de Abaramatia* e para o XIV, é claro, o *Flos Sanctorum* (cf. p. 86).

Nas ponderações finais diz o autor:

Uma idéia central guiou esta investigação: a de que em algum momento no período arcaico do português as condições de atribuição de caso começaram a se alterar parametricamente, desencadeando um processo de mudança que viria progressivamente a afetar todo o sistema pronominal da língua, processo que se teria iniciado, provavelmente pelos pronomes fracos anafóricos *en(de)* e *(h)i*, que, enquanto morfemas livres, desapareceram, mas que de alguma forma se gramaticalizaram com o auxílio de preposições (2004: 107).

E mais adiante esclarece:

Os dados do século XIV apontaram para isso. O *en(de)* ocorre em construções inacusativas como adjunto de verbos ou complemento em construções transitivas, assim como adjunto de sintagmas nominais ou adjetivos, manifestando sempre o papel temático locativo e caso oblíquo, sem a necessidade de estratégia de inserção de uma preposição semanticamente vazia para lhe assegurar essa marcação. É evidentemente um DP, cujo caso emana da sua própria morfologia (2004: 107).

Quanto ao *(h)i*, diz o autor: “Da mesma forma serve de adjunto em construções transitivas e inacusativas e de sintagmas nominais, não ocorrendo, entretanto, com sintagmas adjetivais” (*ib.*).

Nota ainda o autor que, no século XIII, o comportamento era similar ao do século XIV; todavia no século XVI essas condições se modificam como na *Crônica de Santa Maria de Iria*, em que *en(de)* funciona como adjunto de construções inacusativas e transitivas, constituindo-se não mais em um DP, mas em um PP, em que a preposição *de* se evidencia (cf. p. 107).

Olhando o presente, diz o autor que o pronome *lhe* em português substituiu um DP que evidenciava caso oblíquo e que experimenta no português brasileiro um comportamento de perda progressiva dessa marcação, assumindo frequentemente caso acusativo, licenciado pelo núcleo verbal (cf. p. 107).

Avançando para o século XVI, diz o autor que o *en(de)*, enquanto anafórico puro, não mais ocorre. O *(h)i*, por seu turno, ainda pode ser identificado com função pronominal, contrariamente ao que propõe Teyssier (1981) e S. Muidine (2002) até pelo menos durante o século XVI. É nesse momento que começa a apontar o *ahi*, que já se registra no *Livro de Joseph Abaramatia*, assim como na obra de G. Vicente, antes apresentado por P. Teyssier (cf. p. 108).

No seu parágrafo final diz: “De alguma forma, pelo menos até o presente, o português parece avançar na direção de realização de caso abstratamente, diferentemente do ocorria no latim que lhe deu origem”.

A SOCIOLINGUÍSTICA PARAMÉTRICA: O “CASAMENTO” DA VARIAÇÃO INTRASSISTÊMICA E INTERSISTÊMICA

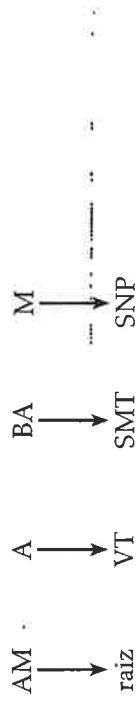
A abordagem sintática gerativista de princípios e parâmetros, divulgada por N. Chomsky nas *Lectures on Government and Binding* em 1981,

fez reemergir os estudos de sintaxe comparada e deu margem à volta das tipologias linguísticas.

Os estudos comparatistas dominaram a cena da linguística na primeira metade do século XIX, a partir de F. Bopp que, em 1833, publica a grande obra *Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Litauischen, Gotischen und Deutschen* (Gramática comparativa do sânscrito, zend, grego, latim, lituano, gótico e alemão). A hipótese diretora dos comparatistas de então se centrava na classificação genética, ou seja, determinar o parentesco histórico entre línguas distanciadas no espaço. Consequentemente estabelecer as relações genético-históricas do que veio a ser chamado de línguas indoeuropéias. O método desenvolvido por Bopp, Grimm, os Schlegel, alemães, e Rask, dinamarquês, se constituiu em comparar itens do léxico, a partir das línguas documentadas — sânscrito, grego, latim, nas suas primeiras manifestações escritas, na antiguidade, as línguas germânicas bem mais recentemente registradas pela escrita. Só no IV século d.C., o bispo Wulfilla traduziu para o gótico a Bíblia, da qual restaram fragmentos. Sem dúvida, um trabalho extraordinário que resultou em um grande *corpus* de documentação organizada e analisada, segundo seus princípios teóricos diretores, e deu margem para as futuras análises dos neogramáticos.

Quanto às análises tipológicas, remontam também aos inícios do século XIX e não têm por objetivo as relações histórico-genéticas, mas estabelecer, por critérios estruturais, a designada classificação tipológica.

As primeiras propostas feitas por A. W. Schlegel em 1818 e por Schleicher, em 1865, se basearam na organização morfológica das línguas. Schlegel propôs três tipos de línguas: as que utilizam afixos, as que utilizam flexões e as que não apresentam nem morfologia flexional, nem afixal. Schleicher propôs tipologia semelhante e classificou as línguas em *isolantes*, em que as palavras são invariáveis morfológicamente, o exemplo clássico é o do chinês; *aglutinantes*, em que nas palavras há processos de acréscimos sucessivos de afixos à raiz, em que cada afixo indica uma categoria gramatical; o exemplo paradigmático é o turco. E *flexivas* ou *flexionais*, em que as palavras indicam as categorias gramaticais pela variação da sua forma, alterando a terminação ou desinências, como no latim clássico, em que as flexões representam mais de uma categoria cumulativamente, como no exemplo:



ou seja, VT = vogal temática; SMT = sufixo modo-temporal; SNP = sufixo número-pessoal.

Como se pode observar, as duas tipologias referidas se baseiam no item léxico. Para Schleicher, as línguas, no curso de sua história, passaram, sucessivamente, de isolantes a aglutinantes e destas para flexivas. Essa proposta foi abandonada, porque a realidade morfológica das línguas é muito mais complexa do que deixa transparecer essa tipologia.

No século XX, aparecem outras tipologias. A primeira delas é a de E. Sapir que, no seu livro de 1921, *Language*, propõe uma tipologia em que utiliza critérios de natureza morfológica e sintática. Na década de 1960, J. Greenberg propõe uma tipologia de natureza sintática e toma como critério a ordem considerada básica dos constituintes da oração declarativa: SVO, SOV, VOS, VSO etc. Greenberg, em artigo de 1996 — “Some Universals of Grammars with Particular Reference to the Order of the Meaningful Elements” — procura demonstrar que há correlações implicacionais — “se X então Y”, ou seja, se a língua é SVO, tem preposições, os auxiliares precedem os verbos principais, as relativas seguem os substantivos, por exemplo. Não há manual de linguística histórica que não trate da linguística comparativa e das tipologias (por exemplo: R. Antilla 1989 [1972]: 229ss.; T. Bynon 1990 [1977]: 22-75; C. A. Faraco 2005: 125-27 e 133-39).

Sem dúvida, foi grande a contribuição dos estudos tipológicos por que eles trouxeram para o centro das discussões dados de diferentes línguas e, sem esse material empírico, se torna impossível ou, pelo menos, difícil fazer avançar o conhecimento das línguas. Se a teoria gerativista, de base inatista, volta-se para uma concepção universalista da mudança, para universais de base biológica, a teoria laboviana, embora não negue os universais na mudança, fundamenta-se em condições históricas particulares. O próprio Labov, no artigo “Building on Empirical Foundations”, diz: “Se esses universais existem, são certamente muito raros” (1982: 21).

Mas voltemos ao "casamento": M. Kato, gerativista, diz na apresentação do livro que organizou em 1993, com I. Roberts, em homenagem a F. Tarallo, sociolinguista, muito prematuramente falecido:

Houve o casamento selado de Tarallo, intravariacionista, com Kato, intervencionista gerativista. Em 1989, aparece o manifesto da dupla (Tarallo & Kato) "Harmônia transistêmica: variação inter- e intralingüística", cuja versão mais diacrônica circulava desde 1987. Para eles os mesmos princípios e parâmetros deveriam dar conta da variação interlingüística e intralingüística e os conceitos de 'encaixamento' estrutural e parâmetros poderiam ser conciliados (1993: 16).

Selado o "casamento", a proposta foi vista como herética, tanto por variacionistas, como por gerativistas. Mas um grupo de estudantes comprou essa forma heterodoxa de estudar gramática. Contou ainda com a ajuda inestimável de Charlotte Galves, na formação dos alunos na teoria gramatical (*ib.*).

Segundo M. Kato, e parece-nos óbvio, o investigador da pesquisa diacrônica, não podendo usar a competência do falante nativo, fica em pé de igualdade com a criança que aprende sua língua. Destaca a autora que o pesquisador diacronista tem de lidar com dados, em busca de *insights*, para sustentar sua argumentação:

Em uma análise que apresente argumentos quantitativos de correlação ou de comitância de mudanças, para mostrar se houve efetivamente o que se considera uma mudança de parâmetro (ou, em termos labovianos, uma mudança encaixada em uma matriz estrutural), a análise empírica justifica-se ainda na medida em que pode apreender desde fases que Roberts (1993) chama de passos ('steps') e reanálise até aquela que Lightfoot chama de catastrófica, ou que ambos chamam de paramétrica (1993: 17).

Essas etapas de I. Roberts dependem, segundo M. Kato, de verificação empírica de frequência de ocorrência. Mas a *reanálise* e a *mudança paramétrica* [fase em que determináveis estruturas deixam de existir na gramática, isto é, tornam-se agramaticais] exigem uma teoria sobre as línguas-L, e uma teoria de aquisição (*ib.*).

Relacionei a *teoria de princípios e parâmetros* ao comparativismo e à tipologia das línguas. Do primeiro aspecto trata I. Roberts no posfácio do livro (p. 409-421), "O português brasileiro no contexto das línguas românicas", em que compara as mudanças sintáticas que vêm ocorrendo no por-

tuguês brasileiro com mudanças semelhantes que ocorreram ao longo da história do francês.

Quanto à tipologia, veja-se o seguinte: a gerativista Ilza Ribeiro, no estudo "Diferenças sintáticas entre o galego e o português dos séculos XIII e XIV" (1998: 65-86), depois de discutir a questão do galego e do português nos séculos referidos, destaca o parâmetro da ordem dos constituintes em diferentes línguas e, à p. 70, apresenta o parâmetro da ordem em algumas línguas:

- no *alemão moderno*: nas sentenças subordinadas, a forma verbal flexionada ocorre em posição final; nas sentenças raízes, a forma verbal flexionada ocupa a segunda posição na sentença. Assim, a ordem será: SOV nas subordinadas e SVO ou OVS nas raízes;
- no *português europeu moderno*: os pronomes acusativos e dativos aparecem em posição pós-verbal nas sentenças raízes (ou seja: [X]VO), mas se a sentença apresentar um constituinte focalizado, o pronome ocupará uma posição pré-verbal (ou seja: [X]OV, sendo [X]= a *Foco*);
- no *galês moderno*: VSO é a ordem superficial, a ordem SVO só é possível quando o verbo flexionado é auxiliar.

A *teoria de princípios e parâmetros* permite estabelecer tipos de línguas quanto à ordenação dos constituintes na sentença, ou seja, o parâmetro [ordem] indica o tipo de determinada língua.

Voltando à *mudança paramétrica*, nada melhor que o trabalho de F. Tarallo. Traduzido como "Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX", originalmente intitulado "Turning Different at the Turning of the Century". Neste trabalho, Tarallo compara o português brasileiro com o europeu, considerando primeiro a questão dos *objetos nulos* e *sujeitos lexicais* [plenos]:

Enquanto a hierarquia para retenção pronominal era SPs > objetos diretos > sujeitos, no conjunto de dados diacrônicos, por volta de 1880, acontece uma mudança no sistema pronominal segundo a qual a frequência de retenção começa a crescer ... O resultado é uma hierarquia diferente para os dados de 1981, a saber: sujeito > SPs > objetos diretos (1993: 84).

A segunda questão é a das três estratégias de relativização, a que já nos referimos, ao apresentar a sua tese de doutoramento:

1) relativa com lacuna:

Tem as *que* (e) não está nem aí

2) relativa com pronome lembrete:

Você acredita que um dia teve uma mulher *que ela* queria que a gente entrevistasse ela pelo telefone? _____

2) relativa cortadora:

E uma pessoa *que* essas besteiras que a gente se preocupando (com) (e) ela não fica esquentando a cabeça (1993: 86).

Do ponto de vista diacrônico:

Por volta de 1880, a relativa cortadora já havia iniciado seu papel sintático no sistema: competindo contra a estratégia do pronome lembrete em substituição à relativa *pied-piping* [= a relativa cortadora] (1993: 88).

Conclui Tarallo sobre as duas mudanças referidas: "A relativa cortadora surgiu no sistema a partir da mudança sintática nas estratégias de pronominalização" (p. 88).

A terceira questão se refere à ordem dos constituintes na sentença, ou seja, o enrijecimento da ordem SV(O):

Diferentemente do português europeu, o português brasileiro sofreu uma grande reversão em suas estratégias de pronominalização ao final do último século, abrindo espaço para sujeitos lexicais e objetos nulos. Se tais resultados convergirem [...] deveríamos esperar um enrijecimento no padrão canônico de ordem de palavras em direção a SV, com uma proporção decrescente de sujeitos invertidos (1993: 90).

Utiliza Tarallo a tabela apresentada por Rosane Berlinck (1989), "A construção VSN no português do Brasil: uma visão diacrônica da ordem", que mostra a proporção decrescente para a ordem VS em três conjuntos de dados: 1750, 1850 e 1987 (cf. p. 90).

A quarta questão trata do princípio de adjacência, intimamente relacionado ao enrijecimento da ordem. Utiliza Tarallo o trabalho de J. Ramos (1989), "O emprego de preposições no português do Brasil", em que nos dados diacrônicos:

a marcação com a mesma preposição *a* aparece com frequência mais alta (aproximadamente 12%) no século XVIII ... decrescendo para 5,8% no século seguinte (1993: 94).

Conclui Tarallo que os dados de J. Ramos demonstram "o encaixamento linguístico de mudança sintática em questão: o enrijecimento da relação entre verbo e objeto direto" (1993: 95-96).

Por fim, Tarallo aborda a mudança de padrão nas perguntas diretas (e até certo ponto indiretas), com base no trabalho de M. E. L. Duarte (1992), *A perda da ordem V (verbo) S (sujeito) em interrogativas QU- no português do Brasil*. Diz então Tarallo:

não há razão nenhuma para não se acreditar que uma língua que sofre enrijecimento nos padrões canônicos de ordem nas declarativas não deveria nivelar todos os tipos de estruturas, assim ecoando o mesmo padrão pelo sistema como um todo... regras de movimento para a modalidade lusitana e regras de apagamento para o dialeto brasileiro (1993: 97).

Nos "Comentários finais", diz Tarallo:

Os casos sintáticos apresentados... devem ser tomados como evidência quantitativa de que mudanças dramáticas aconteceram na passagem do século XIX para o atual... estabelecendo uma nova gramática radicalmente diferente da lusitana... Neste sentido, fica comprovado quão importante é o exame de dados linguísticos à luz de evidências sociais... pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática (1993: 99).

Ressalta, por fim, Tarallo ter-se baseado na noção de encaixamento linguístico, como postulado por Weinreich-Labov-Herzog em 1968. Quanto à motivação teórica para as variáveis em estudo, segue o modelo paramétrico chomskiano. Destaca ainda que cada mudança relatada se encontra relacionada à outra, e como, na verdade, cada mudança cria condições linguísticas corretas e necessárias para que as outras se efetivem. Faz a oportuna ressalva:

Isto não significa, entretanto, que todos os processos de mudanças são previsíveis: isto somente confirma nosso pressuposto principal de que elas formam uma espécie de cadeia de fenômenos de mudança (1993: 99).

Uma vez que F. Tarallo e seus orientandos e colegas da UNICAMP trabalharam com *corpus* diacrônicos do século XVIII para o XX, o *Projeto para a História do Português Brasileiro*, iniciado depois da morte de F. Tarallo, tem buscado reunir diferentes *corpora*; tem buscado recuperar a história do português brasileiro em diferentes regiões do Brasil, em que se constituíram equipes para tanto: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Minas Gerais, Paraíba/Recife/Ceará e, mais recentemente, o Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso), também equipes de Santa Catarina e no Paraná.

Da coletânea em homenagem a F. Tarallo, participaram: M. E. L. Duarte, "Do pronomo nulo ao pronomo pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil" (p. 107-128); V. C. Cerqueira, "A forma genitiva 'dele' e a categoria concordância (AGR) no português brasileiro" (p. 129-162); S. M. L. Cyrino, "Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: o objeto nulo e clíticos" (p. 163-184); E. G. Pagotto, "Clíticos, mudança e seleção natural" (p. 185-206); J. M. Nunes, "Direção de cliticização, objeto nulo e pronomo tônico na posição de objeto em português brasileiro" (p. 207-222); M. A. Kato, "Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica" (p. 223-262); "Aspectos diacrônicos do movimento de verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil" de M. A. C. R. T. Morais (p. 263-306); I. Ribeiro, "A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas 'ter', 'haver' e 'ser'" (p. 343-386) e C. Galves, "O enfraquecimento da concordância no português brasileiro" (p. 387-408).

O resumo desses trabalhos está feito por M. A. Kato, na sua apresentação (p. 21-26).

Selado o "casamento", muitos ainda estão pesquisando, seguindo o modelo que conjuga a teoria da variação e mudança e a teoria chomskiana, talvez agora segundo o modelo minimalista, da década de 1990 e que, por enquanto, perdura.

É M. Kato também que, na conferência que apresentou no Congresso Internacional da Língua Portuguesa, realizado em Lisboa em 1994, *Português brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança linguística*, utilizará a teoria de princípios e parâmetros, associada à sociolinguística quantitativa com o objetivo de

tratar as mudanças detectadas no PB em estudos diacrônico-variacionistas e as interpretações a elas dadas em estudos gerativistas... [e] em que medida a escola consegue recuperar as perdas linguísticas no domínio dos clíticos (1996: 210).

Depois de apresentar o que são *parâmetros e classes funcionais*, porque entende que a variação paramétrica é definida em termos de variação na morfologia e nas classes fechadas, admite que se pode suspeitar que essa substituição esteja nas bases das mudanças detectadas no PB (cf. p. 210-211).

Examina a autora primeiro o parâmetro do sujeito nulo. Considera que duas das mudanças no PB, a partir do século XVIII, estão relacionadas a esse parâmetro:

- i) a perda parcial da propriedade do sujeito nulo: o pronomo-sujeito referencial é preenchido e o sujeito impessoal e o indefinido são vazios;
- ii) a perda parcial da "inversão livre", ou inversão românica: somente verbos monosilábicos permitem a inversão românica (1996: 211-212).

Como consequência de *ii*), apresenta três possibilidades:

- a) o preenchimento do sujeito com o verbo marcado em pessoa de forma não-ambígua, como no exemplo:
Eu falo o dialeto paulista.
- b) construções de deslocamento à esquerda e à direita, com resuntivo, como no exemplo:

A Maria, ela fala bem ao microfone.

São exemplos de sujeitos vazios:

Ø choveu.

Ø conserta sapato.

Quanto a *ii*), apresenta os exemplos:

Telefonou um cliente.

Telefonou ontem um cliente.

Como agramatical, os exemplos seguintes:

*Recebeu uma carta o João.

*Enganou o turista um feirante.

Relaciona a autora a perda da inversão à perda dos clíticos, sobretudo os de 3ª pessoa, assim a sentença seguinte se faz possível:

Me engana um feirante.

Não sendo possível a sentença:

*O enganou o feirante. (cf. p. 212-213).

Segundo M. Kato, a perda da inversão parece também correlacionar-se com a perda da concordância nas inversões, como nos exemplos:

Chegou os ovos.

Os ovos chegaram (cf. p. 213).

Mostra ainda a autora a perda do *se* apassivador (a) e também o indeterminador (b): o primeiro com o verbo na 3ª pessoa do singular e, no segundo caso, surgem sentenças genéricas:

a) Vende-se casas.

b) — Ø Passa dois faróis e depois Ø vira à direita (cf. p. 213).

Considera a autora que a perda do *se* é também consequência dessa mudança, ou seja, da perda da inversão. Ela realinha que as mudanças relacionadas ao "parâmetro do sujeito nulo" correlacionam-se, no PB, com uma perda no sistema dos clíticos.

Distinguindo a inversão "românica" da inversão que resulta do movimento do verbo nas interrogativas, diz que esse tipo de inversão ocorre, em geral, com um elemento gatilho:

Onde moram os meninos? ou Onde os meninos moram? (cf. p. 214).

Segundo Kato, a inversão possível no PB pode ocorrer, quando:

- o verbo movido não pode ser auxiliar;
- o sujeito pós-verbal não pode ser um pronome;
- o elemento pré-verbal pode ser um tópico ligado ao discurso;
- a inversão é sujeita à condição de monoargumentalidade (*ib.*).

M. Kato afirma ser plausível que uma mudança no sistema de clíticos possa ter reduzido, para a criança, o *input* de inversões no curso do desenvolvimento do PB, sendo assim, as mudanças do PB endossariam a tese de que a variação paramétrica é dependente da variação morfológica ou do léxico funcional.

Da p. 218 à 221, M. Kato trata do objeto nulo e clítico nulo. Distingue os clíticos de 1ª e 2ª pessoas dos de 3ª pessoa que apresentam concordância. Segundo Emílio Pagotto, diz que este chama a atenção para o fato de só os clíticos do PB serem proclíticos ao verbo mais baixo, o de terceira pessoa não pode ocupar essa posição — **Maria pode o ver amanhã*, nem **Maria o pode ver amanhã*. Para Pagotto, desaparecem os clíticos que têm marca de concordância. M. Kato considera também o que diz J. Nunes sobre os clíticos de 3ª pessoa; este autor tem uma interpretação fonológica:

Embora aparentemente o clítico de 3ª pessoa tenha perdido seu *onset* /l/, havia ainda por ocasião da mudança da direção de cliticização um *onset* subjacente que só se realizava por condicionamento externo. Não tendo, em certos ambientes, condições para realizar seu *onset*, o clítico acaba desaparecendo (1996: 220).

Conclui, então, M. Kato que parece ser plausível supor que a substituição dos clíticos por pronomes fortes passa por um estágio em que o clítico é reanalisado como flexão (cf. p. 221).

Trata, em seguida, da relação entre possessivos e clíticos, dizendo que o sistema bem comportado é afetado com a introdução de *ocê* no paradigma pronominal.

Destaca o possessivo *seu* que, em língua oral, parece já ter sido reanalisado como 2ª pessoa indireta (cf. p. 221).

Quanto ao rearranjo pronominal, diz M. Kato:

a) primeira pessoa, intacto o paradigma; b) a segunda pessoa "indireta", "ocê" se apóia dos possessivos e do reflexivo de 3ª pessoa, mantendo os pronomes oblíquos do objeto direto e indireto relativos ao pronome sujeito "tu" que foi perdido, mas variando com o pronome forte sujeito "ocê"; c) o paradigma de 3ª pessoa é o que mais sofre: 1) o possessivo *seu* é roubado por *você*; 2) a forma acusativa se esvazia foneticamente; 3) a forma dativa invade, em alguns dialetos, o lugar do acusativo [+humano] da segunda pessoa indireta, ficando a terceira pessoa com a forma preposicionada *para ele* (Eu *lhe* vejo / Ele *lhe* encontrou na festa); 4) a forma indefinida se passa a partilhar sua função com o sujeito nulo e outras formas pessoais e 5) o reflexivo é o único que afeta as três pessoas igualmente (1996: 223).

Quanto ao que M. Kato chama de "manutenção de fósseis linguísticos", esses "fósseis" são os clíticos de 3ª pessoa. Com base na dissertação de V. Correa, *O objeto nulo no português do Brasil*, diz Kato:

A idade em que esses clíticos aparecem na fala é totalmente anormal... enquanto na escrita o escolarizado recupera o clítico de 3ª pessoa... quantitativamente falando, o falante recupera o clítico fóssil (1996: 227-228).

E conclui:

Este trabalho mostrou como as mudanças sofridas no PB, embora provocadas inicialmente no nível lexical, por um fator externo, acarretaram mudanças profundas em sua gramática. Não é apenas uma mudança no nível paradigmático — o sistema pronominal e flexional. Essa mudança tem efeitos de reanálise, em nível sintagmático, afetando a ordem de constituintes, a expressão maciça de sujeitos referenciais, a proliferação de verbos leves, as construções de tópico (1996: 233).

E mais adiante diz a autora:

Embora o sujeito letrado deixe de usar produtivamente a forma fóssil (o clítico) e procure esquivar-se das formas novas (pronome tônico e clítico nulo), ainda não bem aceites na escrita, o aparecimento destes em posições salientes (*Eu ouvi ele* vs. *Eu ouvi "ele" chegando*) ou em certas funções (*Ele Ø queixou* vs. *Eu também Ø lamento*) mostra que há ainda um conflito entre a Língua-I e o conhecimento metacognitivo do que é bem aceito socialmente (1996: 233-234).

Este trabalho é excelente exemplo da confluência da teoria paramétrica e da sociolinguística quantitativa. Note-se que M. Kato, além dos seus próprios trabalhos, utilizou trabalhos que estão na coletânea por ela organizada e I. Roberts, como, por exemplo, o de E. Pagotto e o de J. Nunes.

Críticas podem ser feitas à conjunção ou ao “casamento” entre teorias que apresentam objetos teóricos tão distintos: enquanto a teoria gerativa, em qualquer de seus sucessivos modelos, tem como objeto central a capacidade inata do falante nativo, em uma comunidade linguística ideal, a sociolinguística laboviana tem como objeto central a comunidade de fala, lida com dados empíricos quantificados e considera não só fatores internos como também externos, no escrutínio da variação da variável que focaliza.

Crítica a esse tipo de conjunção de teorias com objetos distintos encontrei no trabalho do epistemólogo J. Borges Neto, “A incompatibilidade e a ‘compatibilização’ de teorias”, capítulo 8 dos seus *Ensaio de filosofia linguística*, publicado em 2004. Nesse ensaio, Borges Neto, ao tratar da *incomensurabilidade* diz:

A noção de incomensurabilidade surge no quadro de uma epistemologia que encara a teoria científica como algo mais que um modo de descrever uma realidade que existe além e independentemente dela (2004: 197).

Destaca o autor que essa noção aparece nos trabalhos de T. Kuhn, como uma noção ligada às *revoluções científicas* (ib.). Mais adiante diz Borges Neto:

As comparações entre teorias distintas e a tradução de uma teoria a outra são possíveis... O que se nega é a objetividade e a racionalidade das comparações e traduções (2004: 198).

Passa então a examinar a *sociolinguística paramétrica*. Logo começa referindo-se ao texto de F. Tarallo de 1987, “Por uma sociolinguística românica ‘paramétrica’: fonologia e sintaxe”. Cita Tarallo e aqui o repito: “O ensaio procura demonstrar a compatibilidade entre as análises propostas pelo paradigma laboviano e pelo quadro teórico chomskiano” (1987; apud Borges Neto 2004: 199).

Para Borges Neto, duas teorias seriam complementares quando tivessem por objeto “componentes” distintos da linguagem, como, por exemplo, enquanto uma trataria de fenômenos fonológicos, outra trataria de fenôme-

nos sintáticos. No caso de Tarallo, não seria essa concepção de “complementaridade” que está em jogo (cf. p. 200-201).

Segundo Borges Neto, Tarallo, para propor a sociolinguística paramétrica, usa alguns exemplos de fenômenos que ocorrem de forma mais ou menos análoga entre as línguas, como seja a *inversão livre do sujeito* em português, espanhol e francês. Está em jogo nesse caso o *parâmetro pro-drop*, ou do sujeito nulo. Diz Borges Neto que Tarallo procura resgatar a noção de *parâmetro intrassistêmico* da gerativa para o interior das línguas, ou seja, a *variação intrassistêmica*, concepção tradicional da sociolinguística (cf. p. 208-209).

Para Borges Neto, F. Tarallo admite uma interpretação *forte* e outra *fraca* ao introduzir na sociolinguística a noção de *parâmetro*, própria à teoria gerativa. No primeiro caso, ter-se-ia a introdução da noção de *parâmetro* no conjunto de conceitos teóricos da sociolinguística; no segundo, suporia um conceito de *parâmetro*, homônimo ao da gerativa. Segundo o autor, Tarallo hesita entre as duas (cf. p. 209).

No que se refere à interpretação *forte*, o conceito de *parâmetro* seria retirado do seu lugar próprio e, com isso, descaracterizado; na *fraca*, não se trata mais de se construir um novo conceito, no quadro da sociolinguística, havendo assim uma relação analógica fraca em relação ao conceito na gerativa (cf. p. 211-212).

Pergunta-se então Borges Neto: “Em que sentido, então, a ‘parametrização’ dos dados da variação e da mudança permitiria uma aproximação entre a sociolinguística e a gramática gerativa?” (2004: 213). E responde:

Segundo o que penso ser a concepção de Tarallo, ao parametrizar a sintaxe, a gramática gerativa desce a um nível no grau de abstração... Os trabalhos de variação e mudança, na medida em que são ‘parametrizados’, sobem um degrau na direção do abstrato (2004: 214).

Entre suas conclusões, diz conciliadoramente o autor que a sociolinguística, em especial, a teoria da variação e mudança, tem lugar, interesse e importância, acontecendo o mesmo com a gramática gerativa; elas não podem ser ignoradas na compreensão do funcionamento das línguas naturais.

A complexidade do fenômeno “mudança linguística” é um fato reconhecido e qualquer teoria consequente sobre esse fenômeno pode desvelar faces dos

seus mistérios. No caso do "casamento" de Tarallo (sociolinguista) e Kato (gerativista), seu recorte se centrou na *sintaxe*, como objeto de observação e análise. A mudança sintática talvez seja o aspecto menos estudado em muitas teorias da mudança, como, por exemplo, a *teoria neogramática*, a *teoria do estruturalismo diacrônico* e mesmo na *laboviana* (cf. por exemplo, Labov, 1968 e 1994).

AS TRADIÇÕES DISCURSIVAS NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-DIACRÔNICA

Sem dúvida, a mais recente orientação nos estudos histórico-diacrônicos é a das *tradições discursivas* (TD). Seguirei, aqui, a conferência inédita de J. Kabatek, apresentada no VI Seminário do Projeto para a História do Português Brasileiro, realizada em setembro de 2004, na Ilha de Itaparica, intitulada *Tradições discursivas e mudança linguística*.

Segundo Kabatek, o conceito de TD nasce na linguística alemã, fortemente marcada pelo ensino de Coseriu, que distingue três níveis do falar, três aspectos da atividade linguística: *nível universal do falar em geral*; *nível histórico das línguas*, como sistemas de significação historicamente dados, e o terceiro nível, o dos *textos* ou *discursos concretos* (cf. p. 1).

A origem desses estudos é recente. Remonta aos anos 1960 e 1970, com o aparecimento da linguística do texto e da pragmática. Diferentes campos no estudo da textualidade foram identificados, tais como:

- 1) considera-se a textualidade a partir de elementos sintáticos e lexicais que aparecem em cada texto;
- 2) descreve-se a textualidade a partir do conteúdo, distinguindo a microestrutura da macroestrutura, assim como padrões gerais (textos descritivos, técnicos etc.);
- 3) considera-se o texto pela sua inserção situacional, numa relação de determinação entre tipo de texto e a situação de sua elaboração e
- 4) considera-se o texto, a partir da sua função ou finalidade comunicativa (cf. p. 2-3).

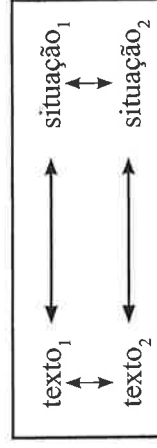
Conforme Kabatek,

pode-se dizer que a atividade do falar, com uma finalidade comunicativa concreta, atravessaria dois filtros concomitantes, até chegar ao produto do ato comunicativo

ou enunciado: um primeiro filtro correspondente à língua e um segundo, correspondente às tradições discursivas (2004: 3).

Em seguida, Kabatek apresenta como exemplo *formas de saudação* com temporâneas. Em seguida, diz que se deve ampliar o conceito de TD em dois sentidos: 1) ampliação a todos os tipos de tradição de textos e 2) considerada, por ele, mais importante, a forma do discurso político, em que diferentes políticos se identificam por suas idéias políticas e procedências diversas. Segundo o autor, o traço definido das TD é, então, a relação de um texto em um momento determinado da história com outro texto anterior (cf. p. 5).

A relação entre texto e situação representa como segue:



Na nota 12, ele esclarece que com o esquema acima não quer defender uma definição monocausal e puramente situacional das TD, mas considera que uma relação — não necessária, mas possível — é evidente.

Segundo o autor, as consequências da definição são múltiplas. Ele destaca algumas como, por exemplo: uma TD, tendo ela mesma valor de signo, comunica mais do que um texto sem tradição; outra, deriva do caráter compositivo da TD, em que uma TD não é sempre um texto repetido da mesma maneira, pode ser uma forma textual ou uma combinação particular de elementos. Dessa composicionalidade paradigmática, derivam possibilidades de *transformação* de uma TD. Entre outros exemplos que apresenta, destaco aqui a *Poema de mio Cid* da tradição medieval castelhana:

Posteriormente à sua versão épica [aparece] em toda uma série de crônicas medievais a partir do século XIII. A prosa historiográfica segue outro padrão textual... há uma transformação textual de uma forma textual em outra (2004: 9).

No caso do *Poema de mio Cid*, diz Kabatek, na nota 19, que se observa nele a presença de rimas assoantes, não usuais, normalmente em crônicas, como na de Castela.

Para o autor, o estudo das TD tem inúmeras aplicações, uma delas é a relação com a gramática histórica, para que se chegue a uma gramática histórica diferenciada que deixe ver com mais rigor as evoluções e os processos

de mudança linguística, porque, na realidade, quando se estuda a história de uma língua, o que se estuda não é uma língua, senão *textos* de diferentes épocas, textos que parecem representativos de um "estado de língua". Concordo com ele: em diferentes momentos da história, diferentes textos são escolhidos para uma sucessão histórica de gramáticas. Assim, diferentes TD condicionam o emprego de meios linguísticos adequados e que pode haver variação desses meios segundo as TD (cf. p. 10-11).

Kabatek exemplifica com seu estudo sobre tradições discursivas no espanhol do século XIII. Ele identifica três mundos jurídicos diferentes na Idade Média Românica: o mundo do direito oral transmitido em "façanhas" ou notícias de casos jurídicos concretos; o mundo do direito foral (os forais) na tradição da Península Ibérica desde a época visigoda; o mundo que corresponde ao renascer do direito romano, provindo da Itália, a partir da segunda metade do século XII. O primeiro mundo, o das "façanhas", é apresentado em um texto simples, descreve fatos concretos por enumeração de acontecimentos; o segundo, um texto foral, corresponde ao modelo prototípico de lei, que consiste, fundamentalmente, numa lista de frases condicionais: se *a* fizer *b*, será sancionado com a sanção *c*, e o terceiro, apresenta textos altamente elaborados e apresenta um espectro amplo de possibilidade de junção" (cf. p. 15-17).

Para a investigação futura, uma vez aclaradas as questões terminológicas... parece fundamental a relação entre análise qualitativa e análise quantitativa, para ver quais aspectos das TD são quantificáveis e quais não; essa quantificação não será um substituto da análise filológica de detalhes, mas uma base objetiva para a comparação, fundamento de qualquer estudo de evolução histórica (cf. p. 20).

Trabalho na orientação das TD poderia ser feito na tradição jurídica do Portugal medieval. L. F. Lindley Cintra, em trabalho de 1963, *Les anciens textes portugais non-littéraires: classement et bibliographie*, republicado em 1999 na coletânea em sua homenagem — Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre, ao cidadão —, organizada por I. H. Faria, classifica os antigos textos não-literários em:

- a) cartas régias
- b) cartas privadas
- c) leis locais
- d) leis gerais (1999: 203).

Define as "leis locais" como sendo habitualmente divididas em *forais* e *foros* ou *costumes*; os primeiros são *foros breves*, os segundos são *foros extensos*. Segundo Cintra, os *forais* são outorgados por um senhor — o rei, um bispo, o abade de um mosteiro ou um grande senhor — e neles apenas se mencionam as obrigações fundamentais de uma vila (de um *concelho*). Os *foros* são, ao contrário, textos mais longos, códigos locais, que provêm da redação dos costumes locais, algumas vezes outorgados pelo rei com base nos costumes e as *leis gerais*, aplicadas a todo o reino (cf. p. 203-204).

Comparando com a classificação de J. Kabatek sobre os textos jurídicos espanhóis, vê-se que o "mundo do direito oral" corresponde aos *forais* ou *foros breves* ("que provêm dos costumes locais", ou seja, da oralidade consuetudinária) e que o "segundo mundo" de Kabatek corresponde aos *foros* ou *foros longos*, de Lindley Cintra.

Lindley Cintra ainda enumera e comenta as quatro classes de textos que antes propôs. Com a documentação não-literária remanescente da primeira fase do português arcaico ou medieval, poder-se-iam fazer estudos na orientação das "análises discursivas", propostas por Kabatek, mas não foi esse o objetivo de L. F. Lindley Cintra. Ele se preocupou antes com a filologia e com os dados dialetológicos que os *forais* e *foros*, escritos em diversos lugares de Portugal, poderiam apresentar. Ele mesmo o fez na edição monumental, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre: contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*, publicada em Lisboa pelo Centro de Estudos Filológicos em 1959, obra exemplar que constituiu sua tese para a Cátedra de Filologia Românica, na Universidade de Lisboa.

4 ALGUMAS OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

Em 1993, publiquei um texto, "Linguística histórica: o estado da questão e reflexos sobre estudos históricos do português", antes apresentado no Grupo de Trabalho do IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL). À p. 21, dizia eu que a mudança sintática estava em busca de caminhos e que, a partir da

década de 1970, os rumos desses estudos estavam mudando. E estavam! Vejamos então a razão.

Considerarei, à partida, que é na mudança sintática que confluem, cada uma em seu quadro teórico-metodológico, a teoria gerativista, a teoria funcionalista e a teoria da variação e mudança. Considero que, no que se refere à mudança, é a terceira teoria a mais completa, porque seu objeto de estudo é a variação, porque sem ela não poderá haver mudança. Esse é o ponto de vista de Labov, com o qual concordo. Quanto às outras duas teorias, seu objeto de estudo não é a mudança. O objeto central da teoria gerativista é, certamente, a busca da representação da gramática universal e de sua internalização na mente dos indivíduos. Contudo, Lightfoot (1988: 310) admite que a mudança de parâmetro pode ser observada na história documentada de uma língua e ressalta que a transição de um parâmetro para outro, surpreendentemente, pode ser detectada na documentação histórica. Quanto à teoria funcionalista, o que une as diversas correntes, que convivem hoje em dia, é a busca da interpretação das línguas no seu uso, na interação comunicativa. Entretanto, no âmbito dos funcionalismos, ressurgiram com muita força os estudos de gramaticalização, que são processos de mudança na morfossintaxe das línguas. Destaco, de antemão, as interfaces entre a sociolinguística e a gramaticalização, com base no trabalho de A. J. Naro e M. L. Braga — “A interface sociolinguística / gramaticalização” (2000) e o “casamento” da sociolinguística e com a teoria de princípios e parâmetros (cf. Kato, 1993: 16).

A teoria da variação e mudança, no seu texto fundador, não trata da mudança sintática, mas apenas da mudança fônica. Os fatos fônicos aí analisados se referem ao inglês (cf., por exemplo, 2006: 64-72); para Labov-Weinreich-Hezrog, a variação fônica é possível de ser analisada porque não envolve o *significado*. Referi-me ao conhecido debate entre B. Lavandera e Labov, na década de 1970, em torno da impossibilidade de o conceito de variável sociolinguística ir além do nível fonológico. Hoje, contudo, labovianos admitem e demonstram, a partir dos trabalhos de H. Grynier e N. P. Omeña, “A interferência das variáveis semânticas” e de M. L. Braga, “Variáveis discursivas sob a perspectiva da variação”, ambos publicados na coletânea organizada por M. C. Mollica e M. L. Braga (2003).

Considero essa teoria como a mais completa, não só por ser o próprio objeto da teoria, mas porque, com os já célebres “problemas”, enunciados às p. 121-125 do texto de 1968, publicado no Brasil em 2006, recobre vários aspectos da mudança. Seguirei a ordem apresentada nesse texto: o problema dos fatores condicionantes; o problema da transição; o problema do encaixamento na estrutura linguística e na estrutura social; o problema da avaliação e o problema da implementação. Com base nesses “problemas”, buscarei verificar em quais deles se encontram as três teorias aqui focalizadas no que concerne à mudança sintática

	Teoria da variação e mudança	Teoria gerativa	Teoria funcionalista (gramaticalização)
Fatores condicionantes	+	+	+
Transição	+	+	+
Encaixamento — na estrutura	+	+	+
— na sociedade	+	-	-
Avaliação	+	-	-
Implementação	+	+	-

Em princípio, um fato analisado pela teoria da variação e mudança deverá cobrir todos os “problemas”, para ser coerente e completo. Não conheço nenhum trabalho que o tenha feito, decorrente do fato de não ter estudado tudo o que se fez e faz segundo essa teoria, apenas o de Labov sobre o inglês de Nova York.

De qualquer forma, nos estudos de mudança linguística de longa duração, não será possível aplicar o “problema da avaliação”, já que não se dispõe do falante vivo.

Examinarei agora os “problemas” na teoria gerativista de princípios e parâmetros: a “avaliação” e o “encaixamento na sociedade” estão fora do âmbito do próprio modelo, sobretudo quando se trata de mudança no tempo real de longa duração, porque não há falantes vivos para dirimir a gramaticalidade/agramaticalidade de sentenças. Isso já diz D. Lightfoot em *Principles of Diachronic Syntax*:

A fim de escrever uma gramática de um estado antigo e mudanças subsequentes, precisa-se de muitos textos que cubram diferentes gêneros e, a fim de discutir mudanças subsequentes, precisa-se de uma gramática de estados mais antigos e usualmente de alguma atestação de um substancial período intermediário (1967: 7).

Quanto ao “problema da transição”, A. Kroch mostra que a difusão sintática, ou seja, a “transição na estrutura”, é possível de ser seguida e demonstra com o estudo de Ellegård sobre a subida do auxiliar *do*: que era um verbo principal ou pleno, passando a auxiliar. Com base numa amostra de 10.000 ocorrências, Ellegård mostra que, entre 1400 e 1700, utilizando os fatores condicionantes — sentenças afirmativas transitivas + adverbial + “yes/no question”; pergunta negativa; afirmativa intransitiva e declarativa negativa — o verbo *do* cresce, como auxiliar, nos contextos referidos, de 0 a quase 100%, nas estruturas do primeiro tipo (= sentenças afirmativas transitivas + adverbial + “yes/no question”), alcançando 50% em 1700, nas declarativas negativas (s/d: 27). Com esse fato demonstra Kroch, não só a transição da mudança, como os fatores condicionantes favorecedores da mudança e ainda o encaixamento na estrutura.

F. Tarallo destaca a implementação e a propagação da mudança linguística. Diz Tarallo:

Ao limitarmos-nos exclusivamente ao lado linguístico/sintático da questão, não estaremos contemplando a propagação. A origem, por outro lado, somente pode ser apreciada no seu lado estritamente linguístico, isto é: no sentido de ser o sistema retratado de tal maneira a responder a questões referentes às restrições e ao encaixamento linguístico (1993: 73-74).

Contudo, no decorrer desse trabalho — “Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX”, ao tratar, por exemplo, da “retenção pronominal” segundo a função sintática e período de tempo, não só trata da propagação da mudança como das “restrições sintáticas”; os contextos sintáticos que utiliza são — sujeito, objeto direto, objeto indireto, oblíquo, genitivo e também considera a propagação/difusão/transição no tempo — 1725, 1775, 1825, 1880. Quanto à retenção pronominal, diz Tarallo que em 1880 seguia a seguinte hierarquia para retenção pronominal:

SPs > objetos diretos > sujeitos (1993: 84).

Um século depois, 1981, o resultado da hierarquia é:

Sujeitos > SPs > objetos diretos.

Assim, F. Tarallo, no “casamento” entre a sociolinguística e a teoria de princípios e parâmetros, trata da implementação, do fator condicionante, da

propagação/transição/difusão no tempo e na estrutura, veja-se nesse último caso as hierarquias que apresentou.

Já M. Kato afirma que o gerativista “procura saber que parâmetro deve ter tido seu valor alterado, de tal forma que essa alteração justifique todas as mudanças superficiais ocorridas” (1993: 19).

Assim, para o gerativista, a implementação da mudança está na mudança de um parâmetro na gramática do indivíduo, que se expandirá pela comunidade.

Quanto à teoria funcionalista/gramaticalização, não leva em conta, nem a implementação, nem a avaliação, nem o encaixamento na sociedade. Considerando as seqüências:

Verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar > clítico > afixo

ou

N > N relacional > preposição secundária > preposição primária > clítico > afixo em Castilho (1997: 35 e 39), nota-se que há uma “transição na estrutura” e “restrições estruturais”, uma vez que um afixo não se torna nem “verbo pleno”, nem um “nome”, como demonstram as seqüências acima. Desse modo, parece-me que na gramaticalização estão contemplados a restrição, a transição e o encaixamento na estrutura.

R. Poggio, em “Considerações sobre a gramaticalização da forma verbal de futuro do latim ao português” (2004), mostra que já no latim clássico, a par das formas sintéticas do futuro do “perfectum” e do “infectum”, já ocorriam formas analíticas ou perifrásticas para indicar, não o futuro, mas a possibilidade, e apresenta dois exemplos de Cícero, que é um representante do latim clássico:

Ad Atticum: habeo ... scribere

Pro S. Rocio: habeo ... dicere (2004: 181).

Já no latim tardio, do fim do Império Romano, ocorrem formas do presente pelo futuro. Apresenta a autora um exemplo da *Cena Trimalchionis* (= Ceia de Trimalção), de Petronio:

... apud quem cubitum ponitis

(‘com aquele que te sentas à mesa’) (2004: 181).

Diz a autora que ocorriam também as formas analíticas, que “tomam o futuro como coisa desejada ou imposta” (2004: 181). Essas formas se constituíam do presente do indicativo dos verbos *habeo*, *debeo*, *volo*, como no exemplo do Evangelho de S. João:

Tempestas illa *tollere habet* totam paleam
(‘Essa tempestade levará palha’) (2004: 182).

Assim se firmou no latim chamado vulgar um modo futuro frequente na fala popular que, nas línguas românicas se tornou um novo tempo futuro. Citando o romanista H. Lausberg, a “justaposição *cantare habeo* passou a formar uma só palavra” (2004: 183); o mesmo acontecendo para o futuro do pretérito, *cantare habebam*. Dessas formas a primeira resultou no português na forma sintética *cantarei* e a segunda, *cantaria*, por processos conhecidos de mudanças fônicas.

Examinando dados do português contemporâneo, com base no Projeto NURC, a autora encontra tanto o futuro sintético:

NURC — Bom, para mim, o mar com vento de quadrante sul, sempre é um vento que poderá de uma hora para outra trazer chuva...

quanto o futuro analítico com verbo *ir*, tanto em falantes escolarizados como não-escolarizados (nesse caso não indica o *corpus*), como nos exemplos:

NURC: Então eu perco a [...] a calma e vou esvaziar pneu... (escolarizado)

Não escolarizado: Salvador tem muita ribanceira e, cada vez mais, o pessoal vai fazer... casa em ribanceira (2004: 186).

Também encontrou o presente pelo futuro, como no exemplo:

... mas quando chegar no inverno, você não vê nada disso... (2004:187).

Examina dados do português arcaico e encontra tanto o futuro sintético:

E deves saber que tu passarás o mar e entrarás en Roma e reinarás ainda nove anos... (2004: 188).

como o futuro analítico com *aver de*:

E porque o monte era muito alto [...] se paravam mentes a fundo hu aviam d’ir e iam sempre a gram perigoo... (2004: 188).

Neste último exemplo, convivem no mesmo texto — a versão trecentista dos *Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório* — o verbo *ir*, auxiliar e verbo pleno — *aviam d’ir / iam*.

Com esse estudo, que é de natureza funcionalista/gramaticalização, quis mostrar que ele exemplifica a transição da forma sintética (latim clássico) para a analítica (latim falado): a transição do latim para o português — da forma analítica para a sintética — *amare habeo* para *amarei*; o encaixamento na estrutura, do latim para o português e, por fim, as restrições — no latim a noção de futuridade, nas formas analíticas, podia ser expressa por *habeo*, *debeo*, *volo*; já no português arcaico, a forma analítica se restringe, na expressão do futuro, a *aver de* seguido de infinitivo e, no português contemporâneo, o auxiliar selecionado será o verbo *ir*.

Espero ter conseguido mostrar uma possível inter-relação das três teorias em foco, no que diz respeito à mudança sintática. As três abordam os problemas dos *condicionamentos*, da *transição* e do *encaixamento* na estrutura. Novos caminhos estão sendo abertos para os estudos de mudanças sintáticas e, talvez, para as mudanças discursivas.

A REALIZAÇÃO DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

PRELIMINAR

R. Martin afirma que a explicação histórica se baseia em dois tipos de noções: os *universais diacrônicos* e as *tendências tipológicas* (2003: 147).

Admite Martin que fatores externos e internos, universalmente, atuam na mudança linguística. Não sendo nesse livro — *Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina* — um especialista em mudança linguística, não opta nem pela linguística histórica extralinguística, nem pela intralinguística.

Ao considerar os fatores externos, Martin destaca o contato entre as línguas e a pressão externa das necessidades denotativas, como seja a necessidade de nomear realidades novas e de conceituar a experiência, constantemente rearranjada do universo e da sociedade. Destaca também a pressão conotativa, uma vez que as palavras não remetem somente às coisas, mas também àqueles que as usam (cf. p. 147-149).

Considera Martin que as pressões externas são mais fáceis de entender e as internas, mais sutis, porque os objetos linguísticos têm contornos

fluidos e deformáveis, uma vez que a extensão ou restrição, a metonímia e a analogia permitem moldar indefinidamente seu conteúdo. Esses processos estão constantemente disponíveis, objetos indefinidamente moldáveis. Acrescenta ainda Martin que os sistemas linguísticos são instáveis. Contudo, se desenham universais evolutivos que podem manter paralelos sistemas diferentemente estruturados (cf. p. 151-154).

Quanto às *tendências tipológicas*, são consideradas princípios amplamente explicativos, mas que valem para a história deste ou daquele grupo de línguas, ou até para uma única língua. Destaca a *tendência analítica* ou de flexibilidade; a ordem dos constituintes na sentença; a tendência da *gramaticalização*, que considera amplamente difundida em todas as línguas e a tendência de criação de paradigmas duplos, principalmente, no que se refere aos pronomes ("substantivos" e "clíticos") (cf. p.155-158).

Conclui Martin:

A explicação histórica vai muito além da simples constatação de filiação. Seria, contudo, arriscado considerar que se atinge aqui a consistência que a explicação pode ter em sincronia: de fato, a história se situa fora de toda previsibilidade (p. 160).

Considerarei a seguir as "causas", "condições", "motivos", "interpretações" em alguns linguistas: 1) alguns do precursores (Bredsdorff, Jespersen, Menendez Pidal, Sapir e Benveniste); 2) os neogramáticos; 3) o estruturalismo diacrônico e o estruturalismo funcionalista de Coseriu; 4) a sociolinguística; 5) o gerativismo e 6) R. Lass.

1 ALGUNS PRECURSORES

J. H. Bredsdorff

J. H. Bredsdorff, discípulo de Rask, pôs de lado a gramática do indoeuropeu para focalizar o desenvolvimento da linguagem em geral e tentou explicar as *causas* das mudanças linguísticas. Seu livro de 1821, escrito em dinamarquês, não teve grande aceitação entre seus contemporâneos.

As sete *causas* que propõe são, de certo modo, aquelas que continuam a ser propostas ou contestadas, umas ou outras, dentro de contextos teóricos diversos nas fases da história da linguística histórica por teóricos da linguística. São elas:

- a) má audição e compreensão imperfeitas;
- b) recordação falha;
- c) ... e) imperfeição dos órgãos;
- d) indolência;
- e) tendência à analogia;
- f) desejo de ser socialmente distinto;
- g) necessidade de exprimir novas idéias (cf. Câmara Jr., 1975: 48).

Essas sete causas podem ser sumarizadas como fisiológicas (a, b, c); psicológicas (d, e); social (f) e racional (g).

Para Mattoso Câmara Jr. o que Bredsdorff chama de indolência encontra-se na base de uma teoria sobre mudanças fonéticas que foi lançada muito mais tarde e que tem tido grande aceitação: a teoria do menor esforço. Bredsdorff também enfatizava a influência que as línguas estrangeiras podem exercer nos falantes de uma língua com a qual estejam em contato.

O. Jespersen

Segundo Mattoso Câmara Jr., no que se refere à mutação linguística, Jespersen acentuou o papel do indivíduo. A razão essencial para a mutação linguística, segundo esse autor, parece estar na "tendência" que tem o homem de economizar esforços musculares e mentais. É, segundo Mattoso Câmara Jr., uma nova versão daquilo que Bredsdorff havia levado em consideração muito rapidamente, como a indolência da mente humana e que depois ganhou expressão mais adequada do "esforço mínimo" ou "menor esforço" por Whitney (cf. 1975: 135).

Essa posição de Jespersen está no seu livro, de 1922, *A língua, sua natureza, desenvolvimento e origem*. Jespersen rejeita o princípio das leis fonéticas dos neogramáticos. Advoga ele maior atenção aos mais frequentes tipos de mudança fonética na história de uma língua dada, mas nega a possibilidade de serem essas mudanças isentas de desvios (*id.*: 136).

Note-se que, sendo Jespersen dinamarquês, pôde ler Bredsdorff e, portanto, considerou a "indolência", que fora proposta entre as "causas" por este último.

Jespersen rejeita também a teoria do substrato, porque considerava a unilateralidade ou a fragilidade de tal hipótese. Ele foi levado a examinar as

línguas crioulas, renovando a investigação de Hugo Schuchardt. Negou o caráter de línguas misturadas e, para ele, essas línguas derivam de uma redução anormal da gramática no uso de uma língua européia no intercâmbio de europeus com nativos (*id.*: *ib.*).

R. Menéndez Pidal

No seu longo trabalho "Las leyes fonéticas, su esencia histórica", publicado em 1958, parte da 4ª edição do seu livro *Orígenes del español*, diz Menéndez Pidal sobre as leis fonéticas:

- 1) As leis fonéticas regulares só existem no papel; não há, nem nunca houve uma regularidade fonética, e a história dos sons se resolve na história de cada uma das palavras (cf. p. 11).
- 2) Há no desenvolvimento de cada som "tendências" coletivas que muitas vezes chegam a converter-se em normas gerais, em leis fonéticas regulares. A constituição de uma dessas leis não é obra de um momento, mas de um lapso de tempo prolongado e se desenvolvem com a participação de várias gerações, porque gerações consecutivas participam de uma mesma idéia inovadora e as vão realizando persistentemente, apesar de pequenas variações no modo de concebê-las (cf. p. 15-16).
- 3) A enorme lentidão no desenvolvimento e propagação de uma mudança linguística é essencial para compreender, de maneira correta, como se realiza e generaliza uma lei fonética. Por não se considerar essa noção, se tem expressado, com frequência, a opinião de que uma mudança linguística data de época em que primeiro é atestada nos documentos (cf. p. 20-21).
- 4) Os documentos mostram como a longa duração das mudanças fonéticas se produz: uma mesma palavra pode seguir, ao mesmo tempo, caminhos contrários, deixando-se levar por uma ou por outra corrente fonética, que se excluem, sendo uma posterior à outra, mas que, contudo, coexistem em alguma parte de sua duração cronológica (cf. p. 24).
- 5) Contesta a ação do substrato que, segundo Meillet, teria ação rápida e completa sobre as mudanças fonéticas. Meillet não concebe

o estado latente, que Menéndez Pidal defende. Para este, a língua primitiva de um povo, quando substituída por outra, não atua sobre esta de um modo imediato, mas por efeito de hábitos tardios adquiridos e transmitidos por herança (cf. p. 26).

- 6) Os documentos pré-literários nos permitem observar certa graduação cronológica na linha de uma *tendência* para chegar a tornar-se lei geral. Destaca Pidal que se deve considerar grupo de palavras, em que o som em questão ocorre em condições iguais (cf. p. 23).

Menéndez Pidal não aceita a regularidade das mudanças fonéticas, segundo o modelo neogramático, assim como não aceita a teoria dos substratos. Sendo também filólogo, editor do *Cantar de mio Cid* e autor da *História da língua espanhola*, lidou Pidal com múltiplas fontes manuscritas da língua espanhola para fundamentar seu ponto de vista sobre as mudanças fonéticas.

E. Sapir

E. Sapir nasceu em 1883 e faleceu aos 56 anos em 1931. Apesar de ser estruturalista como L. Bloomfield, seu contemporâneo, considerou a mudança linguística, que admitia estar essencialmente ligada à estrutura da língua. Ele não separa, como os neogramáticos, a mudança fônica da morfológica. Afirma que a mudança não é errática nem casual, mas que tem uma direção muito clara, um impulso, que designou de *deriva*, que determina um desenvolvimento incessante de padrões dentro da língua. Acentua, contudo, Sapir que não há relação entre o impulso e o desenvolvimento da cultura. Para ele a língua, como forma, é um molde que pode servir para todo tipo de cultura e todo tipo de pensamento coletivo. Sapir não desenvolveu uma abordagem cultural à diacronia, mas focaliza o problema de maneira desafiante e provocativa (cf. Mattoso Câmara Jr., 1975: 170-171).

Para Mattoso Câmara Jr., em comunicação ao X Congresso Internacional de Linguistas, de 1967, cujo título é *Wilhelm von Humboldt e Edward Sapir*, seria fácil um confronto entre os pontos de vista de Humboldt e os de Sapir, "para mostrar como o linguista americano muitas vezes expôs teses que nos lembram outras, mais vagas e nebulosas, por certo, do velho linguista alemão" (2004 [1972]: 208).

Ainda nessa comunicação, publicada em seus *Dispersos*, diz Mattoso Câmara Jr. que Sapir, tal como Humboldt, mostrou interesse pelos mesmos problemas gerais, que haviam seduzido Humboldt. Diz ainda que "o pequeno livro de Sapir, *Language*, de 1921 — traduzido para o português por ele pessoalmente — é sobretudo um estudo da linguagem no contexto cultural e psíquico" (*id.*: 209).

É no capítulo 7, "A língua como produto histórico: a deriva", do livro *A linguagem: uma introdução ao estudo da fala*, que Sapir explicita sua teoria.

Depois de expor suas idéias sobre a variação no indivíduo e na localidade, em que distingue as variações dialetais e as individuais, diz:

Há uma como identidade linguística ideal, a dominar a fala habitual dos membros de cada grupo [...] o sentimento da liberdade quase irrestrita que tem cada indivíduo ao usar a sua língua é contido por uma tácita norma diretiva (1969: 119).

Assim Sapir considera não só o indivíduo como a norma social, admite também que "a explicação das diferenças dialetais primordiais ainda está por achar" (*id.*: 120). A seguir diz a conhecida formulação: "A linguagem move-se pelo tempo em um curso que lhe é próprio. Tem uma *deriva*" (*id.*: 124; grifo meu).

À p. 123, volta à sua concepção da deriva em linguagem e afirma:

Toda mudança significativa que nela se verifique tem de existir inicialmente como variação individual ... A deriva tem um rumo ... a deriva de uma língua consta de seleção inconsciente, feita pelos que a falam, das variações individuais que se acumulam numa dada direção especial (cf. p. 124).

Vai aplicar a sua teoria a aspectos do sistema pronominal do inglês, especialmente do paradigma:

I: me = he: him = who : whom (p. 125).

Diz à p. 126:

Me, he, her, us e *them* constituem um grupo sólido e bem integrado de pronomes pessoais objetivos paralelos à série subjetiva *I, he, she, we, they*. Tecnicamente falando, as formas *who* e *whom* são também pronomes pessoais. *Whom* acha-se evidentemente em posição fraca, com o flanco exposto, pois as palavras que se assemelham, se aparelharam, e as que deixam ficar do lado de fora correm perigo de vida (*id.*: 126).

E explica a razão por que os demais pronomes relativos e interrogativos do inglês (*which, what, that*), com que *whom* se associa, não distinguem as formas subjetiva e objetiva, como ocorre nos pronomes pessoais (*id.*: 126).

Vai em seguida expor as *forças determinantes* para o abandono de *whom*:

- 1) O único meio de obviar a irregularidade é abandonar completamente *whom*, uma vez que não se dispõe do poder de criar novas formas objetivas, por refundir o grupo *which* — *what* — *that*.

- 2) *Who* e *whom*, no seu sentido interrogativo, estão psicologicamente relacionados não só com os pronomes *which* e *what*, mas também com o grupo de advérbios interrogativos *where, when, how*, que são todos invariáveis e geralmente enfáticos.

- 3) Considera esse motivo "muito poderoso": refere-se à questão da ordem ou posição na sentença: o contraste entre as séries subjetivas e objetivas (*I, he, she, we, they: me, him, her, his, them*) está associado em inglês com uma diferença de posição. Enquanto no emprego de *whom* em *Whom did you see?* há latente, portanto, um conflito entre a ordem própria a uma sentença em que entra uma forma objetiva flexional e a ordem natural a uma sentença de pronomes ou advérbio interrogativo (cf. *id.*: 126-127).

Sapir conclui, dizendo que a "solução mais radical" — *Who did you see?* ou *You saw whom?* é por demais contrária ao pendor idiomático para o qual a língua se orienta. E ainda acrescenta uma quarta dificuldade às três antes expostas:

O enfático *whom* com sua pesada estrutura (vogal semilonga seguida de consoante bilabial) corre o risco de contrastar com uma sílaba leve e sutil, imediatamente seguinte ... As vogais de *what* e *when* são mais leves e as consoantes finais ligam-se facilmente ao *d* (*what did, when did*) seguinte, que é pronunciado com a mesma posição da língua que é *t* e *n*. Nosso instinto rítmico dificulta-nos a aceitação espontânea da série sonora *whom did* (1969: 127).

Considera ainda Sapir que os quatro fatores apresentados não operam independentemente e, mais adiante, afirma que é indubitável que eles não sejam todos igualmente eficientes em qualquer caso, vão depender do indivíduo e do tipo da locução (*id.*: 128). Por fim, ressalta "o desejo inconsciente de relegar esses pronomes à função interrogativa e concentrar em *that* ou na mera ordem vocabular a expressão da oração relativa" (*id.*: 129).

Tece, ainda, a seguinte consideração:

Essa ordem, porquanto aponta fora o conhecimento da deriva geral de uma língua, é insuficiente para habilitar-nos a ver claramente aonde vamos chegar. Temos

também de conhecer a potência e velocidade relativa das forças componentes da deriva (1969: 129).

Ressalta Sapir que as diretrizes depreendidas do uso de *whom* não nos interessam por si próprias, senão como sintomas de maiores *tendências* que trabalham na língua. Destaca que são discerníveis derivas da mais alta importância. Todas vêm atuando há séculos, estão em ação em outras partes do mecanismo linguístico, persistirão ainda por séculos e talvez por milênios. Destaca que há uma *tendência* a nivelar a distinção entre o subjetivo e o objetivo, que é o último capítulo da redução do velho sistema indoeuropeu de casos sintáticos (*id.*: *ib.*).

Note-se que Sapir nunca usa "causa" para a deriva, mas sempre "tendência", e correlaciona fatores psicológicos e formais, como a morfologia dos relativos, e os fônicos, como destacado no seu quarto fator, ou seja, o contexto sonoro para o abandono de *whom*.

Critica-se a *teoria da deriva* por ser de natureza teleológica — "a língua muda em um determinado rumo" — e também porque para reger esse rumo uma "força superior" atua na mudança linguística, veja-se, por exemplo, a crítica de D. Lightfoot (1979: 386-387).

É. Benveniste

É. Benveniste foi discípulo de Meillet e, apesar de criticar aspectos da teoria saussuriana, foi grande admirador de F. de Saussure. Basta que se leia o seu artigo "Saussure após meio século", de 1963, publicado no Brasil em 1976. Quanto a ser crítico de aspectos da teoria saussuriana, faz-se necessário que se leia seu artigo "Natureza do signo linguístico", de 1939, em que recusa a formulação saussuriana de que o signo linguístico é arbitrário e defende que há uma relação necessária entre o significante e o significado (1976: 59).

Embora não trate de "causas" ou "tendências" das mudanças linguísticas, no seu artigo de 1966, "As transformações das categorias linguísticas" (1989: 129-139), diz no início:

A evolução de uma língua tomada como sistema de signos consiste nas transformações sofridas por suas categorias. Entender-se-á por categorias as classes formais caracterizadas distintivamente e suscetíveis de funções gramaticais (1989: 129).

Vê-se que utiliza o "sistema", herança saussuriana, mas considera a mudança, que designa por "transformações". Distingue Benveniste *transformações* inovadoras (desaparecimento parcial ou completo das distinções de gênero, com a eliminação do neutro; redução das distinções de número, pela eliminação do dual e redução em proporções variáveis dos sistemas de classes nominais, como, por exemplo, a dos sistemas de dêiticos, criação do artigo definido, criação de novas classes de advérbios, provindos de novas classes de compostos *-ly, -ment* etc.), das *conservadoras* (substituição do comparativo morfológico pelo sintagma advérbio + adjetivo; substituição da desinência casual pelo sintagma preposição + nome. Destaca a importância da formação de perífrases no processo de transformação ou mudança.

Diz Benveniste, à p. 130:

Esses desaparecimentos e aparecimentos mudam o efetivo das categorias formais da língua; eles provocam, além disso, uma reorganização e uma redistribuição das formas em oposições cuja estrutura é modificada: redistribuição das três classes de número gramatical nas duas classes subsistentes; redistribuição do plural neutro [do] latim no feminino românico; reorganização dos demonstrativos a partir da especialização do artigo etc.

Vê-se que nesse artigo, Benveniste está considerando mudanças ou "transformações" que ocorreram do latim para as línguas românicas.

Quando trata da perífrase do perfeito em latim, constituída por *habere* + participio passado (cf. p. 131-136), estende ao grego, que, segundo o autor, "oferece um curioso paralelismo com a precedente" (*id.*: 136). Ao generalizar a classe dos auxiliares (ativos e estáticos), amplia o problema para outras línguas não-indoeuropeias como o asteca (*id.*: 139), as línguas altaicas, como o turco antigo (*id.*: *ib.*). Conclui, afirmando: "Poderíamos citar muitos outros paralelos, que mostrariam ao mesmo tempo quanto este procedimento é geral e quão paralelas são as vias de sua realização" (1989: 139).

No artigo de 1954, "Problemas semânticos da reconstrução", traduzido e publicado em português em 1976, diz Benveniste logo à saída:

Os critérios de uma reconstrução formal podem ser escritos, porque decorrem de regras precisas... Todo o aparato da fonética e da morfologia intervem para sustentar ou refutar essas tentativas. Em matéria de sentido, porém, temos por guia apenas certa verossimilhança, fundada sobre o "bom senso", sobre a apreciação pessoal do linguista (1976: 319).

Admite o autor que "o sentido de uma forma linguística se define pela totalidade de seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes" (*id.*: 320). Trata em seguida de homófonos no inglês moderno, como *story* 'narrativa' e *story* 'andar', 'pavimento'; do caso inverso no francês moderno, *voler* 'fly' e *voler* 'steal' (em português, respectivamente, 'voar' e 'roubar'); depois do grego *kikhēmi*, *éthēka* 'estabelecer' e do lat. *facēre*, com numerosos derivados; do indoeuropeu **daweī-* 'temer' (cf. p. 320-325).

À p. 326, diz Benveniste que a necessidade de recorrer aos contextos poderia parecer um princípio de método evidente para merecer insistência. Mas, quando se reduz o sentido às modalidades do emprego, torna-se imperativo que se assegure que os empregos permitam não só aproximar sentidos que parecem diferentes, mas também justificar a diferença. E afirma: "Numa reconstrução de um processo semântico devem também entrar fatores que provocam o nascimento de uma nova espécie de 'sentido'" (*ib.*).

Distingue a comparação em grande escala, quando se consideram várias línguas e em que se comprova que formas diferentes evidentemente aparentadas se distinguem cada uma por uma modalidade particular de sentido (cf. p. 327), da comparação no interior de um grupo unitário, e que se encontram os desenvolvimentos de sentido que se distribuem em grupos nítidos; nesse caso, torna-se obrigado a indicar a direção em que variou o sentido e qual dos sentidos comprovados deu origem ao outro (*id.*: 329).

Para ele, os problemas levantados são de complexidade variável e de níveis diferentes, quer situados na sincronia de uma mesma língua, quer na perspectiva escalonada de uma pré-história longínqua. Diz ainda que o apresentado gira em torno de uma mesma questão:

A identificação dos traços distintivos por oposição às variantes; sobre como definir a distribuição e as capacidades combinatorias de um 'sentido'; com um 'sentido' tido como diferente de outro pode não representar senão uma das variantes; como a variante de um sentido tido se "semantiza" por sua vez e se torna uma unidade distinta — problemas que se transportam todos imediatamente em termos de fonêmica. Entretanto, as noções semânticas, muito mais complexas que as fônicas, chamam em primeiro lugar uma descrição de empregos únicos que permitem definir um sentido (1967: 339).

Embora Benveniste não trate, explicitamente, do foco desta parte III, os dois artigos aqui sumarizados mostram direções da mudança grama-

tial e confirmam a dificuldade da reconstrução semântica, além de ambos indicarem um método tanto para a análise das mudanças gramaticais como semânticas.

2 OS NEOGRAMÁTICOS

A teoria da mudança dos neogramáticos foi tratada na parte I deste livro. Não são de H. Paul, o teórico mais conhecido, entre os neogramáticos, o que ficou designado como "leis fonéticas". Foram Verner, Leskien, Scherer e Grimm que estabeleceram as famosas leis, aplicadas às línguas indoeuropeias, especialmente, às germânicas.

Quanto à analogia, outro princípio dos neogramáticos, o primeiro teórico foi W. Scherer, e não H. Paul, nascido em 1846 e falecido em 1921.

Ao ler os "Princípios fundamentais da história da língua", não encontrei nenhum capítulo que explicitamente se referisse às "causas", "explicações", "motivações" para a mudança linguística. Contudo, na introdução, consegui inferir o que buscava.

Logo ao iniciá-la, Paul expõe sua posição sobre a história da língua: ela tem de ser acompanhada de uma ciência que se ocupe das condições gerais da vida do objeto que historicamente se desenvolve, que estude segundo a sua natureza e ação os fatores que se mantêm regulares dentro de toda mutação (1966: 13).

Mais adiante, Paul evita a palavra *filosofia* e serve-se da designação de *ciência de princípios*. Fica claro que, implicitamente, Paul está criticando seus contemporâneos ou antecessores que tratavam da *filosofia da linguagem*, como W. von Humboldt, talvez o mais exponencial entre os filósofos da linguagem.

À p. 15, destaca Paul:

O esclarecimento das condições do devir histórico dá-nos simultaneamente, com a lógica geral, a base para a teoria dos métodos, a que se deve obedecer na verificação de cada um dos fatos (*ib.*).

Note-se na passagem destacada a preocupação de H. Paul com o método:

O que devemos desprezar menos é o proveito metodológico que se tira dum esclarecimento da questão dos princípios. É uma ilusão pensar que se pode comprovar o mais simples facto histórico sem um pouco de especulação (1966: 16, grifo do autor).

Destaca Paul a importância da linguística, entre as outras ciências da cultura, porque nela o método pode ser aperfeiçoado e, segundo ele, é a partir da década de 1870 que o método sofre uma grande transformação. Inferese que essa transformação do método se deve aos neogramáticos.

Distingue, entre as ciências históricas, dois grupos principais: ciências naturais históricas e ciências culturais históricas. Reconhece uma cultura animal e sua organização social entre os animais (cf. p. 17).

No caso das ciências históricas, Paul confere destaque ao *fator psíquico*: O elemento psíquico é o fator mais essencial de todo o movimento cultural... a psicologia é a base de todas as ciências culturais... Mas nem por isso o fator psíquico é o único; não há nenhuma cultura que tenha uma base puramente psíquica (1966: 17).

E mais adiante acrescenta:

É preciso ter junto à psicologia também o conhecimento das leis segundo as quais se movem os fatores físicos da cultura. As ciências naturais e a matemática são uma base necessária das ciências culturais (p. 18).

Conclui, dizendo:

Tarefa principal da teoria dos princípios fundamentais da ciência da cultura é explicar as condições gerais nas quais os fatores psíquicos e físicos, seguindo suas leis especiais, chegam a contribuir para um fim comum (1966: 18).

Sobre os processos linguísticos, diz Paul que a simplicidade relativa deles salta à vista se comparados aos processos econômicos. Considera um ponto interessante o fato de que cada criação linguística é sempre obra do indivíduo (cf. p. 25).

Destaca ainda: "A grande regularidade de todos os processos linguísticos nos indivíduos mais diferentes é a base mais importante para um conhecimento científico dos mesmos" (1966: 27).

Paul confessa terem objetado que há outro método científico de estudar a língua, além do histórico. Ele nega esse ponto de vista e argumenta que um método não histórico de estudar a língua não é mais que um método histórico incompleto, incompleto não só por culpa do observador e por culpa do material de estudo (cf. p. 28).

Conclui sua introdução, reafirmando seu ponto de vista:

A única coisa que talvez restasse ainda do método não histórico seriam reflexões gerais sobre o emprego individual da língua, a que pertence também a aprendizagem da língua. Mas, em seguida, mostraremos que precisamente estas reflexões estão intimamente ligadas com o método de estudo da evolução histórica (1966: 28).

No capítulo "Generalidades sobre a natureza da evolução da língua", tece considerações que considero significativas, como sejam:

- 1) O verdadeiro objeto para o investigador da língua é antes constituído por todas as manifestações da atividade da fala em todos os indivíduos na sua ação recíproca (1966: 34).
- 2) Os organismos psíquicos descritos são no fundo os autênticos portadores da evolução histórica — o que verdadeiramente se fala não sofre qualquer evolução (1966: 37).
- 3) Temos, muitas vezes, de limitar-nos à observação de alguns poucos indivíduos ou até mesmo de um só, e também só podemos reconhecer o organismo da língua destes poucos ou deste único indivíduo (1966: 38).
- 4) De todos os fenômenos da atividade da fala, os acústicos são os mais fáceis de observar. No entanto, os resultados de nossa percepção auditiva são, na sua maior parte, difíceis de definir com exatidão (*ib.*).
- 5) Quanto ao aspecto psíquico da atividade da fala, só é possível conhecê-lo, como tudo que é psíquico, mediante auto-observação. Todas as observações feitas noutros indivíduos dão-nos primeiramente só fatos físicos (1966: 39).
- 6) A verdadeira *causa* das modificações do uso não é nada mais do que a atividade da fala... na evolução do uso da língua, a finalidade desempenha o mesmo papel que Darwin lhe atribui na evolução da natureza orgânica: a utilidade maior ou menor das formas criadas é determinante para a conservação ou desaparecimento das mesmas (1966: 40).
- 7) Daqui resulta que todo o sistema dos princípios que orientam a história da língua se concentrou em torno da seguinte pergunta: que relação há entre o uso da língua e a atividade individual da fala? Até que ponto é que esta é determinada por aquele e como, por outro lado, atua a segunda sobre o primeiro? (1966: 41).
- 8) As modificações da língua realizam-se no indivíduo, em parte através de sua atividade espontânea, do falar e do pensar nas formas da língua, e em parte através da influência que recebe de outros indivíduos (1966: 41).
- 9) É evidente que os processos de aprendizagem da língua são da maior importância para o esclarecimento das modificações da língua, que eles são a principal origem dessas modificações (1966: 42).

Que se pode apreender do que foi aqui por mim destacado no que concerne ao objetivo desta terceira parte?

H. Paul, na introdução e no capítulo I de seu livro *Princípios fundamentais da história da língua*, nunca apresenta as famosas "leis fonéticas", como Verner e Grimm, antes apresenta *condições gerais, fatores psíquicos e físicos* e, em um único momento, diz que "a verdadeira causa da evolução das línguas decorre de modificações no uso". H. Paul defende que a linguística está entre as "ciências da cultura", considera que é uma ciência de "princípios" e que portanto exige um "método". Considera o autor, ainda, que a *regularidade* do processo linguístico está no *indivíduo* e parte das manifestações da fala nos indivíduos. Reafirma que não se pode ignorar a inter-relação entre as influências que o indivíduo recebe dos outros. Destaca ainda que está na aprendizagem das línguas a origem das modificações das línguas.

Assim H. Paul não explicita leis fonéticas do tipo *post hoc ergo propter hoc* e, centrando-se no indivíduo e na aprendizagem da língua, aproxima-se da "explicação" gerativista da mudança linguística.

3 O ESTRUTURALISMO DIACRÔNICO

Para o objetivo desta terceira parte, considerarei primeiro o que diz R. Jakobson e, em seguida, o que diz A. Martinet.

R. Jakobson no artigo "Principles of Historical Phonology", de 1931, republicado na coletânea organizada por A. Keiler em 1972, depois de apresentar sua teoria da mudança fonológica, em que trata dos processos de mutação fonológica, como a defonologização e a fonologização, de que apresenta muitos exemplos, diz:

Se a ruptura no equilíbrio de um sistema precede dada mutação, não temos problema em descobrir a função dessa mutação: sua tarefa é restabelecer o equilíbrio no ponto do sistema, em que esse distúrbio no equilíbrio se reflete em outros pontos e consequentemente provoca a necessidade de uma nova mutação. Dessa forma, toda uma série de mutações estabilizadoras é, frequentemente, produzida (1972: 132).

Jakobson, estruturalista funcionalista, já trata de *mutação fonológica* e de *sistema* e não de sons isolados como ocorreu entre os neogramáticos, que estabeleceram *leis fonéticas*, que implicam na mudança de um *som* em outro.

Já A. Martinet, no artigo de 1953, "Function, Structure and Sound Change", diz, logo no início:

Embora fatores externos para a mudança sonora, entre eles influências interdialetais e interlinguísticas, permaneçam no horizonte e tenham sido objeto de muita teorização, têm, contudo, tido poucas observações factuais (1972: 140).

Note-se que a teoria da mudança, tanto a de Jakobson como a de Martinet, é intrassistêmica. Diz então Martinet sobre as "causas" da mudança fônica:

O problema das causas da mudança fônica permanece como um dos problemas centrais da ciência linguística, mesmo que nos recusemos a considerar a linguística como disciplina histórica, porque não podemos saber o que é a língua e como ela trabalha, antes de determinar por que as línguas mudam (1972: 141).

Sua teoria da mudança baseia-se em três pontos principais: *função* (cf. p. 142-152), *estrutura* (cf. p. 152-164), *assimetria* e *inércia* (cf. p. 164-169), na *prosódia* e nas *pressões não-fonêmicas* (cf. p. 169-174). E ele conclui o artigo afirmando:

Uma teoria completa, funcional e estrutural da evolução fonológica terá de se basear em um corpo muito maior de material estruturalmente analisado do que o que se dispõe até agora (1972: 174).

A novidade da proposta de A. Martinet está na sua teoria da função e da estrutura porque a *assimetria*, *leia-se* do aparelho fonador, e a *inércia* já estão em Bredsdorff, com outras designações, respectivamente, *imperfeição dos órgãos* e *indolência*.

D. Lucchesi, em *Sistema, mudança e linguagem*, comentando Jakobson e Martinet, diz:

Cumprir destacar... a afinidade essencial que existe entre a chamada explicação teleológica de Jakobson e a explicação causal de Martinet, que definem as vertentes ortodoxa e a heterodoxa dessa Escola. Tanto a corrente teleológica quanto a funcionalista causal buscam explicar a mudança pela funcionalidade do sistema linguístico; só que, enquanto a visão teleológica busca explicar as mudanças exclusivamente pela lógica funcional interna ao sistema linguístico homogêneo e unitário, para Martinet esse fator é restringido pelas limitações fisiológicas. Contudo, no núcleo das duas concepções, está a lógica do funcionamento do sistema homogêneo e unitário (2004: 150).

Lucchesi sintetiza as *causas* possíveis da mudança fônica em Martinet:

- (i) a função da língua como sistema de comunicação social, o que explica, entre outras coisas, o princípio de evitar a homofonia, e a preservação das oposições fonológicas de alto rendimento funcional;

- (ii) a configuração estrutural do sistema fonológico, que exerce pressões no curso das mudanças que afetam os seus fonemas; e
- (iii) os diversos fatores de natureza acústica e articulatória que Martinet agrupa no que definiu como economia, o que explica, por exemplo, a preferência por estruturas consideradas 'ótimas' (como as sílabas abertas), por grupos consonânticos homorgânicos etc. (2004: 143).

Assim, Jakobson apresenta princípios de natureza teleológica, princípios que procedem de Aristóteles, que propunha um *telos* imanente à natureza, que a conduziria a realizar a virtude e a perfeição. Quanto às *causas* propostas por A. Martinet, elas obedecem à extraordinária arquitetura lógica de sua teoria, que é perfeitamente convincente nos limites do que se propõe.

Eugenio Coseriu

Coseriu, no capítulo VI de *Sincronia, diacronia e história* (1979[1973]), "Explicações causais e explicações finalistas: o estruturalismo diacrônico em face da mudança linguística. Sentido das interpretações 'teleológicas'" (p. 154-200) — longo título para um longo capítulo — critica Martinet e diz:

A. Martinet, em seu importante tratado de fonologia diacrônica, que abre uma nova época no estudo das condições intrínsecas das mudanças fônicas, ... nega-se a estabelecer se se trata de finalidade ou de causalidade (1979: 171).

Comenta Coseriu que a finalidade é um tipo de motivação e, como tal, se enquadra no conceito geral de "causa", sendo "causa" tudo aquilo pelo qual alguma coisa é produzida. Ele retoma as conhecidas quatro "causas" aristotélicas: a *causa eficiente* (aquilo que faz ou produz alguma coisa); a *causa material* (aquilo com que se faz alguma coisa); a *causa formal* (a idéia daquilo que se faz) e a *causa final* (aquilo em vista do qual se faz alguma coisa) (cf. p. 172).

Sobre a mudança linguística, diz Coseriu:

Quando dizemos que a mudança linguística 'não tem causas', entendemos apenas que não as tem no sentido naturalista, ou seja — salvo no que é material — não tem 'causas objetivas', naturais, exteriores à liberdade... Entendemos distinguir o âmbito da liberdade do âmbito da necessidade (1979: 172-173).

Mais adiante, diz Coseriu que os fatos linguísticos existem porque os falantes os criam *para alguma coisa*, e não são nem "produtos" duma neces-

sidade física, exterior aos falantes, nem "consequências necessárias e ineludíveis dum estado de língua anterior" (cf. p. 173).

Traçando a mudança linguística, Coseriu demonstra que muito do que se escreveu sobre o tema reflete uma confusão de planos na exposição do problema da mudança e propõe que se façam as seguintes distinções, do geral para o particular, entre: "Uma *causa eficiente*, que é a liberdade linguística e uma *razão universal*, que é a finalidade expressiva (e comunicativa) dos falantes" (1979: 176).

Segundo o autor, as mudanças ocorrem em circunstâncias e segundo modalidades classificáveis e diz que há a necessidade de estabelecer *tipos gerais* de circunstâncias, modalidades e finalidades, que concernem ao "nível genérico" da mudança. Distingue ainda, no plano propriamente histórico, uma *finalidade determinada*, dos falantes, que atua em circunstâncias determinadas (cf. p. 176).

Para Coseriu, há o problema racional da mudança, ou seja, "por que as línguas mudam"; o problema geral da mudança, isto é, as condições gerais da mudança linguística, e o problema histórico, particular da mudança de cada língua em determinado tempo.

Coseriu não aceita a "teleologia" (isto é, da suposta necessidade interna), do estruturalismo diacrônico de Jakobson e Martinet, por exemplo, que diz relacionar-se ao problema das "leis gerais" das mudanças linguísticas. Refere-se especialmente a ele, que defendia que o desenvolvimento linguístico obedece a leis gerais (cf. p. 196-197).

Embora essas "leis gerais" sejam próprias dos neogramáticos, não se pode deixar de lembrar que Meillet é o autor, pelo menos, do *Esquisse d'une histoire de la langue latine* e que ele associava a linguística à história da cultura.

Segundo Coseriu, as únicas leis necessárias no caso da linguagem são as que enunciam uma necessidade racional e diz:

Toda língua falada muda; toda língua é "suficiente" em relação ao mundo cultural a que corresponde; toda mudança é difusão duma inovação; toda adoção linguística é um ato finalista; nenhum fato linguístico tem motivação cultural; toda língua apresenta estrutura fônica e gramatical etc.... Estas mesmas leis nos indicam que o "desenvolvimento linguístico" não é "evolução" dum objeto material, mas construção

de um objeto cultural e que, por conseguinte, só pode ser motivado pela finalidade dos falantes, e não por condições objetivas externas ou internas (1979: 198).

Conclui Coseriu o capítulo VI, dizendo:

As ciências do homem já são "exatas"... e não se tornam mais exatas se são tratadas como ciências físicas. Ademais, enquanto estudo de objetos históricos, a linguística não deve aspirar a ser uma linguística profética (1979: 200).

O "profético" usado por Coseriu se refere às interpretações teleológicas para a mudança linguística.

Coseriu nasceu na Romênia em 1921 e faleceu em 2002. Trabalhou na Universidade de Montevideu, onde, pela primeira vez publicou (em reprodução fotomecânica, em 1958) este livro de que seleccionei o capítulo VI; é autor de vasta obra. No livro *Teoría del lenguaje y lingüística general* (Madrid: Gredos, 1962), Coseriu reuniu um conjunto de trabalhos — *Sistema, norma y habla* (1952); *Forma y substancia en los sonidos del lenguaje* (Montevideu, 1954); *El plural de los nombres propios* (1955); *Determinación y antilogismo en la gramática* (Montevideu, 1957). Reuniu, no livro *Estudios de lingüística general y románica*, os artigos: "Sincronía, diacronía y tipología" (Madrid, 1968); "El aspecto verbal perifrástico en griego antiguo" (1968) e "Estudios estructurales sobre las lenguas clásicas" (Madrid, 1968).

Os dados acima estão na "Nota prévia", escrita por Coseriu em Tübingen em abril de 1973.

Conclui Coseriu na "Nota prévia", que precede *Sincronía, diacronía e história*:

Para prevenir eventuais malentendidos, permito-me destacar aqui que o objeto deste trabalho não é a mudança linguística, mas o problema da mudança linguística. Não me propus escrever um ensaio a mais sobre as chamadas "causas" da mudança linguística, nem estudar os tipos de mudanças em várias línguas, mas colocar o próprio problema da mudança como problema racional e do ponto de vista da atividade linguística concreta (1979: 12).

Não é sem razão que o subtítulo de *Sincronía, diacronía e história* é *O problema da mudança linguística*.

Torna-se difícil enquadrar Coseriu em uma escola ou em uma teoria; sua obra não se esgota no que foi referido na "Nota prévia". Lembro, apenas, do excelente *El llamado latín vulgar*, publicado em 1955, em Montevideu, e depois em alemão.

Tive a honra de ser sua aluna nos inícios dos anos 1980, em um curso que ministrou em português, no Rio de Janeiro, sobre a história da linguística desde os gregos.

Além de ser um linguista de amplo espectro, longe de ser um especialista, por vezes é rotulado de estruturalista-funcionalista. Não cabem rótulos à obra coseriana: ele foi romanista, que conhecia todas as línguas românicas, inclusive o romeno, sua língua de berço, sabia o alemão, o latim e o grego, pelo que pude depreender de sua obra. E sabia linguística! Não se fazem hoje linguistas como Coseriu, uma vez que ser "especialista" tornou-se um dos "mitos" dos tempos que correm.

4 NA SOCIOLINGÜÍSTICA

Os sociolinguistas franceses, J.-B. Marcellesi e B. Gardin, no livro *Introdução à sociolinguística: a linguística social* (1975 [1974]), na tradução de M^a de Lourdes Saraiva, dizem na parte 6, "A transformação linguística":

Uma vez que o estudo do presente na sua variedade — melhor seria dizer nas suas contradições — só pode ser levado, a rigor, a conduzir a uma história nascente, é, no sentido do estudo da transformação linguística, que se tornou quase seu objeto privilegiado, que se orienta a sociolinguística. Se essa orientação já era nítida nos primeiros trabalhos de Labov, sua confirmação foi feita no Congresso de Bolonha em 1972, onde as principais comunicações da disciplina eram orientadas para este tema (1975[1974]: 212).

Acrescentam os autores que o léxico foi durante muito tempo o terreno linguístico de tais estudos, quer dependessem do "sociologismo", quer de uma concepção mais complexa das relações entre línguas e sociedade. Destacam ainda que o estudo das transformações fonéticas tinham permanecido fora da problemática da linguística social, com exceção dos trabalhos de Gauthat — *A unidade fonética no falar de uma comuna*, de 1905 (cf. p. 212).

No capítulo seguinte, resumem os trabalhos de Labov e Volochinov/Bakhtin (cf. p. 228-233) e dizem:

Chama-se mudança linguística aquilo que traduz e pratica uma transformação de relações sociais: seu estudo faz, portanto, parte integrante da história — da história das relações sociais, sem dúvida, mas também de uma história mais "maternal" (1975[1974]: 233).

Labov, em 1965, escreveu para o 16º Encontro Anual na Universidade de Georgetown a comunicação intitulada *On the Mechanism of Linguistic Change* (reimpressa na coletânea organizada por A. R. Keiler, *A Reader in Historical and Comparative Linguistics*, p. 267-288). Essa comunicação precede a publicação em 1968 dos *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, texto programático da teoria da variação e mudança.

Em seu artigo, Labov afirma logo no início:

A mudança linguística não pode ser explicada por argumentos puramente internos dentro do sistema; mesmo se externas, as relações sociolinguísticas são reconhecidas como fatores condicionadores adicionais (1972[1965]: 267).

Baseia-se Labov nos estudos de mudança linguística que realizou na ilha de Martha's Vineyard e na cidade de Nova York. Nesses estudos, focalizou mudanças fônicas. Sumariza os principais problemas da mudança, quais sejam:

- 1 Há uma direção geral para a mudança linguística?
- 2 Quais são as restrições universais que atuam na mudança?
- 3 Quais são as causas para a contínua origem das novas mudanças?
- 4 Por quais mecanismos atuam as mudanças?
- 5 Há uma função adaptativa para a mudança? (1972[1965]: 268).

Separa três problemas que, conjuntamente, atuam e servem para responder às questões colocadas anteriormente:

- 1) o problema da *transição*;
- 2) o problema do *encaixamento*;
- 3) o problema da *avaliação*.

Da p. 272 à 277, historia Labov a centralização do ditongo [aw] em Martha's Vineyard. Da p. 277 à 285 historia o alçamento de [oh] na cidade de Nova York.

Por fim, da p. 285 à 288, apresenta os *mecanismos da mudança fônica*, que apresentarei de maneira sintética:

- 1 A mudança fônica se origina em um subgrupo restrito da comunidade de fala. No início, a forma que começa a mudar é frequentemente um marcador regional e tem uma distribuição irregular na comunidade;
- 2 As mudanças começam como generalizações da forma linguística para membros do subgrupo, abaixo do nível de consciência dos falantes. A variável é um indicador, como função de membro do grupo;

3 Gerações sucessivas levam a variável adiante no processo de mudança, para além do modelo estabelecido por seus pais; nesse estágio, pode-se dizer que há uma hipercorreção abaixo do nível de consciência. A variável é definida como função de membro do grupo e do nível de idade;

4 A mudança é adotada por outros grupos; a função de membro do grupo é agora redefinida em estágios sucessivos;

5 Os limites da expansão da mudança fônica são os limites da comunidade de fala, que se define como um grupo que possui um conjunto de valores em relação à linguagem;

6 Quando a mudança fônica atinge os limites de sua expansão, a variável se torna uma norma da comunidade e, agora, é um *marcador*, uma vez que começa a apresentar variação estilística;

7 O movimento da variável no sistema linguístico leva a reajustes na distribuição de outros elementos no espaço fonológico;

8 Esses reajustes levam a novas mudanças, associadas à primeira ou original. Contudo, outros subgrupos que entram na comunidade adotam a mudança mais antiga e tratam as mais novas como estágio 1.

Explica Labov que os estágios 1 a 8 apresentados tratam de mudanças abaixo do nível de consciência e os estágios 9 a 13, a seguir, de mudanças acima do nível de consciência:

9 Se o grupo no qual a mudança se origina é de *status* alto na comunidade, estigmatiza as formas que mudam pelo controle de várias instituições;

10 Essa estigmatização, iniciada acima do nível de consciência, apresenta correções esporádicas e irregulares em relação ao modelo de prestígio, que é agora o modelo que os falantes se ouvem usando no audiomonitoramento da fala. A variável apresenta estratificação estilística e social regular.

11 Se o modelo de prestígio não corresponde à forma como falam outros grupos, esses grupos apresentarão um segundo tipo de hipercorreção: mudando na sua fala cuidada a forma censurada pelo grupo de prestígio. Pode-se chamar esse estágio de hipercorreção acima do nível de consciência;

12 Sob extrema estigmatização, a forma pode tornar-se objeto de comentários sociais e eventualmente pode desaparecer. Neste caso já é um *estereótipo*, que se distancia das formas realmente usadas na comunidade;

13 Se a mudança se origina no grupo de alto *status*, torna-se modelo para todos os membros da comunidade, sobretudo na fala cuidada na proporção do contato entre os que usam o modelo prestigiado e terá menos efeito na fala casual (1972[1965]: 285-287).

Labov conclui afirmando que tentou apresentar argumentos e não apenas catalogar mudanças fônicas, uma vez que se baseou em um vasto *corpus*

de dados e que espera que novas pesquisas modifiquem o que esboçou, mas que suas pesquisas se fundamentam em dados de comunidades de fala.

R. Anttila em *Historical and Comparative Linguistics* (1989[1972]), no capítulo 9, "Why Does Language Change? Linguistics and Social Factors" (p. 178-204), defende a seguinte posição:

Usualmente se fala de causas externas e internas da mudança. São pólos extremos ... é difícil traçar uma linha que separe o começo e o fim [da mudança]. A língua é tão integrada com a comunidade de fala que se tem de olhar nas gramáticas do indivíduo falante, os chamados idioletos. A mudança semântica se deve à "mudança nas coisas" que parece ter por causa fatores externos ... Outras mudanças estão conectadas a fatores linguísticos (p. 180).

Examina Anttila o "Princípio: um significado, uma forma" (p. 181-186); a "Balança articulatória" (p. 186-187); "Tendências, estatísticas, universais e frequência" (p. 187-188); "Mudança fônica e indexicalidade" (p. 189-193); "Mudança e contexto social" (p. 193); "Teleologia da mudança" (p. 193-194); "Mudança fônica e aprendizagem linguística" (p. 194-195); "Regras, mudanças fônicas e iconicidade" (p. 195-196); "Abdução, aprendizagem da língua e mudança" (p. 196-202) e conclui:

Quando nos voltamos para os métodos históricos, devemos nos lembrar de que nós os pressionamos para além do ponto em que os falantes param, porque estamos aprendendo a apreender a história... Os aprendizes das línguas são na verdade, até certo ponto, máquinas de reconstrução interna e máquinas do método comparativo. É tarefa do linguista, especialmente na sincronia, descobrir onde os falantes param de usar seus métodos (p. 203).

Estou de pleno acordo com Anttila, quando diz que aqueles que fazem linguística histórica estão buscando "apreender a história". Anttila não opta pelos fatores internos ou externos, mas apresenta várias formas de ver por que as línguas mudam.

T. Bynon, em *Historical Linguistics*, livro de 1977, trata na primeira parte de "Modelos para o desenvolvimento das línguas" (p. 17-75); do "Modelo estruturalista da evolução das línguas" (p. 76-107); do "Modelo transformacional da evolução linguística" (p. 108-170). Na segunda parte, das "Línguas em contato" (p. 171-197); da "Motivação social da mudança linguística" (p. 198-215); do "contato entre línguas" (p. 216-261) e, por fim, de "Língua e pré-história" (p. 262-280).

No capítulo "Motivação social da mudança linguística", Bynon se concentra, como não poderia deixar de ser, em Labov. Exemplifica com o estudo de Labov sobre as variações no inglês da cidade de Nova York (p. 199-204). Continua com Labov no subitem "O reflexo sincrônico na mudança histórica" (p. 204-213) e no sub-item "O mecanismo da mudança linguística" (p. 213-215) continua, seguindo a teoria laboviana. E conclui:

Tudo sugere que a heterogeneidade é, em si, uma constante fonte de mudança e que, no nível fonológico, pelo menos, uma grande quantidade de mudanças parecem ter uma motivação social (p. 215).

Contudo, destaca Bynon que forças internas têm um potencial criativo considerável. Por estar escrevendo um livro geral sobre a linguística histórica, ela não opta por nenhum modelo, nem pelo poder explanatório de cada um deles.

S. Romaine em *Socio-Historical Linguistics: its Status and Methodology*, de 1982, reimpresso em 1985, no capítulo 9, "Sobre o status epistemológico da teoria sociolinguística" (p. 240-289), trata no item 9.2.2 da "Dimensão social da mudança linguística".

Nesse capítulo, critica Labov 1966, livro em que o autor estuda o inglês da cidade de Nova York, da seguinte forma:

Embora as mudanças não pareçam ser unidirecionais, i. e., das classes superiores para as inferiores... As mudanças se originam antes no interior do sistema que na periferia (p. 263).

E, mais adiante, toma posição:

No contexto do aumento numeroso dos estudos sociolinguísticos, levados adiante em outras situações, a idéia de que a comunidade de fala pode mover-se como um todo em determinada direção, como sugere Labov, parece ser muito simplista (p. 267).

Concorda com D. Bickerton, que, no artigo "The Chimera of Context" (1973), rejeita o paradigma quantitativo como base adequada para uma teoria sociolinguística, embora ele carregue a força da evidência empírica e conclui o subitem, "A dimensão social da mudança linguística": "Ambos os paradigmas, o quantitativo e o dinâmico, permanecem com fundamentos epistemológicos instáveis, no que se refere a suas buscas empíricas" (p. 275).

S. Romaine continua sua crítica a Labov: no item 9.3.1, "Sobre os fundamentos empíricos de uma teoria sociolinguística", destaca:

Sua filosofia positivista está aparente na sua má compreensão da noção de probabilidade e do papel da probabilidade em afirmações na linguística ou na ciência empírica em geral (p. 277).

Na parte final do seu livro, Romaine se encaminha para um nível epistemológico que foge a nosso foco aqui.

H. Schendl, no pequeno e didático livro *Historical Linguistics*, de 2001, no capítulo 7, "Como e por que as línguas mudam" (p. 67-85), considera que há três tipos gerais de explicações para a mudança linguística:

- (i) *explicações funcionais*, como a de A. Martinet;
- (ii) *explicações psicológicas*, que se concentram em processos cognitivos e psicolinguísticos, que se processam na mente do falante, como a teoria gerativista da mudança;
- (iii) *explicações sociolinguísticas*, que buscam razões para a mudança no papel dos falantes como seres sociais (cf. p. 67-68).

Nas *explicações sociolinguísticas*, foco deste item, diz Schendl de Labov: Embora o principal interesse de Labov esteja na dimensão social da mudança linguística no inglês contemporâneo da América, está ele interessado nas propriedades gerais da mudança linguística (2001: 72).

Schendl apresenta sinteticamente a teoria laboviana (p. 72-80). À p. 76, destaca o fato de a teoria de Labov ser uma "macrosociolinguística", que olha a sociedade como um todo. Considera Schendl que uma abordagem alternativa é a da "microsociolinguística", que observa as redes sociais em que os falantes vivem e se comunicam.

Destaca então a pesquisa dos sociolinguistas ingleses L. Milroy e J. Milroy, que, em Belfast, observaram que as comunidades de fala na classe operária têm mostrado que a mudança linguística depende de fatores tais como: a estrutura e a densidade das redes sociais; o *status* do falante na sua própria rede e o grau de contato dos falantes com outros que estão fora da rede social central (cf. p. 76).

Distinguindo "macro" e "microsociolinguística", Schendl apresenta, sem o dizer, uma crítica ao modelo laboviano.

5 NO GERATIVISMO

Se se examinarem os manuais de R. Anttila e de T. Bynon, cujas primeiras edições são, respectivamente, de 1972 e de 1977, vê-se que, quando tratam da mudança na teoria gerativa, ainda seguem o modelo padrão de

Chomsky, 1965. Já Schendl (2001), no item "Psycholinguistic Explanations: Language Acquisition" do capítulo 7 de seu manual, mostra que já considera modelos recentes gerativistas quando expressa:

Em anos recentes, teorias gerativas têm cada vez mais focalizado a mudança sintática... Embora as crianças tendam a construir gramáticas ótimas, por meio de sua faculdade inata, suas hipóteses podem ser desviadas das gramáticas dos falantes adultos em certos aspectos menores. No curso do tempo, contudo, esses desvios menores se tornam bastante complexos para serem facilmente apreensíveis pela criança. Nesse ponto, uma reestruturação abrupta e fundamental pode ocorrer, o que resulta em uma análise diferente, havendo então uma mudança na gramática subjacente. Um aspecto essencial desse ponto de vista é que a mudança sintática é autônoma, isto é, ocorre independentemente de outros fatores intra e extralinguísticos... temos contudo evidência empírica de que a mudança linguística em geral e a sintática, em particular, não se restringem à aquisição da língua, mas também ocorrem em falantes adultos (2001: 70-71).

No gerativismo sintático diacrônico, a questão da *causa* da mudança decorre de uma busca de uma teoria explanatória para a mudança. D. Lightfoot, por exemplo, em vários artigos, critica propostas teóricas de mudança que se julgam explanatórias, como, por exemplo, as que defendem a direcionalidade para a mudança; as teorias teleológicas, que afirmam que a mudança cumpre uma finalidade, e as analógicas. Tais teorias, para o autor, não alcançam o nível explanatório, muito menos preditivo que, na sua visão teórica, é o objetivo maior de qualquer ciência. Em artigo de 1980, "Explaining Syntactic Change", admite que há *mudanças necessárias*, decorrentes da opacidade da gramática que desencadeiam reanálises, que levarão à reestruturação para recuperar a transparência necessária ao aprendiz que vai adquirir a sua língua materna. Essas reanálises são terapêuticas porque vão

... resolvendo opacidades ofensivas e gerando novo *output* próximo bastante do *output* anterior para permitir compreensão mútua em gerações adjacentes. Tais limitações à reanálise procedem da natureza do contexto da aquisição linguística (1980: 227).

Admite D. Lightfoot que um conceito como o da compreensibilidade intuitiva e não formal serve para impor limites altamente restritivos nas classes de mudança possíveis. E, à semelhança do modelo de evolução biológica, admite o *acaso* como fator de mudança, reconhecendo, contudo, que as mudanças podem ficar sem explicação. As mudanças devidas ao acaso decor-

rem de fatores pragmáticos, de natureza estilística ou de contexto de falantes com outras línguas.

Vale lembrar que o conceito-chave de *opacidade*, do artigo de 1980, tem a ver com a complexidade derivacional que relaciona as estruturas de base às suas manifestações superficiais. Em trabalhos posteriores, D. Lightfoot já opera com o conceito de mudança de parâmetro, para o que antes interpreta como reanálise. Veja-se, por exemplo, o seu trabalho de 1988, "Syntactic Change", à p. 132. Acompanha assim Lightfoot as reformulações gerativistas na busca da GU (= 'gramática universal'), que será constituída de princípios universais e parâmetros genotípicos relevantes para o desenvolvimento das gramáticas na criança, sendo também a gramática, numa segunda aceção, a representação da capacidade linguística do indivíduo na maturidade. Admite Lightfoot que a mudança de parâmetro pode ser observada na história documentada de uma língua e ressalta que a transição de um parâmetro para outro, surpreendentemente, pode ser seguida na documentação histórica, veja-se o seu trabalho de 1988, à p. 310.

Os caminhos da sintaxe diacrônica dos gerativistas da atualidade conduzem, a integrar a mudança no modelo da teoria da gramática (= "theory of grammar").

No livro de 1999, *The Development of Language: Acquisition, Change and Evolution*, no capítulo 4, "Gradualism and Catastrophes", ainda sob o modelo de princípios e parâmetros, Lightfoot vai tratar da mudança sintática, adotando uma noção biológica de gramática. Para ele um velho debate sob novo ângulo:

O debate concerne à questão de se a mudança linguística é gradual ou catastrófica... Alguns biólogos acreditam que as espécies evoluem gradual ou abruptamente. Os biólogos, certamente, tratam de mudanças genotípicas, enquanto nós tratamos como fenótipo, a mudança em gramáticas (1999: 82).

Admite que a mudança linguística, em certos aspectos, é gradual, mas de tempos em tempos, podem ocorrer mudanças *abruptas*, *catastróficas*.

Quanto ao *gradualismo*, diz ele que depende da unidade da análise. Quanto à mudança *abrupta*, exemplifica com a mudança paramétrica da ordem, como a perda da ordem V2 nos dialetos ingleses no norte (cf. p. 83). Mais adiante, afirma que a fala de uma pessoa mudar não significa que sua

gramática mudou (cf. p. 84). Chama a atenção para o fato de os textos sugerirem que a mudança é gradual, mas que algumas mudanças realmente progredem gradualmente. Conclui, afirmando:

É de supor que há restrições formais na maneira em que gramáticas adjacentes podem diferir, e essas restrições formais constituirão uma teoria da mudança, independentemente de uma teoria da gramática (1999: 85).

Esta posição de Lightfoot (1999), como se viu, difere da sua posição em 1988: ele separa a teoria da mudança da teoria da gramática.

Quanto às mudanças abruptas ou catastróficas, distinguem-se das graduais no sentido de que ocorrem aos solavancos, enquanto as graduais envolvem alguma mudança no estabelecimento estrutural do parâmetro (cf. p. 88).

Lightfoot segue a teoria da catástrofe do matemático francês R. Thom, que buscou fornecer um modelo para várias formas de processos descontínuos, como, por exemplo, o da temperatura da água, que, catastróficamente, se transforma em gelo quando a temperatura atinge 0°C: de água para gelo a transição é súbita. Quanto à mudança na gramática, diz: "Para nós, 'catástrofes' são discrepâncias que encontramos de tempos em tempos entre o *input* e o *output* que gera a gramática da criança madura" (1999: 89).

No item 4.7, "Mudança paramétrica", Lightfoot diz com clareza:

Mudanças algumas vezes acontecem "catastróficamente" e gramáticas mudam abruptamente. Em alguns pontos, mudanças dramáticas acontecem simultaneamente. É natural tentar interpretar uma cascata de mudanças em termos do estabelecimento de um novo parâmetro que, por vezes, tem uma grande variedade de efeitos... Mudanças catastróficas, que resultam no estabelecimento de um novo parâmetro, não muito diferentes das mudanças que ocorrem aos poucos, de maneira gradual e caótica, que afetam constantemente o entorno linguístico (1999: 105).

Vimos, na parte II deste livro, as mudanças sintáticas que ocorreram, segundo F. Tarallo (1993), na passagem do século XIX para o XX no português brasileiro: de sujeito nulo para sujeito preenchido; apagamento do objeto direto; apagamento de preposições no objeto indireto. Mudanças que resultaram no enrijecimento da ordem, tornando o português brasileiro vernáculo uma língua do tipo SVO.

Quanto às mudanças graduais, vimos, na parte I deste livro, que era um ponto de vista defendido pelos neogramáticos, logo recusado pelos que defendiam a difusão da mudança fônica pelo léxico da língua.

D. Lightfoot no 10º capítulo de seu livro, "Uma ciência da história", afirma:

A perspectiva "caótica" também tem leis e permite dedução de predições; é a clássica perspectiva determinística. Mas se deve prestar mais atenção às contingências não preditivas; os sistemas são mais sensíveis a fatores contingentes e que as predições podem ser apenas de curta duração (1999: 254).

Assim, Lightfoot admite a existência de mudanças previsíveis, mas admite mudanças contingenciais. Conclui seu livro como segue:

Os linguistas se tornaram mais sábios quando tomaram consciência de que não há leis históricas para prever o futuro, ou seja, o desenvolvimento de longa duração das línguas, mas que com um tipo correto de teoria da variação e da aquisição podem-se compreender mudanças particulares e explicar como elas aconteceram (1999: 268).

Roger Lass

No capítulo 5 do seu livro *On Explaining Language Change* (1980), Lass defende que a linguística histórica, como qualquer disciplina histórica, por tratar de realidades humanas, não pode fazer inferências dedutivas, porque na história o contingente é mais forte que o necessário. Defende Lass a *estratégia múltipla*, ou seja, uma situação linguística qualquer que seja pode mudar não em uma, mas em várias direções. Não é que qualquer coisa possa acontecer em qualquer lugar; há certas restrições sobre o que pode ocorrer em certas situações, mas o que vai acontecer não é totalmente previsível, porque, entre as possibilidades de mudança, está também presente o que chama de *estratégia nula*, ou seja, não ocorrer nenhuma mudança. Lass defende que nas disciplinas de natureza histórica não se pode "explicar", mas antes "interpretar", defende que essas disciplinas, como a linguística histórica, são "ars interpretandi", ou seja, uma "arte da interpretação".

Em "Explanação e ontologia", último capítulo de seu livro de 1997, *Historical Linguistics and Language Change* (p. 325-390), à p. 327, Lass classifica as "explanações" em:

- 1 Explanações causais: x é explicado se conhecemos as "leis da natureza"; são explicações preditivas;
- 2 Explanações funcionais: x é explicado se conhecemos a finalidade a que serve algum sistema;

3 Explanções genéticas ou históricas: x é explicado se conhecemos um estágio temporalmente anterior que conduz (contingencialmente-ou-regido por leis) a x;

4 Explanções racionais: x é explicado se conhecemos as "razões" que algum agente racional deve ter para fazer x.

Para Lass, a forma mais forte de explanção é a dedutivo-nomológica, que reconstrói uma instância válida de dedução lógica. Para ele, esse tipo de explanção é irrelevante para a mudança linguística, porque a história é um domínio contingente e não há "leis" que possam explicá-la. Explanções probabilísticas podem ser aplicadas, no sentido de "tendências" ou "assemblados", mas são insatisfatórias.

Cogita o autor:

Se as línguas como objetos históricos são, na verdade, sistemas dependentes de condições iniciais, então a predição em nível micro é impossível, já que as condições iniciais são, em princípio, desconhecidas ou não especificadas com o grau de precisão requerido (1997: 339).

Remetendo o leitor a seu livro de 1980, diz que ali concluiu que a mudança linguística é, em princípio, inexplicável em qualquer sentido epistemológico satisfatório (cf. p. 332).

Afirma R. Lass, com toda procedência, que os domínios da natureza inanimada e da cultura humana são, no fundo, incomensuráveis. A busca de uma explanção nomotético-dedutiva para as "ações humanas" equivale a buscar uma interpretação hermenêutica para as interações moleculares; a explanção nas ciências históricas é de natureza diferente do que ocorre nas ciências naturais. Cita P. du Preez no livro de 1991, *A Science of Mind: the Quest for Psychological Reality* que, à p. 150, diz, ao tratar da psicanálise, como um caso paradigmático de disciplina hermenêutica:

A explanção de qualquer evento real é uma longa narrativa sobre circunstâncias... Não combina com o formato hipotético-dedutivo. Assim, é como na história, que também tem suas generalizações, é explanatória, e tenta descobrir as origens de acontecimentos em circunstâncias, mas não pode ser preditiva (1997: 333).

Para Lass, os tipos de explanções positivistas, apesar de seu caráter atraente, certamente desconstroem a natureza complexa dos domínios históricos. Lass sugere uma perspectiva determinística insustentável no que se refere à ação humana: ele não acredita que a mudança linguística seja o

- Para os funcionalistas, embora eles não teorizem sobre as "causas" da mudança, ao ler Lass vê-se que ele considera implausíveis as explicações funcionalistas, mas elas são úteis para contextos bem definidos;
- Vale recordar aqui a já antiga interpretação de Coseriu (1959), que ilumina uma distinção conceitual básica entre "causa" e "condição" das mudanças. Distingue Coseriu a "causa universal", de natureza racional, que está no ser das línguas, das "causas gerais" e das "particulares". Estas, para ele, não são causas, mas "condições permissivas" gerais ou de línguas específicas que favorecem determináveis mudanças nas línguas, datáveis e localizáveis.
- Por fim, retomo Lass que, com clareza, no seu livro de 1980, considera que a linguística histórica, como todas as disciplinas históricas, desenvolve uma "arte da interpretação" ou *ars interpretandi*, devido à complexidade das línguas e aos múltiplos fatores envolvidos na mudança linguística.

Para fechar, não se pode deixar de verificar que a questão desta parte III tem tudo a ver com o que as diferentes escolas e teorias entendem por "explicação" ou "explicação" em ciência, estando, portanto, o problema diretamente ligado à epistemologia científica. Contudo, é um problema que persiste desde a formulação oitocentista das leis fonéticas do tipo *post hoc propter hoc*.

Encerto com as palavras do historiador medievalista, José Mattoso, que, no seu livro *A escrita da história: teoria e métodos*, diz na apresentação:

Prefiro, embora reconheça as contradições e a heterogeneidade do real ou do comportamento humano, tentar descobrir, por detrás delas, as harmonias resultantes dessa espécie de fantástica simfonia que é a história, feita da incommensurável mistura de elementos de toda espécie, tão dispersos e contraditórios como a própria vida, mas de cuja rede infinitamente complexa é fascinante procurar os eixos e os encontros e desencontros, os paralelismos e as divergências. As secretas regras da composição não se poderão reduzir, nunca, creio, a nenhum sistema totalmente válido, a nenhuma gramática definitiva, mas procurá-los e dizer o que julguei descobrir é tão apaixonante como o prazer de viver (1988: 10).

Foi esse fascínio e essa paixão que me levou à linguística histórica e a escrever este livro. Espero que tenha podido transmitir a outros, sobretudo jovens, tal fascínio e tal paixão: "Ouvir o inaudível".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABADE, C. M. de Souza. *Três campos lexicais no vocabulário de 'Livro de cozinha da Infanta D. Maria'*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1998. Mestrado.
- ALBUQUERQUE, M. & NUNES, E. B. *Ordenações del rei Dom Duarte*. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1988.
- ALLEN JR. J. H. D. *Two Old Versions of the Life of Saint Alexis*. *Códices alcobacenses* 36 e 266. Urbana: The University of Illinois Press, 1953.
- ALMEIDA, A. A. D. *Vocabulário onomasiológico do cancioneiro satírico de Afonso Eanes de Coiton*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2000. Mestrado.
- ALVAR, M. & POTTIER, B. *Morfologia histórica del español*. Madrid: Gredos, 1987.
- ALVES DIAS, J. J. *Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte: livro da Cartuxa*. Edição diplomática. Lisboa: Olimpio, 1982.
- ANDRADE, C. D. de. *O lutador, in Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1988.
- ANDRADE, N. *Onde observado na modalidade escrita de um dialeto brasileiro, in FERREIRA, C. et alii (orgs.). Diversidade do português do Brasil: estudos de dialetologia rural e outros*. Salvador: CED UFBA, 1988, p.185-192.
- AUGUSTO, M. & GUIMARÃES, M. O. sujeito, in MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *A 'Carta de Caminha': testemunho de 1500*. Salvador: UFBA / UFEFS / CNPQ / EGBA, 1996, p. 68-83.
- AULER, M. (1992) A difusão lexical num fenômeno de aspiração do português. *Revista de Estudo da Linguagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, n.º 1, p. 43-52.
- AZEREDO, J. C. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- AZEVEDO, M. L. S. Marques de. *Toponímia moçárabe em Portugal*. 2 v. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1994. Licenciatura.
- BALDINGER, K. *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Madrid: Editorial Gredos, 1963 [1958].
- BALDINGER, K. *Semasiologia e onomasiologia*. *Alfa*, v. 9. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1966, p.7-36.
- BANZA, A. P. & GARVÃO, H. *As formas verbais em documentação notarial do século XIII — alguns aspectos*. *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: 1997, p. 31-37.
- BARRETO, T. M. de Mello & OLINDA, S. R. Magalhães de. *Perseguindo as conjunções, in MATTOS E SILVA, R. V. (org.). A 'Carta de Caminha': testemunho de 1500*. Salvador: UFBA / UFEFS / CNPQ / EGBA, 1996, p. 135-148.

- BARRETO, T. M. de Mello. *Conjunções: aspectos da sua constituição e do seu funcionamento na história do português*. Salvador: Mestrado em Letras, 1992.
- BARRETO, T. M. de Mello. Estruturas relativas, in MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *A 'Carta de Caminha': testemunho de 1500*. Salvador: UFBA / UFEFS / CNPQ / EGBA, 1996, p. 149-162.
- BARRETO, T. M. de Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1999. Doutorado.
- BARRETO, T. M. de Mello. Observações sobre as conjunções no século XVI, in MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA / UFEFS, 2002, p. 161-193.
- BARRETO, T. M. de Mello. Predicados e argumentos, in MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *A 'Carta de Caminha': testemunho de 1500*. Salvador: UFBA / UFEFS / CNPQ / EGBA, 1996, p. 117-148.
- BARRETO, T. M. de Mello (2004). Espaço de estudo multisistêmico do item conjuncional 'conforme', in COSTA, S. B. Borba, MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, p. 13-30.
- BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor de nossa linguagem, diálogo da vitiosa vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por M. L. C. Buescu. 1539-1540 [1971].
- BARROS, A. A. adoção de participios fortes por verbos da 1ª conjugação. *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2002, p. 53-67.
- BECHARA, E. As fases da língua portuguesa escrita, in KREMER, D. *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de philologie romanes*: Tübingen: Max Niemeyer, 1991, p. 68-76.
- BENVENISTE, É. (1979) *Problemas de linguística geral*. v. 1. Trad.: M^o da G. Novah e L. Néri e supervisão de I. N. Salum. São Paulo: EDUSP/Companhia Editora Nacional.
- _____. (1995) *O vocabulário das instituições indoeuropeias*. 2 vols. Campinas: Pontes.
- _____. (1989) *Problemas de linguística geral II*. Trad.: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes.
- BERARDINELLI, C. *Auto de Vicente Aires Joetra: reprodução facsimilar das duas versões quinhentistas, introdução, leitura crítica anotada e índice de palavras*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e Cultura, 1963.
- BERLINCK, R. (1989) A construção VSN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem, in TARALLO, F.
- BIDERMAN, M^o T. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BITTENCOURT, V. de O. 'U' e 'onde' nas Cantigas de Santa Maria: caminhos de gramaticalização e de discursivização. *Anais do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Belo Horizonte: PUC/ABREM/FAPEMIG/CNPQ, 2003.
- BONFIM, E. do R. Monteiro. Variação e mudança no português arcaico: o caso de 'u' e de 'onde'. *Palavra*, 1. Rio de Janeiro: 1993, p. 96-119.
- BOPP, F. *Über das Conjugationssystem der sanskritsprache in vergleichung mit jenen der griechischen, lateinischen, persischen and germanischen sprache*, 1816 [trad. franc.: *Grammaire comparée des langues indo-européennes*. Paris: Imprimerie Nationale, 1963].
- BORGES, C. L. As terminações -ô, -ã, -ão, in MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *A 'Carta de Caminha': testemunho de 1500*. Salvador: UFBA/UEFS/CNPQ/EGBA, 1996.
- BORGES NETO, J. A. incomensurabilidade e a "incompatibilização" de teorias, in *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 195-216.

- BRAGA, M^o L., Variações discursivas sob a perspectiva da teoria da variação, in MOLLICA, M^o C. e BRAGA, M^o L. (org) *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, p. 101-116.
- BRÉA, M. (coord.). *Litica profana galego-portuguesa. Corpus completo das cantigas medievais, com estudo biográfico, análise retórica e bibliografia específica*. 2 vols. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñero para a Investigación en Humanidades, 1996.
- BROCARD, T. *Cronica de D. Pedro de Menezes*. Edição e estudo, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BUESCU, M^o L. C. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- CAETANO, M^o do C. Análise de algumas mudanças do sistema sufixal nominal do português. *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2002, p. 91-95.
- CALLOU, D. (1987). *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão-Livraria Editora, 1975.
- CAMBRALIA, C. N. O *Itiro de Isaac: edição e glossário*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. Doutorado.
- _____. *Sobre as origens de 'onde' na língua portuguesa*, in COHEN, M^o A. & RAMOS, J. (orgs.). *Dialeto mineiro e outras falas: estudos de variação e mudança linguística*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002, p. 41-66.
- CARBONEL PICO, M^o A. T. *A terminologia nasal portuguesa anterior a 1460*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1963.
- CARDEIRA, E. & FERNANDES, M^o A. Aspectos do português algarvio na transição do século XIV para o XV. *Actas do XII Congresso da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 1997, p. 55-68.
- CARDEIRA, E. M^o da C. M. *A língua portuguesa na primeira metade do século XV: elementos para uma caracterização do português médio*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. Doutorado.
- _____. *Alguns dados sobre o sistema de sibilantes do português*, in CASTRO, I. & DUARTE, I. (orgs.). *Razões e emoções: miscelânea em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 129-145.
- CARNEIRO, Z. N. *Verbos de padrão especial no século XVI*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1996. Mestrado.
- _____. *Verbos de padrão especial no século XVI*, in MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002, p. 307-349.
- CARVALHO, J. B. de. La quantité en portugais: reformulation d'une vieille hypothèse, in PEREIRA, C. & PEREIRA, P. R. (orgs.). *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários 'in memoriam' a Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 103-114.
- CARVALHO, J. H. de. As orações de gerúndio no galego-português: ensaio linguístico-contrastivo. *Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica*, vol. VI. La Coruña: Fundação Pedro Barrié de la Maza, 1989, p. 317-325.
- _____. *Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego*, in CASTRO, I. (org.). *Curso de história da língua portuguesa*, vol. 2. *Leituras complementares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991 [1973], p. 259-270.
- _____. Nota sobre o vocalismo antigo do português: valor dos grafemas e e e o em sílabas átonas. *Estudos Linguísticos*, vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, 1962 [1984].

- CARVALHO, M^a J. Cronologia(s) da substituição da terminação parcial *-udo* por *-ido* no português medieval (séc. XIII — XIV). *Revista Portuguesa de Filologia*, XXIII, 1999-2000, p. 381-409.
- . *Do português arcaico ao português moderno. Contributos para uma nova proposta de periodização*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996. Mestrado.
- CASTILHO, A. de. Diacronia dos preposições do eixo transversal no português brasileiro, in: **GRU, L. et alii** (orgs.). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-47.
- . A gramaticalização. *Revistas Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador, 19 (1997):25-63.
- CASTRO, I. A elaboração da língua portuguesa no tempo do Infante D. Pedro. *Bíblis*, v. LXIX. Coimbra: 1993, p.97-106.
- . *O livro de José de Arimatéia*. Estudo e edição do cód. 643. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1984. Doutoramento.
- . O português médio segundo Cintra, in: **FARIA, I.** (org.). *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos/FLUL, 1999, p. 366-369.
- . O retorno à filologia, in: **PEREIRA, C.; PEREIRA, P.** (orgs.). *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários 'in memoriam' a Cêso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 511-520.
- . Para uma caracterização do português clássico, in: **DUARTE, I. & LEIRIA, I.** (eds.). *Actas do Congresso Internacional sobre o português*. Lisboa: Edições Colibri/APL, 1996, p. 135-150.
- CASTRO, I. (ed.). *Sete ensaios sobre a obra de J. M. Piel*. Lisboa: Publicações do Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, 1988.
- CASTRO, I. et alii. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CASTRO, I. et alii. *Vidas de santos de um manuscrito alcobacense. Revista Lusitana (Nova Série)*, 4. Lisboa: 1984-1985, p. 5-52.
- CASTRO, M^a H. L. de. *Dom Duarte. Leal conselheiro*. Edição crítica. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- CATACH, N. *La ponctuation (histoire et système)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- CEPEDA, I. V. *A linguagem da 'Imitação de Cristo'*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1962.
- . *Vidas e paixões dos apóstolos*. Edição crítica e estudo. Lisboa: Instituto de Investigação Científica/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1982-1984.
- CHACOTTO, L. (1996). Predicados nominais com "fazer" no português medieval. *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, p. 69-77.
- CHOMSKY, N. *The Generative Enterprise*. Dordrecht: Foris Publication, 1985.
- CINTRA, L. F. L. "Tu" e "vós" como formas de tratamento de Deus, em orações e na poesia em língua portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III^a série, n^o 13: 4 a 36, 1971.
- . *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo: seu confronto com a dos foros dos Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres, Usagre. Contribuição para o estudo do leonês antigo e galego-português do séc. XIII*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1959.
- . (1999 [1963]). Les anciens textes portugais non-littéraires : classement et bibliographie, in: **FARIA, I.** (org.). *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Cosmos/Faculdade de Letras, p. 199-215.
- . *Crônica Geral de Espanha de 1344: edição crítica do texto português*. 4 vols. Lisboa: Academia Portuguesa de História (vol.1) / IN-CM (vols. 2, 3 e 4), 1951-1990.
- . Les anciens textes non-littéraires. Classement et bibliographie. *Révue de Linguistique Romane*, vol. 27. Paris: 1963a, p. 40-58.
- . *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre: Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1959.

- . Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. *Boletim de Filologia*, XXII (1 e 2). 1971, p. 81-116.
- . Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non-littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII^e siècle. *Révue de Linguistique Romane*, vol. 17. Paris: 1963b, p. 59-77.
- . Sobre o mais antigo texto não-literário português: a Notícia de Torto (leitura crítica, data, lugar de redação e comentário linguístico). *Boletim de Filologia*, XXI: 21-77, 1990.
- . Áreas lexicais no território português, in: **CINTRA, L. F. L.** (org.). *Estudos de dialetologia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1983 [1965], p.55-94.
- COELHO, J. S. B. *Aspectos morfológicos do português arcaico: a sufixação nos sécs. XIII-XIV*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2001. Mestrado.
- COLLART, J. *Histoire de la langue latine*. Paris: PUF, 1980.
- CORTESÃO, J. *A carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugal Editora, 1967 [1942].
- COSERIU, E. *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira (1536)*. Trad.: M^a C. de M. Maia, revista pelo autor. Rio de Janeiro: Presença, 1991.
- . Para uma semântica diacrônica estrutural, in: *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Gredos, 1977.
- . *Sincronia, diacronia e história*. Trad.: C. A. de Fonseca e M. Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- COSTA, I. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo, in: **MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L.** (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA / UEFS, 2002, p. 283-306.
- COSTA, P. C. *Usos do mais que perfeito e sua substituição pelo tempo composto em textos representativos do português arcaico*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2002. Mestrado.
- COSTA, A. de J. Os mais antigos documentos escritos em português: revisão de um problema histórico-linguístico. *Revista Portuguesa de História*, T. XVII. Lisboa: 1979, p. 263-340. Serapaia.
- COSTA, S. B. (2003) *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de pós-graduação em Letras e linguística. Inédita.
- . Adverbiais na 'Crônica de D. Pedro'. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, 19. Salvador: 1997, p. 199-239.
- . Adverbiais portugueses no século XVI, in: **MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L.** (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA / UEFS, 2002, p. 195-215.
- . Espaço e tempo em adverbiais portugueses quinhentistas, in: **COSTA, S. B. & MACHADO FILHO, A. V. L.** (orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004, p. 47-66.
- . Adverbiais, in: **MATTOS E SILVA, R. V.** (org.). *A 'Carta de Caminha': testemunho de 1500*. Salvador: UFBA/UEFS/CNPQ/EGBA, 1996, p. 239-251.
- COUTINHO, I. de L. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962 [1941].
- CRISPIM, M^a de L. Arrigos definidos e demonstrativos num corpus do séc. XIII. *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 1994, p. 79-90.
- . *O livro das três virtudes: a ensinância das damas: edição crítica*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.
- CRUZEIRO, M^a E. *Os processos de intensificação no português do século XIII ao XV*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1973.

- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____. *Índice do vocabulário do português medieval*, vol. 1 (letra A); vol. 2 (letras B e C). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986-1988.
- _____. *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*. Fascículo-amostra. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.
- CUNHA, C. F. da. *Cancioneiros dos trovadores do mar*. Edição preparada por E. Gonçalves. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- _____. *Estudos de poética trovadoresca: versificação e ecclética*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.
- CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrónico*. Londrina: EDUEL, 1997.
- D'ANDRADE, E. A. classificação das vogais e a diacronia. *Boletim de Filologia*, XXV (1-4), 1979, pp. 21-25.
- DIAS, D. Os nomes de Caminha para as cartas do Brasil, in MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *A 'Carta de Caminha': testemunho linguístico de 1500*. Salvador: EDUFBA/UEFS/CNPQ/EGBA, 1996.
- DIAS, E. da S. *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1959.
- DILLINGER, M. Forma e função na linguística, D.E.L.T.A. São Paulo, v. 7, n. 11(1991): 395-407.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo*. 2 vols. Trad.: Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Ensaio, (1993 [1991]).
- DUARTE, M. E. L. *A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas qu- no português do Brasil*. D.E.L.T.A. 8 (Especial) (1992): 37-52.
- DUBY, G. *A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno*. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1989.
- EMILIANO, A. H. A. Sobre a questão d' "os mais antigos textos escritos em português", in CASTRO, I. & DUARTE, I. (orgs.). *Razões e emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 261-278.
- _____. A língua notarial latina bracarense e reforma gregoriana. *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. 2. Lisboa: APL, 1997, p. 91-109.
- ESTEVEYRE PEREIRA, F. M. *Livro da montaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.
- FARACO, C. A. Bakhtin: A invasão silenciosa e a má leitura, in FARACO, C. A. et alii (orgs.) *Uma introdução a Bakhtin*. Curitiba: Editora Hatier, 1998, p. 19-36.
- _____. *Linguística histórica — Uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FERNANDES, N. L. & CARNEIRO, Z. N. Verbos de padrão especial, in MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *A 'Carta de Caminha': testemunho linguístico de 1500*. Salvador: EDUFBA/UEFS/CNPQ/EGBA, 1996.
- FERNANDEZ GUIADANES, A. et alii. *Cantigas do Mar de Vigo*. Edição crítica das Cantigas de Meandinho, Joham de Cangas e Martin Codose. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñero para a Investigação em Humanidades, 1998.
- FERREIRA, J. de A. *Afonso X. Foro Real: edição, estudo linguístico e glossário*. Lisboa: INIC, 1987.
- FERREIRA, M. P. Relatório preliminar sobre o conteúdo musical do Fragmento Scharrer. *Actas do VI Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, vol. 1. Lisboa: Cosmos, 1991, p. 35-42.
- FERREIRA, M. B. Dialetologia da área galego-portuguesa, in *Atlas da língua portuguesa na história e no mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses/União Latina, 1992, p. 30-37.

- _____. Vestígios do moçárabic em Portugal. *Arqueologia Medieval*, 1, 1992, p. 217-228.
- FERREIRA, P. de S. *Inquirições de D. Dinis: índice e 27 primeiros fólhos*. Edição crítica de um texto medieval notarial português. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1996. Méstrado.
- FERREIRO, M. *Gramática histórica galega*, vol. II. Lexicologia. Santiago de Compostela: Ediciones Latiovento, 1997.
- FILGUEIRA VALVERDE, X. *Estudios sobre lírica medieval. Trabajos dispersos (1925-1987)*. Vigo: Editorial Galaxia, 1992.
- GAFFIOT, F. *Dictionnaire illustré latin-français*. Paris: Librairie Hachette, 1934.
- GARVÃO, M.ª H. I. *Foro de Garvão. Edição e estudo linguístico*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992. Méstrado.
- GECKELER, H. *Semántica estrutural y teoría del campo léxico*. Madrid: Editorial Gredos, 1976.
- GOMES FILHO, A. *Um tratado de cozinha portuguesa do século XV*. Lettura diplomática e modernizada. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1964.
- GONÇALVES, C. A. V. Aférese e prótese: verso e reverso fonológico. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFGM, 1(1992): 65-77.
- GONÇALVES, E. & RAMOS, M.ª A. *A lírica galego-portuguesa (textos escolhidos)*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1983.
- GONÇALVES, S. da S. A natureza do texto como um dos fatores que condicionam o sistema de demonstrativos nos séculos XV e XVI, in MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002, p. 264-281.
- _____. *Demonstrativos, dêiticos e anafóricos: duas sincronias em confronto*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2000. Méstrado.
- GREENBERG, J. Some Universals of Frammar with Particular Reference to the Order of the Meaningful Elements, in *Universals of Language*. Cambridge: MIT Press, 1966, p. 73-113.
- GRYNNER, H. & OMENA, N. P. (2003) A interferência das variáveis semânticas, in MOLLICA, M.ª Cecília e BRAGA, M.ª L. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: O tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, p. 89-100.
- GUERRA, A. Contributos para a análise material e paleográfica do Fragmento Scharrer. *Actas do VI Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, vol. 1. Lisboa: Cosmos, 1991, p. 31-33.
- HALLIG, R. & WARTBURG, W. *Begriffssystem als grundlage fur die Lexicographie*. Berlin: Abhandlungen der Deutschen Akademie der Wissenschaften, 1952.
- HART, T. Notes on sixteenth-Century Portuguese Pronunciation. *Word*, 11 (1955): 404-415.
- _____. The Overseas Dialects as Sources for the History of Portuguese Pronunciation. *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. 1. Lisboa: 1959, p. 261-272.
- HEGER, K. Les bases méthodologiques de l'onomasiologie et du classement par concepts. *Traavaux de linguistique et littérature*, vol. III(1). Strasbourg: Université de Strasbourg, 1965, p. 7-32.
- HOPPER, J. P. (1998) The Parading of the End of Universe, in RAMAT, A. G.; HOPPER, J. P. (orgs.). *The Limits of Grammaticalization*. Amsterdam Philadelphia: John Benjamins, p. 148-157.
- _____. On Some Principles of Grammaticalization, in TRAUOGOTT, E. & HEINE, B. (eds.). *Approaches to Grammaticalization*, vol. 1. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991.
- HOPPER, J. P. & TRAUOGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HORA, D. da (org.). *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. João Pessoa: CNPq/ILAPEC/VALIB.
- HOUAISS, A. *Elementos de bibliologia*, vol. I. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967.

- HUBER, J. *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg: Carl Winters Universitätsbuchhandlung, 1933 (ed. port.: *Gramática do português arcaico*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986).
- JAKOBSON, R. Principles of Historical Phonology, in KEILER A. R. *A Reader in Historical and Comparative Linguistics*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1972 [1931], p. 121-138.
- KABATEK, J. *Tradições discursivas e mudança linguística*. Conferência VI Seminário do Projeto para a história do português brasileiro, Ilha de Itaparica, 2004.
- KATO, M. Apresentação: "Como, o que e por que escavar?". in ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 13-30.
- KATO, M. (1996) Português brasileiro falado em contexto de mudança linguística, in DUARTE, I. e LEIRIA, I. (orgs.) *Actas do Congresso Internacional de Língua Portuguesa*. vol. II Lisboa: Universidade de Lisboa/Colibri, p. 209-237.
- KEILER, A. R. *A Reader in Historical and Comparative Linguistics*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1972.
- KOERNER, C. On Historical Roots of the Philology vs. Linguistic Controversy, in AHLQUISTA, A. (ed.). *Papers from 5th International Conference on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamin, 1982, p. 404-413.
- KREMER, D. Ofícios mecânicos: história e linguística. *Conferência*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1993.
- KROCH, A. (2001) Syntactic change, in BALTIN, M. & COLLINS, C. (orgs.). *Handbook of Syntax*. Cambridge, Mass.: Blackwell, 2001.
- LABOV, W. Where Does the Linguistic Variable Stop? A Response to Beatriz Lavandera. *Working Papers in Sociolinguistics*, n.º 44 (1978).
- _____. On the Use of the Present to Explain the Past, in HELLMAN, I. (org.) *Proceedings of the 11th International Congress of Linguistics*. Bologna: Il Mulino, 1975, p. 825-851.
- _____. On the Mechanism of Linguistic Change, in KEILER, A. R. *A Reader in Historical and Comparative Linguistics*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1972 [1965], p. 267-288.
- _____. *Principles of Linguistic Change*, vol. 1. Oxford/Cambridge, Mass.: Blackwell, 1994.
- _____. Building on Empirical Foundations, in LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (orgs.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982, p. 17-92.
- _____. On the Use of the Present to Explain the Past, in *Proceedings of the 11th International Congress of Linguistics*. Bologna/Firenze: Il Mulino, 1974.
- _____. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad.: M. Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- LAGARES, X. C. La gramaticalización de 'homen' en gallego-portugués medieval. *Comunicação* (inédita).
- LAPA, M. R. *Contigas d'escarnho e de malizier dos cancioneros medievais galego-portugueses: edição crítica e vocabulario*. Lisboa: Edições João Sá da Costa (sob os auspícios do Instituto Rodrigues Lapa), 1995.
- _____. *Estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- _____. *Miscelânea de língua e literatura medieval*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.
- LAPESA, R. *Historia de la lengua española*. Madrid: Editorial Gredos, 1986 [1958].
- LASS, R. *Historical Linguistics and Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- LAUSBERG, H. *Linguística românica*. 2 vols. Madrid: Editorial Gredos, 1966.
- LAVANDERA, B. Where Does the Variable Stop?. *Language and Society*, n.º 7 (1978): 171-183.

- LEÃO, D. N. *Ortografia da língua portuguesa*. Lisboa: João Barreira, 1576.
- LEMLE, M. *Análise sintática: teoria geral e descrição*. São Paulo: Ática, 1984.
- LIGHTFOOT, D. *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1991.
- _____. *The Development of Language: Acquisition, Change and Evolution*. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1999.
- LLEAL, C. *La formación de las lenguas romances peninsulares*. Barcelona: Barcanova, 1990.
- LOBO, T. & LUCCHESI, D. *A morfologia verbal de um manuscrito do século XV*. Trabalho apresentado ao Seminário de linguística histórica. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1990.
- LOBO, T. C. F. *A colocação dos clíticos: duas sincronias em confronto*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1992. Mestrado.
- _____. *A sintaxe dos clíticos*, in MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *A 'Carta de Caminha': testemunho de 1500*. Salvador: UFBA/UEFS/CNPQ/EGBA, 1996, p. 85-115.
- _____. *A sintaxe dos clíticos*, in MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA / UEFS, 2002, p. 83-101.
- _____. *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. 3 vols. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Doutorado.
- LOPES, C. R. (2003) A indeterminação no português arcaico. *Comunicação* (inédita), 2003.
- _____. *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Doutorado.
- LORENZO GRADÍN, P. & SOUTO CABO, J. A. (orgs.). *Livro Fristán e Livro de Merlín: estudo, edição, notas e glosario*. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñero para a Investigación en Humanidades, 2001.
- LORENZO, R. *Crónica troiana: introducción e texto*. La Coruña: Real Academia Galega, 1985.
- _____. Galego e português: algumas semelhanças y diferencias, in NAVARRO, I. M. et alii. *Filología y didáctica hispánica*. Hamburg: Editorial Helmut Buske, 1975, p. 155-175.
- LUCCHESI, D. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Doutorado.
- _____. Considerações sobre a análise das relativas no português contemporâneo e algumas incursões na história dessas estruturas. *Actas do VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto, 1990, p. 175-193.
- _____. *Sistema, mudança e linguagem — um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- LUTKE, H. *Historia del léxico románico*. Madrid: Editorial Gredos, 1974 [1968].
- LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- _____. *Sémanique linguistique*. Paris: Larousse, 1980.
- MACCHI, G. *Crônica de D. Fernando de Fernão Lopes*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.
- MACHADO FILHO, A. V. L. A pontuação em dois manuscritos medievais portugueses de um mesmo scriptorium. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, 23/24. Salvador, 1999b, p. 21-32.
- _____. A pontuação em João de Barros: preceitos e usos, in MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA / UEFS, 2002, p. 333-365.
- _____. *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1999a. Mestrado.

- _____. *Breve incursão pelo léxico medieval português: o testemunho de um manuscrito trecentista* (no prelo), 2002.
- _____. Hábitos de pontuar na Idade Média portuguesa. *Atas do V Encontro Internacional da Associação Brasileira de Estudos Medievais*. Belo Horizonte: PUC/CNPO/ABREM/FAPEMIG, 2003, p. 482-490.
- _____. Onde e hi no período arcaico do português, in COSTA, S. B. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004, p. 83-113.
- _____. Os anafóricos (h) i e en(de) em um manuscrito trecentista, *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n.º 27-28 (2002): 14-25.
- _____. O que revela um manuscrito trecentista sobre "as formas de amar" na sociedade medieval: uma abordagem em campos associativos. Comunicação ao VI Encontro Internacional da Associação de Estudos Medievais. Salvador, 2003 (a sair nas *Atas*).
- MACHADO FILHO, A. V. L.; VASCONCELOS, E. L.; GALVÃO, J. R. & HÉLIO, M.ª da C. S. In-ventário de diferenças entre os manuscritos conhecidos do Testamento de Afonso II de 1214. *Hypertion Letras*, n.º 5. Salvador, 1998, p. 65-83.
- MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- MAGNE, A. *A demanda do Santo Graal*. 2 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- MAIA, M.ª C. de A. Dos textos escritos à história da língua. *Conferência*. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 2001, p. 231-249.
- _____. *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência ao galego moderno)*. Coimbra: INIC, 1986.
- _____. O galego visto pelos filólogos e linguistas portugueses. *Cadernos da Cadeira de Estudos Galegos*, 3. Lisboa: Colibri/Cadeira de Estudos Galegos da Universidade de Lisboa, 2002.
- _____. O Tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV. *Revista Biblos*, LXX: 33-91, 1994.
- _____. Para a história do sistema de sibilantes em português: algumas reflexões sobre a cronologia da mudança fonológica, in BAY, C. A. et alii (orgs.). *Don Alonso Zamora Vicente*. Alicante: Universidad de Alicante, 2003, p. 783-91.
- _____. Periodização na história da língua portuguesa, in GÄRTNER, E.; HUNDT, L. & SCHÖNBERG, A. (orgs.). *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt am Main: FEM, 1999, p. 21-39.
- MAALER, B. *Orto do esposo*. 3 vols. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1956-1964.
- MANUPPELLA, G. & ARNAUD, S. D. *Livro de cozinha da infanta D. Maria de Portugal*. Códice português. I.E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986 [1961].
- MARANHÃO, S. de M. *O vocabulário das receitas de medicamentos e dos regimentos relativos à saúde do Livro da Cartuxa*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1992. Mestrado.
- MARCELLESI, J.-B. *Introdução à sociolinguística: a linguística social*. Trad.: Maria Saraiva. Lisboa: Editora Aster, 1975 [1972].
- MARCELLESI, J.-B. & MARCELLES, C. Les études de lexique: points de vue et perspectives. *Lan-gue Française*, vol. 2. Paris, 1969, p. 104-120.
- MARCELLO-NIZIA, C. Ponctuations et limites de lectures des manuscrits médiévaux ou: je punctue, tu lis, il théorise. *Langue Française*, 40(1978):32-44.
- MARQUES, A. H. de O. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1964.
- MARQUES, M.ª H. D. *Iniciação à semiótica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- MARQUILHAS, R. Constituição e elaboração da língua portuguesa, in FERRONHA, A. L. (org.). *Atlas da língua portuguesa na história e no mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses/União Latina, 1992, p. 24-29.
- _____. *Norma gráfica setecentista. Do autógrafo ao impresso*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1991.
- MARTELLOTA, M. E. A mudança linguística, in CUNHA, M. A. E. et al (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A Editora, 2003, p. 57-71
- MARTINET, A. *Function, Structure and Sound Change*, in KEILER A. R. *A Reader in Historical and Comparative Linguistics*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1972 [1952], p. 139-174.
- MARTINS, A. M.ª. A emergência do português escrito na segunda metade do século XII, in ALVAREZ BLANCO, R. & SANTAMARINA, A. (orgs.). *Homenagem a Fernando Tato Plaza*. Santiago de Compostela: s.e., 1994.
- _____. A evolução das nasais finais [ã], [õ], [e] no português, in PEREIRA, C. & PEREIRA, P. R. (orgs.). *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários 'in memoriam' a Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 617-646.
- _____. Ainda 'os mais antigos textos escritos em português': documentos de 1175 a 1252, in FÁRIA, I. (org.). *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos/FLUL, 1999, p. 491-534.
- _____. Mudança sintática e história da língua portuguesa, in *Actas do Encontro História da Língua e História da Gramática*. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos., 2002, p. 251-297.
- _____. Aspectos da negação na história das línguas românicas (da natureza de palavras como *ne-nhum, nada, ninguém*). *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 1994, p. 179-210.
- _____. *Críticos na história do português*. 2 vols. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1994. Dou-torado.
- _____. Aspectos da pontuação em manuscrito medieval português. *Actes du Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, vol. 9. 1986, p. 255-266.
- _____. Clitic Placement from Old to Modern Portuguese. Maryland: University of Maryland, 1992.
- _____. *Documentos em português do Noroeste e da região de Lisboa: da produção primitiva ao século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- _____. On the Origin of the Portuguese Inflected Infinitive: a New Perspective on an Enduring Debate, in BRINTON, L. (org.). *Historical Linguistics*. New York/Amsterdam: John Benja-mins, 1999, p. 207-222.
- _____. Os mais antigos textos portugueses, in MATEUS, M.ª H. M. (org.). *Caminhos do português*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 2001, p. 22-48.
- MASSINI-CAGLIARI, G. Características prosódicas do português arcaico. (Projeto de pesquisa apresentado ao CNPQ).
- _____. *Do poético ao linguístico no rimo dos trovadores: três momentos da história do acento*. Araraquara: UNESP/Cultura Acadêmica Editora, 1999.
- _____. Elisão nas cantigas profanas galego-portuguesas: processo obrigatório ou opcional. *Atas do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Belo Horizonte: PUC/FAPEMIG/CNPO, 2001, p. 523-531.
- MATEUS, M.ª H. M. et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.
- _____. Fonologia do galego e do português. *Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-portuguesa na Galiza*. La Coruña, 1984, p. 255-303.

- _____. *Vida e feitos de Júlio César*. Edição crítica da tradução quatrocentista de 'Li fet des romanés'. 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.
- MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos dos linguísticos*. Salvador: EDUFBA / UEFS, 2002.
- MATTOS E SILVA, R. V. A gramaticalização numa perspectiva diacrônica: Contribuições baianas. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador: n° 29/30(2003): 135-147.
- _____. *A 'Carta de Caminha': testemunho linguístico de 1500*. Salvador: EDUFBA/UEFS/CNPQ/EGBA, 1996.
- _____. 'Peró' e 'porém': mudanças em curso no português arcaico. *Boletim de Filologia*, XXIX. Lisboa, 1984, p. 129-151.
- _____. A emergência do tempo composto na história da língua portuguesa. Comunicação ao Congresso da Associação de Linguística e Filologia da América Latina. Gran Canária, 1996.
- _____. A mais antiga versão portuguesa dos 'Quatro livros dos diálogos de São Gregório': introdução, leitura crítica, aparato crítico e índice geral das palavras lexicais. 4 vols. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977. Doutorado.
- _____. A variação 'haver'/'ter', in MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *A 'Carta de Caminha': testemunho de 1500*. Salvador: UFBA/UEFS/CNPQ/EGBA, 1996.
- _____. A variação 'ser'/'estar' e 'ter'/'haver' em 1540. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIII. Coimbra: 1999, p.71-96.
- _____. Alguns reflexos sobre a questão da unidade original galego-portuguesa, in SUAREZ ALBÁN, M^a del Rosário (org.). *Atas do Simpósio sobre Língua e Imigração Galegas na América Latina*. Salvador: EDUFBA, 1998, p. 97-103.
- _____. Caminhos de mudanças simático-semânticas no português arcaico. *Revista de Estudos da Linguagem*, 1. Belo Horizonte, 1992, p. 85-99.
- _____. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- _____. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da linguística histórica no Brasil. *D.E.L.T.A.*, 4 (1) 1988: 85-113.
- _____. Nos limites finais do período arcaico: a vitória de 'ter' verbo de posse e auxiliar de tempo composto e sua emergência como verbo existencial. *Revista do GELNE*, 2(1). Fortaleza, 2000, p. 117-121.
- _____. Notas sobre avaliações linguísticas nos gramáticos Fernão de Oliveira e João de Barros, in MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002, p. 43-46.
- _____. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. *O português arcaico: morfologia*. São Paulo: Contexto, 1994a.
- _____. *O que nos diz sobre a sintaxe a pontuação de manuscritos medievais portugueses*. *Boletim da ABRALIN*, 14/1993, p. 75-85.
- _____. Para uma caracterização do português arcaico. *D.E.L.T.A.*, vol. 10 (n° especial): 247-276, 1994b.
- _____. Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico, in MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA / UEFS, 2002, p. 27-41.
- _____. Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o português arcaico, in MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002, p. 28-49.
- _____. Sobre desencontros e reencontros: filologia e linguística no Brasil no século XX. *Boletim da ANPOLL / GT — Historiografia da Linguística Brasileira*, 1999, p. 17-36.

- _____. Um aspecto do auxiliar no português arcaico. *Italian Studies in Romance Languages and Literatures*. Tulane 10: 93-109, 1981.
- _____. *Variação e mudança no português arcaico: 'ter' ou 'haver' em estruturas de posse, in PEREIRA, C. & PEREIRA, P. R. *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários 'in memoriam' a Celsa Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 299-311.*
- MATTOS E SILVA, R. V. Vitórias de 'ter' sobre 'haver' nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros, in MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002, p. 119-142.
- _____. Vitórias de 'ter' sobre 'haver' nos meados do século XVI, in MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002, p. 119-142.
- _____. *O português são dois*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- _____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- MATTOS, M. M.; MUIDINE, S. Ab. Acá e alá. *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 1997, p. 211-217.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. *Dicionário de linguística e gramática* (referente à língua portuguesa). Rio de Janeiro: I. Ozon Editores, 1986.
- _____. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- MATTOSO, J. *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. 2 vols. Lisboa: Estampa, 1985.
- _____. *Ricos. Homens, infâncias e cavaleiros*. Lisboa: Guimarães, 1982.
- MAURER JR., T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955.
- _____. *O infinito flexionado português* (estudo histórico-descritivo). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- MEGALE, H. *A demanda do Santo Graal — das origens ao código português*. São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2001.
- MEILLET, A. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris: Hachette, 1928.
- METTMANN, W. *Cantigas de Santa Maria. Introdução, leitura e glossário*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1955-1962.
- MOIGNET, G. *Grammaire de l'ancien français: morphologie et syntaxe*. Paris: Klincksieck, 1976.
- MOLLICA, M^a C. e BRAGA, M^a L. (orgs) (2003). *Introdução à sociolinguística: O tratamento da variação*. São Paulo: Contexto.
- MOLLICA, M^a C. e MATTOS, P. B. (1992). *Pela conjugação — abordagens variacionistas e difusionistas*. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, n° 1, p. 53-64.
- MOTA, J. A. *O -s na cada sílaba na norma culta de Salvador*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras; UFRS, 2002. Doutorado.
- MUIDINE, S. A. *Os pronomes 'i' e 'en(de)' no português dos séculos XIII a XVI*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 2002. Mestrado.
- NARO, A. J. & LEMLE, M. *Syntactic Diffusion. Ciência e Cultura*. São Paulo, 1977, 29(3): 259-268.
- NARO, A. J. & SCHERRE, M. M. *Variable Concord: the Situation in Brazil. Language Change and Language Contact in Pidgins and Creoles*. Amsterdam: John Benjamins, 2000, p. 235-255.
- NARO, A. J. & SCHERRE, M. M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- NARO, A. J. *History of Passives and Impersonals*. Cambridge, Mass.: MIT, 1968. Doutorado.
- NARO, A. e BRAGA, M^a L. A interface sociolinguística/ gramaticalização. *Gragoatá*, 9(1998): 125-134.

- PERINI, M. A. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Princípios de linguística descritiva*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- _____. *Estudos de gramática descritiva. As valências verbais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PESSOA, F. *Obra poética*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966.
- PEZATTI, E. G. O funcionamento em linguística, in MUSSALIM, F. e BENTES, C. (org.) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 165-250.
- PIDAL, R. M. *Orígenes del español: estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo IX*. Madrid: Espasa-Calpe, 1956.
- _____. *Cantar del mito Cid*. Madrid: Espasa-Calpe, 1954.
- _____. Las leyes fonéticas, su esencia histórica, in PIDAL, R. M. (org.). *Estudios de lingüísticas: Las leyes fonéticas*. Madrid: Espasa-Calpe, 1961, p. 11-38.
- PIEL, J. M.ª & MATTOSO, J. *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*, vol. 2. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980.
- _____. *Livros velhos de linhagens*, vol. 1. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980.
- PIEL, J. M.ª. *Estudos de linguística galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- _____. *Leal conselheiro do Rei Dom Duarte de Portugal*. Edição crítica. Lisboa: Bertrand, 1942.
- _____. *Livro de ensinança de cavalgar toda sela*. Edição crítica. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986 [1943].
- _____. *Livro dos officios de Marco Tullio Ciceram*. Edição crítica, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948.
- PIEL, J. M.ª & NUNES, I. F. A. *demandado do Santo Graal*. Edição crítica (com introdução de I. Castro). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- POGGIO, R. M.ª F. Comparação entre algumas preposições portuguesas documentadas no século XVI e no XIV, in MAITOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUEBA/UEFS, 2002, p. 217-236.
- _____. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUEBA, 2002.
- _____. *Aspectos da gramaticalização na história das preposições do latim ao português*. *Revista de Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador: n.º 29/30 (2003): 149-162.
- _____. (2004). Considerações sobre a forma verbal do futuro do latim ao português, in COSTA, S. B. e MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUEBA, p. 175-192.
- POTTIER, B. *Grammaire de l'espagnol*. Paris: PUF, 1969.
- _____. La définition sémantique des dictionnaires. *Travaux de linguistique et littérature*, vol. III(1). Strasbourg: Université de Strasbourg, 1965, p. 33-39.
- _____. *Linguística moderna e filologia hispânica*. Madrid: Gredos, 1968b.
- _____. *Linguística geral: teoria e descrição*. Paris: Klincksieck, 1974.
- _____. *Presentación de la lingüística*. Madrid: Romania, 1968a.
- POTTIER, B. & DABORD, D. *La langue espagnole: éléments de grammaire historique*. Paris: Nathan, 1988.
- RAMOS, M.ª A. A separação silábica na cópia da poesia lírica galego-portuguesa: outro indício de antecedentes musicais, in PEREIRA, C. & PEREIRA, P. R. (orgs.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários 'in memoriam' a Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 703-719.
- RAMOS, J. O emprego de preposições no português do Brasil, in TARALLO, F. o (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes-UNICAMP, 1989.

- NARO, A. J. *History of Passive and Impersonals*. Cambridge, Mass.: MIT, 1968. Doutorado.
- _____. *Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- NEVES, M.ª H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- _____. *Hipotaxe e parataxe: reflexões iniciais*. 1996, inédito.
- NOLASCO DE MACEDO, A. M.ª. *Locuções prepositivas na constituição histórica da língua portuguesa: período arcaico*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1997. Mestrado.
- _____. *Locuções prepositivas na história do galego e do português arcaico*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2003.
- _____. *Locuções prepositivas nas 'Cartas' de D. João III em comparação com documentos particulares coetâneos portugueses e galegos*, in MAITOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUEBA / UEFS, 2002, p. 237-261.
- NUNES, J. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro, in ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 185-226.
- OLINDA, S. R. Magalhães de. 'Pois' e 'ca': mudanças semânticas e sintáticas no português arcaico. Salvador: Mestrado em Letras, 1991. Mestrado.
- OLIVEIRA, F. de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática de A. Torres e C. Assunção. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2000 [1536].
- OLIVEIRA, M. F. A. voz passiva no período arcaico e começos do moderno. Comunicação ao VI Encontro Internacional da Associação Brasileira de Estudos Medievais. Salvador, 2003.
- OLIVEIRA, M. R. Advérbio locativo na modalidade escrita do português em perspectiva histórica, in CRISTIANO, M. E. et alii (orgs.). *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Idéia, 2004, p. 130-152.
- PÁDUA, M.ª P. de. *A ordem das palavras no português arcaico: frases de verbo transitivo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.
- _____. *A ordem das palavras no português arcaico: frases com verbo transitivo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.
- PAGOTTO, E. G. Clíticos, mudança e seleção natural, in ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 207-222.
- _____. *Variação e identidade*. Maceió/Salvador: EDUFAL/EDUEBA, 2004.
- PAIVA, M.ª da C. e DUARTE, M.ª E. L. (2003). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Contracapa.
- PARKER, K. M. *Vocabulário de la cronica troyana* (manuscrito gallego del siglo XIV n.º 10.233 da Biblioteca Nacional de Madrid). *Filosofia e Letras*, vol. XII (1). Salamanca, 1958.
- PARKES, A. B. *Pause and Effect: an Introduction to the History of Punctuation in the West*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- PARKINSON, S. *Aspectos teóricos da história das vogais nasais portuguesas*. *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 1997, p. 253-272.
- PENHA, J. A. P. *Nossas gramáticas históricas. Comunicação ao XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 1997, p. 521-524.
- PEREIRA, S. B. *Vocabulário da 'Carta de Caminha'*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Casa de Rui Barbosa, 1964.
- PEREIRA, T. L. G. *Um livro de marinheiro do século XVI*. Edição do ms. "Fonds Portugais" 40 (Anual 61). Cód.44.340 da Bibliothèque Nationale de Paris. 3 vols. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. Doutorado.

- RAPOSO, Eduardo Paiva. Algumas observações sobre a noção de 'língua portuguesa'. *Boletim de Filologia*, XXIX, 1984, p.588-589.
- RIBEIRO, I. M.ª de O. A. 'obra pedagógica de João de Barros: a sintaxe da ordem nas sentenças encainadas'. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, 19, Salvador, 1997, p. 217-238.
- _____. A ordem dos constituintes, in MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *A 'Carta de Caminha': testemunho de 1500*. Salvador: UFBA/UEFS/CNPO/EGBA, 1996, p. 27-63.
- _____. *A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2*. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNICAMP, 1995. Tese de Doutorado (digitada).
- _____. Diferenças sintáticas entre o galego e o português, in SUAREZ ALBÁN, M.ª del Rosário (org.). *Atas do Simpósio sobre Língua e Imigração Galegas na América Latina*. Salvador: EDUFBA, 1998, p. 65-86.
- _____. A propósito de áreas lexicais no território português (algumas reflexões acerca do seu condicionamento), in CINTRA, L. F. L. (org.). *Estudos de dialetologia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1983 [1965], p. 166-199.
- _____. Diferenças sintáticas entre o galego e o português dos séculos XIII e XIV, in *Atas do Simpósio Língua e imigração galegas na América Latina*. Salvador: EDUFBA, 1998, p. 65-86.
- RIO-TORTO, G. M.ª. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora, 1998.
- RISSO, M. S. Agora... eu acho é o seguinte: um aspecto da articulação do discurso no português contemporâneo, in CASTILHO, A. de (org.). *Gramática do português falado*, vol. III. Campinas: Editora UNICAMP, 1993, p. 31-60.
- ROBERTS, I. Posfácio: O português brasileiro no contexto das línguas românicas, in ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora UNICAMP, 1993, p. 409-425.
- ROBERTS, I. (1996). A Formal Account in the History of Romance Future. Conferência inédita. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística.
- ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- RODRIGUES, M.ª C. M. *Dos costumes de Santarém*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1992. Mestrado.
- ROSA, M.ª C. A. P. *Pontuação em impressos portugueses renascentistas*. 2 vols. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994. Doutorado.
- _____. Renascimento: a pontuação de impressos. *Boletim da ABRALIN*, 14, 1993, p. 45-62.
- ROSSI, N. et alii. *O Livro das Aves*. Introdução, edição e glossário. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.
- RUBECAMP, R. A. *Linguagem das Cantigas de Santa Maria. Boletim de Filologia I e II*. Separata. 1932-1934.
- SAID ALL, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1964.
- SALVI, G. La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica. *Medioevo Romanzi*, 15, 1990, p.117-20.
- SANTANA NETO, J. A. de. *Duas leituras do tratado ascético-místico Castelo Perigoso: edição e leitura crítica*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. Doutorado.
- SANTANA, E. da S. *Predicados e argumentos: o que revela o português arcaico*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2003. Mestrado.
- SANTOS, E. O. A. *Pontuação na 'Carta' de Pero Vaz de Caminha comparada à proposta de João de Barros*, in MATTOS E SILVA, R. V. & MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA / UFEF, 2002, p. 361-376.

- SARAMAGO, J. *O homem reduplicado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SÁUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995 [1916].
- SCHARRER, H. L. Fragmentos de sete cantigas de amor de D. Dinis. *Actas do VI Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, vol. I. Lisboa: Cosmos, 1991, p. 13-29.
- SCHENDL, H. *Historical Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- SCHERRE, M.ª M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- SCHERRE, M.ª M. & NARO, A. J. Concordeância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal. Comunicação em mesa redonda ao III Congresso Internacional da ABRALIN. Florianópolis, 1999.
- SCHMIDT-RIESE, R. Periodização e português brasileiro: algumas considerações, in DUARTE, M. E. L. & CALLOU, D. (orgs.). *Para a história do português brasileiro*, vol. IV: *Notícias de corpora e outros estudos*. Rio de Janeiro: UFRJ / FAPERJ, 2002, p.179-196.
- SEPÚLVEDA NETO, M.ª do S., 'Ser'/'estar': um estudo de variação e mudança em curso no português artigo. Salvador: Mestrado em Letras, 1989.
- SILVA-CORVALÁN, C., *Sociolingüística: teoria y análisis*. Madrid/México: Editorial Alhambra, 1988.
- SILVA NETO, S. da, *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1950.
- SOUTO, A. J. A variante linguística galega sob a perspectiva da filologia luso-brasileira, in *Actas do II Congresso de Estudos Galegos* (Brow University). Vigo: Editorial Galaxia, 1991, p.81-89.
- SOUZA, E. H. P. de, *A multifuncionalidade do 'onde' na fala de Salvador*. Salvador: UFBA, 2003. Doutorado.
- _____. A referência do 'onde' em textos portugueses arcaicos e em dados de língua falada contemporânea, in COSTA, S. B. e MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004, p. 230-254.
- TARALLO, F. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Philadelphia: Pennsylvania University, 1983. Doutorado.
- _____. Diagnosticando uma gramática brasileira: O português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX, in ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora UNICAMP, 1993, p. 65 -105.
- TAVANI, G. & LANCIANI, G. *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.
- TAVANI, G. *Ensaio português*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.
- _____. Le système des deictiques spatiaux en portugais aux XIV^e, XV^e et XVI^e siècles. *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, 6, Paris, 1981, p.5-39.
- _____. *Manuel de langue portugaise* (Portugal-Brésil). Paris: Editions Klincksieck, 1984.
- _____. *La langue de Gil Vicente*. Paris: Klincksieck, 1959.
- TOLEDO NETO, S. de A. *Livro de José de Arimatéia / Lisboa — AN — II; camadas linguísticas da tradição ibérica ao traslado quinhentista*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Doutorado.
- TORRES MORAIS, M.ª A. Aspectos da sintaxe da ordem nas sentenças finitas na 'Obra Pedagógica' de João de Barros. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, 19, Salvador, 1997, p. 197-216.
- VASCONCELLOS, J. L. de. *Lições de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

- VASCONCELOS, C. M. *Cancioneiro da Ajuda*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990 [1904].
- . *Lições de filologia portuguesa* (segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13). Lisboa: Revista de Portugal, 1956.
- VEIGA, A. de B. *Virgeu de Consolaçam*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.
- VERDELHO, E. *Livro das obras de Garcia de Rezende. Edição e estudo linguístico*. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 1994.
- VICENTE, G. *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente*. Introdução e normalização do texto de M^{te} L. C. Buescu. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.
- VILELA, M. & KOCH, I. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discorso*. Porto: Almedina, 2002.
- VITRAL, L. e RAMOS, J. (1999) Gramaticalização de "você": um processo de perda de informação semântica? *Filologia e Linguística Portuguesa*, n.º 3: 55-63
- WILLIAMS, E. *Do latim ao português*. Trad.: A. Honaiss). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.
- WRIGHT, R. *Latín tardío y romance temprano: en España y la Francia carolíngia*. Madrid: Gredos, 1982.
- XAVIER, M^{te} F.; BROCARDO, M^{te} T. & VICENTE, G. Um corpus do português medieval. *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1994.